

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI 01 - 0688 / 2013 DE 2013

MATÉRIA LEGISLATIVA: PL 01 - 0688 / 2013 DE 26/09/2013

NUM. OFICIO A.T.L.: 166 / 2013

PROMOVENTE: EXECUTIVO FERNANDO HADDAD

EMENTA: APROVA O PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

OBSERVAÇÕES: ANEXO I
VOLUME IV


ARQUIVADO EM / /

CHEFE DE SEÇÃO

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME DE ANEXO DE PROCESSO

Este é o volume 04 do Anexo 01
do processo nº 01-688/2013, que se
inicia à folha nº 582.

São Paulo, 10 de janeiro de 2014.


Liliane Jun Ogura
Técnico Administrativo
RF. 11.098



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Vila Rubi

DATA: 23/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra inteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Bom dia a todos.

Na qualidade circunstancial de Presidente (ininteligível) Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública. Por conta da chuva, suspenderei os trabalhos

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Senhores, do lado de fora, temos telões para transmissão ao vivo. Sugiro as acomodações do lado externo, inclusive, para o mínimo de conforto para esse debate que deverá durar duas horas.

Anuncio que estamos com mais de 20 inscritos. Agradeço à Ana Carolina - a Carol - a gestora do CEU, que permitiu esse debate no dia de hoje.

Quero também agradecer à coordenadora da Câmara, Sra. Adela, e toda equipe de nossa comissão que igualmente nos permitiu receber vocês para esse debate qualificado no dia de hoje.

Como realizaremos esse debate? A Secretaria de Direitos Humanos vai apresentar a proposta que foi entregue ao Parlamento, o Projeto de Lei 688 que já tramita na Câmara e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e, nesse momento, tem como Relator o Vereador Nabil Bonduki.

O Sr. Tomás fará a apresentação e, em seguida, passaremos às falas muito curtas dos Srs. Vereadores e, depois, aqueles com desejo de se pronunciarem o farão a partir das inscrições. Aliás, as inscrições estarão abertas até o final do pronunciamento do Tomás, portanto, enquanto ele estiver fazendo a exposição, as inscrições estarão abertas. Ao final da apresentação, encerramos as inscrições e anuncia o número dos inscritos. Assim, todos terão a noção de quantos inscritos e qual o tempo será utilizado para tanto.

Depois de todos falarem, voltamos à Mesa para uma avaliação do nosso Relator e dos Vereadores presentes. Combinado?

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - O importante é que nas falas - seja do Executivo, seja dos Vereadores e, em especial, na de cada um de vocês - tenhamos o máximo de silêncio e atenção. Afinal, a audiência pública constituiu-se de algo fundamental que é escutar a opinião, a crítica e as sugestões da sociedade. Sem isso, não há participação ativa no processo de elaboração das leis.

Portanto, peço a cada um e a todos vocês que, ao chegar alguém ao microfone, precisamos de um pacto de silêncio de todos os demais. Ao final do pronunciamento, pode haver manifestações e aplausos para que se reforce a importância do que cada um falou. Mais uma vez, combinado?

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tomás, está com você.

O SR. TOMÁS - Obrigado, Vereador. Bom dia. Farei uma apresentação rápida para reforçar o debate para que todos possam otimizar o tempo.

Resumidamente, o que está nesse projeto de lei do Plano Diretor foi discutido, praticamente, ao longo de todo o ano de 2013, com várias rodadas de discussões e muitas participações em audiências públicas, oficinas e reuniões com vários segmentos, para que, assim, pudessemos incorporar a maior parte das propostas que chegaram ao Executivo.

E isso tudo é importante porque o Plano Diretor tem como objetivo resolver os problemas da Cidade, principalmente os que não conseguimos resolver em uma semana, em um ano e nem em uma gestão. São aqueles problemas para os quais precisamos de algumas gestões, ou seja, precisamos de uma sequência de ações que não parem de um governo para outro, mas que continuem.

Por isso, é fundamental todo esse processo promovido pelo Executivo de diálogo, de recepção de propostas e também aquele promovido pela Câmara Municipal que incluiu 46 audiências públicas no sentido de aprimorar esse instrumento. Será um instrumento da Cidade e que possamos cobrar esse e os próximos governos pela execução efetiva do Plano Diretor.

Qual é a estrutura desse projeto de lei? Vocês receberam um jornalzinho que expõe todos os artigos do projeto. Primeiro, ele estabelece os princípios e objetivos que regem o Plano Diretor Estratégico e, em seguida, colocamos uma ênfase grande nos direitos à cidade, na função social da propriedade nos objetivos que permitirão reduzir as desigualdades, sociais e territoriais, na cidade de São Paulo.

A ordenação territorial é onde colocamos as regras do jogo sobre a produção da Cidade, onde pode ou não pode construir mais: onde tem de construir moradia popular; onde tem de ter preservação ambiental.

É evidente que esse tipo de ordenamento traz em si uma série de conflitos. Muitas vezes esses conflitos são legítimos entre si. E é importante ter todo esse processo para que possamos mediar esses conflitos e chegar a um consenso que possa permitir, por exemplo, o que vemos na zona Sul: a compatibilização, ou seja, atender, ao mesmo tempo, habitação - principal questão, e muito forte, que tem surgido na Cidade, seja pelos movimentos de habitação, seja pelo fato de cada três paulistanos, um tem um problema habitacional, seja o fato de não ter onde morar, ou morar em condições outras, como numa favela num assentamento precário ou numa área irregular - mas perto de água - e na zona Sul há a área da represa de mananciais.

Então precisamos garantir que a população tenhamos abastecimento de água. Portanto, precisamos preservar o meio ambiente e a qualidade da água necessária para nossas vidas e necessária também para as próximas gerações, para nossos filhos e netos.

E esse tipo de conflito que, às vezes, parece contraditório, mas que acreditamos ser possível chegar a um consenso. Esse processo de participação tem também como objetivo fazer esse pacto.

Depois temos as ações prioritárias. O que é prioritário para esse governo e para os próximos no sentido de atender a Cidade.

E, finalmente, a parte talvez mais importante: as regras do jogo da gestão democrática da Cidade. Quais são as instâncias e os mecanismos de participação que temos para, de fato, a participação popular se efetive e se alcance a Cidade planejada, aquela planejada por nós agora?

- Apresentação de vídeo

O SR. TOMÁS - Temos aqui todo um macrozoneamento da Cidade. O grande objetivo desse Plano Diretor é que a Cidade possa ao invés de crescer para fora, para longe do Centro, que as habitações continuem se expandindo em áreas de até 30 ou 40 ou 50 quilômetros do Centro expandido - de onde estão os equipamentos, as oportunidades de emprego e de trabalho, e a infraestrutura de transporte - que ela possa, agora, crescer para dentro. Para que todo déficit habitacional, por exemplo, possa se dar com boa infraestrutura urbana, com presença de equipamentos.

E isso permite, por outro lado, que preservemos as áreas ambientais e garanta o interesse de toda a Cidade, qual seja, relacionado à qualidade do ar, as áreas de lazer e, sobretudo, à água potável para que a Cidade e todos possam se manter.

Então essa área vermelha colocada aqui e que abrange desde a Represa - próxima de onde estamos - e passa por todas as marginais, pela área da Mooca e pela área central e vai até a zona Leste, a Jacu-Pessegueiro é a área onde o Plano Diretor pretende promover Habitação de Interesse Social e desenvolvimento de oportunidades de trabalho. Daí cria uma série de instrumentos para que isso aconteça.

Ao mesmo tempo, se queremos povoar essas áreas que hoje têm infraestrutura e estão ocupamos, precisamos garantir também nas bordas da Cidade a transformação dos ecossistemas e das áreas naturais, importantes para nossa vida com dignidade.

Então nesse contato temos a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade, é uma macroárea que receberá, prioritariamente, os investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos. É a área mais periférica da Cidade, é a área que tem contrato com a Guarda Ambiental.

Depois tem essa parte toda das Zonas Especiais e isso inclui uma área importante, sendo duas delas especiais fundamentais: ZEIS - Zona Especial de Interesse Especial. Vale dizer que estamos ampliando a área de ZEIS na Cidade em 20% e elas são importantes porque marcam, dentro da Cidade, localidades que têm boa infraestrutura e a obrigação de que só se construa, ali, Habitação de Interesse Social

O importante é essa ampliação de 20% nas ZEIS porque é isso que garantirá, efetivamente, - e é fundamental que seja aprovado e tenha essa conotação - a permissão de Habitação Social na Cidade não só em áreas que se entendam assim para o futuro, mas, principalmente, nas áreas centrais e nas áreas mais valorizadas pelo mercado.

E, depois, para compatibilizar também a preservação ambiental são as Zonas de Proteção Ambiental e as Zonas de Recuperação Ambiental que tenham como objetivo preservar as áreas que existem e também recuperar e compatibilizar ações de regularização de favelas, regularização fundiária, dentro dessa ação de recuperação ambiental.

Vejam aqui o mapa das ZEIS, áreas importantes ao longo da Cidade. E também seus parâmetros, tudo que se pode construir em cada uma das ZEIS.

É importante que as ZEIS-4 que são ZEIS exclusivamente nas áreas de preservação e proteção aos mananciais. São áreas destinadas dentro do índice de habitação de zero a três. E depois a seis salários mínimos têm 80% exatamente porque têm como objetivo manter as pessoas que já moram nas áreas de mananciais e que possam, agora, ocupar essas áreas, mas com bons parâmetros de urbanização, com saneamento básico, iluminação elétrica, luz, água etc.

Essas áreas de ZEIS-4 são importantes para garantir a quem mora na zona Sul possa continuar morando nessas áreas ambientais, mas com qualidade urbana melhor

Em seguida vemos a parte dos corredores, os eixos de transformação urbana. Esse Plano Diretor coloca a mobilidade como uma das questões prioritárias junto a habitação. Estamos ampliando a rede de corredores: 150 quilômetros para o fim dessa gestão; depois, quase 500 quilômetros ao término do Plano Diretor. Assim, poderemos perder menos tempo da nossa vida no caminho de casa para o trabalho, de casa para a escola.

Só que é importante fazer esses corredores e vejam, estaremos recebendo do PAC investimentos (ininteligível) para a ampliação dos corredores urbanos e de mobilidade urbana. É importante que consigamos garantir que as pessoas morem perto desses corredores e, assim possam, de fato, ter oportunidades para marcar áreas de habitação social nos corredores

É por isso que, além desse objetivo de crescer para dentro, a Cidade possa crescer junto com os corredores, garantindo bastante áreas de ZEIS nesses corredores. Assim, a produção de habitacional seja, de fato, intensa nas áreas com boa infraestrutura.

Aqui estão os corredores, para essa gestão, 2016-2020. E daí os coeficientes de índice de aproveitamento do solo que venham permitir que se construa mais e que possamos combater a ociosidade urbana ao longo desses anos.

Algo também importante no Plano Diretor - e um grande objetivo dele - é a redução das desigualdades e o combate à ociosidade dos terrenos, bem como a especulação em áreas que têm boa infraestrutura. Para isso, o Plano Diretor propõe uma série de instrumentos que vão punir aquele proprietário do imóvel que retém seu imóvel e não o otimiza.

Daí propõe os critérios para considerar um imóvel não edificados, terrenos vazios, inutilizados, prédios já construídos que tenham 80% dos seus apartamentos fechados e vazios, ou seja, esse tipo de imóvel edificado, mas semi-utilizado.

E isso deve acontecer para que possamos aplicar nesses imóveis um IPTU progressivo, entre outros instrumentos que vão punir o proprietário que está retendo ou segurando seu terreno. Poderá ser na obrigação dele de parcelar o terreno e propor uma edificação com ele, ou na possibilidade de punição desse proprietário que não o está utilizando - aplicando-se o IPTU progressivo que vai chegar a 15% do valor do imóvel a cada ano, e isso significa que, em cinco anos, vai comprometer todo o imóvel dele com o IPTU.

Depois podemos ver, nas ações prioritárias, os sistemas urbanos, a estruturação do plano ambiental que crie o Sistema Municipal de Águas Doces e que inclui as áreas de preservação permanente. Essas últimas estão sendo trazidas para esse Plano Diretor refletindo, de certa maneira, o avanço da agenda ambiental na Cidade.

Entre as ações estão o Plano Municipal de Urbanização urbano e a expansão dos parques e áreas verdes.

Vejam nessa área verde escura - próximo à Teotônio Vilela - são as áreas com os parques a serem implementados.

Há ainda a questão do sistema de saneamento. Podemos ver aqui a extensão do saneamento básico prevista no Plano Diretor, o sistema de esgotamento sanitário, as ações de mobilidade. Temos aqui, aliás, uma série de corredores novos sendo previstos para conectar melhor a Cidade e a zona Sul aos polos de desenvolvimento, como as áreas da Jurubatuba. E vemos aqui o sistema de equipamentos sociais, conforme foi prevista a extensão dos CEUs que ainda não o possuem. E, mais do que isso, a articulação dos equipamentos sociais próximos a esse rede para que as pessoas possam, de fato, se integrarem.

As ações habitacionais estão previstas com a implantação de ZEIS e com as ações nas ações de risco - classificadas em níveis diferentes de risco - e que terão tratamento prioritário conforme a possibilidade (ininteligível).

E, finalmente a questão da gestão democrática do Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor reforça as instâncias de participação social, como o Conselho Municipal de Política Urbana. É o conselho que vai tratar das questões mais importantes do desenvolvimento urbano da Cidade. Ele passa a ter participação paritária, ou seja, sociedade e Governo com o mesmo peso nesse conselho. E passa, diferente do anterior, a ter a dotação desses conselhos sendo feita na conferência municipal da Cidade. Então, cada segmento vai poder eleger seus representantes diretamente na conferência municipal da Cidade.

Um outro aspecto importante é a articulação do Plano Diretor com o Orçamento público. A Prefeitura vai elaborar um balanço anual daquilo que fez em relação ao previsto no Plano Diretor, o quanto gastou e o quanto deixou de gastar, o quanto ela investiu. Assim, poderemos acompanhar, anualmente, o andamento do Plano Diretor.

Por último, o Sistema Municipal de Informações. O Plano Diretor está propondo transparência total para os projetos urbanos, para as plantas dos projetos, o que vai ser feito na Cidade, quais são as intervenções previstas e também os números indicadores - os dados - que vão permitir, ano a ano, a avaliação daqueles objetivos apresentados se estão, de fato, dando certo.

A ideia é dar instrumento para a sociedade para que ela possa cobrar do Governo o andamento daquilo pactuado e que está presente no Plano Diretor Estratégico. Estamos instrumentalizando, dando instrumentos, para que vocês possam, ao longo dos próximos anos, cobrar do Poder Público as ações previstas e identificadas no Plano Diretor.

Em geral era isso que gostaria de ter dito. Estou à disposição e podemos avançar nos tópicos mais específicos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Como tínhamos pactuado inicialmente, vou anunciar o número de inscritos: são 28 e, antes de lhes passar a palavra, concederei um tempo aos Srs. Vereadores que nos acompanham. Ricardo Nunes, por favor, nosso primeiro Vereador

O SR. RICARDO NUNES - Muito obrigado. Bom dia a todos. O mais importante é que todos estejam aqui. Dias atrás, estivemos numa audiência pública, sobre o Orçamento, nesse mesmo espaço e havia apenas 60 pessoas. Foi uma participação muito pequena para um assunto tão importante, como o Orçamento da Cidade.

Mas, hoje, nessa audiência pública para discutir o Plano Diretor, quero dizer que estou feliz pela grande participação, pois é muito importante às pessoas dizerem o que desejam, e saber como as coisas funcionam. A participação popular é fundamental

O Plano Diretor tem bastante ênfase na questão da habitação. Podemos ver que na nossa região há os maiores investimentos na área de habitação. Também receberá vários investimentos no que tange à mobilidade urbana. Tenho a percepção que conseguiremos avançar bastante e que essa região vai melhorar. Essa região ficou muito tempo esquecida, abandonada, sem nenhum investimento de habitação, nem de transporte e tampouco outros setores

Paralelo à questão da habitação, e isso me preocupa bastante - e vocês viram aqui - é a mobilidade. A ideia é que as pessoas trabalhem e se locomovam de forma maximizada. Quero chamar a atenção do Executivo no sentido de que, na Câmara temos discutido o transporte hidroviário e no Plano Diretor, no 186, onde há regiões como o Cantinho do Céu, Cocaia, Gaivotas, as pessoas têm de sair e pegar a Belmira Marin para se dirigir para Socorro

Nessa proposta do transporte hidroviário daria para chegar no Socorro em dez minutos, partindo da estação da CPTM lá.

Há várias ações que sugerimos, mas não ficaremos falando muito tempo, e nosso objetivo é mais ouvir vocês do que nós falarmos, mas tem algumas coisas importantes que, durante o dia, iremos abordando.

Muito obrigado, parabéns por estarem aqui. Vocês não têm ideia do quanto isso é importante. Quero deixar um abraço para o Edgar. Tem uma coisa importante sobre a Capela do Socorro que é o coordenador do CPDU, engenheiro que tem conhecimento muito grande em HIS - Habitação de Interesse Social. Tenho certeza de que poderá nos ajudar.

- Qualidade da gravação incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. RICARDO NUNES - Um bom trabalho. É um primeiro passo para o desenvolvimento da região. Bom dia a todos

- Manifestação na plateia

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Vereador Ricardo Nunes e também um obrigado especial aos coordenadores do CPDU. Já anunciar o Edgar, mas a Loide também está aí. Está? (Pausa) Sim. Obrigado pela presença.

Quero anunciar também e agradecer as presenças de: Maria Cipriana, Presidente da União das Favelas do Grajaú; Eduardo dos Santos, da Associação Comunitária Vila Natal o Dino, Diretor do Movimento Garça Vermelha; o Moacir, Presidente do Conselho do Instituto Eco Estudantil, o João Santos Oliveira, Presidente da Associação dos Moradores da Vila Tupi, a Jackson Pereira, representante do Deputado Estadual Orlando Bonsoni, ao Amauri, assessor parlamentar e representando a equipe do Vereador Goulart

O SR. NABIL BONDUKI - Permita-me cumprimentar o Comandante Trapiá, da Guarda Civil Metropolitana, o inspetor Clóvis, em nome dos quais cumprimento todos nossos representantes da Guarda Civil Metropolitana, instituição importante da nossa cidade

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Claro, obrigado. Estão anunciados, são os nomes que o cerimonial trouxe para nós. Por favor, qualquer outra pessoa que queiram anunciar, tragam à Mesa para que possamos mostrar as representações das organizações que nos acompanham no dia de hoje.

Passo a palavra, nesse momento, ao nosso Relator, representante dos 55 Vereadores, escolhido pelo Presidente da Comissão Andrea Matarazzo para dirigir os debates. É o nosso Vereador, arquiteto e professor Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI - Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui. Sou da zona Sul de São Paulo. É uma região onde comecei minha atividade profissional, atividade de assessoria na área de habitação, exatamente aqui, na zona Sul. Foi há 30 anos, mais ou menos, quando trabalhamos em alguns projetos de habitação. A região estava muito menos ocupada do que está hoje.

É um grande prazer estar aqui com vocês nesta audiência pública do Plano Diretor de São Paulo

O Vereador Police tem dito que eu sou o relator deste Projeto de Lei. Eu quero explicar para vocês o que é o relator de um projeto e o porquê fazermos 45 audiências públicas.

Este projeto que vocês receberam impresso foi enviado pelo Executivo. A Prefeitura foi que elaborou este projeto de lei sobre o Plano Diretor de São Paulo. Este projeto precisa ser aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, que representa os vários segmentos da sociedade.

O Estatuto da Cidade, que é a nossa lei máxima, uma lei federal, determina que todas as cidades tenham seus planos diretores, principalmente aquelas com mais de 20 mil habitantes, e determina que esses planos diretores sejam aprovados pelas câmaras. O Plano Diretor não é um projeto de governo. É um projeto de longo prazo que vai orientar a ação dos vários governos que vão se suceder.

Então, temos um horizonte temporal. Este Plano Diretor é uma proposta para no mínimo 10 anos. O Estatuto da Cidade determina uma revisão de no mínimo em 10 anos. Vamos estabelecer no substitutivo deste Plano Diretor o seu horizonte temporal, provavelmente para 12 ou 16 anos. Isso ainda está em discussão.

Esse Plano Diretor vai orientar o desenvolvimento da Cidade por esse período, por isso tem de ser um plano com grande acordo da sociedade em prol do nosso futuro, do futuro do Município de São Paulo.

O nosso objetivo é fazer com que esse projeto consiga expressar aquilo que desejam os diferentes segmentos da sociedade. O meu papel e o da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente é de ouvir vocês todos nas várias Subprefeituras. Esta é a 21ª audiência pública do Plano Diretor. Estamos fazendo Subprefeitura por Subprefeitura e também reuniões temáticas por temas específicos.

Tivemos uma grande audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo sobre habitação, na semana passada, dia 14. Quem esteve presente?

- Manifestação na galeria

O SR. NABIL BONDUKI - Naquela audiência pública estiveram presentes quase três mil pessoas. Esta é a 21ª audiência pública. Estamos na relatoria do Plano Diretor, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente com o apoio da Presidência. Estamos registrando todo este trabalho.

Hoje está presente a televisão da Câmara, que está transmitindo ao vivo, e está sendo feita a transcrição de tudo o que é falado para ver se está de acordo com o projeto ou em desacordo, o que está sendo proposto para adicionar ou modificar o texto de modo que possamos construir um projeto substitutivo.

O que é um projeto substitutivo? É um projeto que substitui este, embora guarde relação com este. É um mesmo tema, um mesmo assunto, mas poderá modificar aspectos importantes, detalhar, especificar, introduzir questões que não estão colocadas, tirar outras, mudar alguns perímetros. Então, esse é o nosso papel e é por isso que estamos fazendo esta grande escuta com a sociedade.

É claro que isso vai passar por uma análise técnica, já está passando. É uma análise que tem de ser feita pela Comissão, pela nossa assessoria. Temos uma equipe de assessoria que também está nos apoiando porque o projeto é complexo. Tem de ser feito em diálogo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e outras secretarias como as de Habitação, Meio Ambiente, Transporte, que são assuntos que estão diretamente relacionados com este tema. Temos de construir um projeto que articule essas áreas.

Quando falamos de desenvolvimento urbano, estamos falando de uma proposta que articula os problemas. O problema da habitação é muito importante. Eu sei que muitos dos presentes estão preocupados com habitação, mas temos de ter a preocupação com os outros temas que são articulados com esse, como meio ambiente.

Aqui, por exemplo, temos uma região de mananciais. 25% da população da Região Metropolitana de São Paulo significa quase cinco milhões de pessoas que consomem a água da Represa de Guarapiranga. Temos de considerar a questão da mobilidade porque estamos em casa e chegamos do trabalho. Portanto, essa questão é fundamental.

O Plano Diretor articula essas propostas para que daqui a 15 anos a gente tenha uma Cidade melhor do que a que temos hoje. Temos alguns objetivos no Plano Diretor e vou enfatizar alguns temas importantes.

A Cidade cresceu muito, inclusive em regiões de mananciais, por falta de alternativa habitacional em regiões melhor localizadas da Cidade, mais próximas do emprego. Os empregos são muito concentrados no chamado Centro Expandido. 65% dos empregos estão concentrados em seis Subprefeituras, só seis, onde existem apenas 14% dos moradores. Então, isso força uma mobilidade exagerada na cidade e vocês sabem a dificuldade que é sair daqui do Grajaú, da Capela do Socorro, da Cidade Adhemar e atravessar a ponte e ir aonde está concentrado os empregos.

Temos de ter uma proposta para o futuro da Cidade que consiga compatibilizar as necessidades de habitação com as outras questões urbanas que estão colocadas e são importantes para a Cidade.

O papel do Plano Diretor é ser um instrumento que orienta o desenvolvimento da Cidade para o futuro e que ao mesmo tempo olha o problema social, como é o problema da habitação, dos equipamentos sociais e da mobilidade.

Temos de estruturar a Cidade para que ela possa funcionar melhor a um custo mais baixo. Por que quando a gente pega um ônibus de Parelheiros e vai ao Centro, quem está fazendo o deslocamento está consumindo não só seu tempo e energia, mas também está custando mais para o sistema de transporte coletivo.

Portanto, quanto menos tempo a gente precisar ficar no transporte, além de ser melhor para nós, como usuários, é melhor para o sistema, pois o custo do sistema fica menor. A Prefeitura, hoje, subsidia muito o transporte coletivo.

Vamos construir a melhor proposta para poder responder as necessidades da população, ouvindo a população de todas as áreas da Cidade: a população que está em situação de falta de habitação; a população que está em condição boa de habitação e que não quer perder a qualidade; a população que hoje demanda regularização fundiária, que é um problema grave nesta região. Precisamos olhar esse problema da regularização compatibilizando-o com a questão ambiental.

Então, temos um caminho para trilhar daqui até a finalização deste projeto. Essa possibilidade de ouvir a população é muito importante.

Além de falar aqui, vocês também têm na nossa secretaria uma carta onde vocês podem anotar as propostas de modificação que querem fazer, levar para casa para anotar, com mais tempo, com porte pago pela Câmara. Basta colocar na caixinha dos Correios, ou levar a uma das agências dos Correios, que chegará à nossa comissão, para ser analisado. Vocês também podem entrar no site da Câmara, no www.camara.sp.gov.br e registrar as suas propostas.

Quero deixar claro que não é porque fez a proposta, não é porque falou aqui, que automaticamente entra no texto, porque tudo tem que ser compatibilizado com as outras propostas mediante uma análise técnica. Portanto, há a necessidade de compatibilizar todas essas opiniões.

O espaço para a participação está dado. Vocês terão uma resposta para tudo aquilo que propuserem. Se não entrar, será justificado o motivo para isso, se entrou participou, vai haver justificativa sobre por que entrou apenas parcialmente, e se entrou totalmente vai estar justificado por que entrou e por que foi considerado e incorporado.

Esse é um esforço grande da Câmara para fazer um Plano Diretor melhor para a cidade, com participação da sociedade, da comunidade, dos movimentos e da gente que luta por uma cidade melhor.

Passarei a palavras às 28 pessoas que se inscreveram para participar.

Obrigado. (Palmas)

O SR JOS POLICE NETO - Anuncio a presença do Sr. Diego Lustre Gonçalves, gestor da APA Bororé; da Sra. Simone, da Divisão da Unidade de Conservação da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; e do Sr. Valmir de Sena, que preside a Associação dos Sem Casa da Zona Sul. Anuncio a presença do Presidente da Câmara Municipal, o nobre Vereador José Américo, que irá compor a mesa.

Como o nosso Relator falou, temos 28 pessoas. Mas quero lembrar a vocês que esta audiência pública é regional. Portanto, foram convidados para esse debate os subprefeitos e a população das Subprefeituras de Capela de Socorro, Cidade Ademar, Parelheiros, Santo Amaro, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana. Essa é a abrangência territorial desta audiência. E isso não tira a responsabilidade que assumimos de realizar uma audiência pública em cada uma das subprefeituras.

Ontem aconteceu a autorização de Jabaquara; amanhã acontecerá a de Cidade Ademar; e na segunda-feira será realizada a de M'Boi Mirim. No site da Câmara - www.camara.sp.gov.br - tem todas as audiências públicas que acontecem até o dia 15-16 de dezembro. Até lá, todas as subprefeituras terão a sua audiência pública local. Além dessas, realizaremos as audiências regionais, para permitir um debate ampliado.

O nosso mandado elaborou um impacto do Plano que não vamos apresentar agora. Como temos 28 inscritos, e queremos usar a maior parte do tempo para escutá-los, vamos deixar essa apresentação para o final. Se sobrar tempo, realizamos; senão, faremos questão de apresentar nas reuniões de cada um dos distritos.

A proposta é que cada inscrito use até três minutos. Se quiserem combinar falar mais longas, vocês terão a opção de transferir o tempo para que o outro possa falar mais.

O fundamental é essa leitura de que a contribuição de vocês hoje está sendo recepcionada por três vereadores, mas invade a Câmara inteira. Portanto, o compromisso do nosso Relator é fazer a informação trazidas por vocês, a crítica ou a contribuição, chegar aos 55 Vereadores.

Tem a palavra o Sr. Nivaldo Miranda Gonçalves.

O SR. NIVALDO MIRANDA GON ALVES - Bom dia. Meu nome é Nivaldo Miranda Gonçalves, morador da Dutra. (Ininteligível) protesto. No meu bairro, eu não reivindico muita coisa porque o meu bairro, graças a Deus, é um bairro bom de se morar. Mas eu sou militante do PT e sou metalúrgico. (Ininteligível). E o que eu vejo coisificação do estado sobre a vida, no total. Eu vejo o estado avançando, mas o ser humano não está sendo protegido pelo Estado. Então o que eu vejo é que se cuida muito de coisas. No meu bairro tem muitos jovens envolvidos com drogas. Não temos assaltos, assassinatos, mas a droga está matando os nossos jovens. E não só a droga, como a prostituição. (Ininteligível)

Então a minha fala é um protesto: para que o Estado (Ininteligível), que o bem maior do cidadão é a vida.

Eu tenho uma fundação (?) teológica, tenho uma visão greco-romana, filosofia de homens que já morreram. Tem o cidadão de primeira, terceira, quarta e quinta classe. E o Brasil é um país que nos vê como um cidadão de quinta classe. Se um norte-americano, que é visto como um cidadão de primeira classe, ou de país de primeiro mundo, pega prisão perpétua ou pena de morte. E um brasileiro simplesmente (Ininteligível) bom comportamento são três anos. Então eu vejo que o estado deve melhorar essa visão. Começar a sermos mais vistos como cidadãos, humanos, porque Deus fala que somos todos iguais. Tudo vai melhorar, tudo isso aqui que está sendo dito, se o estado aproveitar a proposta para (Ininteligível) pessoas dignas e merecedoras, como seres humanos, tudo vai melhorar.

Essa é a minha fala (Palmas)

A SRA. MARIA DE LOURDES LOURENÇO - Bom dia. Meu nome é Maria de Lourdes Lourenço. E gostaria de falar a respeito do meu bairro, o Jardim Guanabara.

Já fiz duas reclamações, porque o bairro não tem infraestrutura, não tem nada, e eu moro ao lado de um escadão que é só sujeira. Tem uma escola na frente, e atrás dela tem um lixão. Não tem estrutura nenhuma. Eu já fiz reclamações na Prefeitura sobre o escadão do lado de onde eu moro, e nada foi feito. É muita sujeira.

Precisa ser tomada uma providência. (Palmas)

O SR. MAURO - Bom dia a todos. Presidente desta audiência, Vereador Police Neto, Presidente José Américo, Vereador Nabil, Vereador Ricardo Nunes, demais integrantes da mesa.

Quero tentar fazer algumas contribuições.

Primeiro, o Plano fala de um sistema de transporte hidroviário. Entretanto, não faz detalhamento das possibilidades desse transporte hidroviário.

A proposta que eu trago é que se explicita no plano o uso, ou as possibilidades de uso, como citados pelo próprio Vereador Ricardo Nunes, da Represa Billings e Guarapiranga como meio de transporte hidroviário na cidade.

Segundo, o plano excluiu totalmente a questão das Zepams como zona especial. Não cita a zona de proteção de desenvolvimento sustentável, que foram criadas a partir dos planos regionais.

Proposta: colocar de volta o Zepam como zona especial desde já. Os remanescentes de Mata Atlânticas e as várzeas e planícies como as (Ininteligível) e os Zepams. E incluir também as ZPDs.

Na definição das macroáreas de preservação, falar de áreas geotecnicamente várzeas. Mas são (Ininteligível) os parques naturais, o parque, a porção sul da várzea do rio Ibuguaçu. A proposta: incluir toda a várzea do rio Ibuguaçu nessa categoria.

Mais do que isso, queria fazer algumas outras considerações: criação da APA do Jaceguá (?).

Por fim, não poderia deixar de colocar uma questão que está apearreando as pessoas e moram nessa região.

Estamos discutindo o Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, tem aqui uma plenária com muita gente demandando moradia. Entretanto, estamos expressando que há uma discussão que está correndo paralelamente, meio que na surdina, enfim, nuns lugares esquisitos, de uma proposta absurda de se colocar um aeroporto em Parelheiros. E pior, estamos vendo um bando de gente, autoridades, inclusive, se mobilizarem para essa proposta de construção de um aeroporto em Parelheiros. Ao mesmo tempo, não vemos essas autoridades se mobilizarem para garantir o direito à cidade, o acesso à moradia, por exemplo, nas áreas centrais - toda aquela área apresentada aqui, que está vazia. Então deixo o nosso protesto e a nossa manifestação: aeroporto em Parelheiros não.

Quero entregar à Mesa, ao Presidente da Câmara e aos representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano um manifesto organizado por nós com

relação a essa questão do aeroporto. Manifesto em defesa da população, dos mananciais e da cidade de São Paulo. Aeroporto em Parelheiros, não

A SRA. SIMONE - bom dia a todos. Aqui estou representando a APA Capivari-Monos, no extremo sul da nossa cidade, e eu vim com três pontuais para o PL do Plano Diretor.

A primeira proposta já foi citada, mas eu gostaria de aprofundar um pouco mais.

Nesse novo PL apresentado, a zona de proteção ambiental perderam o característica de zona especial. E quando se vai falar do direito à cidade, à moradia, à mobilidade, a gente também tem que ter direito à água, ao ar. Então o problema ambiental muitas vezes se revertem num problema social.

Uma área, decretada zona especial, tem normas de uso e ocupação própria. Então é importante. Ininteligível maior fragilidade ambiental para poder prover recursos naturais humanos. Para isso, elas devem ser consideradas especiais, e isso não está no Plano Diretor.

Segunda coisa: o Plano Diretor cita normas rurais, fala de infraestrutura rural, mas não demarca um território rural. Então, quando você vai regulamentar uma propriedade rural, você tem que ter esquadrihado onde é esse território rural. E São Paulo não tem território rural desde o Plano Diretor de 2002, embora tenhamos uma produção rural agrícola, não grande, mas bem significativa. E também temos muitos remanescente vegetal de mata nativa aqui na zona Sul. Então temos uma série de territórios que precisam. E a nossa indicação é que as duas APAs, a ororé-Colônia e a Capivari-Monos, sejam parte desse território rural e também parte do Jaceguá, onde não tem uma APA, mas tem um parque natural, que é uma zona de amortecimento que abarca quase toda a Ininteligível Jaceguá.

O terceiro ponto é o seguinte: quando se fala em agricultura urbana, não se fala diretamente de um sistema de abastecimento alimentar. Então as pessoas, além de todos os direitos que já foram pautados, têm de ter preservados o seu direito à alimentação. E quando se fala em agricultura, ou de um sistema de abastecimento alimentar, você não está falando só de produção, você está falando de produção, comercialização e consumo. E na cidade de São Paulo tem muitos consumidores de alimentos. Então estamos precisamos regulamentar. E a proposta é que entre no Título II um sistema de abastecimento alimentar que fomente inclusive o incentivo à segurança alimentar e uma série de outras coisas.

O SR. DIEGO LUTRE GON ALVES - bom dia a todos. Meu nome é Diego, eu sou Ininteligível da área de proteção ambiental da ororé-Colônia. Chamamos APA ororé-Colônica. Trago algumas propostas de modificação e de inclusão no projeto de lei do Plano Diretor.

Existia uma fragilidade no termo relativo às áreas de preservação permanente. Sabemos que se trata de áreas de fragilidade ambiental, e ela contempla todos os fundos de vale como as áreas de topos de morros, áreas difíceis de ocupação, de realizar qualquer tipo de atividade pela dificuldade mesmo, por isso tem uma importância ambiental muito grande. A não inclusão no termo Áreas de Preservação Permanente dentro das ações prioritárias nos sistemas ambientais.

No artigo 145 do plano diretor estão inclusos os programas e ações de investimentos dentro das ações prioritárias dos sistemas ambientais, as áreas de Preservação Permanente, seria uma forma de reforça-las e inclui-las com alguma proposta. Sentimos falta de elas estarem dentro de propostas como, por exemplo, um plano de recuperação e conservação das APPs. Elas devem ser inseridas num plano articulado com a prestação de serviços ambientais.

Favorecer a preservação da APP, tanto em áreas privadas como públicas, mas dando alguma contrapartida para estimular essa atividade desonerando o Poder Público. A questão seria em relação às margens do Rio Embu, Rio Vermelho e o Ribeirão Colônia que fica no braço Itaquaquecetuba.

REUNIÃO: 14231 DATA: 23/11/2013 FL: 593 DE 28

Todos esses ribeirões ficaram de fora da macroárea de recuperação de ecossistemas naturais, que é a área mais restritiva. Por aptidão essas áreas deveriam estar inclusas. O próprio artigo 16 cita que os cursos de água pouco impactados por atividades antrópicas, a exemplo dessa macroárea, e por isso sugerimos a inclusão dessas três áreas dentro dessa macroárea especial.

Repetindo: O Ribeirão Embu-Guaçu, Ribeirão Vermelho e o braço Itaquaquecetuba na frente do Ribeirão Colônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado, Diego Gonçalves. Tem a palavra o Sr. José Luiz Neto.

O SR. JOSÉ LUIZ NETO - Bom dia a todos. A presença de todos é importante quando falamos do plano diretor. Gostaria de começar por uma coisa muito importante: o Estatuto da Cidade.

Se não fosse o Estatuto da Cidade, lei que norteia e abre possibilidades para a regulamentação e regularização fundiária, principalmente para as pessoas que já estão de posse dos seus terrenos.

Também a importância da habitação de interesse social. São dois assuntos diferentes, as pessoas que já estão de posse das suas áreas e as pessoas que estão pleiteando uma moradia. Isso não fica claro no plano diretor.

Mais uma ressalva, seria muito importante a criação de uma comissão permanente dentro do plano diretor para que pudesse acompanhar e mensurar a regularização fundiária. Estamos falando de três milhões de pessoas passíveis de ter suas áreas regularizadas.

A importância da organização de território, principalmente o de Parelheiros e Marsilac, também de todos os outros territórios, para que se possa realmente fazer justiça social. Os interesses sociais são uma coisa, mas a justiça social é a mais importante de todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Walmir de Sena, da Vila Natal.

O SR. WALMIR DE SENA - Boa tarde, Srs. Vereadores, Srs. Diretores, há movimentos que começaram há trinta anos, também os que chegaram agora estão aqui brigando por seus direitos. Hoje é fundamental que o povo tenha participação na Administração Pública, porque só falam, falam e não acontece nada.

- Manifestação na plateia.

O SR. WALMIR DE SENA - Comparo a habitação com as creches. A pessoa faz a inscrição na creche, a criança cresce, tem filhos e aí é que vai entrar na creche.

A habitação é a mesma coisa, não vejo diferença nenhuma. São tantas inscrições: CDHU, Secretaria da Habitação, Secretaria disso, daquilo e, no entanto, não se constrói uma unidade.

Indignado, em 1984, consegui mobilizar a sociedade para fazer a planta de uma área que hoje é a Vila Natal, 647 mil metros quadrados. Eu sofri com a expedição do Poder Público, do Meio Ambiente e dos ecologistas porque estava ajudando pobre.

Contra tudo e contra todos hoje são beneficiados 50 mil habitantes em Vila Natal, com água, luz e esgoto. Era proibido entrar água, luz, esgoto e equipamentos públicos.

Hoje Parelheiros tem habitações e o asfalto não pode entrar. Há 10 anos brigamos pelos planos diretores, para que acontecessem as mudanças que hoje temos, porque até mesmo esse CEU e o Hospital Grajaú não poderiam ser construídos. E hoje graças a Deus temos esses equipamentos.

Quero dizer uma coisa importante, levamos 13 anos brigando por duas leis específicas para a Guarapiranga e Billings. Os Srs. Vereadores e Deputados sabem muito bem as autoridades que ajudaram. O Valdeci estava presente em todas as audiências e reuniões

brigando e foi penalizado. Foi obrigado a tirar sua empresa daqui para outra região porque estamos em área de mananciais

O que precisa é criar espaço para que tenhamos emprego na própria região. Deveriam criar mais de um aeroporto, mais universidades públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Sr. Almir. Tem a palavra a Sra. Atila de Souza Santos

A SRA. ATILA DE SOUZA SANTOS - Boa tarde. Sou moradora do Jardim Eliana, dona de casa, mãe e esposa, o assunto que nos preocupa é o alagamento da Av. Belmira Marin. Não sabemos como vai ficar nossa locomoção porque ali é uma ilha, não temos alternativa para sair de lá.

Gostaria de saber se está prevista a reforma da Av. Belmira Marin, o corredor de nibus e quais são as opções que vamos ter para nos locomover.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. João Batista

O SR. JOÃO BATISTA - Boa tarde a todos. Vereador Ricardo, não pudemos estar na corrida porque estamos lutando por moradia.

Estamos reivindicando um direito constitucional e não fomos atendidos. Algo que estamos buscando e vocês têm o poder e não sei por que só dificultam que isso aconteça.

Muito obrigado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Sr. João Batista. A finalidade de estarmos aqui, João Batista, é exatamente inverter essa lógica.

Então agradeço a sua contribuição. A Câmara e os Vereadores estão aqui no diálogo exatamente para superar essa diferença da Cidade, dos bacanas que tudo podem e da população da periferia que nada ou quase nada pode. É por isso que estamos aqui.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Anselmo dos Santos

O SR. ANSELMO DOS SANTOS - Boa tarde a todos. Minha palavra é mais um protesto. Quando leio o plano diretor passado e esse novo agora, não consigo compreender como, por exemplo, o plano diretor quer preservar os empregos da região se as empresas estão se mudando para outros municípios e até outros estados.

Sou formado pelo Senai, tenho minha vida profissional aqui na região e com 15 anos de profissão tive de mudar de um emprego que ficava a 40 minutos de casa. Hoje tenho de percorrer 30 quilômetros para poder me manter naquilo que estudei e faço.

Outro questionamento que faço com relação à habitação no plano diretor: temos muitas áreas construídas sem moradores ou simplesmente pessoas que detêm um bom poder aquisitivo constroem áreas imensas e deixam a população de menor poder aquisitivo totalmente desguarnecida porque tem dinheiro, poder ou simplesmente ações políticas que ficam impedindo a reabilitação desses locais.

Por fim, acredito que um novo plano diretor com algumas visões melhoradas, no espaço de 10 anos, tenha uma melhor posição para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado, Anselmo. Tem a palavra o Sr. Elvis Presle

O SR. E. ANUEL COELHO - Boa tarde a todos. Não sou o Elvis. Sou o Emanuel Coelho. Ele não estava no momento das inscrições e me deu a oportunidade de falar

Deixo claro mais uma vez que a Câmara e vocês subestimaram a quantidade de pessoas que viriam para cá. Subestimaram o interesse do povo na sua moradia, porque foi

feita às pressas a acomodação do nosso público lá fora. Então um pouco mais de respeito com o trabalhador

- Manifestação na plateia.

O SR. E ANUEL COEL O - O que estamos reivindicando com o movimento do MTST é principalmente a inclusão de área verde referente ao Morro da Lua, Ocupação Capadócia, Ocupação Dona Deda, que fica no Jardim Ipê e principalmente a Ocupação Faixa de Gaza.

Nessa época de chuva, principalmente para os que estão nas ocupações Dona Deda e Capadócia há grande dificuldade.

Mais uma vez queremos reiterar, da última vez falei com o Vereador Bonduki e fiz essa pergunta. Todos as vezes que fomos convidados a vir até aqui ou que soubemos que haveria o plano diretor comparecemos em peso o MTST e outros movimentos também

Por mais que os moradores estejam relatando existe aquela história do telefone sem fio. Infelizmente é mais fácil você entender o que estou falando no olho no olho do que por escrito. Uma virgula faz diferença

Mais uma questão: estamos tendo audiências públicas e esperamos que tenham o efeito que desejamos, porque no dia da votação estaremos em peso para fazer a diferença

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Emanuel, antes de agradecer a sua contribuição, você é muito preciso ao falar de interesse de todos os Vereadores têm de ter, mas a gente tem de reconhecer o esforço daqueles que estão aqui e o esforço que todo o movimento popular tem feito para fazer sua contribuição.

Tenham a certeza de que isso importa aos parlamentares que estão juntos nesse processo. Fica muito claro que esse processo de debate ainda tem mais 24 audiências públicas. Está é a 21ª. Portanto, vamos até o fim do ano visitando Subprefeitura por Subprefeitura para tirar de cada uma delas as reais e verdadeiras contribuições.

Não tem aqui nenhum balcão paralelo. O único que se recebe é este daqui junto com vocês e aquele pelo mecanismo digital que todo mundo fica sabendo de onde veio. Essa é a diferença que este processo vai fazer. Faz diferença, sim, a população vir e se manifestar. Estamos transmitindo ao vivo. Estamos fazendo a diferença do esforço que vocês estão mostrando na rua e a gente trazendo para dentro do processo.

É importante referenciar e agradecer não só a presença no dia de hoje, mas a presença de vocês na quinta-feira da semana anterior a passada, lá na Câmara, mais de duas mil pessoas enchendo todos os auditórios da Câmara, esse movimento que a gente reconhece.

Obrigado, Emanuel.

O SR. E ANUEL - Não respondendo, mas deixando uma coisa clara: em toda a minha vida, tenho 28 anos, promessas eu escuto desde que tenho e entendo o que é uma promessa - de pai, de mãe ou qualquer outra pessoa. Desculpa, mas é muito fácil para o senhor e com o seu interesse e com aqueles que estão aqui e que realmente têm um interesse em resolver estarem aqui. Se os interesses dos próximos não forem os mesmos de vocês, não vai adiantar nada o seu discurso.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vou chamar Natália Rocha.

Emanuel, o que importa são todos que estão apontando para o mesmo lado estarem juntos até o fim. Essa é a questão fundamental. Se assim for, a tendência é a gente conseguir os resultados positivos. Aqui não tem promessa não, é trabalho.

- Manifestação na plateia.

A SRA. NAT LIA ROC A - Bom dia a todos. Meu nome é Natália, sou representante de moradores da Ilha do Bororé.

Estão tendo muitas audiências públicas na nossa região para discutir vários assuntos, inclusive a duplicação da Belmira Marin. Infelizmente, são poucos que participam porque não tem a informação. Está sendo mal divulgada.

As audiências públicas deveriam ser divulgadas, no mínimo, com 15 dias de antecedência. Não custa tão caro fazer faixas e colocar nas avenidas principais. Quem mora no fundão do Cocar, Cantinho do Céu, Ilha do Bororé se não tiver um bom contato não fica sabendo das audiências públicas.

Eu estou aqui porque recebi um convite pelo meu e-mail. Senão, não estaria porque não vi anúncio em lugar nenhum.

Quero fazer uma reivindicação. Já é a segunda vez que faço isso. Como moradora da Ilha do Bororé há 26 anos, moro em um loteamento irregular. Tenho uma indignação enorme porque moro na zona Sul de São Paulo, 26 anos em uma rua que não tem luz.

Lula levou luz ao interior do Nordeste inteiro e na zona Sul de São Paulo ainda existe ser humano, como eu, que mora em uma rua escura. Se tenho luz na minha casa, é clandestinamente. Eu tenho vergonha de dizer que moro em uma casa que não tem luz.

- Manifestação na plateia.

A SRA. NAT LIA ROC A - Sou cidadã e gostaria de poder pagar todos os meus impostos como todos vocês aqui.

Gostaria de pedir, mais uma vez, que colocasse loteamento do Sítio Santa Teresa para termos o direito de ter água potável, o direito de ter luz. Eu moro em uma região onde tem mais ou menos cinco mil habitantes, como foi levantado pela UBS. Nós não temos água potável, nossa água está contaminada, isso está esclarecido.

Há mais de três anos estamos lutando com a Sabesp para ter água na Ilha do Bororé, mas infelizmente, por ser uma área de mananciais. É manancial e tem de preservar, mas tem de preservar também o direito do morador, o direito de quem vive lá. Nós temos o direito de ter água potável sim, de ter energia sim.

Como aqui e também em outras regiões, a água está contaminada. Foi feito um levantamento com a Sabesp dentro da Ilha, por oito meses, analisou todos os poços de água e a água está contaminada, mas infelizmente o Poder Público não faz nada por nós.

Outra coisa que quero pedir é que nós, que estamos no fundão da zona Sul, e vai começar a duplicação da Belmira Marin é uma sugestão que, por favor, comece o trabalho pelas pontes para dar acesso, a gente ter direito de sair daqui. Se começar o trabalho pelo início da Belmira Marin, o que será de nós? Nós não temos helicóptero para sair daquela região. A gente usa o ônibus.

É só isso. Muito obrigada.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra a Sra. Janice, do Grajau.

A SRA. JANICE - Quero começar fazendo um protesto. O Emanuel falou que as pessoas nos subestimam e é verdade. Eu, pessoalmente, conheço mais de dez Vereadores que estão na Câmara e são da nossa região. Eu queria saber onde eles estão. Estou vendo apenas um da nossa região aqui que é o Ricardo Nunes. Queria saber onde estão o Goulart, o Alfredinho, os Tasso e aí vai, um monte da zona Sul. Quando os caras têm de vir falar de assuntos de nosso interesse, eles não vêm.

Eu queria falar, assim como a Natália, da Avenida Belmira Marin, mas a pessoa responsável que me desafiou há três meses não está aqui, que era o Secretário de Transportes. Não está.

Então isso precisa ser levado um pouco mais a sério, ininteligível.

Assim como a família saiu na chuva, deixou a família em casa. Hoje é sábado. Quero apenas falar uma coisa. Estou com o jornalzinho que diz o seguinte: A premissa básica do Plano é inserir habitação popular em bairros com oferta de empregos e de serviços.

públicos” Eu queria saber onde estão sendo inseridas essas moradias? Onde estão inseridos esses empregos?

Só vejo o povo mudar. As empresas mudarem. E nossa região cada vez mais com gente morando na rua, tem gente morando até em campinho de futebol, na avenida Barro Branco, gente morando em tudo que é lugar. Aliás, as empresas onde estão? Quem pode falar sobre isso?

E outra coisa é que nosso amigo da Vila Natal falou aqui é moradia importante, mas não falou das creches. Quero falar das creches, que não tem vaga. Tem gente demais e área de educação de menos. Não tem vaga no Sampi, não tem vaga na creche municipal, não tem na creche estadual. Queria que isso fosse estudado para que dessem respostas para nós.

Vou estar no próximo Plano Diretor e onde estiver a Câmara para nos ouvir eu estarei. Se o Poder Público tiver vontade, teremos essas respostas. E vamos cobrar. Sei que você não é da região, mas está conosco.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço, tem de cobrar mesmo. Quero chamar o Dino, a Maria Lúcia e o Joel de Oliveira. E o João Paulo fala logo após o Joel.

O SR. DINO - Bom dia à Mesa e a todos. Meu nome é Dino, sou morador da região há 25 anos, sou do Movimento Associação do Garça Vermelha.

Gostaria de declarar que a gente se solidariza com essa lista enorme de problemas que todo mundo está trazendo e apresentando aqui.

Peço à Mesa e ao pessoal da Câmara, para que não haja, depois, digamos incoerência no discurso do que é apresentado e do que realmente é feito, observação especial à represa do Guarapiranga. A situação ali é bem caótica, bem crítica.

A represa armazena hoje 55% da água do que foi originalmente previsto. Quer dizer, ela está com mais de 50% da capacidade para a qual ela foi feita.

Gostaríamos de pedir que, efetivamente, fosse implantada a APA Jaceguava e que abortassem a ideia do aeroporto em Parelheiros. Isso não vai trazer nada em termos sustentáveis para a região. É isso, obrigado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Dino. Chamo o João Paulo, a Maria Lúcia e o Joel.

O SR. JO O PAULO - Gostaria de fazer apenas uma solicitação, sabemos que pode ser exposta para os deputados, para a Câmara e para a população. Não se trata de nenhuma revolta, nem protesto.

Sabemos que moramos numa cidade que tem muito trânsito, possui infraestrutura precária e transporte de massa precário. Mas porque não pensamos em liberar um trabalho sem incômodo à população no sentido de que ela trabalhe na sua própria casa?

Eu gosto de trabalhar em casa. Não vejo necessidade de se alugar um escritório, sair para procurar emprego fora de casa, só por que não posso trabalhar em casa.

A lei atual, do Plano Diretor, não é permitido trabalhar em casa. E meu trabalho não impacta ninguém. E o da minha esposa também. Ela é dentista e não pode trabalhar em casa e nem tem oportunidade, pois lá é restritamente residencial. Não tem impacto nenhum para a população.

Nós moramos ao lado do hospital e, mesmo do lado do hospital, não podemos ser um profissional de saúde.

Então não sei porquê temos de sair de casa, usar o ônibus ou carro ou taxi, poluir o ar, e não ter direito de trabalhar em sua própria residência.

Para diminuir o trânsito e melhorar a qualidade de vida que seja permitido trabalhar em casa, onde se tenha também infraestrutura.

Moramos do lado da Santo Amaro e não podemos trabalhar ali. Tem um corredor de ônibus na Santo Amaro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Qual é o bairro que você mora, para poder registrar?

O SR. JOÃO PAULO - Vila Olímpia. Moramos exatamente à frente do corredor de ônibus, a 50 metros dele, e a gente não pode trabalhar em casa. Mesmo sendo transporte de massa por causa de ser uma zona estritamente residencial.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem. Está aí a demanda do João Paulo, que mora numa zona estritamente residencial da possibilidade de desenvolver atividades profissionais dentro dos imóveis.

Chamar agora a Sra. Maria Lucia Belenzani.

A SRA. MARIA LUCIA BELENUANI - Bom dia a todos. Sou assessora do Vereador Nabil Bonduki na área ambiental. Fui também durante muito tempo moradora e trabalhadora dessa região.

Quero dizer algo que me preocupa muito na leitura do Plano Diretor. É sobre os eixos estruturadores que é um dos pilares do Plano como um todo. E eles entram nas áreas de proteção aos mananciais, mais especificamente nas avenidas Arouska(?), Belmira, Interlagos, Teotônio Vilela e um pedacinho da Seriauí(?), M'Boi, enfim, posso ter esquecido algumas.

Essas áreas estão protegidas pela Lei Estadual de Proteção aos Mananciais, que é a lei específica da Billings e da Guarapiranga. Aonde tem a diretriz, que é uma lei - não é uma diretriz - que fala do coeficiente máximo de aproveitamento. Daí, nos eixos, está proposto que seja dois e meio. Mas esses eixos estão ao longo dos corredores.

O que desejo propor é que nos corredores, dentro da área de proteção aos mananciais, não fizesse esse CA 2,5 no eixo de estruturação. Pode acontecer uma mudança dentro do solo. Acho que pode e deve gerar empregos no entorno dos corredores e moradia também, ZEIS, mas o eixo de estruturação não pode ter coeficiente 2,5, pois é incompatível com a Lei de Proteção aos Mananciais.

Agora, os corredores são fundamentais. A estruturação do território é fundamental para poder gerar empregos. Mas o CA 2,5 não vai nem resolver o problema da mobilidade, nem da habitação - porque não traz habitação popular -, e tampouco vai resolver o problema ambiental.

Nesse sentido, quero deixar registrada essa proposta.

Essas duas coisas um pouco antes, com relação à regularização fundiária que foi dito aqui - e também foi falado sobre o rural - quero salientar que a regularização da propriedade da terra é fundamental, tanto para os agricultores como também para a área urbana.

Peço ao Sr. Vereador Ricardo Nunes escutasse o que estou dizendo, porque ele tem um projeto de lei super importante: trata-se do incentivo para a zona Sul que mexe com o incentivo do IPTU. Mas há uma questão que não está endereçada ao Poder Público, Parelheiros, por exemplo.

O Centro de Parelheiros é uma zona mista. Não tem nada de ilegal nessa zona mista. Ele está agora, no novo Plano Diretor, dentro da macroárea de recuperação e proteção e já estava nessa macroárea antes, só que a Prefeitura não lança IPTU lá. Então, o cara tem um supermercado que está no Centro e não paga IPTU. Ninguém sabe quantas pessoas ele emprega.

Venho aqui pela primeira vez fora do Executivo, porque no Executivo eu conheço bem, a proposta da APA do Jaceguava. Acompanho há muito tempo APA Bororé-Colônia e a APA do Capivari-Monos e as APAs são instrumentos de gestão que realmente funcionam. Então, eu acho que a criação da APA do Jaceguava é uma proposta muito acertada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Joel de Oliveira, da ocupação Capadócia.

O SR. JOEL DE OLIVEIRA - Bom dia, companheiros e companheiras.

Eu sou morador da ocupação Capadócia, no morro da Lua. A ocupação do morro da Lua existe há 25 anos e é esquecida. Não tem esgoto para a comunidade e a preocupação é incluir como ZEIS 2 para que tenha título de usucapião

A área da Vila Andrade, onde estão 53 famílias que residem lá há 40 anos. Há oito anos teve um suposto dono que não sei o tramite que ele deu e conseguiu garantir que era dono da área e essa área está com ordem de despejo. Ontem estivemos fazendo uma reivindicação na Giovanni Gronchi com a Guilherme Dumont, mas infelizmente essa reintegração de posse está marcada. Não queremos nenhuma comunidade no olho da rua

- Aplausos

O SR. JOEL DE OLIVEIRA - Para o Sr. Nabil, relator do Plano Diretor, nós temos na Rua Dr. Soter de Faria a inclusão. Ela já está indicada como ZEIS 1, mas pedimos que possa relatar essa rua de inclusão para ZEIS 2 e que ampliasse e não fosse só na viela para que as famílias não fossem despejadas, pois elas tem direito já que estão lá há 40 anos. Uma única família quer tomar esse título de 53 famílias. Com o poder que ele tem, ele conseguiu driblar todo mundo e conseguiu a reintegração de posse. Não sabemos como. Queremos que incluam essa área como ZEIS 2

Repetindo: Rua Dr. Soter de Faria, que ampliasse essa área, tirasse ZEIS 1 e colocasse ZEIS 2 e não ficasse apenas na viela.

Enfim, toda a reintegração de posse que venha a acontecer que seja discutida uma solução para as famílias e que não sejam tratadas como foi a Dona Deva. O Subprefeito de Campo Limpo, o Sr. Sérgio, simplesmente, pediu para a Guarda Civil Metropolitana despejar as famílias. Ela veio com ordem do Subprefeito e acabou derrubando casas com famílias dentro.

Então, que se respeitem primeiro. Vamos lutar juntos pela (Ininteligível) da cidade. Vamos respeitar primeiro os direitos do ser humano. E depois, se a pessoa desejar (Ininteligível) por parte da Prefeitura, ela que entre na justiça e procure os seus direitos. É isso. (Palmas)

A SRA. ANA PAULA RIBEIRO - Boa tarde, companheirada! Boa parte para os companheiros que estão do lado fora. Eu me chamo Ana Paula, sou da Coordenação Estadual do (Ininteligível). Para além das três ocupações, Dona Deda, Capadócia, Faixa de Gaza e um terreno na M'Boi Mirim, que já está devidamente transcrito no papel que tem aqui na frente, e já entregamos para o "João" Américo, as nossas propostas de alteração do Plano Diretor. Gostaria que esta tribuna, aqui de frente para os Srs. Vereadores, preste atenção à nossa fala. (Palmas)

O movimento não estava presente em São Paulo. O movimento estava presente na região metropolitana de São Paulo, ABC e Campinas. Esse ano a gente entrou. Entramos em São Paulo. E por isso que hoje vocês veem uma audiência pública como antes vocês não tinham visto. E daqui para a frente pode alugar campo de futebol, porque vamos lotar todos os espaços. (Palmas)

O movimento entrou em São Paulo; estamos na zona Sul - mas também estamos na zona Norte, com a Estaiadinha. E não vamos admitir que aquelas famílias sejam tratadas daquela maneira. Tocada de maneira indigna a ocupação. Eles estavam na calçada na Av. do Estado, e também foram tocados de lá sob porrete, e não vamos admitir isso. O MTST entrou em São Paulo e agora a gente não sai mais.

A SRA. SI ONE SOUUA - Boa tarde a todos, à Mesa. Todas essas pessoas estão aqui não para fazer bonito, mas porque precisam. São pessoas de comunidades, são pessoas de ocupações, são pessoas de favelas que são desrespeitadas todos os dias - trabalhadores, mulheres e crianças.

Estamos aqui para saber a real do Plano Diretor, porque não vamos mais ficar de cabeça baixa, só ouvindo, só escutando, aceitando. O povo cansou de ser oprimido e de aceitar as migalhas que vem deste país

Somos trabalhadores que pegamos ônibus lotados todos os dias, e precisamos da cidade para sustentar essa cidade. Então queremos os nossos direitos, principalmente saúde, educação e moradia. O MTST não luta só pela moradia, porque luta também por saúde e educação. Não tem creches. Não tem peruas para levar crianças deficientes para as escolas. (Ininteligível) é com relação entre moradia e (Ininteligível) da Copa, porque estão maquinando as favelas, estão maquinando tudo que tem na cidade e que não diz respeito ao estado, para mostrar bonito lá fora coisas que não temos aqui no nosso país. (Palmas)

Vamos respeitar o cidadão, que é ele quem vota e elege todos os governantes. Precisamos de respeito

Esse *Minha Casa, Minha Vida* eu mudo o nome para *Minha Casa, Minha Luta*. (Palmas)

Aqui dentro não existe uma pessoa que foi contemplada com o *Minha Casa, Minha Vida*. Quem está sendo contemplado é quem está oito anos na luta, como eu, e agora a minha casa está sendo construída em Taboão da Serra. Mas foi com a luta, foi indo para rua, foi cobrando, reivindicando os meus direitos.

E esse povo que está nas ocupações Dona Deda, Capadócia, Estaiadinha, Faixa de Gaza vão ter a sua moradia digna por luta. Não é *Minha Casa, Minha Vida*, é *Minha Casa, Minha Luta*, porque o povo tem que ir para a rua e reivindicar os seus direitos.

Quanto às ZEIS, a gente quer dizer que não é só um problema técnico, não. A gente tem que pensar que todos esses (Ininteligível) em áreas ZEIS a gente está decidindo vida de famílias, de crianças, com esses despejos que estão sendo feitos às escuras. Eu estava na Estaiadinha e vi o que ele foi aquele despejo. Um absurdo: criança, mãe, idosos, grávidas. Pessoas tentando se suicidar porque não tinham para onde ir. As pessoas que moram em ocupação, a gente tem que deixar bem claro para os governantes, estão em barracos de lona. Não estão porque querem, mas porque não têm condições de ter uma moradia digna. E a comunidade que está em ocupação quer deixar bem claro que não quer nada de graça. Quer pagar, mas quer ter condições de pagar.

Companheirada, no MTST, a luta é para valer!

O SR. _____ - Eu só queria pedir um pouquinho mais de respeito, porque o que estamos discutindo aqui é muito sério. E independentemente do que vocês tenham que fazer no telefone, ou em qualquer outro meio, deixem para depois.

A SRA. MARILENE SOUZA - Boa tarde, senhores. Boa tarde, família bonita. Boa tarde, companheiros e companheiras.

Sou Marlene Souza, da Coordenação Regional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e represento uma (Ininteligível) em Embú, uma área de mananciais. Mas estamos tão cansados, e sabemos que área de manancial cheira uma coisa chamada "especulação imobiliária". (Palmas)

Uma boa parte das áreas de proteção ambiental desta cidade tem uma densidade populacional muito grande. Quem olha para a estrutura do Plano Diretor, que nós estamos acompanhando, vê que estava tudo muito sério nessa questão, como se as pessoas que lá estivessem não pudessem estar lá.

Fiquei muito preocupada também com o que eu ouvi aqui: que nós estamos pensando em transporte em São Paulo. Complicado, realmente, já que as pessoas passam quatro em transporte público. Saindo de suas casas, de suas ocupações, de suas comunidades para trabalhar. Mas também se não tem a solução, arrastar essas pessoas para o centro para ficar mais próximo do trabalho, porque não somos pacotes, que vai de lá para cá. (Palmas) É muito importante, sim, estabelecer qual é a real verdade do Plano Diretor quando se trata de habitação.

A Subprefeitura de Campo Limpo é uma das subprefeituras mais ricas em mão de obras, é uma das subprefeituras mais ricas em densidade populacional. Espaço de trabalho tem bastante, e muita área irregular, e muita gente morando mal. E isso nós não admitimos mais. Mas não é tirarmos de lá, não, é deixá-los lá, e garantir essa utopia que não foi cumprida O *Minha Casa, Minha Vida* não alcançou sequer 30%. Um milhão de moradias não consegue. Foram entregues 300 mil moradias, e isso é muito pouco.

Acredito que devemos tomar bastante cuidado - eu, no caso, e todas as famílias, que nós sabemos escolher os nossos representantes. Muitos governadores estão com CPI nos calcanhares. Se o *Minha Casa, Minha Vida*, se não for cumprido de fato conforme prometido, eu acredito que o Governo não consegue se eleger nem como síndico mais, porque ninguém aguenta mais ser enrolado. É um absurdo manter crianças numa calçada, recém-nascidos que inalaram fumaça a noite inteira. Sabem por quê? Porque a Copa está chegando e precisa construir aeroporto, hotéis... (Palmas) E aí vamos matar essas pessoas, porque a polícia é violenta, que pega de forma extremamente vil o trabalhador, pai, mãe, e principalmente criança. Criança que não tem garantia de creche, que não tem nenhuma garantia de estabilidade familiar, que não tem garantia de mais nada. Até porque o ano que vem o Haddad também tem um projetinho: criança agora vai repetir de ano. Estou muito preocupada.

Nós queremos a garantia de que as nossas casas e os nossos apartamentos serão construídos nas ruas onde estamos - Dona Deda, Capadócia, Faixa de Gaza, Novo Pinheiro do Embú. Não vamos sair do terreno, não. Ocupar, resistir e ficar aqui. Transporte de qualidade lá, creche de qualidade lá, moradia de qualidade lá também, porque a Fifa está cobrando a preço milionário. Está cobrando com choro e abandono a Copa do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Deixa eu contar uma coisa importante para vocês: de quinta-feira até amanhã acontece, em Brasília, a Conferência Nacional das Cidades, e a Câmara Municipal tem representação. Na quinta-feira o Nabil esteve lá, ontem estive eu. E o Nabil tem que voltar na representação que a cidade de São Paulo tem na Conferência Nacional de Cidades. Por isso vamos interromper, após chamar o 23º inscrito, a Sra. Maria Cipriana, quem eu peço para se preparar, e também o Sr. Paulo de Lara. Após, o Nabil fará uma fala no meio, e eu ao final, com a autorização do nosso relator, para que ele possa rapidamente dar uma contribuição a partir do que ele escutou aqui e possa ir para a Brasília, que ele tem que chegar lá antes das cinco horas da tarde para votar para São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Calma, pessoal. Temos que entender que parte dos nossos problemas não é resolvida apenas na cidade de São Paulo, só com o orçamento de São Paulo e só com os Vereadores. Temos o compromisso, sim, de buscar dinheiro em Brasília, buscar dinheiro no Palácio dos Bandeirantes, porque precisa, sim, do envolvimento de todos.

Passo a palavra ao Vereador Nabil, e após chamarei a Sra. Maria Cipriana.

Agradeço a todos pela compreensão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Pessoal, como o Vereador Police Neto já falou. Deixa eu explicar uma coisa importante para vocês.

A Conferência Nacional de Cidades acontece uma vez a cada três anos, e ela elege o Conselho Nacional das Cidades. Isso está em debate lá, tem alguns que querem aumentar para quatro, outros querem diminuir para dois. Mas atualmente são três anos.

Será eleito agora o Conselho Nacional das Cidades, que tem uma representação de Vereadores. E, às cinco horas, haverá uma reunião na qual serão eleitos os Vereadores que farão parte do conselho.

No Conselho, discute-se a política nacional para as cidades - política de habitação, mobilidade, saneamento e de ordenamento do território.

Estou falando isso para dizer que fiquei aqui o máximo que eu poderia ficar, senão eu não consigo pegar o avião.

Manifestação fora do microfone

O SR. NABIL BONDUKI - Gente, pelo amor de Deus, é preciso ter um mínimo de compreensão. Eu ouvi 23 pessoas, faltam cinco para falar. E eu queria, portanto, justificar a minha saída nesse momento. Quero dizer que ouvi a maior parte das questões. Acho que as questões ambientais que foram enfatizadas aqui são muito importantes e terão que ser analisadas com cuidado. Isso já está detectado: a atenção à zona rural, a preocupação com essa compatibilização entre quem está ocupando a área e os cuidados ambientais. E também a questão do problema da habitação

Conheço o problema da habitação há muito tempo. Já estive em muitas ocupações. Já fiz muita organização de favela. Fui responsável pela área de urbanização de favela e regularização fundiária no Governo da Luísa Erundina. Participei de ocupação de terra quando assessora movimento. Tenho a maior sensibilidade por essas questões colocadas aqui.

Essas áreas, algumas delas, já estão previstas como ZEIS no Plano Diretor. As que não estão serão estudadas. E nós certamente temos que prever, no Plano Diretor, uma continuidade suficiente de ZEIS para dar conta das necessidades da população de baixa renda. Esse é um grande desafio da cidade de São Paulo. O Vereador Police vai falar disso também no final, porque já há uma compreensão a respeito desse tema. E nós vamos ter sensibilidade para poder atender não apenas essas questões como também as de vários outros movimentos que também estão reivindicando ZEIS. Esse é o compromisso. Claro que teremos que compatibilizar todas as necessidades que tem na cidade, e essa é uma questão complexa que temos em São Paulo. São Paulo é uma cidade com muita gravidade e muitos problemas.

Tudo que for falado aqui será registrado pela minha assessoria e pela Relatoria da Comissão de Política Urbana. E vamos continuar esse diálogo em todas as Subprefeituras na zona Sul. Esta é uma reunião de abertura do processo da zona Sul; depois continuaremos em cada uma das Subprefeituras para aprofundar a discussão específica de cada região.

Agradeço ao nobre Vereador Ricardo Nunes, que é da região; e ao nobre Vereador Police, que representa a Comissão de Política Urbana e a Relatoria também neste momento.

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao nobre Vereador Nabil, que vai a Brasília conseguir um espaço para São Paulo no Conselho Nacional das Cidades.

Tem a palavra a Sra. Maria Cipriana, Presidente de entidade na Capela do Socorro.

A SRA. MARIA CIPRIANA - Boa tarde, companheiros, autoridades da Mesa, quero estender as mãos ao Movimento sem Moradia, porque quando vim para São Paulo morei muito tempo debaixo do viaduto.

Por que estive em Vargem Grande, fui punida, presa? De tanto ir à CDHU, fazer tudo isso que vocês fazem aqui. E fui muitas vezes atrás do Pedro no camburão porque queria que ele tivesse moradia. Essa história é longa. Então, de tanto sofrer algema, motins, fugi para Vargem Grande.

Por que quero dar as mãos para vocês que estão sem moradia? Porque é cruel uma pessoa que sai daqui para trabalhar na Praça da Sé, Vila Mariana, etc e, quando chega em casa, recebe ordem de despejo. Não pode pagar aluguel, não sobra dinheiro para comer, nada. É terrível a pessoa que não tem moradia.

Quero agradecer a esses Srs. Vereadores que estão aqui, porque pelo menos esses vieram até a população, porque é difícil, então eles merecem destaque. Entre os muitos Vereadores, só eles vieram até aqui, então merecem respeito.

E vocês merecem muito mais, porque estão lutando pelos seus direitos. Eu luto desde 1980, ajudei a criar o Conselho Coordenador das Associações das Favelas de São

Paulo, que funcionava muito bem. Consegui muito mais coisas naquela época do que agora, mas infelizmente não existe mais o Conselho.

Estou querendo reativar esse Conselho para dar apoio ao Movimento dos Sem Teto. Também quero avisar aos companheiros que não têm casa e que moram em favela ou área de risco que estou aqui, estou na terceira idade, mas ainda estou bem forte, e tenho crachá. Sou uma das criadoras das favelas no Rio de Janeiro. Os Srs. Vereadores me conhecem, eles sabem que ajudei a dar muitos votos a eles. Então, se precisarem de mim para um auxílio, eu posso ajudar.

Aqui tem uma mulher que não tem medo de camburão. Estou estendendo as mãos para vocês, podem me procurar, porque esse papo que existe desde 1980 de organizar favelas é conversa para boi dormir. Nunca organizaram nada, não dão a mínima. Eles vão fazer o trabalho deles, e eu preciso fazer o meu, porque só prometem. Por um lado, tenho até dó dos Srs. Vereadores, porque eles vieram, mas os outros não vieram.

Eu gostaria de sugerir aos Srs. Vereadores que montem uma maquete dessas reuniões, porque misturou as regiões, e tem muitos assuntos aqui que têm que ser separados, porque estão tumultuados.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Sra. Maria, vou explicar. Hoje, a reunião é regional, por isso reúne toda a zona Sul. Amanhã será só da região de Cidade Ademar, como já houve ontem só do Jabaquara, então a gente vai fazer uma igual a essa, com uma observação mais para o território, exatamente para cumprir o que a senhora está dizendo agora.

Hoje estão reunidos Capela do Socorro, Cidade Ademar, Parelheiros, Santo Amaro, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana.

A SRA. MARIA CIPRIANA - Eu gostaria de pedir aos Srs. Vereadores que, antes de fazer as regionais da Subprefeitura, saiam da cadeira e vão até os bairros escutar o povo, porque os Srs. Vereadores não fazem isso, e só recebem quem eles querem.

Obrigada. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO - Boa tarde. Sou estudante de Arquitetura e Urbanismo e esse é um tema muito importante para a Cidade. Por isso vim para ver como estava acontecendo isso.

Quero parabenizar todas as entidades de classe que vieram, pela forma como se manifestaram, mas isso ainda é pouco. Por quê? Parece que isso está sendo para eleger. Registraram tudo o que aconteceu na ata? Os senhores estão vendo algum Secretário registrando todas as propostas? Então, está faltando uma organização melhor. E quem vai cobrar isso? Os representantes legais que não compareceram, ou os representantes legítimos que estão aqui brigando por vocês?

Esse movimento dá mais certo se tivermos um espaço para estar no meio (ininteligível), se não tudo isso ficará registrado somente na Câmara.

Esse movimento é muito importante, várias cidades do mundo já fizeram a mesma organização, planos de mudança, mas o que estamos vendo aqui é outra coisa.

Básicos da mobilidade: transporte é ônibus? Que cidade do mundo se desenvolveu em cima de ônibus? Um modelo ultrapassado, que fica travado, você fica quatro horas parado nas ruas. Isso só vai piorar a Cidade. E quando piora, o que acontece? As zonas privilegiadas são supervalorizadas, e a população vai morar onde? Em área de risco. Ninguém mora em área de risco porque quer, é por falta de opção. Então, falta uma política que realmente contemple tudo isso para a Cidade.

O povo não tem participação. As entidades de classe poderiam participar mais desse Movimento, então briguem por isso, olhem com atenção. Critico o plano porque as outras cidades do mundo estão se desenvolvendo através de metrô, de transporte de massa efetivo, e corredor de ônibus não é transporte de massa. A gente só vê isso nos países da

América do Sul subdesenvolvidos. Nas grandes capitais do mundo, o transporte é outro. O que vai acontecer é travar a Cidade

Precisamos de um transporte efetivo, que facilite a mobilidade, diminua o custo para a Cidade e que consiga permitir o acesso ao trabalho

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra a Sra. Maria, do Jardim São Judas Tadeu.

A SRA. MARIA NORA NEY - Sou da Associação dos Moradores do Jardim São Judas Tadeu. Trabalho com a moradia, faço parte do LS Movimento de Moradia Popular e estou aqui representando o meu bairro, que não tem representante

Como foi dito, todas as outras reuniões dos anos anteriores sempre tiveram ata, e por que este ano não teve? Por causa da internet? É direito de cada um ter a sua ata que eram distribuídas nas Subprefeituras após a votação. Tínhamos tudo isso na Subprefeitura, mas agora por causa da internet está acabando tudo.

Precisamos de moradia, saúde, creche, escola, na nossa região. Os postos de saúde não têm médico na região, desde fevereiro até hoje. Esse Médico da Família é "fake", porque não temos médico

Na região de Parelheiros, Capela do Socorro, Campo Limpo, está aprovada a moradia, mas ninguém está fazendo nada por isso. Então quem está pagando essa moradia?

O projeto Minha Casa, Minha Vida - Entidades é nossa luta, porque não tem aqui em São Paulo. No interior tem moradia, mas em São Paulo não tem um pingão de interesse político. Vai construir aeroporto, por que não temos moradia?

Obrigada (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigada. Tem a palavra o Sr. Gonçalves

O SR. GONÇALVES - Na cidade de São Paulo existem 297 casas (inaudível) e 1,7 milhão de pessoas pagando aluguel. O Sr. Prefeito prometeu que 75.000 moradias, ou seja, 35 casas por dia, e não fez nenhuma. O Secretário é um típico fazendeiro do interior e não sabe de nada sobre moradia.

No Plano Diretor de 2004, indicamos 128 áreas da nossa região. Surgiram 200 torres em plena Marginal, do aeroporto para cá. Não pensaram em creche, em mobilidade, em posto de saúde, nada. Então, espero que esse Plano Diretor seja mais a nossa cara, a nós, que moramos de aluguel e de favor

Se não fizerem mais, as 30 ZEIs, dia 17 de abril será o Dia Vermelho, em que faremos a ocupação, porque já fizemos ocupação com 40.000 pessoas na margem do Guarapiranga, desceu a polícia, desceu o pau, vários companheiros foram presos. Posso ser preso, mas o povo está morando nas casas.

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. João Santos de Oliveira, da Vila Rubi

O SR. JOÃO SANTOS DE OLIVEIRA - Boa tarde, autoridades da Mesa. Agradeço todos vocês do Movimento de Moradia. Estamos vendo essa batalha por moradia, porque nós, que pagamos aluguel, temos o direito de moradia, porque está na Constituição: saúde, educação e habitação. E parece que habitação sempre fica para último caso, é o último da fila.

Isso acontece porque muitos não levantam das cadeiras para se deslocar até uma audiência pública como esta, que é uma mãe para reivindicarmos os nossos direitos. Mas vocês estão lutando por moradia digna, um direito de todos nós

Já paguei aluguel, já fui despejado, já fui humilhado, e hoje luto para que todos tenham a sua moradia digna. Esse é o lema: quem não luta está morto. Temos que ir à luta para adquirir o nosso benefício de moradia.

Parabéns aos que vieram.

A Capela do Socorro é uma região problemática, temos que modificar esse zoneamento, porque várias famílias saíram das favelas, foram removidas, e temos apenas uma área em que serão construídas 1 800 unidades, e ainda o Ministério Público barrou isso

O que está acontecendo? O Ministério Público não deixa ninguém construir nada "Ah, porque é área de mananciais". Está certo, temos que resguardar a água, mas, quando se fala de moradia, o que eles fazem? Pode fazer posto de gasolina, grandes mercados, outros empreendimentos que não beneficiam a população.

Isso é um absurdo. Temos que fazer manifestação.

Outra coisa, o hospital de Parelheiros tem de ser feito. E esse pessoal tem que rever o aluguel social que está sendo uma miséria. Queremos, daqui para frente, que seja urbanizada mais uma favela, porque esse aluguel social não serve para ter moradia digna

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado, João. Tem a palavra o Sr. Ney Favela.

O SR. NEY FAVELA - Sou Presidente da Federação de Favelas de São Paulo. Quero dizer aos líderes das ocupações, como o Sr. Joel, a Ana Paula, que não se deixem levar por discurso: atentem às leis. Nós, os mais velhos, brigamos pelas leis. Além do Estatuto da Cidade, brigamos pela lei específica de mananciais

E vocês têm direito à moradia. ZEIS significa Zona Especial de Interesse Social; HIS significa Habitação de Interesse Social. As leis existem, o que falta é aplicá-las. Eles não estão aplicando

Não tenho vergonha de morar na favela. Vergonha tem que ter quem me colocou na favela: os governantes.

Companheiros líderes, não se importem com os discursos. Peguem as leis que já estão no papel e façam o governo colocá-las em prática. A lei específica da Guarapiranga já existe, a lei específica da Billings já existe. Existem as ZEIS, existe o PRIS - Programa de Recuperação de Interesse Social, o que falta é negociar com o proprietário para que o Estatuto da Cidade se aplique ao usucapião.

A Medida Provisória 2220 é organizada e tem o documento de posse. Existem 76 favelas urbanizadas aqui na região Sul, já é uma conquista, mas ainda falta a regularização fundiária de muitas favelas. A lei já existe, e se tem as zonas especiais para atender moradia vocês têm que ir atrás da lei. E peçam aos governantes para aplicarem essas leis.

Só isso que importa. Então essas lideranças que se atentem para as leis. Esqueçam o discurso. Atentem para a lei e façam que seja cumprida.

Essa gestão - que está no Governo, do PT - se preocupa com a habitação. Eu respeito essa gestão. O restante também no Vereador Ricardo Nunes, que é renovação. Tem de renovar!

E vocês: se politizem, para que, quando estiverem bem velhinhos, na favela, digam: "Valeu a pena eu ter lutado pela minha comunidade e pela cidade de São Paulo."

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. A Neli Oliveira é nossa última inscrita

A SRA. NELI OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Sou Neli Oliveira, do Conselho Gestor de Saúde e liderança de bairro.

Quero reforçar as palavras do colega. As leis já existem. O que precisa é fazer o que estamos fazendo hoje: nos organizarmos. Existem os conselhos, o conselho de Saúde, está vindo aí o conselho participativo. E o que é a função principal do conselho? Fiscalizar. Fazer valer a voz do povo. Representar o cidadão comum.

Temos de estar cientes também sobre quem são os responsáveis, por exemplo, quando se fala da luta do aeroporto de Parelheiros. Depois vai lá constroi uma creche, uma UBS, e coloca o nome. "Fulano de Tal". Não! Foi o povo que lutou, foi uma conquista do povo. Não deve ter nome de político.

Enquanto tem político interessado em trocar nome do parque, por exemplo, o parque do Embu, colocam o nome da vó de tal político. Não! O parque é do povo. Estou dando um exemplo simples, cidadãos

Existe o conselho, como por o exemplo o conselho de Saúde. Falou-se da habitação, mas temos a área da Saúde. Essa coisa de moradia, tudo bem, mas e o povo que está doente. Doente porque? Tem falta de tudo e ainda não se cumpre a lei. Deixam o cidadão doente. Cadê a construção dos postos de saúde? A construção de hospitais? Temos de lutar todos em conjunto.

Precisamos, sim, rever as leis e reorganizar São Paulo. Mas, temos de reorganizar dentro da realidade de cada região

Precisamos de UBS, então, as lideranças de bairro indicaram vários terrenos para os técnicos. Ai disseram que não foi aprovado por causa da lei dos mananciais. Mas, quando há grandes empresários aprova-se rapidamente?

Desde 1979 o Movimento de Saúde do Grajaú luta para construir UBS dentro da Capela do Socorro, a mais carente. Até agora tem dois que tiveram a verba liberada pelo PAC no Cantinho do Céu, no Cocaia, e no Jardim Eliana, mas não sai a construção, pois para na Lei dos Mananciais

Precisamos nos organizar através dos conselhos. O conselho participativo está ai para representar o cidadão. Eu agradeço a oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. Neli, Estamos chegando à parte final do nosso encontro do dia de hoje.

- Gravação interrompida.

O SR. _____ - Notícias da região vindas pelas lideranças - de Sena, Nanci, Janice, Nei Favela - principalmente na área de habitação, vejam, tudo isso que está sendo dito estamos anotando, e está sendo gravado. Temos um trabalho intenso na Câmara Municipal nesse sentido.

Nosso Presidente José Américo tem realizado uma gestão fantástica de levar à sociedade, colocou o anúncio na televisão convidando as pessoas para virem nas audiências públicas, então acho que precisamos ter esperança.

Há uma frase muito bonita: "O mundo pertence aos otimistas. Os pessimistas são meros espectadores". Então se não tivermos otimismo para que as coisas andem, não iremos para lugar nenhum. É uma frase (ininteligível), Presidente.

Mas parabéns a todos vocês que estão aqui, num sábado, trabalhando pela região de vocês, pela comunidade de vocês.

Agradeço ao Vereador José Police Neto que está presidindo a comissão, ao (ininteligível), ao Murici, chefe de gabinete da Sub de Santo Amaro e participou de todos os trabalhos da Lei da Guarapiranga. Foi um dia bastante produtivo. Vamos avançar. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agora tem a palavra o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo Vereador José Américo

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Boa tarde a todos. Saúdo a todos pelo nosso querido Vereador José Police Neto, da Comissão da Política Urbana. Cumprimentos os demais integrantes da Mesa. Saúdo o Vereador Ricardo Nunes, que é da região.

Quero dizer a vocês o seguinte: essas audiências públicas que estão ocorrendo fazem parte de um esforço da Câmara Municipal para chegar até a população.

Ontem à noite, os anúncios desses convites foram até na novela da Globo. Anunciavam esse ato de hoje.

Então procuramos chamar a população para que participem dessas audiências públicas. Tenho certeza que o resultado já está acontecendo. E isso significa que o Plano Diretor não vai ser como o projeto que está aí. Ele vai ser modificado. Claro que ele vai ser modificado.

Anteontem tivemos uma audiência pública de habitação, já para discutir o Plano Diretor, e compareceram três mil pessoas

Hoje, somos quase mil pessoas assistindo, dentro e fora do recinto, essa audiência pública. Isso significa que a participação popular está acontecendo e as reivindicações trazidas por vocês estão com muita força.

As propostas e alterações de ZEIS que vocês trouxeram, eu já tive oportunidade de responder a um dos movimentos que estavam presentes, junto com o Dr. Guilherme
- Gravação interrompida.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Então significa que a chance de vitória é grande. Então, pessoal um abraço para vocês. Conto com vocês

Peço só que esperem o nosso querido José Police Neto que vai concluir a audiência pública

Quero lembrar que dia 8 de dezembro terá a eleição do conselho participativo de representantes de toda a São Paulo. É uma lei que foi sancionada pelo Prefeito Haddad e que teve uma participação muito importante do Vereador José Police Neto, aliás, foi quem fez a emenda e criou esse conselho. A ideia foi adotada pelo nosso Prefeito Haddad e vai ser implementada também essa área de luta. É tão importante a mobilização e que as pessoas se candidatem e votem e, portanto, participem.

Com relação à ata, fiquem tranquilos, temos uma câmara de alta potência que gravou tudo. A partir disso, será feita uma gravação. Teremos uma ata mais pormenorizada, mais do que anotada. Não se preocupem, que o Vereador José Police Neto é o maior fazedor de ata que conheço. E ele anotou tudo, tá tudo bem anotado, fiquem tranquilos.

Passo a palavra a ele, para que, inclusive possa encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao nosso Presidente José Américo. Passo a palavra ao Tomas para que, em cinco minutos, faça a conclusão por parte do Executivo. Em seguida, vamos para nosso encerramento

O SR. TOMAS - Quero também agradecer a participação de vocês. Sabemos que o Governo e os avanços no Plano Diretor dependem da pressão e da presença de vocês para garantir os interesses da Cidade.

Quero passar, rapidamente, por alguns pontos, e esclarecer que a proposta de levar moradias para perto dos corredores de ônibus diz respeito ao enorme *déficit* habitacional que existe hoje na Cidade, além de um terço que mora em assentamento precário e temos, segundo a versão do Plano Municipal de Habitação, 300 mil domicílios de *déficit* habitacional e, até 2024, serão 740 mil famílias em *déficit* habitacional no Município.

Precisamos acomodar essas pessoas no lugar onde elas vivem. E, por exemplo, as ZEIS-4, em áreas de mananciais, estão sendo ampliadas e têm esse objetivo. Quero chamar a atenção de vocês para o Artigo 209, Inciso XI, que trata exatamente de um regramento para as remoções relacionadas aos projetos urbanos e intervenções sociais. Lá é disposto e determina que esse tipo de procedimento tem de, necessariamente, atender os lugares ou imediações onde cada projeto indica

Quero registrar também a ampliação das ZEIS. Estão sendo ampliadas em 20% não só nas áreas, mas também no segmento de zero a três salários mínimos. Os parâmetros de ZEIS estão sendo ampliados para até 50%. É um avanço importante em relação ao Plano Diretor vigente.

Desejo ainda registrar que o processo conduzido pelo Governo no sentido de elaborar esse projeto de lei foi pautado por um amplo processo participativo. Houve várias rodadas de discussões, que começaram com a avaliação do Plano Diretor existente e, depois, passaram pelas oficinas de propostas em cada uma das Subprefeituras. Essas propostas foram sistematizadas e em seguida, houve as devolutivas. Colocamos no ar uma minuta participativa, quando também várias contribuições foram enviadas. Isso tudo resultou nessa minuta de projeto de lei.

Nesse sentido, há transparência também, quanto ao âmbito social: na página da Prefeitura da SMDU, no *link* gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br vocês têm acesso, em formato aberto, a todos os mapas e todas as informações que compõem esse Plano Diretor. Podem acessar, baixar os mapas no detalhe e olhar como isso tudo impacta a vida de cada um. Inclusive está compatível com o *google maps* e o *google earth*, portanto, fácil de trabalhar. Podem ver onde estão as EIS, os corredores, as macroáreas.

Podem ver com detalhes o impacto que o Plano Diretor tem sobre cada um e, repito, as informações estão abertas. É um convite para vocês continuarem a visitar esse conteúdo, analisar e trabalhar para o aprimoramento que, sem dúvida, acontecerá a partir desse amplo processo participativo que a Câmara Municipal está promovendo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Pessoal, vamos concluir agora. Mostrarei rapidamente para vocês uma questão - na minha opinião - fundamental.

Falamos muito sobre habitação, e o Presidente foi muito preciso em mencionar a importância de vocês estarem presentes.

Fizemos questão de fazer um pouco desse exercício que o Tomas nos trouxe. Mostrar exatamente onde está nossa região e o que ela tem.

Primeiro, a separação do que são as nossas macrozonas e quais os limites entre uma e outra, e ainda qual a diferença delas. O que estamos reconhecendo para preservação e onde a acomodação da população tem de ser estimulada.

Mais do que isso, temos de compreender a carta geotécnica, aquela por onde os técnicos investigarão o subsolo, a composição rochosa, a presença de maciço vegetais e as cabeceiras de drenagem, tudo que motiva a presença ou a desestimulam. E a técnica não deve nos agredir, deve compor com a sociedade uma forma de ocupação ordenada.

Também temos de fazer uma leitura das EIS que já estão e até discordo um pouco do Tomas. Muito dos 20% de EIS novas é EIS-1, portanto, é habitação de ocupação em área pública que não seleciona novas áreas, mas só reconhece as já existentes. Por isso, a contribuição do movimento que veio aqui dizer não às EIS-1, mas das outras EIS. Isso é fundamental.

Afinal, o Poder Público reconhecer as EIS-1 não é difícil. Sabemos disso. Mas avançar das EIS-1 para dar função de propriedade para as áreas que não são públicas com população é bem diferente.

Por isso, essa disposição de vocês tem sido muito importante. E tudo que vocês veem de vermelho aqui é EIS-1 e, portanto, não inova nessa regra. Só reconhece. E temos de avançar. O índice de 20% de crescimento de EIS precisa ir além: de 25 a 0% de EIS. Onde? Nos corredores, onde está dado o benefício.

Fomos lá, reconhecemos que a cidade de São Paulo precisa ter avanços. E esses avanços estão onde? Dentro dos eixos. Então a questão fundamental dos eixos - que terão a premissa, sim, de coeficiente de aproveitamento maior - é que dentro deles temos de ter um espaço deles determinado nos mapas de EIS. Talvez seja o trabalho mais importante do movimento social popular organizar que é interpretar os mapas, reconhecer as áreas dos eixos que são esses corredores e lá, sim, conseguir ir gravando áreas de Habitação de Interesse Social.

Essa talvez seja a tarefa mais importante para construirmos, de hoje até o final de dezembro, um projeto para que tenha votação num ambiente como tivemos aqui: o debate popular responsável, respeitando as premissas ambientais, mas sabendo as diferenças e desigualdades que já foram construídas em nossa cidade e que têm de ser enfrentadas.

Portanto, é dividir também o eixo norte da zona Sul que, sem dúvida alguma, já é rico e tem muito do seu desenvolvimento garantido já em Operações Urbanas. Mas muito diferente em outras regiões. E podemos até pegar a área ao sul da zona Sul que, a sim, precisa ter uma aplicação e um critério muito grande, nosso - dos Vereadores, nós que

estamos aqui e outros que vão se somar -, mas, especialmente, uma condução popular para que o voto reflita aquilo que a população nos traz

Vocês nos deram hoje - como na última quinta-feira na Câmara - um banho de povo na Câmara para que o Legislativo não erre. Parabéns a vocês. Palmas

E não havendo mais nada a ser tratado, daremos por encerrados os nossos trabalhos, agradecendo ao Presidente que nos acompanhou do começo ao fim, ao Vereador Ricardo Nunes, os técnicos da Secretaria e, especialmente, a vocês que estiverem conosco. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU ALVARENGA – ESTR. DO ALVARENGA, 3752

DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção. expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 22ª audiência pública do PL 688/13 Plano Diretor Estratégico.

Está convidado o Sr. Fernando Melo Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, neste ato, representado pelo Sr. Fernando Bruno, Técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que fará a apresentação do Plano Diretor

É um prazer estar aqui na região da Cidade Ademar, área que conhecemos bastante, dos anos que estive na Prefeitura e sei, obviamente, que um dos problemas graves que temos, é habitação e de mobilidade. Habitação, em função, principalmente das questões de regularização fundiária. Uma área bastante complicada onde o Poder Público, nos últimos anos, andou muito pouco. Fazendo com que tenha grande parte região, ainda irregular. Ao mesmo tempo, lembro que começamos a implantação, do que era para um polo esportivo cultural, que era Parque Sete Campos, área que pertenceu a IEMAE, tive informações de que ele não está sendo - hoje se ele foi concluído - não está sendo utilizado. Ao mesmo tempo tivemos informações, com relação ao decreto de utilidade pública feito esse ano, em cima de uma área, ou de um conjunto habitacional regularizado, que efetivamente, temos de analisar é com tantas áreas e com uma região tão grande e com tantos problemas de regularização fundiária, definir, exatamente uma área que está regularizada com habitação construída, com gente morando para fazer terminal de Ônibus. A localização do terminal ele deveria ser feito para melhorar o conjunto da região e não criar mais problemas do que sabemos que aqui já tem

O Plano Diretor estratégico tem muita essa função. Ouvir a comunidade, em especial aqui nessas regiões, sabemos que quem conhece o lugar é quem mora e quem trabalha no lugar. As pessoas são as que conhecem a cidade real. Não a cidade, que costumo dizer, a Cidade ideal, a cidade do *point point* que fazemos em cima de mapas, em cima de teorias, mas não da vida real, dia a dia. E o Plano Diretor Estratégico, tem como objetivo melhorar o dia a dia das pessoas. Transformar o mais próximo possível a cidade real, aquela que existe da cidade ideal. Sabemos que não conseguimos chegar no ideal até porque São Paulo é uma cidade, que tem um passivo imenso, são anos e anos, anos de deficiência no setor público, com relação a melhorias de implementação de infraestrutura na cidade. Obviamente o trabalho do Plano Diretor visa, compensar de certa, forma, ou pensar pelo menos no futuro da cidade de forma um pouco mais organizada, ou de forma mais racional. Esse é o trabalho que a Prefeitura do Município de São Paulo tenta fazer cada vez que implementa o plano diretor estratégico

O Plano Diretor foi criado pela Secretarias de Políticas Desenvolvimento Urbano, do Executivo, da Prefeitura que foi enviado a Câmara dos Vereadores à nossa comissão Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Estamos realizando 45 audiências públicas, uma em cada subprefeitura, depois quatro regionais e 10 temáticas, inclusive, uma delas, a de mobilidade outra habitação, enfim. Serão 45 audiências públicas, até dezembro, com o objetivo de ouvir os problemas e prioridades de cada uma das subprefeituras, mas na palavra dos seus moradores e não dos subprefeitos.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Bruno, que irá apresentar o plano diretor de forma global

- Orador refere-se a tela de projeção.

O SR. FERNANDO BRUNO - Bom dia a todos. O Plano Diretor em vigor, comemora-se 12 anos. Nos perguntamos porquê rever o Plano Diretor ao cabo de 10 anos. Primeiro, porque a Legislação Federal manda que assim seja. O Plano Diretor de qualquer município seja revisto a cada 10 anos. Passamos. Estamos com 12 anos. Segundo, porque em 10 anos muita coisa muda na Cidade de São Paulo, não só na região em que moramos, mas na cidade como um todo. As cidades são dinâmicas. Estão cada vez mais dinâmicas. Há 10 anos a gente reclamava do trânsito, da mobilidade, mas era outra conjuntura. Por isso à necessidade de repensarmos nosso Plano Diretor e também é sempre bom discutir nossa

cidade e o futuro da nossa cidade.

O projeto foi elaborado pelo Executivo e está agora sob a análise da Câmara Municipal. A estrutura do PL é essa aqui. Não vou tocar no título 1, mas ele é muito importante para aqueles que tem acesso ao texto completo, onde se define que a função social da propriedade, da Cidade, não vou tocar nesse assunto, mas chamo atenção para a importância disso, para podermos interpretar todo o restante dos dispositivos do PL. Vou direto na ordenação territorial, que começa com uma divisão do território do Município em duas grandes macrozonas. No extremo Sul, começamos onde estamos: Dois corpos d'água, duas represas, Guarapiranga e Billings. Passando por Grajaú, Parelheiros, até a reserva Capivari Monos. Lá em cima a Serra da Cantareira, Várzea do Tietê, ao longo da Raposo, e aqui no extremo Leste o que chamamos de macrozona de potencial e recuperação ambiental. Não que, queremos que não haja ocupação aqui nesse território. Não é nada disso. É que a ocupação nesse território é mais delicada. Tem de ser feita de uma maneira mais cuidadosa, diferente do que a macrozona de estruturação e qualificação, que também seus problemas, mas onde a urbanização já é bem mais consolidada. Essa é a primeira maneira de olhar como é que vamos ocupar e recuperar as questões urbanas da cidade.

Cada macrozona é dividida em macroáreas. O segundo mapa que vou mostrar é o mapa que chega mais um pouquinho das peculiaridades de cada grande região. Aqui permanecemos com uma região a ser efetivamente preservada, com algumas peculiaridades, como Rodoanel Sul e aqui essas seis macroáreas é que nos interessam mais. Dentre elas, destacaria, por estar mais próximo de nós, tanto de Capela do Socorro, como aqui Cidade Ademar, Cidade Dutra, Interlagos, tal, destacaria, primeiro, a macroárea de estruturação urbana, vou comentar um pouquinho mais para frente. Ela pega a Marginal Tietê, adentrando a região central. A Marginal Pinheiros, às vezes se alargando, às vezes mais estreita. A Jacu Pêssego, também, ao longo do eixo da Jacu Pêssego e ao longo da Cupecê. Essa macroárea de estruturação metropolitana, é muito importante para a cidade e terá uma repercussão, esperamos em um futuro próximo, muito importante aqui para nós. Por conta, não só do final da Marginal, quanto da Cupecê. Essa macroárea é identificada como aquela região da cidade, que além de ter esses grandes eixos de mobilidade, as marginais, Cupecê, Jacu Pêssego etc, é onde você tem um percentual grande de terrenos e que possibilitam atividades econômicas que agregam muito valor. Essa macroárea da região metropolitana é onde imaginamos, onde a gente quer incentivar que haja, realmente o maior aporte de desenvolvimento econômico de atividades econômicas do Município. Aqui irá interessar para nós. Segunda macroárea que acredito que interessa é outro lado da moeda, que são essas mais pálidas aqui, esse amarelo mais pálido, que é a macroárea de recuperação urbana e ambiental. Onde se detectam efetivamente, problemas como ausência de áreas verdes, como áreas irregulares, como áreas sujeitas a deslizamentos a outros acidentes. Problemas fundiários e problemas de infraestrutura e mais ainda, onde está nossa maior preocupação, é esse amarelo mais forte, que a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, o nome vulnerabilidade urbana não é por acaso. É onde detectamos que estão realmente os problemas mais graves de irregularidade fundiária, de riscos, de problemas na ocupação de falta de equipamentos públicos, principalmente, não por acaso, se vocês observarem no art. 22 do PL Plano Diretor, está estabelecido que todos os recursos de outorga onerosa, todos os recursos que a Prefeitura arrecadar com outorga onerosa, vem para cá. Vem para esse amarelo mais forte aqui, vulnerabilidade urbana. Isso não é por acaso. Ai estão os maiores problemas de urbanização e também de acesso a equipamentos urbanos.

Macroárea de preservação de ecossistemas naturais são os grandes. As unidades de conservação, as grandes áreas a serem preservadas. Mais próximo de nós está o parque do Estado. Aqui está a Macroárea de contenção urbana, Grajaú, Parelheiros. Aqui a recuperação urbana ambiental, que já me referi. Trechos mais próximos da Capela do Socorro, Cidade Dutra, ao longo da Av. Roberto Kennedy que também interessa para nós e a redução de vulnerabilidade urbana, que são as áreas realmente mais carentes de uma ação efetiva do

Poder Público e também de um planejamento mais delicado

A macroárea de qualificação e urbanização consolidada, o aposto, aquela que tem mais acesso a equipamentos, não tem tanto problema de irregularidade urbana e a tal macroárea de estruturação metropolitana que falei para vocês, que também vai acabar gerando uma influência forte para nós.

O zoneamento em si, a divisão as Cidade em várias regiões, vai ser objeto de uma lei posterior, a lei de uso e ocupação do solo que tem de ser enviada à Câmara em até um ano após a aprovação do plano diretor, mas o plano diretor já estabelece algumas zonas especiais. A zona especial não é diferente da macroárea que falei, ela vem por cima da macroárea.

Então estão ali os tipos, exclusivamente residencial, as ZETEC, antiga ZEPAM e o que mais nos interessa nesse momento que é a questão das ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. Aqui está o mapa das ZEIS na Cidade toda. A ZEIS 1, que é aquela vermelhinha, temos uma ocorrência muito grande de ZEIS 1, que é a área já ocupada favela, loteamento irregular, loteamento clandestino, portanto, a área que tem de ser objeto de regularização

Aquelas ZEIS lá embaixo, outra que aparece em alguns pontos mais escuros, a ZEIS 4, é aquela que pode ser utilizada para remoção e reassentamento. Então em tese é uma ZEIS vazia e para ser ocupada com três modalidades: HIS – Habitação de Interesse Social, HIS 1, HIS 2, HMP e também os usos não residenciais. A HIS 1 é Habitação de Interesse Social voltada para população com renda familiar de até dois mil e trinta e quatro reais, realmente é o pessoal que tem mais dificuldade que precisa de subsídio, de um apoio porque é muito mais difícil o acesso ao financiamento e à moradia

A HIS 2 é para aqueles que têm renda familiar entre dois mil e trinta e quatro e quatro mil e sessenta e oito. Já é possível acessar, mas com certo apoio. E HMP – Habitação de Mercado Popular, renda familiar acima dos quatro mil e sessenta e oito, chegando a seis mil e setecentos. Ai o mercado imobiliário dá conta.

Então nessas ZEIS estabelecemos um mínimo de HIS 1, de HIS 2. A HIS 1, a que mais nos preocupa, tem de ter no mínimo 40% 25 e 30 nas ZEIS 2 e 3 e a ZEIS 4, que é basicamente para o reassentamento, apesar que a 2 também é, mas não está tão próximo da gente, no mínimo, 80% para HIS, evitando, portanto, que se crie uma ZEIS para ser ocupada pelo mercado imobiliário ou pelas pessoas que podem acessar, que podem comprar em outras regiões da Cidade

Outro ponto importante, a rede de estruturação e transformação urbana. A ideia é fomentar, incentivar que haja bastante ocupação ao longo daquelas redes que permitem a mobilidade. Se você tem acesso ao futuro monotrilho, a ZLT, a trem, queremos que essas regiões que tem esse acesso sejam mais ocupadas, evitando que ali haja terrenos vazios ou mal utilizados. A ideia é permitir onde é possível se movimentar, trem, metrô, monotrilho, que nessas avenidas ou redes aconteça a ocupação. O que chamamos de uma maior densidade não só construtiva, como densidade de ocupação, gente morando e também comércio, serviços, etc. É assim que queremos que a Cidade cresça. Não é numa região, mas em certos eixos ao longo da Cidade.

Aqui o mapa dos eixos de estruturação. Podemos ver que, inclusive, num trecho aqui da Senador Teotônio Vilela, a própria Cupecê, estão colocadas como área de influência desses eixos de estruturação. É aqui que achamos que a Cidade tem de crescer, não é numa região, e não só em moradia, mas também em serviços, locais e aqui é projetado. O anterior é o já existente e aqui o projetado até 2016.

Esse aqui é para demonstrar para vocês e reafirmar essa história dos eixos. Esse quadro – depois posso fornecer para vocês porque não está no material – mostra justamente isso, nesses eixos foi feita uma soma dos existentes, e nesses existentes a ocupação é muito mais baixa do que poderia ser. No eixo 1 temos 226 quilômetros quadrados, ou seja, temos uma área imensa em que a ocupação é de 0,1. Essa ocupação significa o seguinte: se você tem um terreno de mil metros quadrados e a legislação permite construir mil metros quadrados,

seja de residência, de comércio ou de serviços, mas na maior parte dele o sujeito constrói só 10% do que a legislação permite. Numa parte considerável, até maior, ele constrói só 20% do que a legislação permite

Isso não faz sentido. Se o sujeito tem um terreno numa região que tem acesso a tudo isso, trem, metrô, não tem sentido ele construir pouco porque ao fazer isso ele está encarecendo a terra e jogando as pessoas para morarem longe dos tais eixos que mostrei para vocês. Esse quadro mostra claramente isso, os proprietários de terrenos ao longo dos eixos de mobilidade da Cidade não constroem o que a legislação permite e deveriam ser obrigados a fazê-lo. É o mesmo quadro, corredor existente, estação existente e vejam como está baixo. Essa é uma conta, em milhões de metros quadrados o quanto seria possível construir pela legislação atual e não é feito por macroárea.

Aqui são os instrumentos de política urbana, alguns já são conhecidos, os planos regionais das subprefeituras, que estão completando 10 anos em 2013, os planos regionais, os planos de desenvolvimento de bairro, outorga onerosa, alguns mais conhecidos. Outros estão sendo trazidos pelo novo plano diretor, cota de solidariedade, projeto de intervenção urbana, pagamento de prestação de serviços ambientais

Esse é um instrumento que é a notificação para imóveis não utilizados, não identificados. É só um exemplo de instrumento, na verdade isso já existia desde o plano diretor de 2012, continua no plano diretor de 2013, mas vai ganhar uma importância muito grande daqui para frente, que é justamente obrigar os proprietários com terrenos vazios a construir nesses terrenos. O imóvel ocioso é ruim para a Cidade inteira, não só o terreno vazio aqui talvez a realidade nossa seja muito mais essa: o terreno vazio que não está sendo utilizado, mas também a construção, um galpão ou mesmo um prédio residencial vazio. Isso é algo a ser combatido na Cidade inteira. É só um exemplo de instrumentos que o plano diretor traz e que pode nos permitir fazer essa transformação que falei para vocês: ocupar mais os eixos de estruturação.

Aqui, imóveis não utilizados edificados, aplicados em todas as macroáreas. Depois posso dar uma explicação melhor sobre notificação, IPTU progressivo no tempo, essas coisas, porque é o meu departamento, sou Diretor do Departamento de Controle da Função Social. É o meu departamento que está organizando esse instrumento.

Outro que já deve ser um pouco mais comum, mais conhecido de vocês, outorga onerosa, alguns sabem outros não, é a possibilidade de você construir mais do que a legislação permite desde que pague por isso. Como expliquei quando falei de coeficiente de aproveitamento, por exemplo, você tem um terreno de mil metros quadrados, se o seu coeficiente de aproveitamento é um, você pode pela legislação construir nesse terreno mil metros. Mil metros de terreno coeficiente um você pode ter mil metros de área construída.

A outorga onerosa significa você pagar para construir um pouco a mais, por exemplo, mil e quinhentos no terreno de mil. Ok. O proprietário paga dentro de certo limite, desde que pague por isso. E por isso chama outorga onerosa. Esse recurso vai para um fundo chamado Fundurp e pela proposta do projeto hoje todo esse recurso deve vir para a macroárea de vulnerabilidade.

Transferência, operações urbanas consorciadas e a intervenção urbana são outros instrumentos e não temos tanto tempo.

Agora aqui, talvez, um pouquinho mais de preocupação com a infraestrutura. O plano diretor aponta também o que é infraestrutura a ser implantada: coleta seletiva, esgoto, estação de tratamento de água, questão ambiental, sistema municipal de áreas verdes. Então vai agora sistema por sistema, primeiro o ambiental, em roxo, parques municipais existentes e parques planejados. Não sei que região é essa, mas temos dois planejados mais próximos. É região de Pedreira aqui? (Pausa) Já é Pedreira, limite com Diadema. Temos dois parques municipais planejados, então, que é a região que o colega nominou.

- O orador refere-se a imagens na tela de projeção.

O SR. FERNANDO BRUNO - Aqui, olha, que acho que está mais... Aqui, olha

Aqui, não é?

Aqui? Não, para cima. Aqui, aqui, aqui. Isso

Esse aqui é já existente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – E este daqui?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Ah, perfeito. OK.

É, tem outros aqui mais, não é?. seguindo a Teotônio Vilela, mais para a região do Socorro, de Cidade Dutra, também tem outras áreas previstas, completando ao longo do Rodoanel, também.

Saneamento. Aqui está difícil de ver, mas o azulzinho é a estação e tratamento existente; e o vermelhinho - nós temos dois aqui - é a implantar.

Aqui, o vermelhinho, na verdade, não é tratamento, desculpa, é reservatório. É de reservação de água

E, em vermelho, é a adutora, a implantar também. Aumentar a oferta de. Aqui, olha, mais detalhado, estão vendo?

Ali é o de tratamento, aqui, em Grajaú, e aqui próximo também... Ah, não, mas aqui já é Americanópolis, mas acho que vai servir à região também. São as AEs (?) Centros de Reservação, são reservatórios.

Tratamento de esgoto.

Deixe-me ver aqui o que tem mais próximo aqui, de nós. Deixe-me só voltar aqui na legenda. O roxo, mais grosso aqui, é estação de tratamento de esgoto existente; o roxinho - depois vamos ver no mapa da nossa região -; interceptor existente e planejado.

Então, vamos ver aqui.

Planejado é aqui... Aqui, acho que é no final da... Não final da Marginal, aqui já é mais para o lado da Capela do Socorro, de qualquer forma.

É, Interlagos, Interlagos, acho que mais próximo da Robert Kennedy, também, talvez. É, isso mesmo

Aqui, estação de transbordo, coleta seletiva. Tem uma já existente e uma planejada, bem aqui próximo.

Sistemas de mobilidade aqui é ampliação e alargamento de vias.

Aqui é só, por enquanto, a hierarquia de vias.

Aqui, sim, olha: em marrom escuro, via estrutural a melhorar; e, tracejado, via estrutural a abrir. São esses dois aqui

Vou passar aqui na nossa região para ver como é que estão essas duas coisas. Aqui Não, não, não, desculpa, tem um *slide* a mais.

Uai! Ah, desculpa, gente. O melhor da festa eu acabei excluindo o *slide*, acho. Eu dupliquei o *slide*. Mas estava, evidentemente, Cupecê, estavam o prolongamento do que seria da Marginal, que é Miguel Yunes, prolongamento da Miguel Yunes, melhoria na Robert Kennedy, num trecho da Senador Teotônio Vilela; na Yervant - não é isso? Isso, é o que me lembro. Desculpa, depois posso até ver no mapa ali

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – A Estrada do Alvarenga também, mas a Estrada do Alvarenga não está como alargamento, está como melhoria. Depois, podemos ver no mapa. Vocês têm o mapa aí, eu ajudo vocês a interpretar o mapa. Isso é o que eu me recordo

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Deixem-me só completar aqui, faltam dois ou três *slides* só. Olha, está aqui. É que está mais embaixo, olha aqui. Não é? Aqui, Avenida Interlagos; aqui... É que está faltando uma parte de baixo, aqui.

Aqui é a continuação da Teotônio Vilela, não é isso?

Da Teotônio Vilela não é isso?

Olha, aqui seria a Yunes olha, pela legenda, vamos voltar à legenda aqui, olha, via

estrutural a abrir, via estrutural a melhorar, em marrom escuro; e, em tracejado, via estrutural a abrir. Quer dizer, prolongar.

Vamos voltar aqui no mapa. Aqui. É aqui a Alvarenga, ou não?

- Manifestação fora do microfone

O SR. FERNANDO BRUNO – Está, é

Não, não Não

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Aqui. Aqui é a Alvarenga.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – A Cupecê é aqui em cima

A Cupecê é aqui em cima. Começa a Vicente Rao e, depois, vira Cupecê. Aqui é a Cupecê. Ai, tudo bem. Não é?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Não, aqui é o que está sendo planejado. É o que estou falando: quando está tracejado assim, é uma via para ser aberta.

Em marrom, é uma via a ser melhorada. É essa a legenda.

É, então, na verdade, tem o mapa; é que ele não está completo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Não, aqui já estou entendendo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Essa é uma lenda. Então, mas olha aqui: tem um trecho a ser melhorado, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Ah, tá. Aqui é Nossa Senhora do Sabará ainda. Ah, então tá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Tá. A Miguel Yunes é aqui, não é? Começa com esta aqui

Bem, depois a gente interpreta o mapa. Eu fiquei chateado só porque eu queria o mapa mais detalhado para vocês, só isso que me deixou chateado.

Trens. Aqui são trens, rede de metrô.

Equipamentos CEU, principalmente, não é?

Em marronzinho, pequeno: o CEU existente; em vermelho, o CEU planejado. Aqui, estamos aqui.

CEU planejado, só lá em cima, em Santo Amaro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Nome do quê?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Aqui é Alvarenga.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BRUNO – Santo Amaro. Santo Amaro mesmo, é assim que está no mapa.

- Manifestação fora do microfone

O SR. FERNANDO BRUNO – Depois, se vocês quiserem, eu mando, inclusive, o.. (ininteligível) .. Para vocês, de boa - de boa, claro.

Habitação, áreas prioritárias, que são áreas de risco - nós vamos ter várias aqui, e implantação de unidades.

Aqui é um mapa de áreas de risco, deslizamento, mas não só, não é? Também um deslizamento, mas debaixo de linhão, inundação e etc.

Aqui, muito ao longo da Teotônio Vilela.

Aqui próximo. Aqui já é Pedreira, não é?, já é divisa com Diadema. São as áreas prioritárias para remoção - para contenção, mas, em alguns casos, para remoção também

A questão da gestão democrática, tão importante quanto. A Conferência, Conselho Municipal de Política Urbana, Audiências Públicas.

E disposições finais e transitórias: é onde volto a falar aqui na questão da Cupecê. O principal incentivo é que o tal coeficiente de aproveitamento, que eu comentei com vocês, quer dizer, o quanto o cidadão pode aproveitar de área construída. No caso da Cupecê.

No caso da Cupecê, também vale para a Jacu-Pêssego - mas, no caso da Cupecê e de quatro. É o maior coeficiente de aproveitamento do Plano Diretor, só para não residenciais, só para quem quiser implantar atividades econômicas naquele eixo que falei para vocês.

Essa é a principal - não é a única, mas é a principal forma de incentivar que essas tais atividades econômicas (a indústria, o comércio, a logística) se instalem na Cupecê, assim como na Jacu-Pêssego

Voltando àquele mapa que falei, da Macroárea de Estruturação Metropolitana

Em resumo, é isso. Obrigado a todos e a todas. Estamos à disposição aí para ouvir as sugestões de vocês, principalmente

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Muito obrigado. Parabéns pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo – Eu queria convidar para a mesa o Vereador Ricardo Nunes.

Em linhas gerais, o Plano Estratégico, sempre insisto sobre a questão que penso é prioritária na Cidade, realizar a regularização fundiária, para evitar corrupção, a fiscalização de má fé, que temos muito, todos sabem, mas principalmente porque trazemos para as regiões a atividade econômica.

Se conseguíssemos regularizar grandes áreas aqui, teríamos muito mais padarias, lojas, empresas, enfim, que seriam implantadas, evitando que as pessoas se deslocassem em grandes distâncias para trabalhar. Mais do que levar pessoas para o Centro Expandido, creio que o fundamental é conseguir trazer atividade econômica para perto de onde as pessoas moram

Ao mesmo tempo, também, a regularização fundiária para o setor residencial, para dar tranquilidade a quem hoje mora no lugar, mas não tem o documento formal do seu imóvel

Quereria agradecer de novo a presença do Vereador Ricardo Nunes, meu Colega na Câmara, posso dizer que é um dos vereadores que mais se empenha pela zona Sul, através de projetos e defesas veementes

Quando o Executivo mandou um projeto de incentivo fiscal para a zona Leste, o Vereador Ricardo Nunes junto com outros Vereadores, com os quais fez uma coautoria, fizeram um projeto de incentivos fiscais para trazer empresas para esta região.

Agradeço a sua presença e o trabalho que tem feito.

Quero trazer as perguntas. Temos inscritos? Sra. Ariane Santos Damasceno, moradora da região.

A SRA. ARIANE SANTOS DAMASCENO – Bom dia a todos, sou moradora do bairro, próximo à Estrada do Alvarenga, gostaria de saber sobre o projeto que a Prefeitura está querendo implantar, de um terminal de ônibus da região da Pedreira.

Sou moradora, recebi uma carta de passível desapropriação. Como o imóvel é regular, tem escritura, pago imposto, IPTU, tem planta, é um imóvel particular.

Há várias áreas no bairro que têm necessidade de...

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo – Ariane, esse assunto é da área de Transportes, peço que explique bem onde é, aproveitando a presença do Vereador Ricardo Nunes, para nós olharmos isso na segunda-feira.

A SRA. ARIANE SANTOS DAMASCENO – Gostaria de saber onde é a área que será feito o terminal de ônibus da Pedreira, a região e qual a área que será desapropriada. Se serão os terrenos irregulares ou os imóveis particulares que estão regulares

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Onde é exatamente o local? Fábio, de continuidade.

O SR. FABIO - Tenho o histórico de como tudo aconteceu: na data de 22.11, na última sexta-feira, os moradores da região do Jardim Pedreira, mas especificamente do Jardim Ingai.

Peço que as pessoas afetadas levantem as mãos, só para ter uma noção.

É do número 1800 da Alvarenga, recebemos essa carta na sexta-feira que diz, como ela já comentou, nossos imóveis são passíveis de desapropriação. Há reunião marcada para amanhã. O primeiro ponto seria este: foi uma comunicação feita de forma muito rápida. Recebemos na sexta-feira, para uma reunião amanhã na Subprefeitura, para discutir o processo.

Fizemos um grupo no *Facebook* e começamos a conversar sobre isso na própria sexta-feira e vimos que essa área foi colocada como de utilidade pública, se não me engano, no dia 23 ou 26 de junho. Não houve nenhuma comunicação, as pessoas não foram envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Á área de vocês é regularizada?

O SR. FABIO - É regularizada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quantas pessoas moram lá, mais ou menos?

O SR. FABIO - Por volta de 300 imóveis, 1.200 pessoas, não sei. É um número aproximado.

A comunicação foi um pouco falha, não vimos ainda o projeto. Qual é o projeto do terminal? Por que da escolha daquela região? Ali seria o local mais apropriado?

Olhando para a região, vemos que a sua densidade demográfica é muito maior do que da região do Apurá, aqui para baixo, do que ali no Ingai.

O ponto seria: primeiro esclarecer por que foi escolhida aquela região? No próprio documento da Prefeitura é colocado que 90% das moradias são irregulares, por que desapropriar justamente parte dos 10%? São pessoas que financiaram seus imóveis, na maior parte, pelo IpeSP. São funcionários públicos que pagaram suas casas no decorrer de uma vida, e a grande parte deles é idosa. Seria muito complicado realocar essas pessoas em outras regiões, com o valor que será recebido pela desapropriação.

É um pequeno histórico, não sei se o Gustavo quer dizer algo.

O SR. GUSTAVO – Eu ia justamente pegar esse ponto. Este tipo de reunião é superimportante, creio que tinha de fazer uma divulgação maior. Não só colocar nos jornais na terça-feira (Palmas), mas tinha de ser divulgado com vontade de trazer as pessoas para cá. Este lugar tinha que estar lotado. Lá na região não foi divulgada a reunião. Tinha de passar nas casas, da mesma forma que passaram dando a carta de possível desapropriação.

Justamente em uma das poucas áreas regulares da região estão querendo construir um terminal, sendo que há tanta área irregular e terreno vazio. Não faz sentido isso.

Creio que esse projeto deveria ser atrelado ao projeto do Estado de ampliação do Metrô. Tudo bem que o Metrô seja em longo prazo, mas é a melhor solução de transporte para fazer com que as pessoas, de fato, deixem o carro em casa.

Daqui a cinco anos vamos desejar que

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Você tem aqui uma área imensa nessa região toda, poucas áreas regularizadas, você vai fazer um terminal em cima das poucas áreas regularizadas ou vai regularizar alguma para por o terminal? É melhor, não? Por em cima da casa das pessoas? Mas é importante ouvir.

O SR. _____ - Outro detalhe sobre a questão da desapropriação, é que, como o conjunto é grande, há 300 moradias como foi dito, no caso seriam 109 desapropriadas, mas uma casa foi desapropriada aqui e a casa do lado não vai ser. Como são casas geminadas, se desapropriar mesmo, como vai ser feito?

Vai funcionar um terminal de ônibus dentro de um conjunto residencial? Porque a

outra parte do conjunto não será desapropriada, o ônibus vai passar dentro do conjunto?

O SR. PRESIDENTE Anre M r o – Ou seja, em vez de uma solução, criou um problema.

O SR. - Exatamente. Estamos tentando pleitear um mínimo de bom senso da Prefeitura para que seja feito, de fato, um estudo na área, e possamos implementar um terminal de ônibus

Porém, se alguém da Prefeitura vier fazer um estudo, depois das cinco horas na Estrada do Alvarenga ninguém circula para cima nem para baixo. E aí teremos terminal de ônibus para que, se o ônibus vai ficar parado?

O SR. PRESIDENTE Anre M r o – Ônibus parado dentro do terminal, provavelmente.

O SR. - Qual é a inteligência desse projeto? A Cidade precisa ser melhorada, mas nós precisamos ter viabilidade nas coisas.

Trabalho na Av. Paulista e tenho de ir na Miguel Yunes hoje - minha mãe é moradora do Conjunto Ingai, que vai ser desapropriado. Eu levava uma hora para chegar em casa e hoje levo uma hora e quarenta por causa do fluxo dos ônibus.

Será que é justo simplesmente implantar a linhas de ônibus e ninguém comentar nada

Nesse caso, penso que é inviável colocar um terminal de ônibus dentro da Pedreira, porque há um conjunto residencial sem a mínima viabilidade de permitir que ônibus passem por dentro a Estrada do Alvarenga não está preparada para receber o terminal, não há projeto para ampliação da Estrada do Alvarenga, mas há um projeto de melhoria

Então, se só vai melhorar a Estrada do Alvarenga, como que vamos ter terminal de ônibus lá se não passa carro e nem ônibus.

O SR. PRESIDENTE Anre M r o – Então, você vê que, como eu falo, quem mora e trabalha é quem, de fato, conhece o lugar.

O SR. - O que me preocupou - eu gostaria da posição dos senhores - é o seguinte: ao ler um comunicado de que a sua propriedade é passível de desapropriação e a Prefeitura está argumentando que isso é uma área de utilidade pública o que o morador vai poder fazer? Simplesmente se você for ler a lei, o morador não pode fazer mais nada depois de decretada a utilidade pública

O SR. PRESIDENTE Anre M r o – Não, depois de decretada a utilidade pública pode fazer tudo, o problema é que você não consegue fazer nada, porque você não consegue vender seu imóvel. Ele é dado de utilidade pública para todo mundo saber o seguinte: lá pode ser desapropriado para fazer terminal, etc. No fundo, a área acaba ficando congelada até que se tome a decisão.

Como eu sou Vereador de partido de oposição, vou ficar batendo bastante nesse assunto, mas a vantagem é que há dois. O Vereador Ricardo Nunes é da base do Governo, não é do partido do Governo, mas está na base. Tem boa relação lá dentro. Eu bato de um lado e o Ricardo tenta...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE Anre M r o – Não, não. Não precisa assoprar não Ele é bravo. Por exemplo, ele certamente interferirá amanhã nessa reunião, para ver o que acontece. Que horas vai ser na Subprefeitura?

O SR. - Às 15h, lá na Yervant. Seria importante que o Vereador Andrea Matarazzo participasse.

O SR. PRESIDENTE Anre M r o – Não sei o Ricardo pode? O Ricardo é informado, depois deixe o telefone com ele, para entrar em contato.

O SR. - Estamos ouvindo há muito tempo que vai ter a ampliação da Alvarenga e agora ficamos sabendo que não é ampliação. De qualquer forma, não temos acesso ao projeto nunca o vi

Sobre o terminal, já recebemos a carta, mas também não tivemos acesso ao

projeto, provavelmente amanhã receberemos.

Mas fica assim, somos comunicados no final de tudo, ou seja, já tem um projeto, a coisa já está sendo discutida há muito tempo e ninguém estava sabendo. Penso que deveria ter alguma coisa assim lá atrás, quando alguém cogitou a possibilidade disso acontecer

O SR. PRESIDENTE An re M r o – Essas coisas são feitas meio de afogadilho. O mesmo problema que vocês estão falando está lá em Santana. Fizeram um terminal num lugar que só a Secretaria quer, a Cidade inteira é contra. Acaba não saindo. Isso acaba se resolvendo. Tenho certeza que isso acaba se resolvendo.

O SR. - Qual seria a possibilidade de ter um envolvimento, em fazer um plano conjunto com o Governo para estender o Metrô até a região?

O SR. PRESIDENTE An re M r o – Aí é Governo do Estado. Precisamos depois. Conversando com o Ricardo e nós faremos em conjunto algumas ações, como ir até o Metrô, ver como estão os projetos de extensão, ou CPTM, enfim.

O SR. - ... próximo da Miguel Yunes, que não é tão longe do Conjunto Residencial Ingai, nós temos lá próximo às estações de trem.

Eu penso que há um conjunto de mobilidade que pode ser mais bem aproveitado, sem ter a necessidade desse terminal de ônibus. Eu acho que tem que ser feito, de fato, um estudo.

Se fizermos, de repente, uma linha que fosse ligada ao trem facilitaria para o morador pegar o trem, que estaria ligado ao Metrô. O que precisamos, por exemplo, no caso dos trens em Interlagos é que são de boa qualidade, mas estão extremamente cheios

O SR. PRESIDENTE An re M r o – Nem se aproveita a boa qualidade deles.

O SR. - Exatamente. Precisamos aumentar a quantidade de trens, fazer com que a população consiga chegar no trem. É isso que precisa ser feito.

O SR. PRESIDENTE An re M r o – Marque com a Secretaria de Transportes Metropolitanos, faça uma reunião aqui com vocês, para dizer quais são os planos deles e vocês darem ideias

O SR. - Eu nasci naquela região, sou morador há 33 anos. Já morei no Conjunto Ingai, agora moro na Miguel Yunes, sinto todo o problema da região. Existe uma série de projetos, mas quando que o morador foi envolvido?

Fomos pegos de surpresa, na sexta-feira. A minha mãe, uma senhora de 62 anos, chega em casa com o recebimento de uma desapropriação. Tudo o que ela fez na vida foi colocar o investimento naquela casa. A propriedade é legal, na região há uma série de ilegalidade e quem está legal vai ser prejudicado? Será que isso é bom senso da Prefeitura?

É só isso que nós estamos pedindo, nada além dos nossos direito. Precisamos, pelo menos, como cidadãos, sermos respeitados. Não dá para receber uma carta na sexta-feira, ter de se planejar para ir na segunda-feira na Prefeitura, porque ela tomou uma decisão de desapropriar a sua casa. Isso é, no mínimo, um absurdo. No mínimo.

O SR. PRESIDENTE An re M r o – Pode deixar. Vamos tocar para frente.

O SR. - Queria fazer uma pergunta também, como ele citou que os trens são lotados. Realmente, no horário de pico, é quase impossível entrar no trem. Ao longo da Marginal, por onde corre o trem, não tem como fazer no próprio rio um transporte fluvial, como tem na Europa.

O SR. PRESIDENTE An re M r o – O Vereador Ricardo Nunes, seria bom que ele falasse um pouco, tem um projeto de lei.

O SR. RICARDO N NES – Esse projeto é a minha menina dos olhos. É o PL 54 que cria o sistema de transporte hidroviário, para utilizar as represas Billings e Guarapiranga e usando os rios Pinheiros e Tietê.

Conseguimos incluir o artigo 186, do Plano Diretor, essa criação do transporte hidroviário. Está caminhando bem. Já teve a primeira votação, já fizemos duas audiências públicas, está pronto para votar em segunda.

Quero fazer um agradecimento ao Vereador Andrea Matarazzo que me ajudou bastante na condução do projeto.

É algo que vai sair. O Rio de Janeiro usa muito transporte hidroviário, vários países do mundo também. Está bem encaminhado. Depois eu mando o projeto para você ver.

Amanhã, às 15h, vou com vocês, deixe o endereço, porque saindo daqui quero passar lá para conhecer o bairro

- Manifestação fora do microfone

O SR. RICARDO NUNES - Vou lá com vocês dar uma olhada

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Nada como resolver o problema na hora. Tentar resolver, pelo menos. (Palmas)

O SR. Desde sexta-feira estamos em busca de diversas informações. Acabei seguindo o Vereador Goulart e descobri ontem, por acaso à noite, que teria esta reunião. Consegui reunir o pessoal para a gente estar aqui e a ideia era justamente essa, conseguir um contato com um Vereador para ver se conseguimos caminhar com alguma coisa positiva

Não dá para chegar lá amanhã e simplesmente escutar a SPTrans dizer que vai desapropriar e nós não temos nenhum argumento.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Imagina, eu agradeço pela presença e participação.

Sr. Adones Duque, morador.

O SR. ADONES DUQUE - Bom dia a todos, o problema é o seguinte: sou morador há quase 40 anos e vejo que não há progresso. Tivemos uma ponte que vem da Cidade Dutra para cá, aliviou a Cidade Dutra, porque serve para ir à Diadema - São Bernardo e Cupecê. É bom aquilo ali. Mas transtornou o nosso leito por onde passam os carros, precisamos de alargamento urgente. Inclusive, há uma (Ininteligível) desde 86 já pediram isso. Infelizmente o senhor falou que não tem nada sobre Alvarenga.

Há 10 anos ou mais, foi limpo o leito da represa onde está a Usina e jogado o lixo na nossa represa. A água só transborda para cá quando aumenta o volume de água lá. Quero saber se isso foi feito para que não enchesse novamente a Alvarenga e beneficiar esse parque ecológico que nunca sai?

Os senhores devem ter passado ali e visto. Aquela nossa represa vai acabar como a represa do Eldorado, nome bonito, hoje em dia já não é mais nada.

Muitos dos nossos ônibus que iam até o Itaim foram retirados. Temos de nos locomover até a Missionária para pegar esse ônibus. É um absurdo. Minha esposa faz hemo três vezes por semana, quatro horas por dia. Fui de carro pela Cupecê, levei duas horas e meia. Eu a levo até a Missionária, ela pega o ônibus que seria o nosso, para pegar o corredor da Cupecê. É um absurdo isso aí.

Quando começaram fazer esse parque ecológico, eu conversava com meus colegas: "Por que não foi feita uma usina de esgoto ali, para jogar água boa para a nossa represa?"

Como eles falaram ali, não temos onde por esse terminal. Vai prejudicar mais o nosso tráfego

Agradeço a vocês e gostaria que isso fosse encaminhado.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Boas sugestões. Nós vemos, por ouvir aqui, é que a Estrada do Alvarenga é um problema antigo, uma das poucas coisas que não foi prevista. Está prevista melhoria, mas melhoria de que tipo? Precisa ver se é só tampar buraco ou alargamento. Fala Fernando

O SR. FERNANDO - Eu queria deixar claro, porque esse debate já começou na exposição o que o Plano Diretor contempla é abertura ou melhoria. No gênero melhoria você pode ter várias coisas, desde o recapeamento até mesmo o alargamento. Não tenho autoridade para falar em nome da secretaria responsável, mas quando nós recebemos o

gênero melhoria, ele pode significar, repito, desde alguns ajustes até também a duplicação ou o alargamento. Então, eu não estou dizendo que não está previsto o alargamento. Deixo bem claro que não estou dizendo que não está previsto, o que estou dizendo é que não está definido aqui na apresentação o que é alargamento e o que é uma simples melhoria.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Perfeito. Vamos pôr, então, como demandas da região, ou seja, alternativas à Estrada do Alvarenga.

Muito obrigado pela participação.

Tem a palavra o Sr. Mauro de Castro, consultor popular.

O SR. MAURO DE CASTRO – Bom dia. Faço parte da consulta popular e também do Fórum Social Cidade Ademar e Pedreira. Nós há muito estamos conversando sobre os problemas da nossa região e uma das demandas que nos é muito cara é a questão da cultura e educação. Nesse sentido, estamos solicitando que a região seja contemplada com mais um CEU, o CEU Cidade Ademar. Tendo em vista que esta região tem sérios problemas no que diz respeito à educação e à cultura, esse CEU contemplaria não só a questão da educação, mas também da cultura, pois não há sequer um centro cultural. A região tem problemas sérios no que diz respeito ao atendimento à criança e ao adolescente, portanto, se a Prefeitura instalar mais um equipamento desse porte, sem dúvida nenhuma, ele vai contribuir para a melhoria das condições de atendimento à criança e ao adolescente na região.

Outra questão importante, não somente por conta do Plano Diretor, é que a Câmara Municipal de São Paulo continue promovendo discussões periódicas com a população da região, porque, tanto nesta gestão como nas anteriores, só promovem discussões quando elas dão visibilidade. Fora isso, infelizmente, a população não é convocada para debater o que lhe diz respeito. A consequência disso é que os problemas se avolumam e muitas vezes não chegam aos fóruns adequados para garantir que a população se envolva de maneira contínua e permanente para discutir o problema da Cidade. Como a população não participa porque não é incentivada, o Poder Público deve insistir na participação popular, pois essa é a única maneira de resolvermos questões estruturais. Então, se os problemas se avolumam é exatamente por que, infelizmente, temos o problema cultural de os representantes só se apresentarem no momento eleitoral, quando é conveniente.

Falo isso com certa propriedade porque moro na região, circulo por aqui permanentemente e nunca vi a presença dos representantes do povo, como V Exas, se apresentam. Sugiro, então, que isso ocorra de maneira permanente por meio de fóruns de discussão, como o Fórum Social Cidade Ademar e Pedreira, que tem feito um esforço para garantir a discussão e o debate. Agora, é preciso apoio e que haja, sim, a presença do Parlamento Municipal e a representação do Poder Público para que possamos garantir uma discussão contínua e permanente dos problemas da Cidade (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Muito obrigado. Muito boa a observação. Só gostaria de fazer um comentário. Como boa parte dos Vereadores de São Paulo são quase distritais, ou seja, representam regiões ou bairros, certamente vão às regiões e se reúnem com a população dessas regiões. Obviamente é uma boa ideia essa que diz respeito à Câmara dos Vereadores de forma institucional, ou seja, a Câmara fazer uma reunião em cada um das subprefeituras, por exemplo, a fim de ouvir a sociedade.

Então, aqueles Vereadores que são distritais, ou seja, mais ligados às regiões, certamente estão presentes. Observo nos debates como S.Exas, conhecem as regiões, os problemas e seus detalhes da regiões.

O senhor deu uma ótima sugestão para propormos: um fórum da Câmara nas 31 subprefeituras durante um ano. A mesma coisa no ano seguinte, de forma contínua.

Muito boa a sugestão.

Tem a palavra o Sr. José Hebert.

O SR. JOSÉ HEBERT – Bom dia. Sou morador dessa região há quase 45 anos. Fui presidente da Associação Amigos do Parque Doroteia. Precisamos ensinar à Prefeitura onde fica o distrito da Pedreira, pois percebo que ainda não é conhecido, uma vez que na região não

há nenhum melhoramento. Por exemplo, a Estrada do Alvarenga e a Rua Rodrigues de Medeiros. São casos em que, quando os ônibus que levam trabalhadores chegam ao entorno do Sussumu Hirata, não conseguem mais passar. Os engenheiros da CET fizeram o que quiseram e tiraram todo o trânsito da Avenida Cupecê e jogaram para a Estrada do Alvarenga. Com isso, caminhões altos ameaçam derrubar os fios que ficam no Pantanal, e sobre isso ninguém fala nada. Como é estreito, um carro tem que esperar o outro passar. Para ir em direção à Cidade, a mesma coisa: caminhões grandes fecham os ônibus e causam filas de carros até no Mercado Pedreira.

Ninguém está olhando pela Pedreira. Os Vereadores só sabem onde fica a Pedreira quando vêm para cá em busca de votos. Dos nossos problemas, ninguém sabe.

Queremos a duplicação da Estrada do Alvarenga e da Rua Cardoso de Melo Neto, que vai até Diadema. Queremos também saber do Campo Itatinga. Vocês não imaginam quantas pessoas idosas precisam fazer caminhadas, mas não temos espaço para isso. A Praça Roosevelt, derrubaram num piscar de olhos; já o Parque Ecológico da nossa região ficou para ser construído durante toda a gestão do Prefeito Kassab. Agora os nossos velhos estão indo caminhar atrás do CEU, dentro da mata, passando perigo, pois lá não segurança. Como para isso ninguém olha, nem adianta os médicos falarem que precisamos fazer caminhadas. Onde vamos fazer caminhadas? Ninguém quer saber se os velhos têm osteoporose. Estão preocupados com a Avenida Cupecê e com o Jardim Mirim, onde as melhorias são esplêndidas. Em tudo quanto é praça tem aparelho de ginástica. Aqui não há nenhum.

Uma sugestão sobre terminal: precisam conhecer a área. Aqui no Guacuri há uma área esplêndida onde caberiam quatro terminais de ônibus, e é exatamente onde estamos precisando, porque a linha 516 – Itaim foi tirada pela Prefeita Marta. Agora as nossas esposas e mães de família, com criança no colo, têm que pegar três ônibus para chegar até o Borba Gato.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quanto tempo leva esse trajeto?

O SR. JOSÉ HERBERT – Duas horas

P – E, para voltar, a mesma coisa?

R – É pior ainda. Há outro trajeto que as mães já descobriram: pegar um ônibus que sobe o Guacuri, onde pegam um ônibus que vem do Eldorado e que vai passar pela Avenida Cupecê direto. É um caminho melhor, mas, em compensação, já começou lotar o ônibus que vem do Eldorado, que é intermunicipal. O Itaim do Jardim Miriam, que era nosso, são duas linhas em uma só. Eles são tão covardes que até a linha do Campo Limpo, que sai do Jardim Apurá, tiraram dos trabalhadores.

Todo mundo faz o que quer com o trabalhador. Outro dia mesmo fizeram uma falta de respeito: mudaram a linha de ônibus 5611, 5614. O cidadão acostumado a pegar ônibus na Praça da Sé ficou plantado esperando, mas o ônibus não passou. Isso sem qualquer divulgação.

Nosso transporte não pode ser considerado ônibus e sim sucata. Os ônibus que a Prefeita Marta apreendeu estão todos rodando. Não são ônibus novos. Não temos ônibus novos nesse lado de São Paulo. Não dá para comparar o nosso transporte com o do Jardim Paulista, com o da Avenida Paulista. Chegamos a esperar 40 minutos para pegar a linha 5791, que chega superlotada. Sem falar das peruas, outra vergonha: motoristas falando ao telefone o tempo todo, enquanto o cidadão vai todo espremido como se estivesse numa lata de sardinha.

Gostaria que fosse feito o Distrito de Pedreira, não o de Cidade Ademar. Chega de Cidade Ademar na nossa região, porque a benfeitoria é só para a Cidade Ademar.

Vereadores, procuram olhar pela sua região.

Peço, então, que vejam o problema das linhas 5614, 5791 e 516 – Itaim, que precisa voltar para lá. O cidadão precisa andar em toda a zona Leste para ir a uma consulta num posto de saúde. Onde está a prevenção de saúde? Não temos. É uma falta de respeito.

Novamente, cito o problema da Estrada do Alvarenga, da Rua Rodrigues de Medeiros até a Cardoso de Melo Neto em sentido Diadema. Eu gostaria que os senhores

viessem aqui de manhã para ver como é o trânsito para subir e descer.

Outro problema é a feira que fica em frente ao posto de saúde do Parque Doroteia. Os doentes não podem mais entrar no posto porque a feira invade sua entrada. O Prefeito Kassab inaugurou o posto e falou que ia tirar a feira de lá. Ele não sabia com quem estava falando. Sou cidadão, pago impostos e mereço respeito.

Espero, então, que o atual Prefeito tenha os olhos voltados à região da Pedreira, que precisa de um novo olhar. Não adianta varreremos a casa e botarmos a sujeira debaixo do tapete.

Para finalizar, sugiro que façam mais divulgação dessas reuniões, porque reuniões como esta costumavam encher antigamente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Sr. Herbert. São opiniões e sugestões importantes. Quando ouço falarem que São Paulo é uma cidade moderna digo o seguinte: São Paulo é moderna entre a Avenida Paulista e a Avenida Faria Lima e entre a Avenida Nove de Julho e a Avenida Rebouças. O resto está mais para Nairobi do que para Nova Iorque ou qualquer outra cidade africana. Aliás, os ônibus daqui têm preço alemão e qualidade africana.

Informo que o Vereador Nabil Bonduki, Relator do PL 688/13, não poderá participar desta audiência pública, pois está já está participando de outra.

Tem a palavra o Sr. Marlone.

O SR. MARLONE – Bom dia. Sou representante do Vereador Aurélio Nomura e, a pedido dele, coloco o seu gabinete à disposição para ajudar na solução dos problemas do bairro, que vim conhecer também a seu pedido e, pelo que vi, está precisando mesmo de melhorias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Sr. Edson Bueno, do Gabinete do Vereador Natalini.

O SR. EDSON BUENO – Bom dia. Saúdo o Presidente da Mesa, Vereador Andrea Matarazzo; o Vereador Ricardo Nunes; o Fernando, da Secretaria; todos os presentes. Início dizendo que tivemos uma reunião há mais ou menos dois meses no Senac Santo Amaro com as subprefeituras da região Sul, quando nos foi apresentado o Plano Diretor, para o qual pudemos fazer emendas. Uma das sugestões foi em relação artigo 2º do Título I, Dos Princípios, que, ao invés de focar tanto na função social, deveria focar mais na função socioambiental. E isso foi acrescentado na nova versão do projeto que agora foi apresentado à Câmara, que é este que está em nossas mãos.

Se temos a função ambiental contemplada, eu gostaria de analisar, Sr. Fernando, o mapa 5, que fala justamente dos parques municipais planejados, que o senhor estava mostrando para nós. Nós temos o Parque Sete Campos, na própria Alvarenga, que o pessoal conhece bem, e temos um DUP da Fazenda dos Búfalos, que é aquela outra área verde, maior, que estava no mapa seis, que é atrás da garagem do CEU, para apurar a área da parte de cá e a Fazenda dos Búfalos, ter um duto para a criação de um parque municipal. Porém, na página anterior, no mapa cinco, na mesma área há criação de ZEIS – 4, menor do que a do parque. Isso pelo que dá a entender, pelo mapa que está dentro do parque. A minha dúvida é saber se a ZEIS – 4, se vai ser criada na área do parque.

Outra é que essa região é de proteção de manancial, é perto da represa, eu acho que não é local indicado para construção de habitação. Apesar de ser uma das coisas que precisamos na região, porém, não próximas da represa. Quanto a essa área nós tivemos problemas nas administrações anteriores, e não foram capazes de dar uma solução habitacional para todos. Percebemos loteamentos que vão surgindo, e que não deveriam, bem como invasões e coisas do tipo. Essa área, acho, deveria ser congelada para não haver mais construção. Aqui está sugerindo que a Fazenda dos Búfalos será ZEIS-4, pelo menos é o que visualizamos no mapa. Não sei se é isso!

Aproveitando agora a fala do Mauro, temos apenas dois CEUs propostos para toda região Sul, um em Santo Amaro, e outro, no Ipiranga. Discutimos em vários momentos, em Cidade Ademar – e falamos Cidade Ademar por causa da subprefeitura, mas ela pega dois distritos Cidade Ademar e Pedreira –, e nas várias reuniões em que falamos da construção de CEU em Cidade Ademar, pois na Pedreira já tem, é o CEU Alvarenga. Há várias propostas, fazer no Clube da Caixa, na Cupecê, na Para Todos, Na Sub do Jabaquara, o Subprefeito Dirceu informou que a ideia é fazer um CEU na divisa entre Jabaquara e Cidade Ademar, que contemplaria os dois lados. O CEU do Jabaquara está lá em cima, está no caminho do mar. Faria um na divisa para contemplar os dois lados. Mas não está planejado. No mapa 12 dos CEUS estão planejados: um em Santo Amaro, e outro no Ipiranga.

Eram essas as questões. Estou representando o Vereador Natalini.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não sei quem deu a sugestão de construir o CEU na divisa das duas subprefeituras para contemplar as duas. Isso pode contemplar no papel ou na cabeça de quem falou. Essa sugestão é só para dizer que contemplou duas subprefeituras, pois o número de pessoas que ocupa é o mesmo. Pelo amor de Deus, essa é uma solução das mais cretinas que já ouvi na minha vida! (Palmas) A região de Pedreira é das regiões mais carentes da cidade de São Paulo. Vamos conversar com o Governador para levarmos uma Fábrica de Cultura para a região.

Não comentei, mas quando fui Secretário Municipal de Cultura fiz 10 dessas fábricas. São três na zona Sul, mas não em Pedreira. A educação, eu sempre digo, forma as pessoas, e a Cultura as transforma. A Cultura é a única coisa que efetivamente transforma a juventude e consegue proteger um pouco esses jovens da questão das drogas que, hoje, é o maior flagelo que acontece em São Paulo.

O tráfico é o maior flagelo e também a desocupação dos jovens, que precisam ter o que fazer. Os empregos modernos, de boa renda, que são mais até do que ser empregado, o jovem hoje quer ser o dono do próprio nariz, e a Cultura é que tem os empregos da economia criativa.

Quando falamos da Fábrica de Cultura falamos de cursos, de curso de teatro que não são apenas para atores, mas também para diretor, iluminador, sonoplasta, fotografia, enfim, para todas as atividades ligadas ao teatro. A fotografia é uma das atividades que, hoje, remunera bem e tem a juventude muito ligada. A música também. Vejam esses MCs, para fazerem festas, vejam o quanto ganham. Há muitas alternativas então de renda por meio da Cultura, que é o elemento mais transformador que podemos ter.

Os CEUs foram um passo. Entre Fábricas de Cultura e CEUs temos 54 teatros na periferia de São Paulo, nas zonas mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, não vemos nos CEUs os teatros serem utilizados integralmente. Um equipamento como este em que estamos tinha de ter programação de segunda à sexta, de manhã, de tarde e de noite. E não só para a escola, mas para a população, e não só para criança, mas para adultos também. À noite não tem mais cinemas nas ruas de São Paulo, os que sobraram estão nos shoppings. Para chegarmos a um shopping é um pesadelo, para pagar o preço do cinema é impossível. Hoje, ir ao cinema, pagar o lanche para a namorada, comer, voltar, vai gastar 40 reais, pelo menos. E isso é para poucas pessoas.

- Manifestação fora do microfone

O SR. ANDREA MATARAZZO (PSDB) – Não tem dúvida. (Pausa) Quantos anos você tem, Mauro? (Pausa) Você tem a mesma idade do que eu. Lembra-se que chamava MEC – Ministério de Educação e Cultura. São duas coisas que têm de caminhar juntas, se não, não segura o jovem na escola.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Você disse uma coisa interessante. A Cultura está ligada à Educação como forma de atrair o jovem a ficar na escola, a se manter, a se interessar. A Cultura hoje é fonte de empregos, de renda. Se você é um pequeno produtor

cultural, vive por conta própria, não precisa trabalhar para outro. Na época do Mauro e da minha a gente estudava para se formar engenheiro, advogado, para ser gerente do Bradesco. Hoje, o jovem não quer nem falar em ser empregado, quer ter vida própria e isso é possível, mas é preciso estimular. Oficina já é um conceito meio antigo. Temos de ter cursos de formação na área cultural para essas atividades. Hoje os equipamentos que existem por ai são bons para isso, precisam ser mais utilizados como fonte de lazer, como fonte de formação

Tem a palavra o Fernando

O SR. FERNANDO - Esqueci o nome do assessor do Vereador Natalini. (Pausa)

Édson, realmente essa escala não nos ajuda a resolver a questão. Mas queria observar que é bem provável que você tenha ZEIS - 1, aqui em baixo, próximo da represa. Aliás, serão algumas ZEIS - 1, pelo jeito, muito complicadas, pois há uma faixa de APT, a área do Parque dos Búfalos e depois as ZEIS - 4. Quero lembrar que as ZEIS-4 tem por objetivo promover o assentamento com preocupação ambiental maior do que as outras, quer dizer, sabendo que está havendo interferência numa área para assentamento, mas com delicadeza ambiental maior. Acho que independente dos conceitos, quero dar uma checada, pois a escala não está ajudando. Queria que depois você me informasse se na área da Fazenda do Búfalo há ocupação irregular. Pode ser que seja ZEIS-4 para permitir ou realocar assentamentos na Fazenda dos Búfalos. Essa é uma hipótese que também precisa ser vista.

Muito obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Tem a palavra Dimitri Auad, morador e membro do Conselho do Meio Ambiente.

O SR. DIMITRI AUAD - Sou morador do bairro da Mata Virgem. Aproveito a oportunidade para solicitar - uma vez que foi dito que a comunicação para a realização desta audiência tenha sido indevida - uma nova audiência. Lembro que quem fez a ponderação, pois temos na região o Fórum Social de Cidade Ademar e Pedreira - e vou insistir em falar Cidade Ademar e Pedreira - digo a essa pessoa que procure o Fórum Social. Esse fórum é canal alternativo de mobilização, de complementação à desinformação. Estou tendo posse desse documento agora. Acho que caberia ter sido disponibilizado na Subprefeitura para que avisasse a comunidade com 15, 20, 30 dias de antecedência. De afogadilho não nos permite a devida compreensão, leitura e apropriação do que está sendo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Queria lhe dizer uma coisa interessante. Através do site da Câmara Municipal de São Paulo, e tem lá o Plano Diretor, continuamos recebendo sugestões, críticas e opiniões, que nos são muito importante

O SR. DIMITRI AUAD - Pois não, pois não. Queria também falar sobre o documento Visão Geral. Fiz uma leitura rápida e percebi algumas coisas. Ficou evidente que o que ele retrata na minha compreensão está defasado

Na questão do Desenvolvimento Estruturado, ele fala em "coleta de resíduos", mas não fala em "coleta e beneficiamento urbano dos resíduos". Fala em "abastecimento de água", mas não fala em "coleta e tratamento de esgoto". Fala em "drenagem urbana", mas não trata da questão "climática urbana". Em seu título três, capítulos 1 e 2, fala em "estruturação do sistema ambiental", mas não da "estruturação do sistema climático" da cidade.

Vivemos um momento em que 98% dos cientistas que tratam das questões climáticas afirmam que está ocorrendo mudanças no clima. Há 2% que nega, mas 98% não nega. É fácil, é lembrar que quem mora nos extremos, em áreas de mananciais, por exemplo, há diferença de temperatura em relação ao centro de 10 graus centígrados.

Na questão Visão Geral - Princípios e Objetivos li aqui relativamente à função social da cidade. Queria que pensássemos na função social do meio ambiente da cidade, nos serviços ambientais, que eles fossem incluídos.

Na questão Cada Coisa em Seu Lugar, li quanto à reserva de áreas de interesse social tratando das ZEIS e das Zetecs, nas áreas de interesse social e preservação cultural, mas não li destaque para a Zepam e a ZPA. Creio que não dá para não priorizar

Na questão dos capítulos 6 e 7 aqui trata dos "instrumentos de política urbana e

gestão ambiental". Eu consideraria incluir "gestão climática e de energia de calor".

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DIMITRI AUAD – Eu estou falando. Depois o senhor peça para se manifestar. Eu vou concluir meu pensamento, se não, perco o raciocínio. Desculpe-me, eu não lhe permito apartel! Eu não lhe permito, o senhor me respeite, por favor! Quando o senhor falou, eu não interrompi. Deixe-me concluir, talvez a informação que o senhor ache que eu não tenha, eu possa dar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Sr. Dimitri, por favor, conclua

O SR. DIMITRI AUAD – Eu queria falar sobre a Estrada do Alvarenga. Queria aproveitar, enquanto o PSDB é Governo do Estado, para lembrar que o Rodoanel, que o fechamento da Bandeirantes, da Marginal levou os veículos pesados – em determinados horários – para os quilômetros 16 e 18 da Imigrantes, que vão desembocar no sentido São Paulo na Avenida Cupecê e na Estrada do Alvarenga. Quando do estudo de impacto ambiental, não foi contemplada a adequação das vias. Por isso, hoje vivemos a realidade do supertráfego nas vias.

Quero lembrar também que, pela primeira vez, na região da Pedreira houve índice de 800 partículas de poluentes, o que nunca aconteceu antes. E aconteceu em razão dos caminhões que saíram da Bandeirantes e da Marginal e foram trafegar nessas vias. Falamos então na devida adequação com a participação do Governo do Estado, pois é obra do Governo do Estado. Estava pensando lá atrás, planejamento. Planejamento compreende produzir qualidade de vida, qualidade ambiental, climática, que vai além da questão da moradia, do transporte público, etc.

Estava pensando que o Governo Municipal está propondo transformar a Cupecê num polo industrial, num polo comercial, mas o que temos visto no Polo Jurubatuba? Comércio, indústria, serviço e logística? Ele foi transformado em polo residencial, e não consigo entender.

O Haddad na campanha disse que tínhamos de levar um polo industrial, tínhamos de incrementar um polo industrial para a zona Leste visando combater a imobilidade, para que as pessoas não saiam da zona Leste e venham trabalhar na região central. Uma vez me disseram que o universo populacional que sai da zona Leste para trabalhar na região centro e bairro corresponde à população do Uruguai, que sai todo dia para trabalhar.

Cabe que se leve à expansão industrial e logística do polo para a zona Leste. Acho que o Polo de Jurubatuba, que se mantenha.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – É mais do que a população do Uruguai

O SR. DIMITRI AUAD – É mais do que . . .

Então, que se mantenha e não somente a proposta da Cupecê

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – OK.

O SR. DIMITRI AUAD – Mas eu não acabei

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – É que são três minutos

O SR. DIMITRI – Eu sei que são três minutos.

O SR. PRESIDENTE (ANDREA MATARAZZO) – Já passou muito, mas peça para concluir

O SR. DIMITRI – Eu queria colocar o seguinte, quando a gente planeja, porque o que eu estou vendo aqui é o planejamento da cidade também, não é somente planejamento do nosso bairro. Estou aqui neste bairro há 25 anos. É lembrar que o nosso município não é autossuficiente de água. O que eu estou vendo aqui é uma proposta de continuidade do crescimento da Capital. Só que nós não temos suficiente água. De onde virá essa água? Nós já estamos, com proposta do Governo do Estado, de vir água de Minas, nós trazemos de Piracicaba, e já estão falando do Parapanema. Agora, Movimento de Moradia, ao invés de construir habitação nós vamos colocar dinheiro é na captação, transferência e importação de água de outras regiões. É uma lógica louca, insana. Ao invés da gente desconcentrar o crescimento, a gente concentra aqui e faz obras que roubam recursos de outras áreas.

Deixe eu aproveitar. Vereador Andrea, porque acho que isso é importante. O pessoal da Sabesp informa que está impedido de trazer esgoto, resolver o problema de esgoto na nossa região porque as áreas da Emai(?) estão ocupadas, que impede a passagem das tubulações e nós continuamos vendo as áreas da Emai sendo ocupadas. Então acho que cabe Prefeitura e Estado pensarem na desocupação dessas áreas, com programas de reassentamentos. Não reassenta, não desocupa se não reassentar. Mas para que a gente contemple essa solução de retirada de esgotos dos nossos mananciais. Este braço da Billings corresponde de dois a quatro metros cúbicos de água por segundo, que são captados para abastecimento de dois a três mil litros, só que essa água está indo com antibiótica, com anticoncepcional, está indo para nossa torneira que nos abastece e está gerando problema de saúde.

Teria mais coisas, mas o tempo é curto.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Muito obrigado, Sr. Dimitri. O senhor é um estudioso da região. Parabéns. O senhor sempre morou aqui, Sr. Dimitri? Na zona Sul?

Tem a palavra o Sr. Airton, do Fórum Social da Cidade Ademar.

O SR. AIRTON – Bom dia. Primeiro registro, em nome do Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira, nós do Fórum muitas vezes fazemos o papel do Poder Público e quero dizer o seguinte: a Subprefeitura da Cidade Ademar, Subprefeitura, Poder Público, é que deveria informar a população desse evento aqui hoje. Deveria informar, estimular a participação e não o fez.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Aliás, o Subprefeito não está presente ou está? Não está.

O SR. AIRTON – Então, lamentavelmente, o Poder Público local, da nossa região, do ponto de vista do Fórum Social Cidade Ademar e Pedreira, deixar bem claro, não cumpre o seu papel de estimular a cidadania aqui na nossa região. E precisa mudar esse comportamento.

Eu parabeno a Comissão por ter vindo aqui. Em todas as subprefeituras da cidade estão fazendo este debate. É uma oportunidade que a sociedade tem para colocar suas questões. Mas se o Poder Público local não é parceiro nisso...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Mas é importante se dizer, porque nós pedimos exatamente isso, que o subprefeito convocasse, falasse, estimulasse e estivesse presente, que era o mínimo que a gente poderia esperar.

O SR. AIRTON – Só para ficar claro, uma das organizações que vocês já devem ter percebido, que tem uma atuação na região com os moradores, é o Fórum e nós não recebemos nenhum aviso. Nós descobrimos porque olhamos no site da Câmara Municipal, olhamos no *hotsite* do Plano Diretor e procuramos divulgar de acordo com as nossas possibilidades. Mandamos *e-mail* para todo mundo tentando divulgar. Mas é tarefa do Poder Público e nós temos que cobrar isso na subprefeitura.

Feito esse registro, vamos ao tema aqui. Pessoal, eu tinha até pontuado a questão do terminal de ônibus, porque eu tenho uma dúvida que acho que poderia nos ajudar a esclarecer. No nosso modo de entender, nas discussões que fazemos sobre terminais de ônibus e tal, que a gente discute no fórum também, terminal de ônibus é um local de transbordo, é onde chegam os ônibus de bairro, param ali e você pode ser transferido para metrô para CPTM ou para outros ônibus que deveria ser maiores, articulados, biarticulados, é um local de você passar daqueles veículos que vem dos bairros para uma via mais estrutural. Tem sentido fazer terminal de ônibus se não temos essas condições, essas premissas? Nós moramos em região de bairros. São os ônibus que vêm de bairros que vão fazer. Nós vamos ser uma garagem? Não pode confundir terminal de ônibus com garagem de ônibus. Vai fazer o terminal e vai vir ônibus de onde para ali? No nosso entendimento é loucura isso.

Nós temos um corredor de ônibus aqui, falando na questão de transporte na Cupecê. É bom ter corredor de ônibus, Srs. Vereadores, é ótimo, só que tem que ter ônibus adequado, tem que ter ônibus biarticulados, articulados, ou seja, ônibus grandão e não tem

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Esses eles compraram para por no centro da cidade fazendo curva.

O SR. AIRTON – Não tem e as pessoas na Cupecê não conseguem entrar nos ônibus no horário de pico. Você tem um corredor muito bom quando você consegue entrar no ônibus. Se você entrar, tiver a sorte de conseguir entrar você vai mais rápido, é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Diminuíram os ônibus, não? Diminuiu o número de ônibus?

O SR. AIRTON – Diminuiu

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Eu vejo muito mais gente nos terminais esperando do que tinha antes, ou nos pontos.

O SR. AIRTON – O Horácio Figueira, não sei se o senhor conhece, um especialista em transporte, ele falou que os corredores, só pintar a faixa ali é o primeiro passo, mas se você não tiver ônibus articulado e biarticulado não resolve o problema de quantidade até para as pessoas poderem entrar no ônibus. Então, deixo esse registro aqui, porque só pintar a faixa é o primeiro passo.

Eu queria pontuar mais duas coisas. Gostei muito da fala do Presidente da Comissão. Vereador Andrea Matarazzo, quando ele fala da Fábrica de Cultura Os Sete Campos, que todo mundo conhece, há alguns anos, oito, dez anos, mais ou menos, o próprio Governo do Estado tinha proposto que ali fosse uma Fábrica de Cultura. Estou lembrando isso, foi proposto lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quando eu fiz o Sete Campos era para ser um centro cultural. Eu vi que não fizeram. Eu vou propor que façam aí a Fábrica de Cultura, ele foi concebido para isso.

O SR. AIRTON – Ótimo. Será muito bem vindo. Nossa região é muito carente desse tipo de equipamento. Eu queria lembrar também que nós temos uma área de mananciais e já foi colocado aqui várias questões, mas tem que pontuar isso de forma muito séria.

Eu queria lembrar também que nós estamos em uma área de mananciais. Já foram colocadas aqui várias questões, mas isso tem que ser pontuado de uma maneira muito mais séria. Só nos lembram que estamos em área de mananciais, no debate com o Poder Público, particularmente com o Poder Executivo, quando é para nos negarem direitos. Quando você quer um equipamento público: "Ah, não pode fazer, porque é área de manancial", mas falta uma determinação para que realmente a Represa Billings seja despoluída. Temos sorte, agora, de ter chovido um pouco e está um pouquinho cheio, então não dá para vermos muito bem. Mas na época de pouca chuva, quando o nível de água baixa, podemos ver a sujeira que se acumula no entorno. É impressionante o cheio de esgoto que exala de lá.

Não sei, Srs. Vereadores, como colocar isso no Plano Diretor, mas acho que seria muito importante que estivesse bem registrada a tarefa do Município, do Poder Público a recuperação das áreas de mananciais e suas águas, pois essa é a água que bebemos – não sei até quando. Já reclamamos a despoluição por diversas vezes.

Também seria importante, Srs. Vereadores – e não sei como isso seria contemplado -, que nas áreas de mananciais, não só na nossa região, como em outras, exista educação ambiental, campanhas de educação ambiental, se possível também nas escolas. Quanto mais pessoas tiverem a consciência de não jogarem coisas onde não deve – e isso é uma questão de formação -, melhor será para preservação dessas regiões. Então, campanhas de educação ambiental, principalmente nas áreas de mananciais, que inclui a nossa.

Já foi dito aqui que a Estrada do Alvarenga apresenta um problema seriíssimo para nossa região. Não vou me estender, mas gostaria de acrescentar o caso da Avenida Yervant Kissajikian, viário importante que adentra a Vila Joaniza e região. Precisa se pensar uma solução para aquilo, que está se tornando inviável. Como disse bem o Dimitri, mais trânsito gera mais poluição, as pessoas se estressam mais, há mais violência no trânsito e tudo mais.

Reforço o pedido de CEU para Cidade Ademar, porque vai contemplar muita gente da região.

Quando ao Arco do Futuro, quando foi feita a campanha eleitoral, pensamos “Que legal, estão lembrando da Avenida Cupecê, do pessoal de Cidade Ademar, da nossa região”. Houve uma ação, um projeto de lei tratando da zona Leste. Temos dúvida sobre o que será feito em relação à zona Sul. Aparentemente, até onde sabemos, não há nenhum projeto para benefícios fiscais para nossa região, para chamar mais empregos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Há um projeto do Vereador Ricardo Nunes, que será votado provavelmente ou neste ano ou no começo do próximo.

O SR. AIRTON GOES - Ok. Eu só queria esclarecimento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Aliás, precisa se dar uma pressionada na Câmara Municipal em relação a isso. No dia em que for posto em votação o projeto da Leste, vocês têm que ir lá gritar que também precisa um projeto para a zona Sul.

O SR. AIRTON GOES – Ok. Boa dica. Pessoal, o Fernando falou que não tem como explicar algumas coisas que são de outra Secretaria. Então, fazendo de novo o papel do Poder Público, nós estamos aqui informando vocês de que no dia 30 de novembro, semana que vem, às 15 horas, haverá uma audiência pública sobre Plano de Metas e Prioridades do Orçamento. Quem está promovendo é a Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla. Será na Subprefeitura às 15 horas. Por que é importante participar? Porque nessa questão do terminal, por exemplo, se houver alguma coisa prevista no Orçamento, no Plano de Metas, e nessa audiência que isso será discutido.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – É uma forma inclusive de pressionar. Em vez de ficar no orçamento como terminal, coloca-se na Estrada do Alvarenga, por exemplo, ou em outras coisas.

O SR. AIRTON GOES – Posso fazer um último comercial?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Pode.

O SR. AIRTON GOES – O Fórum Social de Cidade Ademar e Pedreira reúne-se uma vez por mês. Por coincidência, a próxima reunião será no sábado que vem, às 10 horas, na Igreja Nossa Senhora Aparecida, no Jardim Miriam. Quem tiver interesse em conhecer e saber como trabalhamos, pode participar.

- Manifestações fora do microfone

O SR. AIRTON GOES – É o que eu digo sempre – e vamos falar da nossa região – o Poder Público convoca as pessoas somente quando tem um problema específico, como é o caso de vocês. Eles não estimulam a participação cidadã, chamando as pessoas para discutir os problemas regionais. Infelizmente, não somos informados.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não acho que seja pessoal, com a zona Sul, o Poder Público nunca avisa ninguém; esqueceu que é público, que é do público, a quem ele deve satisfações.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AIRTON GOES – Se depois vocês puderem disponibilizar uma cópia para nós. É essa proposta?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Abram uma folha para todo mundo deixar o endereço. Muito obrigado, Ailton.

Se bem que a audiência pública para o Plano Diretor acaba sendo muito mais geral do que o próprio Plano Diretor. Eu não sabia que o Fórum Social se reunia com frequência mensal, com temas específicos *etc.*

Tem a palavra o próximo inscrito, Sr. Eduardo José Lima, morador da região, por três minutos.

O SR. EDUARDO JOSÉ LIMA – Bom dia a todos e todas. Moro na região há 34 anos. Vou começar com uma polêmica. Senhores, não vamos desmerecer o nosso bairro! Dizer que Pedreira não precisa de terminal é uma falácia. Não vamos fazer isso com o nosso bairro! Então, Varginha, Grajaú, Capelinha, Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela têm terminal, e nós não podemos termos? Vamos parar com isso! podemos ter terminal sim!

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Desde que seja no lugar certo

O SR. EDUARDO JOSÉ LIMA - E vou complementar. Se vai ser lá ou não, essa é uma discussão a ser feita. Até como morador, pessoa que conhece a região, penso que não deve ser lá. Devo informar vocês que há projetado terminal no Jardim Miriam e um na Pedreira. Então, é isso. Se vai ser lá ou não, essa é outra história.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. EDUARDO JOSÉ LIMA - Eu entendi tudo isso. Só estou dizendo que não devemos desmerecer nosso bairro. Era isso.

Outra questão específica: também acho que devemos colocar, bem colocada, a questão da regularização fundiária para nossa região - por se tratar de área de manancial - e também regulamentar isso na lei de uma forma que - repito - regularize de fato para que tenhamos as moradias e os assentamentos de acordo com a lei. Isso para pararmos com essa história de que, a partir de certo ponto, porque é área de manancial, não pode ter nada

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - O que não se pode é deixar usar a questão dos mananciais ser um impeditivo do desenvolvimento da região, que é o que acaba acontecendo.

O SR. EDUARDO JOSÉ LIMA - Exatamente. Então, que possamos ter a regularização fundiária para os vários bairros que têm assentamentos e áreas irregulares

Outra coisa é a duplicação da Estrada do Alvarenga. É primordial que isso aconteça. Como morador da região, posso dizer que não suportamos mais o trânsito em horário de pico, tanto indo para a região como voltando dela. Então, é importante que o Plano Diretor contemple isso

O CEU de Cidade Ademar também é outro equipamento fundamental, que deve estar contemplado no Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Poderia ser na divisa, contemplando os dois?

O SR. EDUARDO JOSÉ LIMA - Não, na divisa não; tem que ser em Cidade Ademar. Na divisa, como o Vereador falou, não vai contemplar ninguém.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Muito obrigado, Sr. Eduardo. Tem a palavra o próximo inscrito, Sr. Sebastião Ronildo Dantas, do Conselho Participativo.

O SR. SEBASTIÃO RONILDO DANTAS - Bom dia a todos e a todas. Quero acrescentar algo sobre o que falou o colega, da Avenida Cupecê. No momento, isso só é colocado verbalmente, mas, no papel, deixa a desejar, e muito. Tenho alguns exemplos. O terminal de ônibus tem hoje 32 grades quebradas. O maior índice de vítimas fatais em acidentes é da Avenida Cupecê. Além disso, a praça do Jardim Miriam, como todos sabem, está abandonada. Inauguraram um polo cultural, mas ninguém sabe que polo cultural é esse.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Onde inauguraram o polo cultural?

O SR. SEBASTIÃO RONILDO DANTAS - Na praça do Jardim Miriam.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Que praça é essa? Tem o nome?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Deram um nome tão local que ninguém lembra, não é?

O SR. SEBASTIÃO RONILDO DANTAS - Além da praça que está abandonada, tem também a questão do trânsito, que é intenso. Passam mais caminhões lá do que na Alvarenga. Nesta semana mesmo, os comerciantes estavam reclamando porque eles limpam seus pequenos comércios de manhã e à tarde já estão sujos. Fui fazer uma pesquisa lá e levei três horas para ir da Avenida Cupecê, na Divisa de Diadema, até a Avenida Washington Luis. Sinto dizer, mas a Cupecê está abandonada, do mesmo jeito que é a Alvarenga.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Muito obrigado pela participação. Há uma pergunta do Gustavo Guerra: como é feito o cálculo do valor a ser pago aos proprietários dos imóveis objeto de desapropriação?

Respondo: é feito por perícia, por avaliação, e a desapropriação normalmente é

paga à vista, a valor de mercado. Se o dono não estiver de acordo com o valor, discute-se só a diferença a mais, a parte do valor apreciada é paga à vista.

Essa foi uma das audiências públicas com participação mais intensa - não no sentido de quantidade de pessoas, mas de participação efetiva, com ideias, sugestões e conhecimento da região.

Tem a palavra a Sra. Silvana Vieira, moradora de Cidade Ademar.

A SRA. SILVANA VIEIRA Bom dia a todos. Bom dia, Ricardo, Andrea, Fernando. Vou complementar o que o nosso amigo falou sobre a Cupecê. Sou moradora da região Cidade Ademar há 47 anos. Realmente conheço a Alvarenga, a Yervant e a Cupecê. A Cupecê tem um tráfego horroroso, e as pessoas que foram às reuniões do Conseg sabem que reclamamos direto sobre a av. Cupecê. São carros trafegando pelo corredor de ônibus; ontem mesmo houve duas mortes de motoqueiros que bateram no ônibus, e por quê? Porque não tem fiscalização, não tem nada, a Deus dará. O esperto vai pelo corredor de ônibus e, quando ele vai sair do corredor, atrapalha todo o trânsito.

A Yervant é chamada de enervante, porque é enervante passar pela Yervant. A cada 50 metros, encontramos um farol, que abre e fecha toda hora, é um absurdo, ninguém anda. Moradores da Pedreira sabem que a Yervant é um problema. Temos o córrego Zavuvus ali, onde já houve várias mortes devido a enchentes. É um córrego abandonado, e não sabemos o que está reservado no Plano Diretor para a Yervant, e também poderia ser incluso o córrego Zavuvus.

O nobre Vereador falou que o Subprefeito deveria estar presente, mas quem consegue falar com o Subprefeito? Alguém aqui já conseguiu falar com ele? Ele não nos atende, não participa de nada. Estivemos lá na última quinta-feira falando sobre o CEU Cidade Ademar, falamos de um terreno que temos, uma chácara na rua Bem Aventurança, para ser declarado área de utilidade pública.

Levantamos o IPTU devido, são R\$ 290.000,00, o que até não é muito, porque é uma área de 26.000 m², a única área verde que temos na região da Yervant, sem considerar o Clube da Caixa, que deve milhões de IPTU e que ninguém faz nada, ninguém sabe por que, alguém por trás disso leva vantagem.

Fomos falar com o Chefe de Gabinete, o Sr. Cicero, que é o único que nos atende, porque é impossível falar com o Subprefeito, uma pessoa que não atende a comunidade.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo - Mas, se ele não atende a comunidade, ele faz o quê, se a única função dele é essa?

A SRA. SILVANA VIEIRA Eu não sei. Fizemos uma passeata para mudar a Unidade Básica de Saúde e tivemos apoio total do nobre Vereador Ricardo Nunes, parceiro nosso, que nos acompanhou, e também o Sr. Rubens Calvo.

Cheguei até a Subprefeitura, na passeata, então o segurança disse que deveríamos fazer essa passeata após meio-dia, o horário em que eles chegam lá. Isso foi falado para mim.

E vim aqui para falar sobre a cultura, de como é necessária a cultura. Sou voluntária há 11 anos, dou aula de ginástica na Unidade Básica de Vila Constância e de Vila Joanita. O nobre Vereador Ricardo já foi fazer ginástica com a gente. E agora estamos correndo o risco de perder a nossa quadra na Unidade Básica, mas nos prometeram que não vamos perder a nossa quadra.

Também faço parte de um grupo de teatro da terceira idade. Agora em outubro, novembro, fizemos apresentações. Somos itinerantes e vamos aonde nos convidam. Até sugerimos a esta Casa reservar-nos um espaço e nos convidar para a apresentação da nossa peça, que fala da terceira idade.

Então é muito importante participarmos de tudo isso, termos esses pequenos locais onde podemos nos encontrar e trabalhar o nosso social. Dia 02, haverá um baile promovido pela Secretaria de Esportes, então, tudo isso é o social, é a cultura, é o lazer das pessoas que não têm aonde ir e que precisam desses espaços.

Obrigada (Palmas)

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo – Muito obrigado. A questão da terceira idade é outra coisa importante. Como já estou chegando nela, acho importante a questão do envelhecimento produtivo, que aprendi na Itália, onde fui Embaixador. Em Roma, um em cada quatro tem mais de 60 anos. Os países envelhecem, e São Paulo está envelhecendo.

Existem poucas políticas para o envelhecimento. Nas fábricas de cultura, por exemplo, implantei aulas de computador para o pessoal da terceira idade, e foi um sucesso extraordinário. Mas essa é uma política pública que precisa, cada vez mais, ser pensada numa cidade como São Paulo, pela sua importância e pelo contingente que existe.

Sempre digo que política pública para envelhecimento é a única política que pode se fazer por interesse próprio, pois seremos usuários também.

Agradeço a participação, a paciência, o empenho de todos. Esta audiência está gravada e a Comissão discutirá todas essas sugestões.

Passo a palavra ao nobre Vereador Ricardo Nunes, um dos Vereadores mais empenhados da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, nobre Vereador Andrea. Sem fazer nenhuma delonga, mas sendo muito justo, Andrea Matarazzo é um dos melhores Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, por ter sido Secretário e por ter vivido diversas experiências, ele enriquece demais, tanto é que preside uma das Comissões mais importantes da Casa, que é a Comissão de Política Urbana, que discute o Plano Diretor, que vai definir a Cidade daqui a 10 anos ou mais. Andrea Matarazzo é um grande amigo, então sou testemunha de que temos um Vereador de nível muito acima de todos nós na Casa.

A questão do CEU Cidade Ademar é uma das principais, até porque tem proposta hoje de se construir um CEU em Santo Amaro. Também, depois, está previsto para Jardim São Luiz, que precisa, e para outras regiões. Mas muito para a zona Leste. Na zona Sul, temos uma dificuldade enorme.

Embora o nobre Vereador Andrea não seja morador da zona Sul, ele foi muito bem votado nessa região, então nós o consideramos como morador da zona Sul, inclusive ele também é autor do projeto que cria incentivos fiscais para a zona Sul.

Então, temos uma luta muito grande para desenvolver a zona Sul. A questão de falta de creche, por exemplo, a zona Sul é a segunda pior região nessa questão de falta de creche, embora ninguém tenha falado de creche aqui. Guaianases é a região que tem a melhor oferta de vaga de creche, então realmente os moradores de Guaianases fizeram um trabalho muito bom, e tiramos o chapéu para eles. A pior região é a região de Campo Limpo e M'Boi Mirim, que é uma Diretoria de Ensino conjunta, e a segunda pior região é aqui na Cidade Ademar, onde, para cada cem crianças, só 46 conseguem a vaga de creche.

A proposta é de se construir o CEU no Joerg Bruder, em Santo Amaro. Estive na Secretaria de Educação na semana passada e não tem sentido construir um CEU no Joerg Bruder. Então terei de contar com a ajuda de vocês para se construir um CEU aqui na Cidade Ademar, que realmente precisa.

Com relação à Estrada Alvarenga, o projeto está pronto, está no site da Secretaria de Infraestrutura Urbana o projeto da duplicação da via. Agora estamos trabalhando para poder colocar como uma das pautas principais.

Tenho conversado com o nobre Vereador Andrea Matarazzo, e a Secretaria de Transportes teve um aumento de 150% do orçamento. A verba da Assistência Social, por exemplo, que é uma questão muito grave na Cidade, abaixou 40%. Então esse Plano Diretor está focando muito na mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo – Esse projeto de terminais tem projeto de lei na Câmara que, se não me engano, não passou nem por primeira votação ainda.

O SR. RICARDO NUNES – Passou em primeira.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo – Mas até virar lei, até regularizar, ainda tem tempo, ou seja, dá para brigar bastante ainda.

O SR RICARDO NUNES – O projeto para duplicar a Alvarenga está pronto, de ponta a ponta, a extensão. O Plano Diretor está prevendo daqui a 10 anos.

O projeto está pronto. Nós vamos tratar agora das prioridades. Fazer tudo o que a Cidade precisa não vai dar, o que será feito é aquilo que a comunidade mais se preparar. Por exemplo, a UBS de Vila Constância ia ser transferida para outro lugar e, no local, fariam uma Hora Certa. A Silvana fez um barulho, chamou todo mundo, fomos na Secretaria da Saúde e mudou a história. A Hora Certa será junto com a UBS, que era aquilo que a comunidade precisava. Então, se eles não tivessem se mobilizado, nada disso aconteceria. Por isso, a importância da mobilização

Achei bastante interessante esse trabalho do fórum social. Eu, como Vereador, não conhecia. Agora essa questão do terminal é bacana, como o Sr. José sugeriu fazer no bairro do Guacuri, onde tem uma área boa. Então, essas coisas também são importantes, temos que dar ideias. A Sra. Silvana também falou que tem uma indicação de um terreno de 26.000 m² para se construir o CEU

Só para concluir, no dia 08 de dezembro haverá a eleição do conselho participativo, do qual sei que a Silvana é candidata. Então sugiro votar nessas pessoas, que participam de tudo

Muito obrigado a todos. Estamos à disposição. E estarei com vocês amanhã na Subprefeitura. Parabéns ao Vereador Andrea Matarazzo, um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matarazzo – Muito obrigado pela presença de todos. Boa tarde a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, está encerrada a 22ª audiência pública da Comissão de Política Urbana.



FL. Nº 635
Anexo 01 – Volume 04
Proc. nº 01-688/2013

Liliane Jun Ogura – RF 11 095

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Casa Blanca – R. João Damasceno, s/nº - Vila das Belezas

DATA: 25-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção. expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

- Qualidade do som incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Boa noite. Na qualidade de representante da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública do PL 688/13, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo

Registro a presença do Sr. Anderson Kazuo Nakano representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e donvido, para fazer parte da Mesa, o nobre Vereador Reis, o Sr. Antonio Carlos Dias de Oliveira, Subprefeito do M'Boi Mirim.

Esta audiência pública foi publicada no Diário Oficial diariamente desde o dia 8 de novembro de 2013; no jornal *Diário de S. Paulo* no dia 11 de novembro e na *Folha de S Paulo* dia 12 de novembro.

O calendário para a discussão do Plano Diretor é extenso: esta é a 23ª de 45, sendo realizadas em todas as subprefeituras. Há audiências públicas macrorregionais, para as quais a população é convocada pela televisão, pelo rádio e pelos jornais. No sábado mesmo houve a audiência pública macrorregional da zona Sul, no CEU da Capela do Socorro. A nossa estratégia foi fazer uma reunião que fosse mais geral da região toda, amplamente convocada, para depois realizar reuniões menores nas subprefeituras, para permitir o acesso de todos. Aproveito para informar que há outra audiência pública no sábado, à tarde, no Campo Limpo

Além disso, há as audiências públicas temáticas. Amanhã mesmo ocorrerá uma audiência pública sobre os instrumentos e o sistema ambiental na Câmara de São Paulo, das 9h às 12h. Então, o nosso calendário está composto por estas três modalidades de audiências públicas: as macrorregionais, as das subprefeituras e as temáticas

Informo a todos que no *site* da Câmara, no endereço eletrônico www.sp.gov.br/planodiretor, há um espaço para aqueles que, não podendo participar da audiência pública, possam se manifestar e apresentar propostas.

Eu, Nabil Bonduki, membro da Comissão, fui indicado pelos outros membros da Comissão como Relator nesse projeto. Estamos fazendo um trabalho de sistematização de tudo o que é falado e recebido para que, ao final desse processo, possamos elaborar um substitutivo que contemple as várias questões abordadas nas audiências públicas, diretamente no site da Câmara ou por documentos que chegam à Comissão de Política Urbana ou a este Relator.

Passo a palavra ao Sr. Anderson Kazuo Nakano, Diretor de Urbanismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que fará uma apresentação sobre a proposta do Plano Diretor, que revê a Lei 13.430, que deverá ser amplamente debatida para que possa expressar não só aquilo que esta Administração planeja para esses próximos anos, mas para orientar as próximas gestões na questão do desenvolvimento urbano.

Infelizmente, hoje temos poucas pessoas aqui, mas, como M'Boi Mirim é uma região muito populosa, poderemos fazer uma reunião em um local mais central para que possamos ouvir mais a sociedade da região.

Tem a palavra o Sr. Nakano.

O SR. ANDERSON KAZUO NAKANO – O projeto de lei do Plano Diretor está organizado em cinco títulos: Dos Princípios Gerais, são os princípios da Organização Territorial, são as normas e critérios para a organização dos espaços do Município; (ininteligível) e operações dos sistemas ambientais, que é uma agenda de grandes investimentos estruturais na Cidade; (ininteligível) da gestão democrata e do sistema municipal, Organização institucional das bases técnicas e também de participação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, necessário para a implementação desse Plano de Política Urbana no Município. E o título V, das Disposições Finais e Transitórias.

- O orador passa a referir-se às imagens da tela de projeção.

Vou destacar alguns pontos do Título II, da Organização Territorial. Esses princípios que orientam esse projeto de lei são consagrados no ordenamento jurídico nacional, nos princípios da função social da Cidade, da propriedade urbana, da gestão democrata dos

direitos da Cidade, do direito ao meio ambiente saudável e equilibrado. Agora, na ordenação territorial, temos esse mapa do macrozoneamento das áreas urbanas, macrozonas urbanas, Macrozona de Reestruturação e Requalificação Urbana e a Macrozona de Conservação e Recuperação Ambiental na Subprefeitura de M'Boi Mirim

A base desse Plano de Metas parte da organização territorial, justamente a subdivisão dessas duas macrozonas nas macroáreas. Cada uma dessas áreas tem uma característica diferente do ponto de vista urbano e ambiental, com objetivos de planejamento específicos. Cada macroárea dessas orienta a formulação estratégica da aplicação dos instrumentos de política urbana.

Aqui na Subprefeitura do M'Boi Mirim, a gente tem incidência dessa macroárea laranja, a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana. São áreas de loteamentos irregulares, áreas de favelas, áreas que têm precariedade urbana. Então, o objetivo dessa macroárea laranja, que envolve uma boa parte do território da subprefeitura é a recuperação e a redução dessa vulnerabilidade.

Essa macroárea laranja, na altura do Capão Redondo, é a Macroárea da Qualificação e da Organização Consolidada. Essa parte verde é a Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, são áreas onde precisamos segurar o processo de urbanização que envolve principalmente a área do Parque Estadual Guarapiranga.

Essa macroárea clara são as Macroáreas de Recuperação Urbana e Ambiental. A macroárea vermelha escura é a Macroárea de Estruturação Metropolitana. Então, vemos que, na região do M'Boi Mirim, há a ocorrência das principais macroáreas que estamos trabalhando no Plano Diretor.

Aqui o mapa das ZEIS, justamente as estratégias para recuperar áreas de loteamentos irregulares, favelas, conjuntos populares com situação de irregularidade fundiária. Vemos no território do M'Boi uma incidência grande dessas ZEIS tipo 1, que são justamente as áreas que demandam urbanização, infraestrutura, melhorias viárias e regularização fundiária. Vemos então, a demarcação de várias áreas como ZEIS 1.

Essas áreas em cinza são áreas vazias. São terrenos e glebas destinados à construção de conjuntos habitacionais novos para a população de baixa renda.

Essas áreas marrons são ZEIS 4, áreas para a construção de conjuntos habitacionais, mas para receber pessoas que estão morando em áreas de risco e de preservação permanente.

As ZEIS 3 são marcadas principalmente nas áreas centrais.

Além disso, temos proposta de definição dos eixos de estruturação urbana ao longo do sistema de transporte coletivo, que, aqui na Subprefeitura do M'Boi, abrange esses eixos que englobam esse trecho ao longo da linha 5 e esse trecho da Avenida M'Boi, que vai receber um corredor de ônibus. Na verdade, ela já tem um. A ideia é promover a orientação para um processo de produção imobiliária para essas áreas junto a esse eixo de ônibus e metrô, que já existe.

Essas quadras cinza ao longo dos corredores de ônibus, linhas de trem e de metrô, são as que existem hoje. A ideia é reestruturar essa área, melhorar as condições urbanísticas dessa área para, aí, sim, orientar a produção imobiliária para esses eixos, porque, principalmente no M'Boi Mirim, esse processo de aumento de aproveitamento das quadras teria que ser multiplicado para não congestionar mais ainda esses eixos.

Nessa outra parte da zona Sul também, essas áreas ao longo desse corredor de ônibus da Teotônio Vilela, junto às estações de trem.

Aqui a complementação desses eixos de estruturação da transformação urbana passa ao longo dos corredores que não existem, mas que estão previstos para serem executados no período dos próximos dez anos.

Esses corredores estão previstos para 2016. São corredores cujos projetos já foram contratados e estão sendo estudados. Então, esses corredores que estruturam essas áreas laranja também são os corredores que vão receber um maior aproveitamento, vão ter um maior

aproveitamento dos terrenos, tanto na região do M'Boi como na região de Santo Amaro, para onde há propostas de aumento do aproveitamento da terra ao longo desses eixos de transporte coletivo

Então vemos que aqui na zona Sul, na altura de Santo Amaro, há uma confluência grande de corredores, de eixos de transporte coletivo, com uma proposta de aumento do aproveitamento da terra urbana. Isso tem que ser feito com muito cuidado, com muito monitoramento para não comprometer a capacidade de utilização do sistema de transporte coletivo

O título III: Da Estruturação dos Sistemas Ambientais Urbanos é um título que propõe a organização e a realização de grandes empreendimentos, grandes investimentos nos elementos estruturais da Cidade. Aqui temos os grandes investimentos na implantação de parques. As cores claras são os parques previstos; as escuras, os existentes. Há previsão para a região de M'Boi de grandes áreas destinadas para a implantação de novos parques.

Também há previsão de implantação de adutoras e caixas d'água para melhorar o sistema de abastecimento de água da região, com a construção de estação elevatória. Essas linhas vermelhas são as novas adutoras previstas.

Aqui um foco maior nesses investimentos e nos investimentos em esgotamento sanitário. Essas linhas vermelhas são os novos coletores-tronco previstos aumentar a capacidade de coleta de esgoto.

Esses são os equipamentos para melhorar a coleta seletiva e a reciclagem na Cidade. Esses pontinhos vermelhos são os Ecopontos previstos. Os pontinhos marrons, pretos, são os Ecopontos que já existem.

O triângulo azul representa uma central de processamento de coleta seletiva de orgânicos. Há investimentos nessa área de coleta seletiva e reciclagem previstos para o território da zona Sul, para o M'Boi.

Esses são investimentos no sistema viários. Na Estrada do M'Boi é necessário um alargamento das vias, inclusive para receber esses novos corredores de ônibus. São investimentos em melhorias viárias principalmente em ligação entre os bairros e da ligação entre os bairros e os centros de bairros.

Esse, então, é todo o conjunto de investimentos na zona Sul, investimentos em alargamento viário, em melhoramento viário, melhoria de cruzamento entre vias. A maior parte dessas obras viárias é para melhorar a ligação entre os bairros e a ligação dos bairros com os centros de bairros, como Santo Amaro, e também com a zona Leste. Essa necessidade de ligação entre os bairros é bastante grande.

Vemos essas previsões de abertura de novas vias, melhoria de cruzamentos, alargamento e ampliação de vias que já existem.

Aqui estão os investimentos nos corredores de ônibus. Essas linhas laranja são os novos corredores de ônibus previstos. Nessa outra linha, azul tracejada, há um investimento previsto para 2025 pelo Metrô, mas o modal ainda precisa ser definido – se vai ser metrô, se vai ser monotrilho. São investimentos de mais longo prazo. Essas linhas de cor roxa são as linhas de metrô que já existem. As linhas laranja não tracejadas são corredores que já existem. As linhas de cor verde também são investimentos em transporte coletivo previstos, são linhas de monotrilho planejadas para 2026.

Então, alguns desses investimentos, como esses corredores laranja e essa extensão da linha 5, na cor roxa, são investimentos que dificilmente mudam, porque já há contrato de projeto, já estão licenciadas, algumas já estão até em obras. Já os investimentos em linhas de cor azul e verde podem mudar. São investimentos de mais longo prazo que podem ter sua previsão mudada.

Aqui estão os CEUs. Esses pontos de cor marrom são os CEUs que já existem. A gente está aqui, no CEU Casablanca. Esses outros pontos são os CEUs propostos no curto prazo nesse governo. São os CEUs que já tem contratação de projeto prevista para o começo do ano que vem. Os editais já estão sendo concluídos. São 10 CEUs novos previstos na

Cidade

Esses pontos em preto são as áreas de risco, ocupadas principalmente por moradias populares, por áreas de favela com risco de deslizamento. A gente vê que aqui na região de M'Boi Mirim há várias áreas de risco, e a proposta do Plano é fazer investimentos e obras para solucionar essa situação

Para concluir, a gestão democrática prevê a organização da Prefeitura no Sistema Municipal de Planejamento Urbano, que inclui o Conselho Participativo das subprefeituras, que se tornarão Conselhos Representantes dentro do sistema de gestão desse Plano Diretor. Além disso, ele mantém a Conferência das Cidades, o Conselho Municipal de Política Urbana, as Câmaras Técnicas de Legislação Urbanística, a Comissão de Proteção à Paisagem

Há aqui uma novidade. Estamos propondo que representantes da sociedade civil que vão fazer parte do Conselho Municipal de Política Urbana sejam eleitos na Conferência Municipal, e não nomeados pelo Prefeito. Estamos mantendo os instrumentos todos de política urbana: as audiências públicas; a iniciativa popular de planos, programas e projetos; a iniciativa popular de projetos de lei. Enfim, instrumentos de promoção da cidadania são atividades de formação para que a sociedade conheça esses elementos da política urbana, o próprio Plano Diretor

Faz parte desse sistema de planejamento e gestão manter o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Aqui, estamos propondo melhorar o modo de utilização dos recursos – onde tem que ser mais planejado e mais transparente. Estamos propondo também deixar mais clara a necessidade de articular esse Plano Diretor – principalmente aqueles grandes investimentos – com PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual, para que cada governo, a cada ano, se já destinando uma parte dos recursos para realizar aqueles grandes investimentos em parques, obras viárias, corredores de ônibus etc. Além disso, precisamos desenvolver esse sistema permanente de monitoramento e avaliação desse Plano.

Por fim, está prevista nas Disposições Transitórias, como extensão dessa Macroárea de Estruturação Metropolitana, a definição de áreas de incentivo junto à Avenida Cupecê, na zona Sul, e junto à Avenida Jacu-Pêssego, na zona Leste, que são áreas para incentivo fiscal e urbanístico para implantação de empresas de atividades comerciais e (ininteligível). A ideia da desconcentração de oportunidades de trabalho, de atividades econômicas, atividades empresariais em direção aos bairros se dá através dessas áreas de incentivo na Macroárea de Estruturação Metropolitana e também naquelas áreas junto aos corredores de ônibus, trem e metrô. A ideia é possibilitar a implantação de atividades comerciais e de serviços de diferentes tipos.

Sinteticamente, de uma maneira bem resumida, essa é a organização das diferentes partes do projeto de lei 688/2013, que está sendo objeto desta audiência pública e que será a base para a elaboração de um substitutivo pela relatoria na Câmara Municipal de São Paulo a partir de todas as contribuições que estão sendo levantadas e coletadas nessas e em outras atividades que estão acontecendo e que ainda vão acontecer.

A ideia, pelo que já vimos discutindo com a equipe da relatoria do Vereador Nabil Bonduki, é manter essa estrutura, mas, certamente, com esse substitutivo, pode ser que haja alterações, ajustes e complementações, o que é bem-vindo, pois algumas correções são necessárias nesse projeto de lei, que não está perfeito. Dai a importância de estarmos fazendo essa discussão e de vocês estarem estudando esse jornalzinho que vocês receberam e que tem a íntegra desse projeto de lei, para fazer as propostas e encaminhar as contribuições para a relatoria elaborar o substitutivo. É importante que vocês estudem e apropriem-se desse projeto de lei, pois ele será a base para construirmos esse substitutivo, que, aí sim, será votado na Câmara Municipal e será o nosso Plano Diretor para os próximos dez anos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Chamo, para ocupar assento à Mesa, o Vereador Reis, o Vereador José Police Neto e o Subprefeito Antonio Carlos.

As inscrições estão abertas. Quem quiser se inscrever, procure a secretaria

Inicialmente, passo a palavra aos Vereadores presentes e ao Subprefeito para que se manifestem e já levantar algumas questões. O Vereador já me adiantava várias questões sobre a região, que reputo importante serem registradas para que possamos ter todos os elementos para construir um substitutivo que contemple as questões principais levantadas pela sociedade de modo geral, pelos Vereadores e outros atores importantes.

Agradeço à Regiana Aparecida Costa da Paixão Coimbra, gestora do CEU, que está nos acolhendo hoje para esta audiência pública.

Passo a palavra ao Vereador Reis.

O SR. REIS – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o Vereador José Police Neto, o Subprefeito Antonio Carlos, o Vereador Nabil Bonduki, Presidente da Mesa, e também o Kazuo – futuro Vereador, Deputado, conforme já profetizaram.

Eu conversava com o Vereador Nabil Bonduki sobre os problemas que temos na nossa região. Uma parte dos problemas está relacionada à proteção ambiental, ao fato de a região ser composta de mananciais. A atividade industrial pouco pode ser desenvolvida, daí as pessoas têm que sair daqui para trabalhar do outro lado da ponte, do outro lado do rio. Assim, o grande problema que aflige os moradores é o da mobilidade. Por mais que se façam obras na região de Mirim - duplicação da Avenida M'Boi Mirim, da Estrada da Baronesa, da Rua Agamenon Pereira da Silva; levar a Avenida Carlos Caldeira Filho até a Avenida M'Boi Mirim; fazer o prolongamento da linha do metrô até a Menininha -, mesmo assim nós teremos dificuldades para passar para o outro lado do Rio Pinheiro, porque temos hoje três pontes se considerarmos que a Ponte Transamérica tem sentido único. Temos na verdade quatro pontes: a Ponte João Dias, a Ponte Transamérica, a Ponte Socorro e a Ponte de Interlagos, já considerando também aquela região de Interlagos, região onde as pessoas também têm dificuldade para acessar a região central, para acessar a região de Santo Amaro, para acessar a região da Marginal Pinheiros.

É necessário haver mais pontes para que as pessoas possam atravessar para o outro lado e terem acesso aos serviços, aos empregos, à Justiça, às universidades – esses dois últimos, serviços inexistentes em nossa região. Sobre o Fórum, cuja construção já foi aprovada para a região de M'Boi Mirim, a Ordem dos Advogados ainda não tem detalhes. Então, para utilizar todos esses serviços, as pessoas têm que passar para o outro lado do Rio Pinheiros, indo até Santo Amaro, até a Barra Funda, até o Centro. Para facilitar isso, teríamos que ter mais pontes. Só as que existem não nos dão respostas, porque todos esses bairros convergem para essas passagens, travando todo o trânsito. A população do "fundão" desses bairros sofre muito, gasta horas parada para ir ao trabalho. Quando as pessoas vêm dos bairros e chegam à Guarapiranga, ficam paradas no trânsito por três horas. Então, nesse Plano, deveria estar sinalizada a construção de mais pontes, pelo menos mais quatro pontes para melhorar esse acesso.

Na região do Jardim São Luiz, por exemplo, os moradores estão "sufocados", espremidas, pois só podem contar com a Avenida Maria Coelho de Aguiar para acessar a Ponte João Dias ou a Guarapiranga para acessar a Ponte do Socorro. Mesmo as obras da Ponte Baixa, que estão sendo feitas, não resolvem o problema do São Luiz.

As pessoas, correndo do trânsito da Estrada de Itapeverica e correndo do trânsito da M'Boi Mirim e da Guarapiranga, vão todas enchendo as ruas do Jardim São Luiz e Parque Santo Antônio, que se tornam rota de fuga dos motoristas que querem chegar ao Capão Redondo, ao Vaz de Lima e assim por diante. As pessoas saem de manhã para o trabalho, procurando essas vias – que hoje são muito mal cuidadas por falta de recursos -, e à tarde, ao voltar para suas casas, elas também passam por essas vias locais para cortar caminho e chegar a seus destinos.

Então, seria interessante se houvesse uma saída pelo Jardim da Felicidade, próximo a onde está sendo feita a obra do Metrô, à garagem do Metrô que está sendo construída (ininteligível). Hoje há uma passagem precária lá, que, com essa obra, deixará de existir. Então, faz-se necessário haver uma nova via saindo do Jardim São Luiz, subindo a Rua

Saturnino de Oliveira, passando pelo Jardim da Felicidade, cruzando a Guido Caloi e, quem sabe, um novo pontilhão para acessar a Marginal Pinheiros e também Santo Amaro, porque muitas pessoas aqui trabalham na região de Santo Amaro

Tudo isso deve ser pensado em termos de sugestões para serem agregadas a esse plano de forma a garantir a mobilidade das pessoas que moram nessa região.

Outra questão são as indústrias. No Jardim São Luiz e também na Chácara Santa Maria, temos algumas pequenas indústrias, pequenas metalúrgicas, muitas das quais estão hoje clandestinas, não conseguem se regularizar porque o zoneamento não permite. Acho que o plano tem que sinalizar a possibilidade de regularização dessas pequenas indústrias que geram empregos, o que é muito importante para nós, pois evita esse investimento em deslocamentos e em transporte. Fazer uma avenida custa uma fortuna. Fazer uma linha de metrô custa uma fortuna. Estamos investindo somente na saída das pessoas daqui da região para o outro lado e, à tarde, no seu retorno para os bairros; por isso é que trava tudo

Se pudermos ter a possibilidade de liberar a regularização para essas pequenas e médias indústrias, estaremos fazendo com que grande parte dessa população que se desloca possa trabalhar próxima de suas casas. Assim, diminui a necessidade de investimento em mobilidade urbana, que é muito alto. Um quilômetro de metrô subterrâneo custa mais de 500 milhões, segundo declaração do Secretário de Transportes Metropolitanos; já um quilômetro de metrô aéreo, mais de 120 milhões. É muito dinheiro. Estamos investindo uma fortuna para tirar milhares de pessoas desta região e para depois trazê-las de volta todos os dias. Não vou dizer que vamos fazer com que todos possam trabalhar próximos às suas casas, mas tem que haver um planejamento – na revisão desse Plano Diretor – para que parte dessa população possa trabalhar na própria região, diminuindo esse deslocamento diário que temos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Reis. Tem a palavra o Sr. Antonio Carlos, Subprefeito de M'Boi Mirim.

O SR. ANTONIO CARLOS DIAS DE OLIVEIRA – Boa noite a todos e a todas. Boa noite Vereador José Police Neto, Vereador Nabil Bonduki, Vereador Reis, Kazuo

Todos dizem que vários munícipes reclamam da saturação da Avenida M'Boi Mirim. O problema da mobilidade em nossa região é crítico. Como falei o Vereador Reis, temos poucos gargalos para sair da nossa região. Temos a Ponte Guarapiranga, a Ponte João Dias. Estamos praticamente ilhados. Todos os dias o trânsito é caótico na Avenida Maria Coelho Aguiar, onde está o Centro Empresarial.

Uma das reivindicações que nos chegam dos munícipes é a possibilidade de canalizarmos o Córrego do Jardim São Luiz e fazermos um (ininteligível) com a Avenida Maria Coelho Aguiar, na tentativa de desafogar um pouco o trânsito daquela região

Eu dei uma olhada no mapa e estava até comentando com você Nabil, sobre a grande quantidade de ZEIS que temos na nossa região. Infelizmente, a Subprefeitura não foi consultada, mas ela impede, na verdade engessa muita coisa, indo na contramão. Como o Vereador Reis colocou, nós não temos, do lado do "fundão", um supermercado grande, alguma coisa que pudesse evitar que essas pessoas fizessem esse deslocamento.

Isso para nós é muito importante. Se a gente trava isso daí, a gente precisa rever algumas (ininteligível) que foram colocadas, então eu acho isso muito importante

Outra questão é com relação a nossa Estava discutindo agora com o nosso coordenador de (ininteligível). Se eu estiver errado depois você me corrige (ininteligível). De (ininteligível) parece que só 3% dos estabelecimentos comerciais têm licença de funcionamento. Então nós trabalhamos de forma clandestina, o nosso comércio trabalha de forma clandestina, porque as ruas são limitadas (ininteligível) dez metros e a maior parte das nossas ruas na nossa região é mais estreita. Então (ininteligível) não deveria estar lá, na verdade, a quitanda não deveria estar lá onde está. Nós fechamos os olhos para isso. É uma coisa que deveria ser revista também

Outro ponto, além das ZEIS, dessa largura de rua (ininteligível) é também com

relação às vagas de estacionamento. Se não estiver errado, a lei (ininteligível) um carro para cada 35 m². O que fazer com o que já está aí? O que fazer com o que já existe. Seria interessante daqui para frente, em novos projetos, a gente aprovar também dessa forma, porque precisa ter estacionamento, mas como é que a gente resolve esse passivo (ininteligível) lá atrás? É uma questão que precisa ser também equacionada.

Outra coisa, não só para a região do M'Boi Mirim, é uma questão para São Paulo nós temos uma joia rara na nossa região que se chama Represa do Guarapiranga. Infelizmente ela está sendo invadida. Quem sobrevoa a região vê que infelizmente ela está sendo. Nós devíamos proteger a nossa região com parques (ininteligível) para evitar que no futuro ela se torne uma área de risco e para preservar o nosso manancial.

É isso. Obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Antonio Carlos. Eu só quero esclarecer (ininteligível) assunto que você levantou, que (ininteligível) transitórias revogando uma disposição da lei de zoneamento que estabelecia que atividades de MR2, ou seja, atividades acima de 250m não pudessem ser implantadas em ruas locais. Isso vai facilitar muito ruim dessas situações que você falou. (Ininteligível) vagas de estacionamento também está estabelecendo regras muito mais compatíveis com a situação da cidade exatamente na perspectiva de desestimular o uso do automóvel. Então acho que tem alguns avanços importantes relacionados a esse tema. Depois a gente pode voltar a esses temas que foram levantados pelo Reis e pelo Antonio Carlos.

Vou chamar o primeiro inscrito, Antonio Pedro, Tonhão, do (ininteligível). Vou chamar o próximo, Paulo (ininteligível), entidade (ininteligível).

O SR. PAULO – Boa noite, amigos que estão participando do conselho, Mesa, Subprefeito do M'Boi Mirim, Vereadores.

Gente, ouvimos falar muito em (ininteligível). Às vezes (ininteligível) com o que diz. Espero que essa nova eleição, esse novo Plano Diretor venha trazer benfeitorias, benefícios para a cidade de São Paulo, principalmente para M'Boi Mirim. Eu moro aqui há 40 anos e tenho visto melhorias (ininteligível) muito pouca. O que eu tenho visto no M'Boi Mirim, Capão Redondo, Campo Limpo é o crescimento desordenado da cidade. Ela está crescendo desordenada e os nossos representantes não estão conseguindo uma forma de amenizar, de controlar esse crescimento.

Estão vindo pessoas de fora, estão crescendo, estão (ininteligível) ficando tudo por aqui. Antigamente era bom arrumar emprego, era bom trabalhar nessas empresas. Não era terceirizada, era fácil arrumar emprego. A gente tinha as empresas dentro da cidade de São Paulo; não tem mais. Hoje, para arrumar emprego você precisa participar de concurso. Para pagar (ininteligível) emprego tem que pagar para participar de concurso, concorrer com (ininteligível) pessoas para duas ou três vagas. Isso tá errado e ninguém vê. Como que fala "Eu vou alargar a M'Boi Mirim, vou alargar aquela rua tal, a Armagedon", (ininteligível) aquele trecho (ininteligível) já vem há muitos anos falando e nada se faz. (Ininteligível) eu achei muito bom esse plano que está vindo agora. Espero que antes de falecer, um dia, que tudo isso aconteça, que foi sonho dos meus pais, dos meus avós, que hoje infelizmente a gente está vendo que alguma coisa está acontecendo. Então, Reis, quando fala em alargar avenida para melhorar o trânsito que está (ininteligível) construindo edifício um prédio ali, um prédio aqui, essa ganância (ininteligível) dinheiro. Esse prédio que está construindo está trazendo mais carros para a cidade, sem ter onde passar. Cada edifício (ininteligível) aqui nessa região, você pode analisar a quantidade de carros (ininteligível), então muito se faz reforma com a casa suja. Ou seja, não se faz alargamento com (ininteligível) de carro um atrás do outro. Primeiro tem que arrumar casa, arrumar avenida, fazer ponte. Agora podemos construir prédios, trazer benefícios. Gente, isso aqui vai virar um dia uma bomba (ininteligível). Vontade de ir embora todo mundo tem, mas ainda tem aquele sonho de que a cidade de São Paulo, a nossa região é a casa (ininteligível) é aqui que se ganha dinheiro. Eu acredito (ininteligível) poucos que ganham dinheiro aqui. Fico muito grato pela participação. Eu venho do Capão Redondo.

represento aqui (ininteligível) Zacarias, uma entidade que vem fazendo bastante benefício para cidade de São Paulo também. A gente corre muito para ver o que está acontecendo, o que não está acontecendo, participar junto com subprefeito do M'Boi Mirim, do Campo Limpo. Fiquei muito feliz de o Reis ter saído candidato, um camarada que vem batalhando ali. Ricardo (ininteligível) também é meu parceiro (ininteligível) conseguiu (ininteligível) nossos vereadores, nós contamos muito com vocês e vou contar muito com os amigos que estão participando do Plano (ininteligível) M'Boi Mirim foi a região que teve 156, aproximadamente, candidatos (ininteligível) para 51 vagas mais ou menos. (ininteligível) vamos participar, vamos para cima, cobrar. Eu cobro, vou para cima. Não vamos culpar ninguém, não, porque (ininteligível) pegaram a casa bagunçada. Agradeço a oportunidade e espero (ininteligível) vou torcer por isso e vou cobrar também, cobrar com carinho, porque é assim que se faz política. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Paulo. Agora o Tonhão, do movimento Unidos pela Habitação

O SR. TON O – Boa noite. Primeiro quero (ininteligível) pouca gente participando (ininteligível) bom senso para a gente tentar (ininteligível) oportunidade (ininteligível) Plano Diretor, que obviamente (ininteligível) mais gente, mais opiniões, mas (ininteligível) mais, mas temos pouquíssima gente que (ininteligível) flexibilidade, não exagerar, mas (ininteligível)

Segundo que um dos motivos de ter uma audiência pequena é a localização desse espaço. Embora seja um espaço muito bom, o espaço físico, nós estamos completamente fora do eixo que nós pretendemos discutir, que é o eixo do M'Boi Mirim. Eu sou da Guarapiranga, fica do outro lado do M'Boi Mirim, e (ininteligível) muito difícil estar aqui hoje pela localização, porque aqui na realidade é mais (ininteligível) do que M'Boi Mirim, até (ininteligível) Hospital do Campo Limpo está na Subprefeitura do M'Boi Mirim (ininteligível). Mas eu acho que temos que debater, discutir assuntos locais, mas temos que entender que nós não somos uma ilha na cidade, nós pertencemos à cidade de São Paulo

A proposta do Plano que nós procuramos estudar um pouco, que busca aproximar emprego e moradia na nossa cidade, discute temas como déficit habitacional, transporte, a questão dos mananciais da região e principalmente um assunto que eu acho muito importante tocar são as áreas de risco. Aqui na cidade de São Paulo tem cerca de 400 áreas de risco. Dessas 400, 50 estão no M'Boi Mirim, a ampla maioria é aqui na nossa região, tanto que o problema de habitação é muito crônico. Nesse aspecto é importante discutir a questão das ZEIS, que na proposta aparece que as ZEIS aumentaram, duplicaram o número de ZEIS para produção de habitação de interesse social, mas aumentaram basicamente nas franjas da cidade, na periferia da cidade, nas áreas já precárias de ocupação, de favelas e também nessas áreas de risco. Então aumentou as ZEIS, mas são áreas que já estão ocupadas, não têm de fato um mínimo de espaço para construir habitação de interesse social para desadensar a nossa periferia. E as ZEIS 2 e 3, que seriam as zonas mais estruturadas, terrenos ociosos, vazios que existem na cidade, a ZEIS 3, que são prédios ou empreendimentos subaproveitados, praticamente não aparecem na proposta do Plano Diretor.

Então nós entendemos que, se a gente quer de fato aproximar moradia e emprego, temos que colocar também moradia onde estão esses eixos estruturantes, eixos em que vão passar corredor de ônibus, metrô ou monotrilho. Isso é imprescindível para desadensar, para diminuir o fluxo de pessoas na cidade, para que não sofra como a gente sofreu hoje para chegar aqui (ininteligível) três horas do Centro até aqui, para chegar nesta audiência. Embora more na Guarapiranga, vim do Centro. Então a gente tem que, no Plano Diretor, dizer isso, como que nós queremos

A proposta desses eixos (ininteligível) e macrorregiões metropolitanas é irrelevante, praticamente inexistente, essas ZEIS 2 e 3, então nós propomos aqui. Já na audiência da Câmara Municipal dos Vereadores a gente propôs que tivesse 1/3 nessas macroáreas de desenvolvimento urbano e 25% nos corredores. Ou seja, de fato fazendo medidas que atendam e desadensem as periferias, que permitam a locomoção, que permitam emprego próximo do local do transporte. Essa é a nossa opinião sobre a questão do (ininteligível) do

Plano Diretor

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tonhão. O próximo é o Alexandre Gomes, assessor do Vereador Police (Ininteligível) Em seguida o Márcio Luis Dacosta, chefe de gabinete da Subprefeitura do M'Boi Mirim.

O SR. ALE ANDRE GOMES – Boa noite. Eu ia tecer um comentário aqui. Acho que o Tonhão falou alguma coisa. Mas eu queria (ininteligível) aqui no M'Boi Mirim tem um certo... criou um senso comum que o grande problema é o trânsito, é a mobilidade. Depois que se anunciaram as duplicações, as obras, qual foi a surpresa? Que na primeira audiência que nós fizemos do programa de metas devia ter em torno de 400 pessoas, o ponto mais citado era o problema da mobilidade urbana. Daquela audiência para segunda, quando se anunciaram as obras de duplicação, as obras o (ininteligível) e tal, na segunda audiência, que foi a devolutiva, que houve uma consulta aos presentes (ininteligível) uma última que vai levar em conta a opinião dessas pessoas, a mobilidade sumiu. O que aparece, de cinco pontos, três estão relacionados com viário e habitacional. E é uma (ininteligível) eu, particularmente, (ininteligível) debatendo.

A questão principal do M'Boi Mirim é o problema fundiário, é essa super-habitação que existe, uma região totalmente ocupada. Você anda na Estrada do M'Boi Mirim (ininteligível) aqueles vales são paredes de casas que ninguém consegue acessar, que não têm coleta de lixo, que têm intermináveis escadarias e vielas que, se for reformar tudo, vai precisar de anos para arrumar tudo isso.

E aí a gente vê o reflexo dessas coisas visíveis, o mais claro é o lixo. Você anda no M'Boi Mirim e vê, em vários locais, um monte de lixo acumulado. Aí você fala: por que será que tem tanto lixo acumulado nesse e naquele ponto? Claro, são as áreas ocupadas em que não entra a coleta, as casas são muito pequenas, 30, 35 m², moram muitas pessoas, não dá para guardar o lixo, não é como a minha casa que tem varanda, quintal e posso esperar, também não tem como deixar na vielinha, ele é obrigado a levar para o lugar mais próximo em que passa a coleta. Só que não é um cara só, são 200, 300, e aí tem essas pequenas montanhas de lixo espalhadas pela região.

Aí você começa a ver vários aspectos dessa ocupação: água que não chega, porque são pontos muito altos, em certa hora do dia o pessoal abre a torneira e não sai água. Aí você vai levantando tudo isso e vê um problema habitacional fundiário cujo problema do trânsito é uma consequência disso, porque mora tanta gente. (Ininteligível) vamos fazer avenida. Nesse ritmo nós vamos ter que ficar fazendo avenida, avenida, avenida infinitamente, porque a questão é fundiária.

Quase toda a região é irregular. Eu estou fazendo um levantamento de todos os processos de regularização fundiário que tem no M'Boi Mirim. Deve ter um 70. Tem um que é de 1980, Nabil. Desde 1980 tem um processo que vai regularizar um bairro (ininteligível) não regulariza. (Ininteligível) tem CEP, o IPTU ainda é da gleba inteira e as coisas não se resolvem.

O mais estranho de tudo isso é o seguinte: você vai pela Estrada do Guarapiranga, passou a pontezinha, você começa a ver um monte de área industrial antiga abandonada, vazia. Você vê vazios e vazios em toda a região do Socorro, em toda a região do Campo Grande, enormes vazios, enormes áreas desabitadas. E aí você anda um, dois quilômetros para dentro, um monte de gente, aglomerados urbanos. Então tem alguma coisa errada nessa história. Tem lugar em que não cabem mais pessoas, pessoas em áreas de risco, sem nenhuma infraestrutura urbana, quatro quilômetros adiante, áreas totalmente vazias com estrutura urbana, com rede de água, esgoto, luz. Então é uma cidade que tem alguma coisa que não está certa. Não tem muita lógica.

Então eu acho que é um pouco isso que o Tonhão falou.

- Gravação incompatível, áudio prejudicado

Acho que tem de ter políticas, não sei de que maneira, que incentivem desadensar um pouco a periferia e adensar as áreas já estruturadas porque essas áreas vão ser as

próximas Berrinis, é a bola da vez da especulação imobiliária, mas pelo menos parte dessas áreas tem de ser voltadas para habitação de interesse social. Tem coisas nas Subprefeituras que você não consegue resolver, como o problema de ocupação, não ter água, não ter onde construir. Isso conflita com os grandes proprietários. A propriedade tem uma função social. O problema maior é o fundiário, isso tem de ser equacionado.

A SRA. ROBERTA CABRAL – Boa noite a todos. A grande necessidade não é só se ater ao Plano Diretor e, sim, ele e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação, Obras. A efetivação da realização desse Plano, que é um desejo coletivo, é ter um grupo intersecretarial. Precisamos ter um grupo intersecretarial, falando todos a mesma língua. A Prefeitura no seu brasão diz que conduz e que não é conduzida. Estamos nos deixando levar pelas circunstâncias, cada um resolve o seu e ninguém fala a mesma língua.

O SR. JOS RONALDO ARANTES – Sou empresário do M'Boi Mirim há 50 anos. Estamos falando do plano estratégico da Cidade, então, temos de ser pró-ativos e não reativos, usando o que a Roberta expressou. Temos questões administrativas que tem de se sintonizar no momento quais são. Os esforços do poder público em atender as medidas de lei e fazer a reurbanização de favelas, concluída essas obras em dez meses, todos os encargos de manutenção delas, pessimamente executadas, cairão no colo dos subprefeitos ou do administrador local. Temos um número imenso de obras recém construídas, como o CEU de Guarapiranga, que teve a piscina, os seus azulejos soltos em menos de um ano.

Portanto, a questão administrativa tem de ser dividida nesse momento daquilo que é o Plano Estratégico. Como morador e conhecedor do adensamento do M'Boi Mirim muitas vezes vi comboios de caminhões de mudanças trazendo gente do lado rico da Cidade para habitar na beirada da represa. Essas áreas sobraram do lado de lá, então vamos aproveitar toda essa estrutura que já existe lá. Não estamos conseguindo administrar a gestão pública e vamos criar ainda estrutura de investimentos necessários para nivelar à cidade na sua qualidade de vida para o cidadão daqui.

Acredito que só vamos ver esse lado da Cidade com uma qualidade de vida mais contemplada, porque lá não tem uma sala de ensino superior, com exceção da FATEC de Guarapiranga. São 600 mil habitantes. É lamentável que a administração não ofereça isso para sairmos desse quadro horrendo. Se o Governo não oferecer condições para que a minha empresa cresça, tenho 25 anos, sou regularizado com toda a questão de leis. Tive uma causa trabalhista apenas, o Vereador Reis conhece bem a nossa história na região. Se eu não tenho o licenciamento da Prefeitura, não é porque não quero. Eu trabalho com um artigo que se eu não tiver, se eu não oferecer transparência na minha operação desde que a madeira é extraída até o momento que sai da minha marcenaria para o consumidor, estou infringindo leis sérias ambientais. Se não temos, não é porque não queremos, não queremos trabalhar a margem da lei. Tem de ter vontade e estratégia para se organizar a Cidade.

Gostaria de ver uma integração da transposição da represa Guarapiranga, integrando esses eixos: Itapeverica, M'Boi Mirim e Parelheiros. Essa população merece e teria uma qualificação da sua condição de vida. Essa sobra de área deve ser para uma criação de infraestrutura comercial e empresarial da região, para gerar emprego e renda, ou criação de outorgas ambientais uma vez que a região tem de ter a questão do meio ambiente preservado.

Como vamos potencializar para que empresas de turismo, pousadas, passeios, ou que vamos oferecer para se instalarem na nossa região, ou seja, gerar renda, pagar impostos e permitir com isso que o Município tenha moeda? Porque tudo isso é bonito, mas sem moeda não conseguimos sair do lugar, seremos sempre reativos e temos de ser pró-ativos.

O SR. JOS POLICE NETO – Cumprimento a todos. Realizamos no sábado uma audiência intensa aqui que abrangeu toda a região sul. Gostaria de mostrar uma sobreposição de mapas que fizemos para ajudar na leitura do que é o nosso território a partir do que as leis formaram até hoje. Nem sempre ali acertou. Ficamos, às vezes, numa insistência de acreditar que a lei que foi feita, só por ela ser hoje lei, acertou para o padrão para a Cidade como um todo. Temos arranjos na Cidade do ponto de vista físico e territorial que apontam cidades muito

distintas. Há bairros inteiros que não tem via maior de 10 metros porque o modelo de ocupação foi esse e não vamos mudar a vida dessas pessoas por dez ou doze metros.

Pode ser que três andares de frente para uma rua de 10 metros (palavras inaudíveis) algo que não é bom. Pode ser, mas a Cidade foi construída assim. Ou damos condições para que isso melhore a partir do tempo ou vamos viver no processo de negação. Nada pode, nada avança.

Quero concordar com as falas a partir do Márcio. O Márcio foi preciso ao interpretar essa questão do trânsito. Se resolver o problema do trânsito, está resolvido o problema da Cidade. Eu não sei. De repente, quando resolvemos o problema do trânsito, reforçamos a pobreza da periferia porque continuamos transportando essa mão de obra barata para o Centro só que com maior velocidade. Só para ser mais explorada por mais tempo. Isso consolida a desigualdade porque se se investe em viário, investe menos na qualidade da habitação das pessoas.

Se fizermos tantas obras viárias, vamos recuperar parte da habitação de baixíssima qualidade que temos no território. Porque sabemos que não vai ter dinheiro para tudo. Se é para tomar uma decisão, um pouco do debate do Plano Diretor tenta contar qual é essa estratégia.

A Roberta também falou algo do ponto de vista subliminar, tem mais do que habitação e transporte, ou seja, so casa e trabalho, não tem cultura, educação, encontro das pessoas, possibilidade de transferência do território, não há salas de teatro, cinemas, não há lugar para entretenimento, é só casa, trabalho e um monte de boteco para encher a cara e depois ter problemas.

Como o Nabil estuda a Cidade há muito tempo, ele foi buscar algumas coisas. Ele diz que a habitação de elite foi descrita em detalhes, sabe-se até quais as flores que ornamentavam os jardins, mas a habitação do trabalhador, ninguém sabe o que representa. Se as condições sanitárias representavam perigo, nada se sabe. Essa foi a lógica que foi formada lá atrás. Estrategicamente vamos enfrentar essa lógica, ou vamos agravá-la. Não tenho dúvida alguma que vamos impor quais as formas infraestruturais, ligando os bairros ao Centro porque é um direito da população. Se quer morar na periferia tem de ter acesso ao Centro, isso não quer dizer que a Cidade que está no Centro não tem de estar aqui.

Não é uma questão de retórica, ou a gente interpreta o nosso território como aquele que tem tudo que tem no Centro ou erramos do ponto de vista estratégico. Se não é só construir mais vias, mais metros para o povo pobre da periferia continuar pobre, levando riqueza para o Centro. Este mínimo pacto temos de ter com a Cidade, em especial, a Cidade que teve todos os investimentos até hoje porque, se não, os investimentos são para continuar a servir essa Cidade que sempre foi chamada de Cidade.

Estou muito confiante de que o Nabil, com a nossa ajuda, da capacidade de observação que cada um dos Vereadores tem no seu território, como fez hoje com muita precisão o Reis, e vamos acertar. Só que acertar na lei não é tudo, depois temos de ter um grupo como vocês, muito entusiasmado, para tirar a lei do papel. Por que se não vamos ficar com um compêndio lindo de obras e zoneamento que, de repente, patina de novo.

- Orador passa a referir-se a imagens em tela.

O SR. JOS POLICE NETO - Estamos na divisa dos três distritos. O Kasuo mostrou para gente a divisão que não é muito nova e aponta as distinções e o que faz com que cada região tenha essa leitura de proteção e de consolidação do espaço urbano. Aqui cria conflitos onde algumas delas cortaram favelas ao meio. É importante fazer a leitura da macrozona porque dá uma recomendação grande: tipo de formação do solo, a presença de (palavra inaudível) de drenagem, então, traz um volume de informação que fala que não é bom morar ali. Por isso é importante depois soltar a carta para vermos se há paridade com isso, para não ser uma decisão política e administrativa e, sim, algo que teve um arcabouço técnico verdadeiro, portanto, não estamos dizendo que aquela área quando você for construir mais prédios numa área que não foi ocupada não posso (palavra inaudível) uma gigantesca erosão.

O Nabil estava na administração executiva quando começaram a se abrir as primeiras casas e prédios na Cidade Tiradentes. Sabia-se que existiam muitas (palavra inaudível) drenagem, parecia um Niágara de tanto buraco que se abria porque se descobriu o óbvio, tirou-se a cobertura vegetal de área que tem (palavra inaudível) de drenagem, a erosão vem e acaba com tudo. Até hoje temos problema de erosão lá.

Isso vai trazendo as leituras de maneira muito cuidadosa e passam a não desenhar o território, e, sim, reconhecer o território não vamos imaginar que vamos pintar alguma coisa no território, não se pintam coisas no território, você consegue reconhecer a capacidade que ele tem de ir absorvendo as coisas. Há aquilo que já acertamos ou erramos e como se recupera. Essa talvez seja a grande inovação que é um aperfeiçoamento porque as áreas de intervenção urbana quando você começava a somá-las, e isso está na lei atual, ela ia construir um eixo de circulação e isso foi muito trabalhado pelo Nabil depois que recebeu da Prefeita Marta um projeto lá na Câmara. Foi o momento em que nasceram as macroáreas, que nem estavam no projeto original, e essa qualificação de interpretação de áreas de intervenção urbana. Dai vai começando a nascer esse eixo.

Fizemos questão de pegar o foco da região por isso vocês vão ver a represa ali no meio. Quando você sobrepõe o que você passa a ter, esse um pouco mais escuro são os eixos e no fundo deles há a divisão das macroáreas. Isso é um pouco para entendermos o quanto o eixo entra na macroárea e anuncia, e daí porque falar do eixo que estrutura o plano, a macroárea e o eixo que estrutura. É ele que vai anunciar essa área para adensamento, para próximo do eixo de transporte público coletivo, portanto, estimulando um desadensamento da parte interior do bairro porque você está trazendo ele para mais próximo do que se chama de transporte público coletivo. Quem estiver mais próximo do eixo é aquele que vai usar o transporte coletivo para se deslocar. Aquele que fica fora do eixo, você vai qualificando o território para as pessoas passarem a trabalhar no bairro.

Trouxemos a leitura mais próxima, o que é que o eixo faz, o quanto ele chega mais próximo ou mais longe das áreas mais protegidas? O quanto ele vai encontrar ZEIS dentro dele, o quanto o eixo descobre ZEIS ou não. A região tem muitas ZEIS, mas quase nenhuma dentro do eixo. Então, estamos dizendo seguinte: o eixo ao não ter ZEIS, dificilmente vai trazer a população que está sendo lançada. As ZEIS vão cumprir esse papel dessa população que mais precisa estar no eixo. Essa população vai estar distante do eixo, num processo de segregação dentro da periferia. Por isso o esforço é um passo que está sendo muito bem desenhado de conseguirmos fazer com que o eixo tenha um percentual já escolhido de ZEIS. Dentro do eixo tem de ter áreas de ZEIS selecionadas previamente. Mesmo que você tenha de optar por ZEIS que estão fora para compensar.

Descendo pelo Ângela e pegando um pouco do São Luis, indo para a ponta e quanto mais você vai chegando à ponta é menor a presença desse estímulo do coeficiente de aproveitamento 4, que vai estar paralelo ao eixo onde estão as ZEIS e daí vamos começar a fazer as sobreposições dela.

Aqui estão as ZEIS, e aqui estão os eixos. Então quando você vai lá e observa aquilo que é o grande incentivo para o desenvolvimento da Cidade está sendo reconhecido como aquilo que vai de fato desadensar áreas que o adensamento não gera qualidade de vida e trazer com muito benefício para o eixo de transporte, 150 para cada lado, e 150 com muita qualidade porque ele não limita, bateu na quadra entra a quadra inteira. A gente vai ver que continuou sem ter aquilo que é fundamental dentro do eixo, que é essa leitura do interesse social.

Então o que tentamos trazer para esse conjunto de leituras? Que a Administração acertou ao optar por um modelo de eixo de desenvolvimento, ao pegar o corredor e estabelecer que o corredor é esse processo, porque ele qualifica o transporte. Então estamos dizendo que eu sei que tenho de duplicar, sei que tenho de fazer a passagem qualificada, mas sei que tenho de dar qualidade para o miolo do bairro da periferia, porque aí não estou estabelecendo uma obrigação definitiva de que todo mundo tem de ser transportado.

Segundo, o Nabil vai ter de ter muita sensibilidade e aí os Vereadores de cada uma das subprefeituras vão poder também chegar a esse miolo do bairro e dizer, onde ali pode a atividade econômica, onde pode a moradia. Cabe ter equilíbrio para essa atividade econômica conseguir reter cada vez mais a população economicamente ativa. É cada vez mais presente a ausência de zoneamento exclusivo para a indústria, por exemplo. Ela está cada vez mais solta dentro do território. Essa é uma decisão que também do ponto de vista estratégico terá de ser tomada. Que tipo de indústria vai ter. Se vamos ter indústria nesse território.

Nesse macrozona de proteção é muito complexo falar em indústria, mas tem condição de falar em indústria ainda já que todos nós sabemos que ela remunera um pouco melhor? Temos sim. Temos de fazer esse pacto, porque se quero um emprego qualificado eu sei o que eu perco quando eu tenho esse emprego qualificado ali do lado. Isso é pactuar.

E plano diretor que se preze ou tem pacto das autoridades constituídas e da população, e muito mais da população e com os outros que não querem isso, e estamos aqui interpretando para que aponte para o mesmo lado. Aquele de fora, que não está aqui, vai dizer completamente diferente tudo que estamos dizendo. Não estou nem aí para o pessoal que mora na periferia, eu quero é garantir que estou morando bem aqui no Pacaembu. Então ele tem de começar a entender esse grande jogo que vai acontecer e saber mobilizar, além de nós outros, para fazer essa mudança.

Aposto muito nessa capacidade de construir o corredor para dar uma lógica à Cidade. O corredor não é um corredor só de transporte, é um corredor que agrega muito mais valor, portanto agrega habitação, agrega serviços de qualidade, pode agregar outros modelos econômicos um pouco mais intensos, mas vai ficando claro que vamos ter de estudar um pouco mais as nossas ZEIS, para que elas de fato saiam desse miolo, e fica clara a leitura do Nabil, que ninguém foi lá, que ainda há casas com 12, 15 metros e morando seis, sete pessoas. E se a gente não souber fazer essa mudança, com certeza, não faremos a Cidade que cada um de nós sonhou.

Então esse é o momento de falar o seguinte: vamos aceitar essa regra boa do corredor, mas vamos dar a ela todo o nosso incentivo, seja do empreendedor que está aqui há 25, 30 anos, mas muito mais pelo ensinamento que ele poder dar para outros fazerem o que ele fez do que para resolver um problema circunstancial. E aí dizer que de repente a lei errou, para não permitir que muitos construíssem o seu negócio em ruas de nove metros, até porque vamos ter bairros e bairros que as ruas têm nove, oito e meio, sete e meio, e nem por isso podem deixar de ser reconhecidas como bairros que formaram a Cidade.

Então é nessa lógica, acreditando muito na pauta que o Movimento Popular de Moradia colocou, mas que não deve se isolar. Essa pauta do Movimento Popular de Moradia tem de entrelaçar com o movimento que quer garantir economia estável no bairro, quer garantir oportunidade para as pessoas optarem. Quem quiser trabalhar e morar no bairro vai poder. Vamos criar fluxos continuados e que seis milhões de pessoas vão ficar indo da periferia ao Centro para servir ao Centro e não servir à Cidade.

Então esse esforço, vamos ter de fazer. Sabemos que a Subprefeitura da M Boi Mirim tem um pedacinho só na macroárea de desenvolvimento metropolitano. É só uma pontinha dela que acaba sendo absorvida, mas que tem de ser bem estudada, porque assim entra numa rota de desenvolvimento um pouco mais intenso.

Era essa a contribuição que queríamos dar. Agradecer a paciência de vocês, em especial do nosso Relator. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE Nabil Bondui – Obrigado, Vereador Police. Bastante esclarecedora sua apresentação.

Antes de passar para o Kazu para seus esclarecimentos, quero fazer algumas considerações que acho importantes pensando a Cidade como um todo e os reflexos dela na região

Em primeiro lugar a questão dos corredores, dos eixos de transformação como são chamados. Nós temos de fazer isso e faremos nesse período em que o projeto está sendo

relatado na Câmara, uma diferenciação no interior dos eixos, porque não podemos tratar um eixo ao longo da M'Boi Mirim da mesma maneira como tratamos um eixo no Centro expandido.

O próprio espírito do plano diretor que esta pautado naquilo que vocês falaram aqui, redução dessas desigualdades na localização do emprego e da moradia na Cidade, vários aqui falaram disso, se não fizermos uma diferenciação não vamos superar essa diferenciação, porque temos hoje uma forte concentração do emprego no Centro expandido e uma forte concentração da moradia na periferia da Cidade, na macroárea chamada de redução da vulnerabilidade social.

Então como alguns falaram aqui a questão da mobilidade não vai ser resolvida apenas tendo mais corredores de ônibus, mais Metrô, alargando as avenidas, embora tudo isso surta efeito, porque a mobilidade é um direito e temos áreas da Cidade que estão absolutamente inacessíveis, mas se não mudarmos essa distribuição de emprego e distribuição de moradia não vamos enfrentar o problema

Algumas questões que foram faladas aqui são muito importantes, acho que o Marcos levantou, mas outros já tinham levantado antes, a questão das antigas áreas industriais que hoje estão sensivelmente desocupadas. Quer dizer, no Socorro, Jurubatuba, já entrando em direção à Cidade Ademar que são regiões de grande potencial, relativamente próximas aqui da região, e deve-se garantir o uso habitacional para a população que não seja de renda média e alta. Acho essa uma questão muito importante.

Quando falamos de eixo de transformação estamos falando de uma unidade habitacional de no máximo, na média, de 80 metros, talvez seja até muito considerando o que é feito hoje na Cidade e até uma vaga não computável.

Então, a ideia dos eixos é de adensamento populacional com unidades de habitação no lugar próximo ao eixo de transporte coletivo. Muito bem. E aí, Police, é importante estabelecermos esse diálogo, porque, se formos fazer isso em M'Boi Mirim, vamos reforçar o modelo de concentração habitacional, e hoje já há um adensamento habitacional muito grande. Vamos reproduzir esse modelo.

Precisamos pensar claramente na diferenciação: onde interessa adensar habitação e onde tem que se criar condições mais favoráveis para implantação de atividades não residenciais. No caso aqui, do lado de lá da ponte ou mais próximo dela, temos que estimular habitação, porque vai estar mais próxima do emprego. Do lado de cá, temos que estimular as atividades não residenciais e temos que ver quais são os implantes. Porque uma coisa é a intenção. Não adianta termos intenção. No Plano Diretor, temos nossos objetivos, e penso que hoje existe um grau bastante grande de consenso em relação aos objetivos, mas não basta isso, temos que ter meios para fazer com que esses objetivos sejam alcançados. Para isso, temos que ter regulação e intervenção. Intervenções concretas, programas, projetos, obras (ininteligível) o papel do Poder Público é decisivo: e temos que ter regulação para fazer com que o setor privado possa atuar mais claramente.

Então, conforme já dito aqui, temos que tirar da nossa legislação aqueles elementos que dificultam a implantação de atividades não residenciais na região. Acho que todos falaram nesse mesmo sentido.

Claro que com dois cuidados importantes, no caso do M'Boi Mirim: primeiro, em relação à questão ambiental. Não é qualquer atividade em qualquer condição, porque boa parte da Subprefeitura está na Macrozona de Proteção Ambiental, que, aliás, precisa ser bem debatida, porque temos uma sobreposição entre uma Macrozona de Proteção Ambiental e uma Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana. Na verdade, já temos praticamente 1.5 milhão de pessoas, só do Município de São Paulo, morando mal, precariamente, em unidades pequenas, geralmente favelas em loteamentos clandestinos, porque apenas o fato de ser uma área de proteção ambiental já estimulou a criação de favelas nessa região. Então, são áreas precárias, aonde sequer chega o caminhão de lixo, onde as unidades são hiperadensadas, porque a região de M'Boi Mirim é uma das regiões que tem o maior número de favelas. Assim, não é por acaso que aí está o maior número de pessoas vulneráveis

Temos uma sobreposição dessa população em uma área de proteção ambiental. Então, ao dizermos que há necessidade de termos atividades não residenciais, a primeira questão que surge é: como compatibilizar essas atividades em uma região de proteção ambiental. Em segundo lugar, como estimular esses usos sem que eles causem um grau de incomodidade extremamente nocivo à população moradora.

Nesse caso, teremos que diferenciar. Se formos adotar, na periferia, o mesmo grau de incomodidade do centro expandido, não faremos nada. Esse foi o equívoco da legislação de 2004. Estabeleceu-se um mesmo padrão para a Cidade toda, o que fazia com que grande parte da periferia da Cidade - onde a grande maioria das vias é estreita porque foram formadas através de um processo de clandestinidade - tivesse um obstáculo: por um lado, obstruíram-se as atividades não residenciais e, por outro, dificultou-se a regularização das que estavam já instaladas. Além disso, exatamente porque as atividades que já estavam se estabelecendo irregularmente, não se respeitava incomodidade nenhuma.

Esse é um quadro que o nosso Plano Diretor, em seguida ao nosso zoneamento - à Lei de Uso e Ocupação do Solo e ao plano regional -, precisa enfrentar de maneira consistente. São questões muito importantes que temos que tratar em termos de suas especificidades. Embora estejamos realizando hoje esta audiência com certo número razoável de pessoas, quero dizer a vocês o seguinte: claro que o número de pessoas é importante - quanto mais pessoas, melhor -, mas as audiências públicas regionais têm outro papel para nós da Comissão, para mim como relator, para nossa assessoria. Elas têm o papel de identificar os problemas da região. Assim, pode haver poucas pessoas, mas não precisa haver 20 pessoas falando as mesmas coisas. Precisamos é de que as coisas importantes sejam ditas. Portanto, esse olhar regional, que é um esforço que estamos fazendo ao realizarmos 45 audiências públicas em cerca de dois meses. Essas audiências estão sendo feitas exatamente com essa preocupação, de fazer com que olhares específicos de cada pedaço da Cidade possam estar contemplados no Plano Diretor, e isso é muito importante, senão iremos fazer um Plano Diretor genérico que levará a equívocos.

Estamos já discutindo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a necessidade - e estão sendo feitos estudos para que isso possa avançar - uma diferenciação dentro dos corredores, porque os corredores são diferentes. E aqui ainda temos outra questão, temos um corredor cruzando uma área de proteção ambiental, onde teremos uma dificuldade. Mesmo que consideremos que seja bom deixar do jeito que está no projeto de lei - 2.5 por 102.5 (?) na área de proteção ambiental, nos corredores -, a lei estadual não permite isso, salvo algum tipo de interpretação diferenciada que eventualmente venha a se dar. Por exemplo, uma compensação entre a área do corredor e a área fora do corredor, de modo que a preservação de certas áreas permita. Isso é uma reflexão que tem que ser feita

- Manifestações fora do microfone

O SR. PRESIDENTE Nabil Bonduki - Temos que avançar no sentido de discutir o que é o corredor na área de proteção ambiental, que é diferente de um corredor que está fora dessa área. Outra coisa também merece um detalhamento no Plano Diretor: a Macroárea de Estruturação Metropolitana - que, para quem não está familiarizado, é essa área vermelha escura no mapa que vem até Jurubatuba, próximo de onde estamos e passa pela Marginal do Pinheiros e depois da Marginal do Tietê e ingressa na Jacu-Pêssego e na antiga Santos-Júndiaí, que deverá ingressar também em direção à Anhanguera e à Fernão Dias - não pode ser tratada de maneira uniforme. Porque uma coisa é a área do Tietê, que próxima do centro expandido; outra coisa é Jurubatuba, que está próximo da zona Sul, com todas as especificidades que a zona Sul tem.

Então, também dentro dessa Macroárea, há - vamos chamar assim - feixes ou faixas. Porque Jurubatuba é uma coisa; Marginal do Pinheiros é outra; Arco do Tietê é outra; antiga Diagonal Sul, que agora se chama Mooca-Vila Carioca, é outra; Cupecê é outra. Então, cada uma delas tem de ter uma especificidade, um objetivo próprio, que se diferenciem entre si

Esse detalhamento o projeto de lei ainda não nos trouxe. Outra discussão poderá nos ajudar na discussão da vocação e da especificidade desse trecho, o de Jurubatuba, pois as necessidades já foram colocadas, ou seja, o que se espera para essa região bastante importante para, inclusive, servir de uma espécie de anteparo ao adensamento da área de proteção ambiental. Anteparo no sentido de evitar que continue havendo um crescimento populacional numa região que já está muito densa, pois 600 mil pessoas em M'Boi Mirim numa área de proteção ambiental, vamos combinar, é algo que já passou dos limites.

Se somarmos com Grajaú, outro distrito extremamente denso, teremos mais de um milhão de pessoas numa região de proteção ambiental. Evidentemente, não suporta mais um adensamento maior. Pelo contrário, podemos trabalhar no sentido de uma qualificação.

Quando falamos na redução da vulnerabilidade é claro que se trata de mobilidade e de implantação de equipamentos, mas também de oferecer condições melhores de habitação. Quem conhece favelas encontra quatro, cinco ou seis unidades habitacionais numa viela de um metro de largura, muitas vezes dando fundo para um córrego. Obviamente, essa é uma condição de vulnerabilidade, que precisa de alguma maneira ser melhorada. Espera-se que nossa cidade faça com que essas oscilações não existam no futuro.

Essas são algumas questões e considerações que gostaria de fazer. Outra questão importante que o Antonio Carlos nos trouxe é em relação às ZEIS e a dificuldade de se implantar atividades não residenciais nessas áreas. Em parte, isso está sendo melhorado na lei, porque por um lado, está se reservando uma porcentagem importante de Habitação de Interesse Social nessas ZEIS maior do que havia anteriormente em termos de faixas de renda, mas está se deixando livre uma porcentagem mais significativa do que os 20% que temos hoje.

Talvez seja importante estabelecer algum critério específico, principalmente numa região – depois gostaria até de conferir com o Vereador José Police Neto, porque pelo mapa que possui há muitas ZEIS, ZEIS 1 e não ZEIS 2 e 3.

A crítica que o Vereador José Police Neto fez e concordo é que há poucas ZEIS 2 e 3 nos eixos. Agora, muitas regiões de periferia possuem muitas ZEIS 1 nos eixos. É uma situação que merece e precisa ser melhor avaliada. Significa o cruzamento de um eixo de transformação com uma ZEIS 1, ou seja, como essa sobreposição pode ser tratada com a sua especificidade. Por exemplo, espera-se que existam atividades não residenciais e a ZEIS 1 é fundamentalmente de regularização do uso residencial. Então, teremos de trabalhar o significado disso, sabendo que talvez seja o caso de (ininteligível) Habitação de Interesse Social combinada com atividades de interesses não residenciais. É uma possibilidade futura de intervenção. É de muita especificidade em relação a outros eixos onde não há ZEIS 1.

Então aqui há uma situação diferenciada e específica em relação a isso.

A última coisa que vou falar, sobre o que a Sra. Roberta trouxe aqui, é muito importante. O Plano Diretor frustra muita gente, primeiro porque temos objetivos, e muitas vezes, eles não são alcançados, porque se espera uma coisa e o resultado acaba sendo outro. Por outro lado, a implementação do Plano Diretor exige uma ação do Governo muito intensa, e geralmente as expectativas que se têm, quando se põe no papel, é fácil escrever quatro pontos para serem resolvidos. Só que depois de serem viabilizados esses pontos, precisamos torná-los reais. Quando um Vereador for fazer uma emenda, uma proposta do Plano Diretor, necessariamente se deve melhorar a mobilidade.

Fazer no mapa é fácil, mas implementar. Então, temos de, simultaneamente a propor, também discutir os meios que temos, para concretizarmos, fazendo com que as coisas viabilizem-se. Por isso, a implementação não fragmentada é importante. Essa ação coordenada é muito importante, articulando habitação com mobilidade, uso do solo e equipamentos. Há dificuldades para se implementarem equipamentos na região também, encontrando terrenos. Então, temos de associar equipamentos com habitação. Não vamos melhorar a Cidade se não tivermos inventividade e não construirmos coisas novas em relação ao que tem sido a nossa prática de funcionamento da Cidade. Então, essa articulação intersectorial é fundamental e transversal, para podermos enfrentar as dificuldades que temos.

na região.

Tem a palavra o Sr. Kazu.

O SR. AZU – Alguns pontos que seriam importantes comentar já foram colocados e comentados por V.Exas. Não vou me estender muito. Essa audiência está sendo boa, porque está dando uma oportunidade, de aprofundarmos alguns pontos nesse Plano Diretor. Vamos fazer os planos regionais das subprefeituras. Esses planos não serão agora, porque, no ano que vem, vamos revisar a Lei de Zoneamento e depois trabalharemos nesses planos regionais. Aliás, neles, vão ganhar muita importância essas propostas de ação e investimentos nos territórios das subprefeituras. Isso vai ganhar uma força maior do que houve nos planos regionais anteriores. Então, podemos pensar nesses planos regionais articulados com orçamentos, para aprofundarmos esses programas e ações necessárias, para melhorarmos as condições dos espaços das subprefeituras; mas isso não impede que, nesse processo de tramitação do PL, trabalhem com propostas de investimento também, porque estamos trabalhando com o Plano Diretor que é a regulação do uso e ocupação do espaço, mas é também uma agenda de investimento e ação.

Quero também comentar um segundo ponto, a partir da fala do Sr. Subprefeito, para esclarecer a ideia de que as Zonas Especiais de Interesse Social não significam uma trava nas atividades não residenciais. Tanto nas leis ocupadas com loteamentos e favelas, quanto nas ZEIS demarcadas em terrenos de glebas vazias, as regras para produzir Habitação de Interesse Social, habitação no mercado popular e até atividades de comércio, serviços e equipamentos sociais, isso vale, no caso da ZEIS 1, para terrenos de mil metros quadrados ou mais, porque se eu exigir que um empreendimento que vai ser construído num terreno de 250 metros quadrados, eu tenho que obrigar que 50% da área construída vá para HIS, 30% vai para HMP e 20% vá para comércio e serviços, não dá. Num empreendimento que vai entrar num terreno de 250 metros quadrados, não cabe.

Então, é importante termos clareza que aqueles percentuais valem para empreendimentos de mil metros quadrados para cima. Empreendimentos que vão ser construídos em terrenos de 200, 500 ou 700 metros quadrados pode ser para habitação, que não precisa necessariamente obedecer a esses percentuais. Pode ser para pequeno comércio ou pequena atividade. Podemos deixar mais explícito, nesse PL, as regras para atividades não residenciais e comércio. Existe até uma pequena indústria nesses bairros. Temos de desmanchar essa ideia, de que ZEIS é só para Habitação de Interesse Social. Não é, é só uma parte que vai para habitação.

Agora com relação às ZEIS nos eixos, há um trabalho que está sendo feito. Ele é superimportante e é algo que não foi equacionado durante a elaboração desse PL, quando há uma boa oportunidade para aprofundarmos isso, porque está sendo feita uma análise dos projetos que foram contratados pela Secretaria Municipal de Transportes, para implantação desses corredores de ônibus. Estamos vendo que as intervenções que vão ser realizadas, em alguns trechos dessas vias, que vão receber esses corredores de ônibus, são áreas que vão sofrer desapropriações.

Vamos precisar nesses casos, de uma análise muito cuidadosa, de identificação de áreas para provisão habitacional nesses eixos, porque, no caso das áreas de favelas e lançamentos irregulares que estão perto desses eixos e corredores, boa parte delas está demarcada como ZEIS 1. Ocorre que, muitas vezes, nesses eixos e avenidas, há corredores mais comerciais do que áreas de implantação de favelas. No nosso padrão de urbanização, em muitos bairros, esses corredores que ligam vários bairros ou ligam bairros ao centro, tornaram-se mais corredores de comércio e serviço do que áreas de localização de favelas.

É por isso que, em alguns trechos desses eixos, não há mesmo ZEIS 1, porque a área está muito mais ocupada com comércio, serviço, pequena indústria etc. Agora o que é importante aperfeiçoar, nessas áreas dos eixos, é justamente ZEIS de provisão habitacional, de construção de novas habitações. Seriam a ZEIS 3. A ideia é justamente gravar as ZEIS 3 nessas áreas, junto aos eixos e ao transporte coletivo, porque a ZEIS 3 encaixa-se bem.

porque são áreas ocupadas, que podem ser urbanizadas e podem ser utilizadas para a produção de novas moradias.

Temos de diferenciar essas ZEIS 3, porque uma coisa é ZEIS 3 não ser a República e outra coisa é a ZEIS 3 nos eixos de bairros. Ai temos de pensar as melhores regras e os melhores percentuais, para se viabilizar mesmo Habitação de Interesse Social nos vários eixos ou se criar até uma nova categoria de ZEIS para esses eixos. Não precisamos nos prender a essas quatro categorias. É um problema muito especial nessa proposta, pensarmos, nos eixos de estruturação, as áreas de provisão Habitacional de Interesse Social. Então acho que vale a pena aprimorarmos inclusive com outras categorias de ZEIS.

Esses são os pontos principais. Há outro ponto, da necessidade de articulação intersecretarial. Isso é fundamental. É onde falhamos historicamente na gestão urbana em São Paulo. A opção é trabalharmos com propostas o mais territorializado possível, porque o elemento mais forte, que induz uma ação mais articulada entre secretarias, é a territorialização das ações. Por isso, há a ideia de um Plano Diretor muito territorializado, porque, no território, começamos a ver que os eixos de transporte têm a ver com necessidades de Habitação de Interesse Social, que está passando perto do rio e que precisa ser despoluído. Quando espacializamos, vemos, com clareza, que uma coisa tem a ver com a outra.

Então, esse Plano Diretor quis territorial o máximo possível, para se induzir essa articulação intersecretarial, porque isso é muito difícil. Historicamente, a gestão pública pecou nessa articulação intersecretarial. É onde falhamos bastante nos nossos projetos. Precisamos, na parte de gestão, no sistema de planejamento de gestão, incluirmos mecanismos de indução da prática (ininteligível) intersecretarial, para realização daquele projeto. Já colocamos esse dispositivo.

Há artigos que já apontam para a necessidade da realização dessas ações, de modo intersecretarial, mas podemos aperfeiçoar, criando outros mecanismos também.

O SR. PRESIDENTE Nabil Bonduki – Esse processo faz parte de uma audiência continua. Então, no próximo sábado, já que estamos muito perto do Campo Limpo, haverá um debate na região, sobre as questões que se cruzam. Então, no próximo sábado, no dia 30, das 14 às 18h, no CEU Campo Limpo, na Avenida Carlos Lacerda, será feita a audiência pública na região. Na sexta-feira à noite, vamos fazer uma audiência pública em Parelheiros, às 19h.

Também temos as audiências temáticas na Câmara. Faço um convite para amanhã de manhã, para os senhores participarem de mais uma reunião, quando tratamos da questão do sistema ambiental. No dia 3 de dezembro, haverá uma audiência pública temática, sobre a redução da vulnerabilidade. Como essa é uma região de muita vulnerabilidade social, é um tema importante. No dia 9, vamos tratar especificamente da macrozona de proteção ambiental. Essas são duas reuniões temáticas que vão interessar muito a todos os senhores.

Cruzamos o Equador. Agora temos a segunda metade das audiências públicas. Agradeço muito a Secretaria da Comissão, que tem nos acompanhado pela Cidade inteira. Agradeço também a Assessoria do meu gabinete e do gabinete dos Vereadores José Police Neto e Reis e a presença do Sr. Subprefeito Márcio.

Em não havendo mais nada a ser tratado, está encerrada a 23ª audiência pública. Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado (Palmas)



FL Nº 654
Anexo 01 – Volume 04
Proc. nº 01-688/2013

Liliane Jun Ogura
Liliane Jun Ogura – RF 11 095

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Bom dia. Vamos dar início à 24ª audiência pública do PL 688/2013, Plano Diretor Estratégico, realizada pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Convido para compor a Mesa o Sr. Fernando de Mello Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e a Sra. Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Secretária Adjunta

Quero agradecer a presença de todos. Estamos fazendo um esforço muito grande na Comissão para conseguirmos cobrir a Cidade inteira em todos os temas tratados no Plano Diretor Estratégico de São Paulo que – como todos sabem – está em processo de revisão. Neste momento, esse processo passa pela Comissão de Política Urbana – que é Comissão de Mérito. Já realizamos 23 audiências públicas, sendo que a maior parte delas na Subprefeitura da zona Leste e, nesta semana, estamos realizando as da zona Sul. Fizemos também várias reuniões temáticas na Câmara e a de hoje é voltada para discussão do sistema ambiental

Informo que esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 24 de outubro de 2013; foi publicada no *Diário de S. Paulo* do dia 31 de outubro de 2013 e na *Folha de S. Paulo* do dia 1º de novembro de 2013.

Como Relator do projeto, considero importante informar que todas as audiências estão sendo gravadas, serão transcritas e todo seu conteúdo será disponibilizado no *site* da Câmara. Além das manifestações feitas nesta reunião – que serão registradas –, é possível também fazer as contribuições por meio do *site* da Câmara no endereço: www.camara.sp.gov.br. Todas as contribuições serão analisadas por esta Relatoria, que emitirá um parecer sobre sua pertinência e possibilidade de incorporação no texto. Todas as contribuições, assim como as encaminhadas pelos Vereadores e por outras entidades da sociedade civil, terão transparência que permita um conhecimento bastante preciso do que será incluído no substitutivo desse projeto.

Quero anunciar a presença do Vereador Ricardo Young e convido-o a fazer parte da Mesa, se assim o desejar.

Passo a palavra a Sra. Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Secretária Adjunta para sua apresentação. Obrigado.

A SRA. TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING – Bom dia. Eu vou fazer uma apresentação breve do nosso Plano Diretor, do PL 688. É um projeto de lei, portanto, é um projeto que ainda está em construção. Ele tem agora a segunda etapa na Câmara para ser aprimorado e, enfim, o que nós vamos trazer aqui é uma breve apresentação do Plano, uma breve apresentação da estrutura do Plano e dos seus principais conteúdos.

Ele foi organizado em cinco títulos. O primeiro é o dos princípios e objetivos, o segundo apresenta a ordenação territorial que está muito fortemente vinculada com o título três, que é estruturação dos sistemas ambientais e urbanos. Portanto, o que se pretendeu nesse plano como estrutura de projeto de cidade é que a ordenação territorial esteja fortemente vinculada com as ações previstas para transformação dessa estrutura urbana. Portanto, dois e três devem ser lidas como complementares entre si. O título quatro trata da gestão democrática do sistema municipal de planejamento urbano e o cinco das disposições finais e transitórias.

O Plano Diretor proposto ele organiza a cidade em duas grandes macrozonas. A primeira é a macrozona de estruturação e qualificação urbana, que é toda área já urbanizada da cidade, que é essa área que a gente vê aqui em cinza claro e a macrozona de proteção e recuperação ambiental, que, como todos aqui já conhecem bastante, são as bordas da cidade na zona Norte, na zona Sul, é aqui na zona Leste no Parque do Tietê e mais para São Mateus, no fundo da zona Leste.

A macrozona de proteção e recuperação ambiental reconhece a ocupação que foi feito ao longo dos anos nas suas conflituosas entre proteção ambiental e ocupação urbana de alta vulnerabilidade social e urbana. Então ela engloba nela quatro macroáreas. A macroárea de preservação dos ecossistemas naturais, o de contenção urbana e uso sustentável, que são as áreas que ainda têm muitos ecossistemas que precisam ser preservados, a macroárea de

recuperação urbana e ambiental, que é essa área justamente que já foi ocupada principalmente por assentamentos precários e irregulares e que precisa de um tratamento especial para sua recuperação ambiental e, ainda povoada nessa macrozona, algumas áreas de redução da vulnerabilidade urbana.

Já a macroárea de estruturação e qualificação urbana é uma área que historicamente já foi ocupada nos seus setores mais propícios à ocupação urbana, nos espigões, entre rios, enfim, a gente tem a macroárea de qualificação dessa urbanização, que é a macroárea de qualificação da urbanização consolidada. Uma macroárea importante do ponto de vista da estrutura pretendida, que é a de estruturação metropolitana, ao longo principalmente dos eixos dos rios Tietê e Pinheiros. Então no centro dessa proposta de reocupação dos espaços da cidade ao longo dos eixos hidroviários e a macroárea de redução de vulnerabilidade, que está permeando também aí, principalmente as áreas periféricas dessa macrozona

Então aqui a gente tem o quadro geral das macroáreas e vou passar uma por uma, destacando – hoje o nosso tema é o sistema ambiental – principalmente essas macroáreas de preservação e recuperação.

A primeira é a macroárea de preservação de ecossistemas naturais e para cada macroárea foram previstas os instrumentos urbanísticos, legais e jurídicos que poderão viabilizar o projeto de realmente recuperar ou preservar, nesse caso, as macroáreas. No caso da macroárea de preservação de ecossistemas naturais a gente tem que os principais instrumentos aplicáveis são unidades de conservação, pagamento por prestação de serviços ambientais, que é um instrumento que ainda precisa ser regulamentado, legislação de proteção e recuperação de mananciais e correlatas, que é toda legislação estadual que a gente tem, principalmente, o Plano Municipal da Mata Atlântica, e toda disposição da legislação federal, de Código Florestal relativo à Mata Atlântica, estudos e relatórios de impacto ambiental, termo de compromisso ambiental, termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental entre outros. Então aqui são os principais instrumentos.

Já na macroárea de contenção urbana, que é aquela área que sofre ainda a pressão grande, principalmente de loteamentos irregulares, novas aberturas de loteamentos precários e tal, a gente tem uma área de contenção dessa ocupação e convivência com uso sustentável dessas áreas. Principalmente aqui em Parelheiros a gente tem muito desse conflito. Então a gente tem aqui as unidades de conservação, os estudos e relatórios de impacto ambiental, relatórios de impacto de vizinhança, avaliação ambiental estratégica, estudo de viabilidade ambiental, termo de compromisso ambiental, pagamento por prestação de serviços, a legislação de proteção e recuperação dos mananciais, enfim, um conjunto de instrumentos e aqui a gente já começa a ver instrumentos de regularização das ocupações existentes aqui. Então, direito de perempção, no caso para Prefeitura conseguir as áreas, e instrumentos de regularização fundiária.

Aqui temos as grandes áreas de conflito entre ambiental e urbano, em que já estão bastante ocupadas. Na zona Sul a gente tem a mata virgem, aqui na bacia dos afluentes da Billings a gente tem várias ocupações. Guarapiranga, então a gente tem essa macroárea de recuperação urbana e ambiental, bastante na região de Perus e nas bordas da Cantareira. Nessas áreas a gente tem que combinar os instrumentos de regularização e urbanização dos assentamentos que já foram implantados, como as ZEIS 1 e ZEIS4 – a quatro são os terrenos vazios que vão possibilitar a relocação da população desses assentamentos para novos empreendimentos – e aí a gente tem também concessão de direito real de uso, concessão especial para fins de moradia. Então são esses os instrumentos que vão regularizar e urbanizar esses assentamentos, combinados com os instrumentos de relatório de impacto de vizinhança, impacto ambiental e todas as legislações ambientais, principalmente com destaque para aquelas de proteção de recuperação dos mananciais.

Aí a gente já vai entrando para a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, que está presente tanto na macrozona de proteção ambiental, quanto na macrozona de

requalificação da área urbana, da urbanização consolidada.

Então a gente tem que essas são a macroárea que contempla a grande maioria dos grandes assentamentos precários, informais, favelas, loteamentos irregulares, e às vezes não só essas áreas que estão demarcadas com favelas e loteamentos, mas todo seu entorno que é igualmente precário, e para essa macroárea a gente tem que combinar ações prioritárias de investimento e redução da vulnerabilidade como redução de favela regularização de loteamentos, como também implantação de equipamentos sociais integrados a essa urbanização, saneamento ambiental, água e esgoto, enfim, coleta de resíduos sólidos e tal.

E aí a gente tem, então, todos os instrumentos para moradia, que são as ZEISs de I a IV, concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial, legítima ação de posse, demarcação urbanística e por aí vai.

Aí também devem ser aplicados os instrumentos da função social da propriedade para que a gente consiga reverter alguns bens que ainda estão desocupados, sem cumprir sua função social, para fins de moradia, especialmente

A gente tem aí a macroárea de qualificação da urbanização consolidada, que é a área da nossa urbanização historicamente inicial, quer dizer, a urbanização iniciou-se por aqui. E aí a gente tem, então, a preservação das Zonas Exclusivamente Residenciais. As Zonas Especiais de Interesse Social também acontecem nos interstícios, principalmente nas zonas de borda dessa macroárea. E ali a gente também vai poder aplicar uma série de outros instrumentos, como a transferência de potencial construtivo, planos de bairro, estudos e relatórios de impacto de vizinhança, os instrumentos todos da função social da propriedade: como o parcelamento, edificação e utilização compulsória, o IPTU progressivo a desapropriação dos pagamentos em títulos da dívida pública, o consórcio imobiliário. Esses são os quatro grandes instrumentos que fazem parte do conjunto de instrumentos de função social. Temos também a outorga onerosa, a arrecadação de bens abandonados, o estudo de impacto ambiental, viabilidade ambiental, concessão urbanística, enfim, uma série de conjuntos.

Na macroárea de estruturação metropolitana – que é essa macroárea estruturada ao longo, principalmente, dos três grandes eixos hidroviários da Cidade Tamanduateí, Pinheiros e Tietê –, a gente pretende, num processo de médio e longo prazo, recuperar essa área como uma área especial de desenvolvimento econômico. É uma área que ainda oferece uma série de atrativos econômicos e baixíssima densidade de ocupação. Então, a gente tem equipamentos sociais, alguns equipamentos esportivos interessantes, uma série de áreas produtivas e não há moradia

Temos também os grandes eixos de mobilidade que ligam a nossa Cidade com toda a macrometrópole paulista. A ideia é fazer um desenvolvimento sustentável e combinado com a preservação dessas áreas econômicas, marcando zonas especiais de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, garantindo uma presença de uma maior densidade habitacional por meio de consórcio imobiliário, operações urbanas, enfim, uma série de ações.

Temos demarcado no plano, até o momento, Zonas Exclusivamente Residenciais de Proteção Ambiental, de Recuperação Ambiental e de Desenvolvimento Econômico que, evidentemente, deverão ser – quando a gente fizer a revisão de lei de uso e ocupação do solo – revistas, isto é, deverão ser de fato demarcadas e regulamentadas. E a gente tem as Zonas Especiais que são as Zonas de Interesse Social e as Zonas de Preservação Cultural.

Aqui a gente tem o mapa, que no PL é o 4, que são as Zonas de Especial Interesse Social, as zonas I, II, III e IV, demarcadas, as novas e as vigentes. Nessas zonas, a gente vai poder construir Habitação de Interesse Social na faixa de zero a três salários e de três a seis salários no mínimo percentual que varia de 50 a 80% do potencial construtivo do terreno dependendo da categoria, e também será permitido HMP e outros usos.

A diferença dessa demarcação nova para o que existiu, o que foi feito no Plano de 2002 é que agora definimos uma faixa de HIS, faixa 1 – de zero a três salários –, sempre prioritária e a que corresponde à maior parte do déficit habitacional. Para que ela tenha

garantias de ser atendida nessas zonas

Outro elemento importante e essencial do Plano, além das macroáreas, são os estruturadores, a rede de estruturação e transformação urbana. O Plano prevê que essa transformação urbana se dê ao longo dos eixos de mobilidade para que os locais de moradia e de trabalho sejam não necessariamente contíguos, mas facilmente acessíveis uns aos outros. É uma maneira de aproximar efetivamente os locais de moradia e de trabalho sem necessariamente esperar pelo desenvolvimento de novos polos econômicos, como também se deseja para a Cidade. Por exemplo, para a zona Leste, na área da Jacu-Pêssego, onde também estão previstos incentivos fiscais para a instalação de novas atividades econômicas.

Combinado a esse desenvolvimento de polos, há também o desenvolvimento dos elementos estruturadores da rede de transformação, que são: linhas de metrô; linhas de trem; linhas de monotrilho; linhas de veículo leve, tanto sobre trilho como sobre pneus; linhas de corredores de ônibus municipais e intermunicipais que tenham corredor central com a porta aberta à esquerda, com a faixa exclusiva à esquerda

Os principais instrumentos para esses eixos de estruturação são no sentido de propiciar um maior adensamento dessas áreas, adensamento populacional, demográfico e não construtivo. A ideia é ter unidades que possibilitem o maior número de pessoas morando nesses eixos e não o maior número de área de construída sem gente morando. Assim, vamos aplicar as ZEIS, as Zonas de Preservação Cultural, a concessão de direito real de uso, o uso especial para fins de moradia, mas também a Transferência de Potencial Construtivo, os instrumentos de função social da propriedade e a outorga do potencial construtivo adicional, entre outros

Aqui temos a área de influência desse sistema, marcada a influência atual - marcada em azul - e as linhas demarcadas embaixo, que são as linhas de trem, as de metrô e os corredores. No laranja mais escuro, as áreas de influência previstas de trilho para 2016, no amarelo mais escuro, as de corredores de ônibus para a zona Leste

De maneira que, a ideia é... (sem deixa) ...quase imperceptível, mas porque, realmente, nessas áreas não se pretende adensar a ocupação

No capítulo 7 todos os instrumentos detalhados de política urbana e gestão ambiental. De todos esses, destaquei, em vermelho, os que são diretamente vinculados à questão ambiental, que é o estudo e Relatório de Impacto Ambiental, o Estudo de Viabilidade Ambiental, a Avaliação Ambiental Estratégica, o Termo de Compromisso Ambiental, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental e o pagamento por prestação de Pagamento por Serviços Ambientais

No título III, tendo passado por essa estruturação geral do ordenamento territorial da Cidade, a ideia é rebater as ações prioritárias de governo para que essas transformações, de fato, sejam realizadas. O sistema ambiental está logo tratado nos capítulos 1 e 2. O capítulo 1 demonstra a estruturação do sistema e é estruturado pelo Sistema Municipal de Áreas Verdes, que é o conjunto dos espaços vegetados e destinados à implantação de áreas verdes de propriedade pública ou privada e são delimitados pelos órgãos ambientais e são objetos de preservação e proteção. Isso é o Sistema Municipal de Áreas Verdes. Além disso, há as APPs por lei, pelo Código Florestal.

O capítulo 2 vai tratar das ações sobre esse sistema, que são as ações prioritárias no sistema ambiental, que são basicamente duas ações: o Plano Municipal de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais e o Plano Municipal de Arborização Urbana.

Aqui temos uma vista geral das ações prioritárias no sistema de áreas verdes. Num verde mais escuro, os parques existentes; num verde mais claro, os planejados. No caso da zona Norte, notem que são parques ao longo do Rodoanel, como uma contrapartida à implantação desse sistema e como preservação à reserva florestal da Cantareira.

Ao Sul, os parques existem estão em verde mais escuro; os planejados, em verde mais claro. E assim por diante: na zona Leste, na zona Norte, na zona Sul e na zona Oeste

Esses são os parques que já foram implantados como contrapartida da Dersa para a implantação do Rodoanel.

Também faz parte desse conjunto de ações o sistema de saneamento. O capítulo 3 vai tratar da estruturação do sistema, que vai se basear no sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem e de gestão integrada de resíduos sólidos. Esses quatro sistemas fazem parte do Sistema de Saneamento Ambiental Integrado.

No mapa 6, as ações prioritárias no sistema de abastecimento de água. Como vocês sabem, a concessionária de abastecimento contratada pela Prefeitura a Saesp, cujo contrato com vigência de 30 anos foi assinado em 2012, no qual estão contidas as ações previstas que faziam parte desse mapa. Em outras palavras, estas ações do sistema adutor e existente em vermelho, os projetos. Ainda a ser feito: reservatórios, elevatórias e adutoras.

De fato, o sistema de água interno ao nosso município está em resolução. Temos uma cobertura de abastecimento de mais de 90%. O problema agora aqui, no sistema de esgoto, em que a cobertura de mais de 0%, por isso o tratamento ainda não é de 0%.

Então, temos as ações prioritárias no sistema de esgotamento sanitário, também acordadas com a Saesp através de contrato de plano, de implantar os coletores-tronco para que, em 30 anos, esse tratamento seja resolvido, ou seja, que os coletores consigam conduzir o esgoto tratado, que é coletado e ogado, às veias, em curvas, que ele seja coletado e conduzido para as estações de tratamento de Barueri, Parque Novo Mundo, etc.

Então, aqui nós temos as estações e existentes, os interceptores e existentes nesse marrom mais escuro e os planejados, nesses tons de vermelho e amarelo, aqui, um pouco mais claros, não.

Podemos ver que esses sistemas de coleta vão coincidir com os fundos de vale ocupados e pelos assentamentos precários. Então, isso é um trabalho que tem de ser feito em conjunto com a Secretaria de Habitação e Saesp para que essas intervenções tenham impacto. E eficiência.

Aqui na Zona Leste, temos todo esse sistema que vai aqui pelo Rio Verde-Jacu. Ligando aqui ao Rio Tietê, ele também depende muito dessas obras de urbanização.

E aqui, na Zona Oeste, há uma área mais consolidada, Zona Sul.

Bem, a passamos, então, para o Mapa das ações prioritárias no sistema de gestão integrada de resíduos sólidos.

Essa gestão está baseada em estações de transbordo. Está planejada uma estação de transbordo para a Cidade, um ecoparque centrais de triagem e de coleta de secos e de orgânicos e temos os ecopontos implantados, os em outras e os inaugurados, em outras ou em projeto, nesses laranjas.

Então, temos uma série de ecopontos que ainda precisam ser implantados e que dependem ainda também de regulamentação futura pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, porque alguns deles são considerados ainda nR3, Incômodos.

Então, aqui temos os existentes, os planejados aqui uma estação de transbordo aqui ainda na Marginal Tietê, ao Norte aqui uma vista da Zona Leste, as triagens aqui área central e aqui é o final, ali ao extremo Sul, entre as represas, não.

Bem, a temos para completar então a apresentação dos sistemas, o sistema de mobilidade que é composto pelo sistema viário, o transporte coletivo, o cicloviário, o hidroviário e, também, o de logística.

Então, esses cinco elementos fazem parte, estruturam esse sistema de mobilidade geral.

O SR. PRESIDENTE NILSON UENO - Terei a se puder já ir concluindo, tá.

A SRA. TEREZA EATRIZ RIBEIRO ERLING - Está acabando, só faltam três

slides.

A temos as ações prioritárias no sistema de mobilidade, que o Plano Municipal de

Mo ilidade Ur ana aqui temos o Mapa 9.

O Mapa 10 com as a es prioritárias no sistema viário.

O Mapa 11: a es prioritárias no transporte p lico.

E aqui os equipamentos urbanos e sociais: então, estrutura ão dos sistemas São os sistemas de Educa ão, Sa de, Esporte, Cultura e Assist ncia Social e as a es prioritárias: Plano de gestão de áreas p licas Articula ão da rede de equipamentos e os planos setoriais.

Aqui o Mapa 12 com as a es prioritárias.

E o sistema de a ita ão que composto pela a ita ão e pelas áreas de risco.

As áreas de risco, vale lem rar, t m uma interface muito grande com o sistema de saneamento e com o sistema de áreas verdes, enfim. necessário aver uma a ão integrada entre esses sistemas todos de a ita ão, áreas de risco, saneamento e preserva ão ambiental.

Então, no caso das a es prioritárias de a ita ão, temos o Plano Municipal de a ita ão e, no de a es prioritárias de áreas de risco, a Prefeitura deverá implementar o Plano Municipal de Redu ão de Riscos.

Então, aqui temos um mapa dos riscos e aqui o mapa mais apro imado desses riscos.

E, por fim, o T tulo IV trata da estão Democrática e o Sistema de Planejamento Urbano, que composto do sistema propriamente dito e dos Consel os: Consel o Participativo Municipal todos os Consel os das Su prefeituras todas as instâncias de participa ão popular, como a Confer ncia Municipal da Cidade o Consel o Municipal de Pol tica Ur ana a Câmara T cnica de Legisla ão Ur anstica a Comissão de Prote ão Paisagem Ur ana, enfim.

E os instrumentos: ele tam m descreve quais são os instrumentos de participa ão social, as audi ncias, enfim.

Os fundos: o Fundur

E o Sistema de Informa es e Instrumentos de Monitoramento

A ã as Disposi es Finais Transit rias

esse um reve relato das a es.

O rigada Palmas

O SR. PRESIDENTE N I on u - O rigado, Teresa.

Bem, vamos dar incio, então, aqui nossa audi ncia, nossa escuta.

Lem ro a todos que, para se inscrever na nossa Secretaria aqui em ai o, vou fec ar as inscri es ao final da terceira fala. Então, á temos aqui um n mero grande de inscritos. quem quiser se escrever, ainda á possi ilidade.

ueria anunciar a presen a, e convidar para fa er parte da Mesa, o nosso Presidente da Amlur, Silvano Silv rio. A Amlur fa parte da Secretaria de Servi os.

Então, vou c amar a primeira inscrita, Meire Rose Mac ado da Costa, da Comgás.

A SRA. MEIRE ROSE MAC ADO DA COSTA - Bom dia a todos.

Estou representando a Comgás, concessionária de distri ui ão de gás natural canalizado do Estado de São Paulo, a qual oferece a sua contri ui ão no encaminh amento do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, com foco no uso racional, eficiente e sustentável de energia nos setores residencial, comercial, industrial e transporte.

As sugest es estão no documento que protocolamos nesta audi ncia atrav s dos artigos de n mero 3, 10, 15, 1 ao 22, 30 ao 33, 36, 3 , 40, 49, 59, 62, 4, 9, 99, 104, 106, 109, 11, 131, 132, 144 ao 146, 151, 153, 15 ao 1 0, 1 9, 1 0, 190 ao 192, 205 e 210.

Agrade o a todos.

O SR. PRESIDENTE N I on u - Voc não quer di er o conte do pelo menos geral, da sua contri ui ão.

A SRA. MEIRE ROSE MAC ADO DA COSTA - Falo, falo sim.

A Comgás vem tra er o gás natural para todos os setores, na questão de mo ilidade e sustentabilidade.

Então, o gás natural como ele canalizado, ele passa pelo su terrãneo. Com isso,

traemos essa parte, tanta a parte ambiental, a parte de sustentabilidade, e a parte de mobilidade, que todos ganham com isso.

isso

O SR. PRESIDENTE Nilton - O rigado.

O primeiro o Professor Silvio de Macedo Soares, Uapá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Em seguida, Eugenio Queiroga, que também faz parte da mesma instituição

Aproveito para dizer que eles já me encaminharam um documento a respeito do sistema de áreas verdes e de áreas livres.

Professor Silvio.

O SR. SILVIO SOARES MACEDO - Bom dia. Bem pra estar aqui. O rigado.

Na il

Sou Professor Titular de Paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Nós temos, há vinte anos, um laboratório chamado Quadra do Paisagismo e temos estudado as grandes cidades brasileiras, e São Paulo, naturalmente, uma das cidades que temos estudado.

Estamos trazendo uma contribuição a respeito dos espaços livres da cidade de São Paulo. Talvez a primeira questão que coloco pode incomodar um pouco, mas acho que não se trata disso, a questão de acertarmos alguma coisa, pois não se perde nada como ideia e sim se amplia a ideia

Se olharem o mapa de São Paulo, vão notar que grande parte da cidade está construída e as áreas que temos visto nesses mapas, principalmente, no tocante a parques e praças na cidade, são mínimas em relação ao quanto de tecido urbano da cidade construída.

O que a gente nota é que se tem o sistema municipal de áreas verdes. O item parque está lá e o item praça está lá, o que não garante que eles sejam de fato contemplados, em termos de distribuição e qualificação, para o que a cidade necessita.

Para que tenham uma ideia, grande parte da cidade, dentro das suas quadras não está nos mapas. Não há espaço livre, não há quintal nem jardim dentro das quadras ou tem muito pouco - mesmo em bairros ricos.

Temos que investir mais no espaço público, e essa é a nossa proposta, que trazemos com o sistema municipal de espaços livres. Em vez de colocarmos sistema municipal de áreas verdes, devemos colocar o conceito de sistema municipal de espaços livres, no qual a área verde está contida, mas não é o centro.

Então, propomos o seguinte: sistema municipal de espaço livre, o que é tudo o que está lá fora, jardim, quintal, praça, parque, tudo.

Por outro lado, a gente também imagina que ele pode ser dividido em três sistemas. O sistema viário é o nosso principal espaço livre. Isso inclui, inclusive, a qualificação das calçadas, que é um grande problema da cidade. Elas não existem em muitos lugares. Até se comenta em arruá-las, mas arruá-las onde. Esse é o grande problema.

Outro item é o sistema municipal de espaços livres de convívio e lazer, de três grandes sistemas: de parques. Investiu-se muito em parques na última gestão. Mas São Paulo é ridículo em termos de área o que é isto em termos de distribuição muito pior. E não pode ser só um sistema. Esse plano que está colocado aqui não está colocando parques onde é necessário. Então, precisa haver uma revisão desse item. Parques é um sistema e tem que haver um critério de distribuição equitativo para a cidade toda. A Zona Leste inteira tem parques muito grandes, isso é o que a gente estaria considerando quando coloca o sistema de parques.

O item talvez mais esquecido da cidade é o sistema de praças. Praça pública em São Paulo é piada. Na área central de São Paulo tem um monte de qualificadas e tratadas. Mas nas diversas subprefeituras, ridículo o que tem. Parte da Zona Oeste tem, o resto não tem. Isso fica meio ao lado das subprefeituras. Não tem que ter um plano municipal o

sistema municipal de praças, e a gente não tem isso. Temos que ter.

Por isso, estamos dividindo o sistema municipal de espaços livres, sistema de praças, sistema de parques, sistema de espaços livres privados. Este último, realmente, é uma legislação específica de uso e de ocupação de solo, ao qual temos que acrescentar alguma coisa, mas veremos daqui a pouco.

O sistema de espaço livre de conservação ambiental, que, no fundo, o que está sendo colocado como áreas verdes. Isso engloba todas as áreas de conservação, de vegetação nativa, de conservação de dinâmica ecológica, de drenagem urbana. Nele estão incluídas as APPs.

Na verdade, a APP estamos colocando mais como um instrumento jurídico, porque ela pode ser um parque ou uma área de conservação.

As áreas verdes, para nós, são fundamentais. Absolutamente, não queremos tirar o seu valor. O importante que este ambiente incluídas como item, mas não como item principal. O item principal é o espaço livre, que, em São Paulo, em alguns momentos tem o orgulho e em outros, vergonha, em falar disso, por causa do fato que o sistema de espaços livres em grande parte da Cidade. Pouco ou reduzido, as pessoas são, realmente, maltratadas, em relação a tudo isso.

A gente não tem 100 parques, a gente tem 60 parques e algumas praças que ficam amarradas de parques. As praças de bairro estão mal cuidadas e muitas são abandonadas e não praças.

Basicamente, era isso o que eu queria falar.

Muito obrigado. Convido todos a pensarem sobre o assunto. Palmas

Passo a palavra ao Eugênio.

O SR. PRESIDENTE Nabil Bonduki - Tem a palavra o Professor Eugênio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

O SR. EUGENIO F. QUEIROGA - Muito bom dia.

Dando continuidade que a gente tem a prosseguir na qualificação do sistema de espaços livres no que tange proposta muito em vinda de adensamento habitacional, populacional, demográfico, nas áreas de melhor transporte público.

O que a gente quer colocar é o seguinte, no quadro 4 da proposta do Plano Diretor traída pela Prefeitura, a gente propõe, para se alcançar o coeficiente de aproveitamento 4 ou superior, a obrigatoriedade da destinação como espaço público de convívio e de lazer de uma área equivalente a 30% do total do lote. Não se perderia o coeficiente, mas ele do quadro 4 se tornaria possível se 30% do lote virasse área de fruição pública, tendo clara e apoiando a decisão de se adensar a Cidade em termos de população, entende-se como fundamental o aumento da densidade, entre aspas, de espaços livres públicos nas áreas que sofrerão adensamento construtivo. Temos mapas feitos no laboratório que indicam que essas áreas de maior adensamento são profundamente ocupadas – não verticalizadas – e, com o futuro adensamento demográfico, tornar-se-á muito mais imprescindível a construção de novos espaços livres públicos nessas tais áreas, para que tais adensamentos demográficos se façam em prol da qualidade socioambiental urbana do Município.

Nos empreendimentos acima de 10 mil metros quadrados nos eixos de adensamento deverão ser reservadas áreas livres de construção, destinadas fruição pública equivalente a 30% da área do lote e o tratamento dessas áreas deve ser condizente ao de uma praça ou a um pequeno parque, com largura não inferior a 30 metros. É importante dizer que quantidade não é qualidade, e, por isso, necessário está eleger parâmetros que garantam essa futura qualidade, com arborização de porte, área de lazer e mobiliário urbano adequado ao convívio público. Essas áreas livres deverão ser lindas e integradas a outros espaços livres públicos. Mais um aspecto importante que o índice de permeabilidade do lote poderá estar contido nessa área a ser destinada fruição pública.

No restante da Cidade, fora dos eixos de adensamento junto aos transportes públicos de maior capacidade, nos empreendimentos acima de mil metros quadrados, deverá

ser reservada área livre de construção destinada à fruição pública, também equivalente a 30% da área do lote, no entanto, o coeficiente de aproveitamento máximo a ser utilizado será o de 2.5. O tratamento dessas áreas, de forma análoga, deverá ser condizente ao de uma praça ou a um pequeno porte, com largura não inferior a 40 metros, com arborização de porte, equipamentos de lazer, mobiliário urbano, especialmente, bancos. Essas áreas livres deverão ser lindeiras e integradas aos outros espaços livres públicos e, também de forma análoga, o índice de permeabilidade do lote poderá estar contido nessa área.

Mais uma pequena observação: no artigo 137, § 1º, quando se diz de taxa de permeabilidade, o que pode ser computado, a nossa proposta é que para o efeito do cálculo de taxa de permeabilidade serão computadas somente as áreas de solo permeável com cobertura vegetal. Pisos drenantes funcionam desde que bem mantidos e bem executados. A colocação de pisos drenantes, depois de anos de não manutenção, equivale a pisos impermeáveis

Desculpem-me, o tempo é curto

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE Nabil Bonduki - Obrigado, Eugênio. É importante a sua fala para aprofundarmos a discussão sobre os eixos e poder fazer a compatibilização entre o adensamento e as áreas livres.

Tem a palavra o Sr. Antonio Moreno Neto, da Associação de Clubes Esportivos.

O SR. ANTONIO MORENO NETO – Bom dia a todos. Cumprimento a todos da Mesa, na pessoa do Vereador Nabil Bonduki. Representamos duas entidades: a Associação dos Clubes Esportivos Sociais e Culturais da Cidade de São Paulo e Sindiclube, Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo as quais congregam na cidade de São Paulo 320 clubes sociais

Gostaríamos de informar que no art. 33 do Plano Diretor os clubes fazem parte das áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município, tanto clubes sociais quanto os clubes de campo.

Nesse momento importante em que teremos a Copa do Mundo e as Olimpíadas, teremos um momento ímpar para o desenvolvimento do esporte na nossa população.

Para os clubes, a última alteração no Plano Diretor tem 11 anos. Nesse período, os clubes tiveram um desenvolvimento muito forte, principalmente, na formação de jovens atletas, hoje o sistema de esportes ainda é nos clubes; estão sendo desenvolvidos nas escolas, mas o principal, se dá ainda nos clubes, onde iniciam suas atividades esportivas.

Hoje, ainda estamos muito restritos a índices de projeção e de construção. Nos clubes sociais, esse índice é de 0.3 de área em projeção e de 0.6 com áreas de estacionamentos e outras áreas não cobertas; nos clubes de campo, é de 0,2 e 0.4.

Infelizmente, em função da pouca segurança da nossa Cidade e do Brasil em si, os clubes são a alternativa da sociedade para ter segurança, em qualquer região da cidade de São Paulo. Além de precisarmos ter nos nossos clubes ginásios, praças, para se desenvolver o aspecto esportivo do jovem, também é preciso proporcionar as atividades sociais, culturais e, principalmente, serviços. Ou seja, as pessoas vão aos clubes porque lá se sentem seguros, lá, seus filhos podem desenvolver esportes, e elas terem uma sequência muito grande. No entanto, estamos limitados.

Os clubes fazem um papel muito importante na área verde da cidade de São Paulo.

Em qualquer clube, seja na Mooca ou no próprio Campo Limpo, aonde você for, a área no entorno dele, a lei de zoneamento permite um índice de potencial construtivo muito grande, e o clube não quer ser comparado a essas áreas lindeiras. Nós queremos ter um aumento do índice de projeção, para que nós possamos desenvolver as atividades.

Há clubes, infelizmente, deficitários porque eles não conseguem aprovar uma maior área construída, para eles poderem desenvolver suas atividades.

A nossa sugestão é que seja aumentado esse índice. É o que vamos propor por escrito e, também, o que aconteceu é que tivemos aqui no novo Plano Diretor apresentado, e ainda em elaboração, uma supressão do artigo 135, que diz o seguinte: "O estímulo a

preservação da vegetação nas áreas particulares integrantes de área verde do Município poderá se dar por meio de transferência do direito de construir, conforme dispositivos contidos no artigo 217 e 218 desta lei e por incentivos fiscais diferenciados, de acordo com as características de cada área”.

Nós pediríamos que esse artigo voltasse ao Plano Diretor porque, como eu disse, o potencial construtivo dos clubes em função do que significam para o meio ambiente da Cidade, poderá ser deslocado para regiões menos favoráveis, inclusive, com parceria com a Prefeitura, com relação à prática esportiva.

Quero, também, dizer que os clubes esportivos da Cidade estão fazendo um trabalho junto com a Secretaria Municipal de Esportes num trabalho integrado publico-privado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - O próximo é o Sr. Alexandre Bossolani, da ACEESC, Associação dos Clubes do Estado de São Paulo.

O SR. ALEXANDRE BOSSOLANI – Quero complementar o que o Antonio Moreno falou

Os clubes, hoje, realmente, são parte integrante de São Paulo; são uma parte muito importante da população. Para se ter ideia, esses 320 clubes em São Paulo agregam 18% da população paulista que frequentam os mais variados tipos de clube da Cidade. Sempre gosto de citar o Clube Esportivo da Penha, que tem 30 mil sócios, em que uma família paga 170 reais por mês para todas as pessoas da família e que tem toda a estrutura de um grande clube à sua disposição. Se qualquer autoridade for ao Clube Esportivo da Penha verá que aquilo é quase uma entidade pública, porque é o povo conseguindo se socializar e ter um final de semana agradável naquele ambiente. Ainda para se ter uma ideia desse nosso negócio, hoje, em 20 clubes que pertencem à ACEESC, basicamente, clubes da zona Sul, temos hoje 3 milhões de metros quadrados de área, dos quais só 0,4% é de área construída. Essas áreas que temos de clube, com certeza, são as áreas mais bem conservadas da Cidade. É a parte verde mais bem conservada da Cidade e que, sem nenhum auxílio das entidades públicas, os associados conseguem ter naqueles ambientes, áreas verdes muito importantes para a Cidade.

Então, gostaríamos, realmente, que as autoridades dessem atenção especial aos clubes nesse novo projeto, porque ele não é mais uma parte só para uma classe mais rica ou abastada, faz parte da vida da população de São Paulo e precisa de uma atenção especial da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Carvalho. Em seguida, o Sr. André Biasoti.

O SR. EDUARDO CARVALHO – Bom dia a todos.

Quero falar sobre a preservação de ZEPAMs, através do instrumento da transferência do direito de construir. O Estatuto da Cidade prevê a transferência do direito de construir como instrumento à preservação de imóveis com a finalidade cultural e ambiental. O Plano Diretor de 2002, que está em vigor, prevê a preservação das ZEPAMs do Município de São Paulo pela transferência do direito de construir.

O atual projeto do Plano Diretor, PL 688 retirou a possibilidade de preservação de ZEPAM pela transferência do direito de construir.

Em outra audiência pública, Dr. Nakano disse que tinham retirado porque existem muitas ZEPAMs no Município de São Paulo. Sim, é verdade. Existem muitas ZEPAMs. Porém, existem muito poucas ZEPAMs na área urbana do Município de São Paulo. Então, a sugestão é que se permita a transferência do direito de construir de ZEPAMs localizadas nas duas macroáreas mais urbanizadas: macroárea de estruturação metropolitana e macroárea de requalificação da urbanização consolidada.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ BIAZOTI – Bom dia a todos. Meu nome é André, do Instituto Cinco Elementos. Tenho uma lista longa, mas serei o mais objetivo possível.

Acho que esse Plano Diretor precisa reconhecer as atividades agrícolas no Município de São Paulo, dos produtores de alimentos orgânicos de qualidade para o Município. Então, é preciso garantir que existam as zonas rurais na zona Sul de São Paulo. A gente precisa trazer esse termo rural de volta ao Plano Diretor, pois com isso se garantem vários benefícios de crédito para os agricultores e facilita muito a vida deles na produção de alimentos para as pessoas, bem como serve para conter a urbanização na região de mananciais.

Outra questão é quanto ao termo segurança alimentar, que quase não aparece no Plano Diretor. Gostaria de saber se acham isso importante ou não para constar no Plano Diretor. Acreditamos ser muito importante garantir a segurança alimentar de forma contundente nesse Plano Diretor, bem como garantir que exista um sistema de abastecimento alimentar em São Paulo. Esse é um dos sistemas que não existe.

Para mim, ver sistemas tão bem estruturados e não ver um sistema de abastecimento de São Paulo estruturado é uma grande falha. Isso se dá através do incentivo a hortas urbanas, hortas comunitárias, mas espaços livres, para que as pessoas possam produzir alimentos dentro da área urbana, se assim desejarem.

Outra questão é que no Plano Diretor existem diversos parques apontados como prioritários, mas não há garantias de que serão implementados. Como já temos experiência do Plano Diretor passado, em que existiam diversos instrumentos, diversas questões que não foram regulamentadas, a gente acha que os parques que estão apontados como prioritários devem ser zona de preservação ambiental desde agora e não para ser regulamentado num próximo momento, porque já percebemos que isso não funciona.

Também acreditamos que essas zonas de preservação ambiental devam ser consideradas especiais – não entendemos porque não são -, elas têm características diferenciadas e normas próprias que devem se aplicar a elas. Então, não devem ser consideradas uma zona qualquer, mas, sim, zonas especiais, assim como as ZEISs.

O sistema municipal de áreas verdes, apesar de ter avançado, falha em não apontar conectividade entre as áreas verdes no Município de São Paulo. É importante ter isso bem consolidado para garantir que existam corredores de biodiversidade na Cidade de São Paulo. Esse sistema deve ser muito melhor articulado com os instrumentos e os planos previstos no próprio PL. Para citar alguns: o Plano Municipal de Áreas Prestadoras de Serviço Ambiental – isso é citado, mas não é, em nenhum momento, conceituado. É preciso trazer ações prioritárias para garantir esse sistema de prestação de serviços ambientais.

Existe já um acúmulo de discussões sobre pagamento por prestação de serviços ambientais na Secretaria do Verde e, parece, esse acúmulo de discussões não está contido no Plano Diretor – acreditamos que deveria estar.

Os remanescentes de Mata Atlântica que existem ainda nas áreas urbanas em São Paulo devem ser incluídos e considerados parques municipais já. Vou citar o Plano Municipal da Mata Atlântica que deve se articular mais com o sistema e lembrar que esse Plano vale para todo o Município e, não só para a macroárea de proteção ambiental; e o Plano de Arborização Urbana é citado, mas deve ser muito mais articulado com os demais planos do sistema municipal de áreas verdes.

Só para concluir: o texto atual não reflete os avanços nas discussões dos instrumentos para a área ambiental. Alguns exemplos: os termos de compensação ambiental devem ser destinados, prioritariamente, para a implantação de novos parques e, não só para o plantio de árvores, como é feito atualmente. Essa deve ser uma diretriz dentro do Plano Diretor. Deve-se incorporar a avaliação ambiental estratégica como instrumento a ser utilizado também. É essencial também garantir que novas construções e novos empreendimentos tenham quesitos de sustentabilidade. Existe uma lei de mudanças climáticas, existe um parâmetro bastante complicado na crise ambiental e ecológica planetária, e a gente não considera isso no Plano Diretor, a gente finge que está tudo bem e só copia uma estrutura quadrada e engessada do Plano Municipal passado. Precisamos considerar incentivos para a sustentabilidade em construções, para enxergarmos a Cidade como um organismo vivo e como

podemos dar esse passo adiante rumo a uma sociedade mais sustentável.

Desculpem-me por me alongar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, André. Peço que encaminhe, por escrito, as várias sugestões importantes para o texto. É importante que encaminhe hoje ou na sequência.

O próximo orador é o Gil, do Gabinete do Vereador Ricardo Young, que também está presente e que tem acompanhado todas as nossas audiências públicas.

Depois, terá a palavra o Sr. Antonio Cunha.

O SR. GIL ESCATENA - Bom dia à Mesa, na figura do Vereador Nabil Bonduki, Relator do Plano Diretor; agradeço a presença dos Srs. Fernando de Melo e Silvano Silvério. Com relação a Fernando de Melo, também registro que esteve em todas as audiências, o que é importante, muito diferente da grande ausência do Secretário do Verde e Meio Ambiente, que não esteve em nenhuma audiência do PDE. Isso vale registrar, assim como da Secretaria da Habitação e do Transporte também não estiveram nas respectivas audiências. Faça esse registro porque acho importante.

Vou trazer três blocos de contribuições: um da mudança climática; outro sobre a macrozona de estruturação e qualificação urbana e de indicadores ambientais. Vários pontos já foram colocados aqui. Então, a questão de mudanças climáticas não foi abordada ao longo do debate do PDE – lembrando que esse PDE vai até 2024 ou 2026, o prazo ainda está em debate -, e tem um estudo do INPI Unicamp sobre a região metropolitana de São Paulo e vulnerabilidade e mudança climática, que o período é de 2030, ou seja, muito próximo do período do PDE. Na área de estruturação metropolitana, que pega bem o que se Arco do Tietê, o Arco do Futuro, essas áreas são colocadas nesse estudo como áreas de maior possibilidade de enchentes e eventos climáticos mais severos.

Acho que isso deveria ser colocado, lembrando que no debate do Arco do Tietê e da Operação Urbana Água Branca algumas questões entraram na escala de projeto, como permeabilidade, área de contenção, uso do subsolo, e, no Arco do Tietê, algumas áreas de várzea mais ampliada, podendo trazer a preservação desses espaços, tendo em vista a possibilidade do aumento de chuvas nesse período e naquela região. Isso poderia ser incorporado dentro do debate do PDE para essa área de estruturação metropolitana, bem como o debate de mitigação e adaptação de mudanças climáticas. A questão do risco que foi colocada no artigo 215, falando de adaptação, mas acho que deve ser colocada como prioritária, trabalhando a questão do aumento da possibilidade de enchentes e deslizamentos, lembrando que a política de mudanças climáticas está sem período e sem meta, já foi vencido o período e a meta, e não colocamos um novo prazo. Assim, é uma forma de o PDE registrar que a política existe e que tem que ser incorporada, usando, como exemplo, no debate de mobilidade, onde acho que o plano avança ao tentar uma Cidade mais compacta. É preciso lembrar que o artigo 50 da política de mudanças climáticas coloca que até 2018 a Prefeitura deveria ter a sua frota movimentada com combustível não fóssil, ou seja, além do debate da Cidade compacta, de uma cidade mais próxima entre emprego e a moradia, é preciso lembrar que a qualidade do transporte e o tipo de combustível que ele usa também é importante e deve ser lembrado.

Com relação à macrozona de estruturação e qualificação urbana, mantendo o debate que já iniciei porque essa área de que falei de estruturação metropolitana está dentro dela, é importante lembrar, para não se colocar em oposição uma área urbana e uma área ambiental: para uma área urbana, há algumas premissas de adensamento; para uma área ambiental, preferimos a recuperação.

É importante lembrar que essa área de estruturação e qualificação urbana precisa ter desempenho ambiental, pois nela está boa parte das pessoas morando e boa parte do consumo do Município de São Paulo. Vale lembrar o estudo da WWF de 2012, de viés ecológico no Município de São Paulo, que já excede em muito a diferença entre o que consome e o que produz. Isso foi até disponibilizado em artigo pelo Relator Nabil Bonduki, que

abordou bastante a questão do consumo de energia para transporte, além do consumo de energia residencial e o consumo de água.

No debate sobre habitação, foi abordada a questão da importância de se ter premissas de interesse social para que esse adensamento não atenda somente às classes sociais mais altas. Então, se é importante talvez nesses eixos garantir ZEIS, é também importante a utilização de critérios de uso racional da água, de eficiência energética e de áreas verdes, porque, quando da revisão do Código de Obras, já teremos o guarda-chuva do PDE pedindo que isso seja incorporado. Acho que é importante que isso também seja inserido.

Em relação aos parques, é importante pensar a questão dos corredores de fauna ligando os parques. Lembrando que, segundo o levantamento de fauna da Secretaria de Verde e Meio Ambiente de 2010, existe uma fauna ainda importante residindo nessas ilhas de biodiversidade que estão nessa área de estruturação urbana, e a conexão entre eles seria talvez pensar uma forma de aumentar não só as áreas verdes, mas um fluxo gênico da fauna na cidade de São Paulo, pois ela não está só na Cantareira e na Serra do Mar.

Nesse aspecto, é importante voltar às Zepam. Há na Cidade uma disputa por território. Se é importante gravar esse território da Habitação de Interesse Social - e compreendemos que sustentabilidade só é possível com inclusão social - e espaços de zona cultural e espaços é importante também gravar espaços ambientais. Há vários parques previstos, mas alguns deles já estão fugindo das nossas mãos, como o Parque Augusta, porque não está registrado que lá deve ser uma área ambiental, uma área de parque. Então, temos que registrar isso e, como foi dito no debate da habitação, radicalizar nos instrumentos que permitam à Prefeitura ter caixa para viabilizar esses parques.

Foram feitos vários DUPs, mas a Prefeitura não tem condições de executá-los. Então, em relação à questão do potencial construtivo e o Termo de Recuperação Ambiental, já destinar recursos para a execução de parques seria importante.

O sistema municipal de parques e áreas verdes tem um estudo importante feito pelo Instituto Socioambiental, com a SVMA e o PNUMA, de 2009, que, se não me engano, se chama Para Além do Concreto, no qual apresenta uma proposta de como estabelecer e estruturar um sistema de áreas verdes e parques no Município, que poderá contribuir com o debate. É importante ouvir os técnicos da SVMA, mas já existe um trabalho consolidado.

Esse conjunto de estratégias de parques e áreas verdes pode ajudar a Cidade a trabalhar a questão das ilhas de calor, que, em especial, penaliza os mais pobres e na zona Leste.

Para finalizar, é importante acrescentar no Plano Diretor a questão dos indicadores ambientais para que a Cidade tenha a clareza no debate com os seus cidadãos, se ela está melhorando ou retrocedendo na questão da sustentabilidade. Isso foi muito abordado e há um trabalho de indicadores ambientais e gestão urbana de 2008 feito pelo PNUMA, pela Cebrap e pela SVMA, que deve ter continuidade. Isso permitirá que os conselhos e os cidadãos que participam das esferas de discussão do capítulo da gestão democrática tenham um equilíbrio, pois, em geral, o cidadão fica numa condição assimétrica em relação aos técnicos da Prefeitura e da gestão pública, sem poder debater. É importante, então, que isso seja contemplado.

Lembro que no dia 9 de dezembro haverá outra audiência pública temática sobre a questão ambiental, e é importante a participação de todos a fim de reforçarmos esse tema no PDE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Gil. São muitas contribuições e com certeza, como assessor do Vereador Ricardo Young, contribuirá para fazer o trabalho de relatoria dessa parte ambiental.

Como você reforçou, dividimos a questão da área ambiental em duas audiências públicas. Essa reunião trataria mais especificamente da questão do sistema ambiental e a do dia 9 trataria mais da questão da macroárea de proteção ambiental, onde serão discutidas mais as questões da zona rural.

Tem a palavra o Sr. Antonio Cunha.

O SR. ANTONIO CUNHA – Sou Antonio Cunha, do Movimento de Moradores do Campo Belo e do Movimento Defesa São Paulo.

Estou aqui depois de participar de uma emocionante audiência pública macrorregional, no último sábado, que foi decisiva. Ali ou você fica ou foge. Aquele pessoal se pegar em armas, estamos fritos.

Gostaria de fazer o seguinte, geralmente nas explanações nas audiências públicas sobre o meio ambiente é projetado um mapa feito pela própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Focalizam dois mapas lado a lado; um é o mapa feito pela fotografia do satélite Landsat, que está a 30.000km de altura sobre a Terra, e outro do lado, uma representação simplificada da área urbana do Município de São Paulo no vetor Sudoeste, o arquipélago de Zonas Estritamente Residenciais.

Eles sempre planejam, projetam esses dois mapas um ao lado do outro e não fazem o que deveria ser feito: pegar o da esquerda e sobrepor ao da direita. Porque se isso acontecesse provaria que a nossa única ilha de refrigério, que está no vetor Sudoeste esta em cima do arquipélago de Zonas Estritamente Residenciais. Pode pegar, é coincidência milimétrica. Portanto, as Zonas Estritamente Residenciais são comprovadamente o único instrumento de mitigação e recuperação ambiental que deu certo. Está provado pelo satélite que está a 30.000km de altura, portanto, ninguém pode ir lá e mexer na máquina para adulterar o resultado.

É prova científica, o único instrumento de mitigação e reversão da poluição ambiental. A única ilha de refrigério está no arquipélago de Zonas Estritamente Residenciais no vetor Sudoeste da Cidade. Portanto, pela lógica, se esse arquipélago fosse reproduzido nas demais áreas da Cidade teríamos uma solução para metade dos problemas ambientais do Município. Isso pode ser feito não da maneira tão simplista como estou colocando, mas pode sim ser feito em todo o planejamento urbano, isto é, disseminar Zonas Estritamente Residenciais por toda a área do Município, tendo em vista o seu poder concreto de mitigação ambiental.

Sendo assim, o nosso encaminhamento é muito simples. Que as áreas estritamente residenciais não sejam apenas instrumento de uso e ocupação do solo, mas sejam também formalizadas como instrumento de planejamento ambiental, senão na sua integridade zonal, pelo menos nos seus logradouros públicos, ruas e praças.

É concreto, não tem por onde escapar. Se a gente quiser resolver esse problema da poluição ambiental, basta fazer isso em todo o território do Município. E, mais uma vez, configurar formalmente, juridicamente, também como instrumento de planejamento socioambiental do Município

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Antonio Cunha.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Aze.

O SR. RICARDO AZZI PASCHOAL – Bom dia a todos. Meu nome é Ricardo, trabalho numa empresa chamada Remaster, sou engenheiro de produto e engenheiro agrônomo.

A empresa Remaster trabalha com materiais sustentáveis, mas não só materiais, como conceitos também. Penso que todo material está ligado a um conceito.

Primeiramente gostaria de parabenizar pelo Plano Diretor, em especial o tema de drenagem, o qual vou explicar um pouquinho mais aqui, que está relacionado diretamente com a qualidade e quantidade da água captada nas nossas cidades.

Do que tenho a dizer do Plano Diretor, muito vimos: proteção ambiental, ocupação ambiental, preservação de parques, recuperação de parques. Sem dúvida nenhuma isso se faz necessário há muito tempo e é um tema bastante importante.

Porém, pouco se vê a preocupação com o passado, que são áreas impermeáveis, que estão diretamente relacionadas a problemas como enchentes e poluição de rios. Hoje em

dia, nós temos diversas técnicas e conceitos como: captar, filtrar, ou infiltrar água na origem, água de boa qualidade ou descartar essa água nos rios, poluindo menos.

Temos como exemplo o plano de Nova York, de infraestruturas verdes, creio que seja um plano que todo mundo conheça e o Chile, infiltrar água captada por laje.

Aqui no Brasil temos alguns conceitos importantes nesse quesito, como o adotado pela Crela, que vegeta suas lajes, mas não só vegeta, incorpora o sistema de retenção sobre as lajes, fazendo a irrigação do jardim por essas águas.

Essa preocupação com as áreas impermeáveis, com a retenção na origem, minimizando enchente, com a filtragem na origem, com a preocupação com a qualidade da água na origem, poluindo menos os rios, é importante. Queria manifestar aqui essa preocupação na revisão do Plano.

Penso que uma maneira de incentivar, temos de criar políticas de incentivo para plugar a indústria, o setor público e a sociedade, incentivando assim a essas novas técnicas, esses novos conceitos, como feitos em países como Nova York, Chile, Austrália, enfim, e são conceitos que deram certo.

Creio que seja isso, o conceito de filtrar e tratar a água na origem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado Ricardo, Márcia, em seguida a Helena Caldeira.

A SRA. MÁRCIA VAIROLLETTE - Vou usar o espaço da Helena, porque estou representando a sua entidade também.

A primeira coisa, Vereador, queria pedir ao senhor que nos encaminhasse uma resposta àquela carta que entregamos na Comissão de Política Urbana, que trata do tempo concedido. Porque temos regiões macro regionais e as regiões locais, que podemos nos organizar com as entidades de fazer a cessão do tempo ou apresentar um trabalho mais elaborado por um grupo. Isso otimiza.

Só que sem um documento formal, nos garantindo essa apresentação, o senhor pode estar na hora e sabe que temos isso combinado, mas o combinado não necessariamente vai ser implantado no dia que ocorram essas audiências.

Eu pediria ao senhor que, através do gabinete do Vereador Andrea Matarazzo, tenha a relação das associações que solicitaram isso, encaminhassem essa resposta para nós, para que pudéssemos utilizar melhor o tempo.

Depois, se o senhor puder informar, qual é o tempo que nós vamos ter as atas das audiências públicas disponíveis no site, porque podemos evitar repetições nas macros e nas regiões locais.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Acredito as primeiras já devem estar em breve sendo publicadas. Elas estão sendo transcritas, mas como nós temos audiências todos os dias, então... Mas acredito que no período bem curto isso estará disponível.

A SRA. MÁRCIA VAIROLLETTE - Obrigada. Eu gostaria de fazer as seguintes colocações: no capítulo 1, do Sistema de Estruturação do Sistema Ambiental, o artigo 1.2, entre os processos de integração para mitigação, peço para incluir, no item 6, que seriam os recursos naturais que é o manejo do ecossistema; o item 7, zonas de amortecimento e o item 8 a desafetação de áreas advindas de aprovação de loteamentos, perante a tutela ambiental. Na estruturação do sistema municipal de áreas verdes, fizemos algumas alterações. O parágrafo único passaria a ser o parágrafo 1º e aí o parágrafo seria o seguinte, para garantir a viabilidade, eficácia, eficiência do desenvolvimento urbano sustentável deverão ser elaborados os seguintes estudos preliminares: Estudos de capacidade de suporte ambiental, carga geotécnica do território, estudos que apresentem os serviços ambientais sobre o mosaico a ser elaborado da cobertura do território urbano, zoneamento ecológico econômico do território da cidade, Atualização do Atlas Ambiental estudo da capacidade de suporte viário e avaliação ambiental da estratégia da cidade. Nas áreas verdes públicas que é o Art. 1.4, teria de ter uma nova redação. As unidades de conservação de proteção integral, integrantes do sistema

nacional de unidades de conservação, favor citar a Lei 9985, porque ela deixa que venha a ser esse sistema e todas as garantias jurídicas que temos com esse documento. O Art. 15 que se refere aos parques lineares, pediria para incluir no parágrafo 1º os parques lineares e áreas verdes a serem implantados deverão apresentar seus projetos com os respectivos EIA RIMA, EIV, em reuniões técnicas do Cad Regional. Para não termos mais o problema de ficar inventando pauta nos Cads regionais e trataríamos de assuntos objetivos da nossa área. Isso é muito importante que ele passe pelos Cads regionais, porque muitas vezes o Cad geral não tem os elementos e informações necessárias para essa avaliação. Os parques lineares e áreas verdes também deverão realizar audiências públicas nas subprefeituras, porque eles nos afetam e poderíamos ter um controle melhor. Art. 16 - as áreas particulares, adjacentes aos parques lineares e áreas verdes para obtenção de licença ambiental de empreendimento deverão apresentar além dos órgãos municipais competentes o EIA RIMA e EIV em reunião técnica do Cad regional. Em 08 de maio de 2001, foi feito o decreto 5.889, que regulamentou o termo de compromisso ambiental. E ele não faz parte em momento algum de como iremos regulamentar os termos de compromisso ambiental que estão acontecendo verdadeiras barbaridades com relação a esses documentos que estão sendo assinados atualmente. Nas áreas de preservação permanente, no Art. 14, acredito que têm de citar novamente a Lei 9985, e o parágrafo 2, todos os empreendimentos públicos e privados de impactos urbanísticos ou ambiental deverão apresentar o EIA RIMA e o EIV em reuniões técnicas do Cads regional, audiências públicas nas subprefeituras. O EIA RIMA e o EIV que seria o parágrafo 1º dos empreendimentos implantados pelo Executivo Estadual, também deverão ser analisados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e demais órgãos para inclusive podermos fazer a comparação. Porque um não segue a legislação do outro. Monotrilho por exemplo é uma coisa extremamente impactante e que o Município é quem dá as autorizações, muitas vezes esquecendo-se de fatores importantes e fazemos sobreposição de projetos. Quanto as ações prioritárias do sistema ambiental, os Artigos 144, 145, 148 e 149, não indicam quais são os instrumentos e procedimentos que serão utilizados para fiscalizar e garantir a implementação das ações. Temos palavras como: promover, incluir, conter, respeitar, etc., que não garante o efetivo cumprimento dos artigos mencionados acima.

Para finalizar, onde fica o Decreto 54.421, de 12 de outubro de 2001, que dispõe sobre a nova legislação do procedimento de fiscalização ambiental no Município. Esse é o instrumento. Ele está desassociado do Plano. Você tem ações, mas não tem o que você vai utilizar. Obrigada. Palmas

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Márcia. Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Bom dia a todos. Na linha do que já foi colocado pelos meus antecessores, os professores da Faculdade de Arquitetura e o Gil, a questão ambiental tem que preceder a questão do uso e ocupação do solo. Senão, nunca iremos atingir a sustentabilidade ambiental e urbana que tanto almejamos. Discordo da Sra. Secretária quando disse que os Títulos II e III, referentes à ordenação do território e à estruturação dos sistemas urbanos e ambientais, estão interligados. Pela simples leitura desses títulos, vemos que não: o que prevalece no Plano Diretor e no Título II é o uso e ocupação do solo pura e simplesmente. Ele não está vinculado a condições e controles que qualifiquem essa ocupação do território, que justamente seriam as condicionantes para que esse solo seja bem utilizado, prevendo-se áreas verdes, o respeito às águas subterrâneas, futuros problemas de drenagem, enfim, tendo inclusive já no Plano Diretor o sistema de indicadores ambientais como ferramenta de auxílio à tomada de decisão no planejamento e gestão municipal. Teríamos que ter ainda, inclusive, a obrigatoriedade da elaboração de uma carta geotécnica específica para planejamento urbano como ferramenta e auxílio de tomada de decisão nessa ocupação do território.

Então, em nossa opinião, o Título III infelizmente não passa de um rol de indicadores sem qualquer conexão e obrigatoriedade de atendimento pelo futuro uso e

ocupação do solo que se pretende impor nesta cidade.

Acho que a coisa tem que se reverter corretamente. As condições para que se mitiguem o problema das mudanças climáticas, os cenários risco, redução das vulnerabilidades no planejamento e na gestão ambiental, entre outros, têm que ser precedentes. Como os professores muito bem disseram, para se ocupar o coeficiente quatro ou dois e meio, tem que praça, tem que ter área verde, tem que ter área de absorção de água pluvial; enfim, tem que ter um projeto ambiental preliminar que dê sustentabilidade àquela ocupação do território.

Assim, a nossa contribuição é no sentido de dar uma volta no Plano Diretor e estabelecer quais são as condicionantes da sustentabilidade ambiental preliminares, que uso e ocupação do solo posterior deve atender. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigada, Lucila. Informo à Márcia que já há um entendimento da Comissão em ceder até três tempos, ou seja, até 10 minutos no máximo aos presentes. Claro que, como são muitos os que querem falar, teremos que contar com a compreensão de todos para que sejam o mais sucintos possível.

Em relação ao que já ocorreu nas audiências públicas passadas, na verdade o *site* da Câmara não está sob administração da Comissão de Política Urbana, ele pertence a todo o sistema de comunicação da Câmara. Há certo atraso, mas já me comprometo a solicitar que a Câmara Municipal publique, com a maior agilidade possível, o conteúdo de todas as audiências públicas. Também no meu *site* faremos essa publicação para que haja mais canais de acesso e não percamos as informações, que são importantes para todos.

A próxima inscrita é Marília Fanucchi Ferraz, que ocupará o tempo cedido pela Ana Maria Brischi.

A SRA. MARÍLIA FANUCCHI FERRAZ – Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Estou aqui em nome do GT de Meio Ambiente da Rede Nossa São Paulo e trago uma preocupação discutida dentro da Rede, exatamente a ausência de um sistema ambiental. O título é Sistema Ambiental, mas ele é visto de forma completamente desconectada.

Quando pensamos no social, no econômico e no ambiental, não há uma relação entre eles. As coisas são tratadas de uma maneira muito separada, muito segregada, de forma que você tem a fragilidade tanto do social como do ambiental e do econômico, porque essa desconexão impede as pessoas de gerarem renda.

Temos um sistema ambiental que deveria acontecer. Quando do planejamento, foram planejados os parques e o crescimento, não simplesmente para deixar a Cidade bonita, mas por uma questão de saúde, de necessidade de haver um ambiente qualificado para se viver. Isso não está sendo contemplado. Os parques já existentes, assim como os que estão em projeto, estão sendo abandonados.

Então, temos hoje a seguinte situação: as áreas verdes jogadas ao Norte ou ao Sul e não há corredores verdes. Os parques não estão sendo trabalhados; ou, se são trabalhados, o são em pequenas massas: faz uma massa verde aqui, outra acolá. Não existe um sistema de corredores.

Nesse Plano, não existe a Zepam. Fico feliz que esse assunto tenha sido abordado por mais de duas pessoas nesta audiência pública, reforço: as Zepam's são fundamentais, porque elas vão garantir a existência de alguns biomas e também a presença de pessoas desenvolvendo nas proximidades a agricultura sustentável, ou seja, economicamente viável, e também o turismo.

Temos exemplos de outras cidades que desenvolvem programas de turismo e que têm um aporte maravilhoso – tanto financeiro como social – com uma qualidade de vida que é a que precisamos. Por exemplo, quando aventamos a possibilidade – viável dentro do que está apresentando neste Plano – de modificação de zoneamento e a permissão de construção de um aeroporto em Parelheiros, estamos falando de um absurdo. O Brasil assinou há pouco – dia 16 de outubro – o Decreto Legislativo 387, de compromisso com o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres. Trata-se um compromisso internacional firmado em Bonn, na Alemanha, em 1979. Por esse decreto, 16 espécies vão

para a área de Parelheiros. Dentre essas espécies está a Águia Pescadora e os Massaricos, sem falar das aves que fazem a migração interna ao território, como, por exemplo, os Biguás, que são aves de grande porte. Volto a dizer: se não nos preocupamos com as aves, vamos pelo menos nos preocupar com as pessoas que estão pilotando os aviões, porque vão morrer, porque nas decolagens e aterrissagens, as naves se chocam com as aves.

Isso é só um exemplo. Temos, na região Norte, parques lineares que poderiam ser desenvolvidos com resultados excelentes, como os que temos hoje no Parque Linear do Canivete, com uma população que – como acabei de ouvir e adorei – não é de risco, mas de certeza. Os problemas ali estão sendo evitados por um parque, embora os outros projetos tenham sido abandonados, assim como aconteceu com todos os parques, principalmente com os da borda da Cantareira, que não vão mais cumprir a sua função.

Então, a gente tem um problema muito sério e essa é uma situação que não se pensa em nenhum momento nesse corredor, que dá o alívio à temperatura da Cidade, que dá uma condição de vida melhor, que melhora a saúde porque só estamos pensando na convivência, mas sem saúde isso não existe.

Estamos esquecendo das 700 espécies de animais que vivem nesta Cidade, temos de aprender a dividir esse ambiente e esse ambiente é desses animais também, nós precisamos dele para viver, para ter qualidade de vida, então, é fundamental que se reveja isso e que os parques que estão mencionados no Plano e que não existam mais, que possamos fazer um estudo. Há vários parques que foram mencionados e já foram publicamente desistidos. Esse sistema apresentado está muito falho.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Temos uma proposta do Vereador Ricardo Young que é a Frente Parlamentar pela Sustentabilidade, O presidente é o nobre Vereador Ricardo Young e eu sou o Secretário e a Frente é voltada a introduzir a questão da sustentabilidade em todas as questões que tratamos na Casa.

O SR. RICARDO YOUNG – Reforço que todos os aspectos que estão sendo colocados aqui relacionados à dimensão ambiental do Plano Diretor são absolutamente essenciais. Tem razão todos aqueles que têm reiterado, protestado e exigido que a dimensão ambiental tenha a mesma prioridade que as duas outras dimensões: a social e a econômica e claramente o Plano Diretor não tem contemplado isso.

Nosso gabinete tem procurado dar as contribuições e estamos levando todas as questões para garantir que o Plano contemple várias das questões colocadas aqui. Agradeço a presença de todos. Espero que possamos evoluir no tema de resíduos que está bastante delicado no Plano.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Cesar Pegolaro.

O SR. CESAR PEGOLARO – Bom dia a todos. A questão da temática ambiental é secundária, infelizmente, porque deveria ser primária, pois se trata da nossa sobrevivência. De que adianta discutir economia se não teremos condições de sobreviver neste ambiente.

A primeira questão é sobre as ZEPANS, pois não adianta ter ideia de novos parques em termos de papel que aceita tudo se não temos instrumentos que transformem essas áreas que estão designadas para parques em parques de verdade, que tenha um arcabouço legal que as proteja.

Acompanhamos bem como está a coisa da especulação imobiliária, então, fazemos uma Dupi, que caduca e a Prefeitura não desapropria e volta para a mão do empreendedor, que já valorizou e vão ganhar dinheiro em cima daquela área e perdemos a área de lazer, um lugar que é desejado e necessário para a nossa condição de vida.

Com relação ao Plano Municipal de Mata Atlântica, é um instrumento aprovado no CADES, é citado para efeito de Plano Diretor só quando citamos a macroárea de preservação e não há uma articulação, uma costura delas com o sistema de ambientes urbanos nem com outros sistemas e planos o que o torna inoperante, sendo que deveria ser aprovado e para toda a Cidade não só para as extremidades Norte/Sul, mas a Mata Atlântica é aqui e não está nas extremidades da Cidade, nós é que estamos na Mata Atlântica, então, porque o Plano não

olha, não conversa com toda a Cidade.

Por último, é a questão da ocupação do solo na Cidade de muitas décadas que ocupou os fundos de vale e tínhamos no Plano anterior havia a questão da sua recuperação e nessa versão simplesmente inexistente. Como vamos trabalhar com essas APPs, melhorar o uso desses locais tão importantes para a Cidade, para a drenagem e condições de vida?

A SRA. SOLANGE SÁNCHEZ – Bom dia. Trabalho na Prefeitura e sou especialista em desenvolvimento urbano e também sou pesquisadora do Gov/Amb, que é ligado ao Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

Farei duas considerações mais genéricas em relação ao Título III e primeiramente dizer que é importante introduzir no Plano Diretor o conceito de Governança das águas no sentido de buscar novos arranjos institucionais, novas formas de gestão, que sejam mais adequadas para enfrentar os desafios do uso sustentável da água, do saneamento, a disponibilidade hídrica, a recuperação de rios e córregos urbanos e as mudanças climáticas e as demandas de mitigação e adaptação decorrentes dos eventos extremos, justamente, das mudanças climáticas.

A introdução desse conceito de governança da água pode ser bastante efetivo no processo de planejamento e gestão dos recursos hídricos. Isso pressupõe uma política participativa, um processo decisório aberto no que se refere ao uso da água e descentralizado.

Esse conceito pode facilitar um entendimento e a articulação de toda a temática ambiental que no atual texto está bastante falha. É preciso qualificar o que se pretende com a criação de um órgão de gestão dos recursos hídricos como está citado no artigo 169. O que significa isso? Qual é a sua competência? Qual a sua estrutura institucional?

É qualificar o que é a sua participação e a corresponsabilização dos atores na articulação das temáticas ambientais; reforçar a participação do município de São Paulo no Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, que merecia uma vaga menção no artigo 169; alinhar o texto do Plano Diretor de aproveitamento de recursos hídricos na macrometrópole paulista, isso não foi citado, em especial, em relação à ampliação das ações de gestão, demanda e uso racional da água; reúso da água; fortalecimento institucional e manter o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'água e Fundos de Vale. Isso é absolutamente imprescindível porque o grande desafio da governança da água no solo urbano é justamente articular a gestão ambiental, das águas e uso do solo.

O Programa de Recuperação de Fundo de Vale se presta muito bem a isso. É lamentável que o PL tenha suprimido esse programa, que foi instituído pelo Plano Diretor em vigência e a revisão do Plano é justamente o momento de aprimorar as políticas que vêm dando bom resultados, os instrumentos urbanísticos que podem viabilizá-lo como é o caso da transferência de potencial construtivo e o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale é uma intervenção extremamente importante porque tem um potencial justamente de articular políticas setoriais, política habitacional, política de drenagem, educação ambiental. Ela tem de ser perene, tem de ser uma política de longo prazo, quer dizer, não dá para simplesmente jogar fora agora na revisão.

E o mais importante é que ela goza de legitimação social. Quer dizer, aquilo que já foi feito tendo como pressuposto esse programa de operação de fundo de vales, a implantação de parques lineares, recebeu legitimação social. Então é importante rever isso e reintroduzir o programa no plano diretor. É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Solange. Tem a palavra a Sra. Roberta, do M'Boi Mirim. Em seguida é a Sra. Antonia Ferreira de Freitas, da Mooca.

A SRA. ROBERTA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, plenário, primeiro de tudo quero fazer uma pergunta: por que os mapas do Governo não estão no plano diretor, os parques? Porque na nossa área da M'Boi temos o Parque Guarapiranga, mas quando você olha no nosso cachorrinho da Prefeitura, ele não está lá. Temos todos os parques previstos, os parques a serem implantados, os parques existentes, mas não temos o Parque Guarapiranga.

E por falar em parques quero mais fazer uma denúncia do que um manifesto. Tenho em mãos meia dúzia de processos sobre o que justamente aconteceu, programaram todo um *dup* para os parques, o *dup* caducou e os processos foram para a gaveta. Os parques vão deixar de existir porque toda a burocracia que foi feita para a existência e implantação desses parques foi parar na gaveta.

Então considero isso uma denúncia. É algo muito sério. Uma expectativa que a gente cria encima de uma implantação de parques e que de repente desistem deles. Isso é muito sério.

Falo como subprefeitura, acho que não só meio ambiente, não só zoneamento, nós somos a ponta da Prefeitura. Então não sei se cabe às subprefeituras a fiscalização não só do zoneamento, da edificação e tudo, nos cabe também a implantação de termos de cooperação, de adequação das áreas verdes porque estamos lá vendo a nossa realidade de ponta. Ai volto a realçar a intersecretariedade das pastas, que é isso que estamos precisando nesse plano diretor, mais do que falar só de meio ambiente com ambientalistas, mais do que só falar de uso com arquitetos e engenheiros. Precisamos intersecretariar todos esses assuntos. É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Roberta. Tem a palavra a Sra. Antonia Ferreira de Freitas, da Mooca Em seguida a Sra. Silvia Leite, de Campo Belo.

A SRA. ANTONIA FERREIRA DE FREITAS – Bom dia. Agradeço a presença de todos, já faz algum tempo que tenho participado das audiências públicas, eu represento a legitimidade social de um Facebook chamado Bresser-Mooca. O que levou a ação desse Facebook foram justamente as questões ambientais e de segurança que enfrentamos na região.

No quadro seis, nas páginas 84 e 86, vi que realmente a Mooca grita por criação de áreas verdes. Acho que estão citados aí apenas dois parques. Há estudos e estava no plano diretor anterior a criação do Parque Linear Sul, que ficava ao lado da Ferrovia Federal e deveria ser entregue em 2012 e não foi.

Então gostaria que voltasse para este plano diretor o Parque Linear Sul porque atenderia além das questões ambientais, a mobilidade da área viária porque faria uma ligação da Mooca com o Brás pela Rua Visconde de Parnaíba. Também ajudaria na questão de pedestres e rotas turísticas e principalmente a questão da Segurança.

O que acho que foi muito claro aqui ficou que falta cuidar dos espaços de áreas verdes existentes, como cita o artigo 2º e o artigo 5º.

Eu gostaria de pedir que se criasse e instituisse uma gestão, fiscalização e ação para a recuperação e a preservação permanente das praças e das árvores que ficam na rua, porque nós enfrentamos um problema com equipamentos de ações sociais, e as árvores são usadas nas praças para amarrar barracas, para ser varal, para ser guarda-volumes. Isso não pode mais ser permitido. Então, tem que se criar e instituir uma gestão para que se fiscalize essa ação e efetive o cuidado com o meio ambiente.

Todo mundo sabe que a Mooca é pobre, tem apenas o Parque Itaquari, que foi citado, mas sem condições de uso pelos moradores.

Há também a questão da mobilidade. Sabemos que, próximos aos equipamentos e a trem e a metrô, como é o caso da Mooca, há o uso indevido da parte debaixo dos viadutos. Como delegada ambiental que fui, penso que esses equipamentos urbanos não deveriam ser usados por equipamentos sociais, porque eles são ocupados por barracas, que trazem, além do lixo e produção de lixo sólido por essas entidades que doam algum tipo de produto, risco de incêndio, de segurança e ao fluxo de pedestres.

Esse problema também tange à questão do adensamento. Peço, então, para que fique na minha região a baixa densidade, porque, se todos os prédios da Mooca estivessem no chão e essas pessoas estivessem nas ruas, não poderíamos andar na Mooca. Além disso, já tivemos a perda de horizonte, porque o nosso espaço geográfico está ocupado.

Peço, então, que, nessa questão da fruição pública, ficasse formalizado que não se

instalem, próximos a teatros, espaços culturais e meios de transportes, como trem e metrô, equipamentos sociais e que os Termos de Permissão de Uso vigente e seus envolvimento sejam revistos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Silvia Leite.

A SRA. SILVIA LEITE – Boa tarde. Primeiramente, gostaria de parabenizar a Mesa pelo trabalho, que sei que é difícil. Concordo com os meus antecessores que a parte ambiental realmente tem que ser um pouco revista, já que se trata de um direito difuso que está acima do particular e do público nesse contexto.

Gostaria de reforçar bem o comentário do professor da USP, Dr. Eugênio, sobre a qualidade das nossas áreas ambientais, para que haja, sim, uma melhor eficácia dessas áreas verdes para o nosso remanescente faunístico. Nesse sentido, seria interessante que, num desses artigos da área ambiental do Plano Diretor, se especificasse a participação do Departamento de Fauna da Prefeitura - Depave-3, no caso - para uma avaliação conjunta dessas áreas verdes. Porque, como bem lembrado, temos ainda uma grande fauna também nas cidades, não só na parte mais periférica ou nos parques. Há sabiás que tentam sobreviver.

Sobre as faixas verdes, é também interessante observar que, o que se coloca como serviço pontual, muitas vezes faz parte de todo um contexto que deveria fazer parte do Plano Diretor. Por exemplo, nas nossas ruas existem quadras onde há apenas uma única árvore; em outras, sequer há árvores. Volto a frisar: é um direito difuso, não particular.

No nosso bairro, houve um caso em que um dono de um bar não queria mais uma árvore, que não tinha comprometimento algum, e simplesmente mandou retirá-la em pleno feriado da Consciência Negra. Vimos os funcionários da Prefeitura trabalhando na retirada dessa árvore.

Realmente, então, essa questão precisa ser reavaliada, porque são justamente as árvores que estão nas calçadas que fazem o corredor verde, como as demais áreas verdes.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Silvia. Antes de passar a palavra ao Silvano, técnico da Amlurb, anuncio a presença do ex-vereador Said Murad e agradeço aos demais técnicos da Secretaria de Serviços, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e o ex-vereador Beto Custódio, a presença.

Tem a palavra o Sr. Silvano.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Bom dia. Inicialmente, saúdo o nobre Vereador Nabil Bonduki, que foi Secretário de Recursos Hídricos do Governo Federal na época em que eu coordenei a Política Nacional de Resíduos. Em nome do Secretário Fernando de Mello Franco, cumprimento a Secretária Adjunta Tereza Herling e toda a equipe que está trabalhando na coordenação do Plano Diretor Estratégico. Em nome do Chefe de Gabinete da Amlurb, Rogério Seiji Guibu, cumprimento a Julia Moreno Lara, Gerente de Planejamento da Amlurb, e os consultores Tarcísio, Luiz Henrique e Beto Custódio, que têm nos dado subsídio.

Apesar de ter coordenado e discutido conosco todas essas questões relativas ao Plano Diretor, o Secretário Simão Pedro me pediu que eu trouxesse seus cumprimentos a esta Casa e para deixar registrada sua impossibilidade de estar presente nesta reunião.

Inicialmente, gostaria de elogiar a qualidade do Plano Diretor, que se quer bastante participativo. Tivemos muito diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e conseguimos, em determinado momento, passar as contribuições relacionadas aos resíduos sólidos urbanos. De fato, esse Plano Diretor é muito dinâmico. Neste momento, as contribuições que já fizemos ao projeto e que estamos trazendo adicionalmente são por conta de um processo dinâmico de debate que temos construído na Cidade.

O Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, com certeza, vai considerar uma inovação legal importante no País, que vai contribuir com o Plano, num processo simultâneo: a construção de um Plano Diretor para a cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo,

um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a cidade de São Paulo, que é um plano de política urbana. Com a sua vinculação ao Plano Diretor, a Política de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de 2010, considera o decreto que regulamentou a política, também de 2010, a Lei de Saneamento, 11.445/07, e o decreto que implementou a Lei de Resíduos.

A nossa satisfação nessas contribuições é porque acabamos de participar da 4ª Conferência Municipal de Meio Ambiente do Município de São Paulo. Não foi apenas coordenado pela Secretaria de Serviços, mas também pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente e pela Secretaria de Coordenação das Subprefeituras.

Na Conferência, tivemos a oportunidade de fazer, simultaneamente às discussões do Plano Diretor, a construção do diagnóstico participativo do Plano de Gestão de Resíduos na Cidade. O nosso momento atual é de entregar ao Prefeito Fernando Haddad, na primeira quinzena de dezembro, uma proposta do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos reelaborado, já que o que foi elaborado pela Cidade foi em junho do ano passado.

Como esse plano elaborado, de fato, é um decreto e, portanto, não tem muitas estratégias e ações, a proposta agora é reelaborar o Plano para a Cidade com um conjunto de outras estratégias, que aqui vou descrever muito rapidamente.

Até agora, o que discutimos com a equipe do Vereador Nabil Bonduki e com a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano é trazer para o Plano Diretor o que conseguimos reunir na discussão do Plano de Gestão. Evoluímos bastante e, neste momento, estamos entregando aos senhores o que muito provavelmente será a base do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que vai permitir à Cidade de São Paulo ter um Plano Diretor e um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos muito bem definidos, já que o Plano Diretor é uma lei.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é um plano para 20 anos, portanto, para 2032, e ele tem um conjunto de estratégias para fazer a gestão de resíduos na cidade de São Paulo - não só os resíduos sólidos urbanos, mas todos os resíduos que são manejados na Cidade - como uma visão de manejo de forma a minimizar a quantidade que vai para os aterros ao longo desses 20 anos. Hoje se recicla 1,8% dos resíduos coletados na Cidade e se quer chegar a 2032 com apenas 14% desses resíduos dispostos nos aterros e o restante dos resíduos reciclados e reutilizados.

Essas contribuições que o Plano vai dar para a Cidade, estamos trazendo para o Plano Diretor como um conjunto de ações que vão permitir essa estratégia para 2032, seja para aumentar a reciclagem de resíduos secos, seja para aumentar a reciclagem e a utilização dos resíduos orgânicos, que têm uma importância muito grande. Não só em São Paulo, mas o mundo tem feito muito essa mudança e o aproveitamento desses resíduos, como os de feira, que têm um potencial riquíssimo para reutilização, inclusive na geração de energia.

Então, estamos trazendo um conjunto de contribuições que já permite, no Plano Diretor, a criação de um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, que vai permitir a definição de metas. A ideia é juntar essas metas do Plano de Gestão de Resíduos às do Plano Diretor, já que ele é uma lei, transformando-se num conjunto de metas para todos os resíduos.

O que trazemos aqui hoje foi pactuado com todos os vários segmentos, uma vez que a Política de Resíduos não é só a Política de Resíduos Sólidos Urbanos e não vincula apenas o Poder Público Municipal, mas também o cidadão, o setor privado. Conseguimos, então, fazer uma boa pactuação com um conjunto de entidades em várias oficinas para além da Política Nacional de Resíduos.

Além dessas metas, estamos trazendo para o Plano Diretor o que foi possível pensar da logística reversa, que é um princípio e instrumento da Política Nacional de Resíduos, que permite ao setor privado assumir sua responsabilidade como gerador de resíduos. Não pode apenas o Poder Público Municipal ter responsabilidade. Só para dar um exemplo: 30% dos resíduos coletados na cidade de São Paulo são secos. Desses, estima-se que 70% sejam resíduos de embalagens. Portanto, não é razoável que o Município tenha que arcar com o

custo de fazer essa coleta seletiva, mas é bastante razoável que o Poder Público se encarregue da responsabilidade, de acordo com a Política Nacional de Resíduos.

Ao final, incluímos, no sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, um conjunto de serviços, equipamentos, instalações e infraestruturas com as respectivas classificações nas específicas macroáreas, o que permitirá à cidade de São Paulo ter um Plano Diretor que recepcione esses serviços. Essas unidades vão permitir à Cidade evoluir e, ao longo dos 20 anos, poder ter uma melhor gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Essas são contribuições da Secretaria de Serviços, da Amlurb, muito discutidas com a Secretaria de Serviços Urbanos, retrato da Conferência Municipal de Meio Ambiente da cidade de São Paulo, dos dias 30, 31 de agosto e 01 de setembro; e tenho certeza de que não existe no País um Plano Diretor que seja tão moderno incorporando uma política nacional de resíduos e com essa especificidade, por isso acho que será uma grande contribuição para a cidade de São Paulo.

Então, ficam as minhas contribuições dessa área, da sociedade que discutiu na Conferência, onde havia mais de 800 Delegados, o Plano de Gestão de Resíduos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sr. Silvano. Agradeço muito todas as contribuições; realmente tivemos uma audiência pública muito produtiva, com muitas propostas concretas, propostas de alteração no texto, que trataram de temas fundamentais.

Agradeço a presença também do Sr. Silvano, que nos trouxe a importância de incorporar no Plano Diretor as Resoluções do Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Felizmente, é um plano que está chegando junto com o Plano Diretor, além de outros planos que são muito importantes também, mas que infelizmente não poderão estar no Plano Diretor por não estarem finalizados e por não terem sido elaborados dentro de um processo amplo e participativo, como foi o caso da Conferência do Meio Ambiente.

Acho que temos que pensar que o Plano Diretor é um plano abrangente, que agrega um conjunto de questões que envolvem a Cidade de maneira integrada. Isso é extremamente importante, ou seja, ele precisa ser um plano que não trabalhe de maneira segmentada, mas que trabalhe as questões de maneira integrada, transversal, porque a Cidade é uma só, nós somos únicos, e não há um momento em que estamos preocupados somente com o meio ambiente ou somente com a questão econômica, outro momento estamos pensando na questão da habitação; nós vivemos numa Cidade em que vivemos de maneira geral.

Quero começar esclarecendo que este Plano não é, e não será, um plano imobiliário. Estou usando esse termo, porque já ouvi algumas pessoas se referirem ao Plano dessa maneira. Ele não tem essa intenção originalmente, porque o setor imobiliário é um setor de atuação na Cidade que tem de atuar de acordo com os interesses mais gerais da Cidade.

Então, quando se fala de adensamento, e existe uma proposta no Plano Diretor uma proposta de adensamento ao longo dos eixos de transformação que precisam ser mais qualificados; estamos falando isso dentro de uma perspectiva de pensar a Cidade como um todo para o interesse da Cidade, dos seus habitantes, inclusive do ponto de vista ambiental, porque todos sabem que a cidade de São Paulo não pode mais crescer horizontalmente, porque ele já chegou no seu limite ambientalmente viável, aliás já superou os limites.

Portanto, para que possamos abrigar as atividades urbanas dentro desse território, teremos que incluir ou reconstituir a zona rural no Município e alguns lugares terão de ser mais adensados para liberar outros lugares.

Essa noção de que, ao mesmo tempo em que se verticaliza, temos que liberar o solo, é clássica no urbanismo do século 20, quando a ideia de que a liberação do solo era fundamental, e para isso que existe verticalização, não somente para superocupar a Cidade, mas para organizar melhor a distribuição dos vários componentes que fazem parte da Cidade. Então, esse equilíbrio é que teremos que buscar.

A mesma questão do adensamento também serve para os parques, que é muito

importante encontrarmos mecanismos para viabilizar os parques onde a Cidade considera ser fundamentais. Não podemos abrir mão de áreas que são ambientalmente fundamentais, porque se isso acontecer essas áreas serão ocupadas e não teremos a possibilidade de reverter essa situação. Por isso há uma responsabilidade muito grande de conseguir encontrar mecanismos para manter essas áreas, que são privadas e são livres. Esse é um problema crucial, numa sociedade em que a propriedade privada é um princípio pétreo da Constituição, mas ela é subordinada à função social e aos interesses ambientais.

No entanto, para se transformar uma área privada num parque público requer um custo. Então temos que encontrar mecanismos para conseguir compatibilizar essa situação numa cidade que está à beira da falência. Temos que ter isso claro, porque a Cidade tem pouco recurso. Por isso que acho fundamental rediscutirmos a questão das epams, principalmente na macroárea de estruturação urbana, porque elas significam a preservação de áreas que são fundamentais para o futuro.

Também é muito importante rediscutir e introduzir, de alguma maneira, a questão do sistema de abastecimento, que está presente no Plano atual, assim como outras questões que estão presentes no Plano atual que teremos que descobrir uma maneira de reintroduzi-las na proposta que desenvolveremos a partir do atual projeto de lei.

O sistema de abastecimento é uma discussão que está muito mais presente hoje do que há 12 anos, quando introduzimos um capítulo de agricultura urbana no Plano Diretor e isso era embrionário como discussão. Hoje já existem hortas comunitárias sendo cultivadas na Cidade, temos a questão da agricultura orgânica e toda uma discussão sobre isso. Então, esse tema precisa estar reforçado no Plano Diretor até para indicar para a própria Prefeitura a sua importância, porque há 10 anos tínhamos uma Secretaria de Abastecimento e, hoje, temos apenas uma supervisão.

Então acho que é um tema fundamental. Da mesma maneira a questão do Plano de Recuperação de Fundos de Vale.

E é um pouco diferente – porque se avançou muito nesses dez anos – a questão do diálogo do Plano Diretor com o Plano de Mudanças Climáticas que é fundamental ser tratado.

Dai, decorre um conjunto de questões ligadas à arborização urbana, à questão dos combustíveis e também das áreas verdes de um maneira geral, além das construções sustentáveis, ou seja, como tudo isso pode estar de maneira mais claramente integrados num projeto de cidade, num projeto de desenvolvimento urbano.

Finalizaria dizendo que temos essas várias invenções, entre elas, a dimensão social, conforme já foi falado aqui. Já tivemos uma audiência pública, equivalente a essa, sobre habitação, com três mil pessoas. Vale lembrar a audiência pública regional que fizemos, sábado, na Capela do Socorro, que contou com mil pessoas e cujo tema principal era Habitação.

Então temos uma dimensão social para enfrentar, e, evidentemente, já superamos, há muito tempo, essa discussão do conflito ambiental com o social e o habitacional. Mas isso precisa estar bem equacionado no plano, pois o que temos assistido por falta de política habitacional e também por falta de política urbana no Município é a necessidade habitacional afetando, atacando, as áreas que deveriam ser de proteção.

Essa situação ocorre pela falta de compatibilidade e falta de resposta ao problema ambiental. Então, o problema social e o problema da moradia.

Compatibilizar os objetivos: sociais, ambientais e culturais, entendidos aqui, não meramente como política de cultura, mas compreendidos como uma nova forma, uma nova cultura, de viver na Cidade.

Afinal, estamos falando de meio ambiente, estamos falando da necessidade de uma nova cultura de se viver na Cidade.

E, dentro dessa perspectiva, desses objetivos, a questão imobiliária vai atuar na perspectiva daquilo que se entende como mais importante para a Cidade. E isso vai gerar,

obviamente, mas também exige, a atuação do setor imobiliário, a atuação da construção civil que devem ser no sentido de produzir essa cidade que nós queremos.

É claro que dentro da atuação de qualquer setor econômico existe o ganho, o interesse de ganhar, de lucrar, estamos numa sociedade capitalista, mas não podemos colocar essa perspectiva na frente dos interesses: social, ambiental e cultural da Cidade.

É um pouco essa mensagem que gostaria de trazer para vocês

Estamos trabalhando e continuaremos trabalhando intensamente nas próximas semanas. Talvez até nos próximos meses, para que possamos finalizar esse processo num prazo não muito longo, mas suficiente para conseguir a melhor proposta para a Cidade, que possa, inclusive, esse ano de debates.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano fez dezenas de debates, não sei quantos exatamente, quantas oficinas, mas acho que uns 50. E faremos outros 50 aqui na Câmara. Então, são cem debates, cem discussões, cem escutas, que estão sendo feitas da sociedade para que possamos construir o melhor projeto, claro, numa cidade onde os conflitos estão muito presentes

É isso. Muito obrigado pela presença de vocês.

Passo a palavra ao Sr. Secretário que dará sua mensagem, além de responder as perguntas colocadas. (Palmas)

- Bom dia Nabil, bom dia Silvano, bom dia a todos vocês.

Já foram no âmbito e coordenadas pelo Executivo 56 audiências, oficinas públicas mais as vinte e tantas São setenta e poucas

Posso dizer, assim, de forma muito autêntica que esse foi o melhor debate que eu participei.

Quero até parabenizar todos vocês, porque senti que esta foi uma reunião absolutamente construtiva com propostas, questões e críticas - por parte de todos -, muito sensatas, muito sérias e muito profundas. Esse é, na verdade, o intuito na condução desse Plano Diretor, proposto a ser, efetivamente, realizado como um processo coletivo e participativo por parte da sociedade e é fundamental que ela se organize e encaminhe de forma sistemática - como todos fizeram hoje - as suas questões.

E mais apenas do que sistematizar e enviar essas contribuições, posso dizer que a grande maioria delas - as que ouvi hoje - é, de fato, muito importante. Tenho certeza de que a Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal vai recepcioná-las com maior carinho e a gente, no papel de contribuir e de assessorar no que for demandado a essa Comissão, vai também trabalhar sobre essas questões.

Quero reforçar alguns pontos que também me parecem ser importantes. De fato, esse não é um plano imobiliário. Em nenhum momento, a gente o defendeu como tal e acho que a gente até precisa explicitar algumas questões, que estão sendo colocadas no plano e que dizem respeito diretamente à questão do meio ambiente como um todo. Por exemplo, a questão da rede de estruturação da transformação urbana, que é exatamente todo conjunto de regulações e ações articulada com a expansão da rede de transporte público.

Há uma questão inerente a essa proposta da rede de estruturação que é justamente de que ela enseja a possibilidade de recepcionar uma mudança - essa mudança de cultura que o Nabil fala -, que é exatamente uma inflexão no nosso paradigma de Cidade, no nosso paradigma de forma de uso da Cidade em que, a partir de um certo momento da nossa história, o transporte individual sobre carros predominou e conduziu, em grande parte, o crescimento de uma metrópole modesta para a grande metrópole que São Paulo é hoje.

E, a partir do momento em que a gente então estrutura toda ação do plano muito em cima da possibilidade de uma transformação, da otimização dos investimentos em transporte, da otimização dos investimentos públicos na expansão da rede de oferta de serviços, equipamentos e mesmo provisão de área livre ao longo desses eixos e, aí, também otimizando o uso da terra, a questão colocada não é uma questão imobiliária. Senão é

justamente a gente poder estruturar em grande parte os fluxos da Cidade e as formas de uso da Cidade a partir da lógica do transporte público que está sendo debatida, inclusive, a mudança de padrão tecnológico. Porque não adianta a gente pensar em eixos de estruturação ao longo dos eixos de transporte com esses nibus a diesel bastante poluentes que a gente tem. A gente precisa mudá-los para outra matriz energética, menos poluente, quiçá não poluente – isso está sendo aventado.

E, ao mesmo tempo, ao retirarmos carros de circulação e ao regularmos e restringirmos ao longo desses eixos, inclusive, o estacionamento de carros, fundamentalmente a gente não está aqui pensando numa lógica imobiliária, mas está pensando em algo que vai incidir diretamente nas questões do quadro de mudança climática enfrentada pela Cidade. Como todo mundo sabe, a gente não tem emissão de CO2 a partir de calefação, nem propriamente da questão industrial, mas fundamentalmente é o CO2 emitido pelos veículos que trafegam na Cidade.

Ao mesmo tempo, a questão da macroárea de estruturação metropolitana – que é explícito e claro –, de fato é uma macroárea estruturada a partir das planícies dos principais rios, já ocupadas e que foram ocupadas desde sempre, sobretudo por aquilo que amparou o processo de industrialização. Essa macroárea traz também uma outra inflexão, que é a gente pensar os recursos hídricos não mais para os abastecimentos dos processos industriais e para receber os dejetos industriais e urbanos mas, a macroárea de estruturação metropolitana prop e ou melhor, coloca a necessidade de repensarmos as formas de uso desse território específico muito importante do ponto de vista ambiental e renovarmos as formas de uso da Cidade e do solo no que diz respeito a isso. Isso já está expresso, por exemplo, no edital, no termo de referência na segunda fase do Arco Tietê, que é a parte constitutiva dessa macroárea de estruturação metropolitana, onde outra forma de pensar as questões de drenagem estão colocadas com bastante clareza.

Mais uma vez lembrando que esse mesmo TR coloca também o desenvolvimento daquela área e não pode ser pensado apenas do ponto de vista imobiliário. Temos total consciência de outros processos, de grandes projetos de intervenção como Docklands, em Londres, e tantos outros lugares que num primeiro momento foram de fato processos de financeirização, que criaram bolhas imobiliárias especulativas.

Estamos dizendo com bastante clareza que, para além da transformação, da construção do território, há que se ter claro as propostas e programas de programação. Programação significa o quê? Minimamente associarmos programas habitacionais e programas de desenvolvimento econômico que são, talvez, o grande mantra de todo esse processo no que diz respeito à aproximação, moradia e emprego. E, por sua vez, também terão impactos em toda a questão ambiental como vocês bem sabem. De fato, as questões estão sendo pensadas de forma muito mais articuladas talvez do que pareçam. Por exemplo, eu poderia citar a questão da AEL – Área de Estruturação Local – que justamente visa à articulação das políticas setoriais fundamentais para tudo o que foi dito aqui, no caso, sobretudo, das áreas de redução de vulnerabilidade, onde temos os grandes conjuntos de território sensível e vulnerável do ponto de vista econômico, social, ambiental, etc.

É impossível pensarmos uma ação ou um conjunto de ações de forma segmentada. Para fazermos todo o processo de saneamento e drenagem necessário precisamos remover as pessoas da área de risco. Ao fazer isso, podemos realizar os trabalhos de drenagem, mas sobra como questão o que fazer com essas áreas livres. É necessário reprogramá-las e estruturá-las dentro do sistema de áreas livres do Município e ao mesmo tempo passam a ser as áreas lideiras estratégicas para a implantação de equipamentos sociais e ao mesmo tempo estratégica para a construção das redes de mobilidade local não motorizadas que, por sua vez, se lidam com outra lógica de construção de articulação das políticas setoriais, que são os próprios corredores, as redes de equipamentos entendidas no Plano como territórios, etc.

Isso tudo está expresso no Plano. Acho até que valeria uma conversa específica, que traz uma visão muito clara dessa necessidade de articulação das políticas que mais uma

vez têm que romper a questão urbano-meio ambiente. Isso é uma coisa só e também a questão urbano-rural.

Na verdade, esse conceito de urbano-rural é questionado dentro da literatura ao longo de todo o mundo. Porém entendemos e assumimos a importância do ponto de vista dos processos de regulação de repensarmos, sim, a questão do rural em São Paulo como instrumento fundamental para que possamos dar toda a estabilidade e a segurança jurídica da posse desses terrenos nessas glebas, nessa eventual zona rural. Essas glebas permitirão, mais uma vez, as políticas de preservação desses territórios através de programas de uso evidentemente sustentáveis, entre eles, o da agricultura urbana, que é fundamental também para se articular com essa política de segurança alimentar mostrada aqui.

A Prefeitura de São Paulo é um dos principais *players* do mercado de alimentos perecíveis, porque é a responsável pelo abastecimento de toda a rede de educação e saúde no que diz respeito à merenda. Portanto, a Prefeitura tem capacidade de ser um agente muito importante na estruturação desses programas de agricultura que por sua vez também tenham grande capacidade de conter todo o processo perverso de expansão das zonas urbanas que não se quer sobre essas áreas.

Essas questões que foram levantadas são, mais uma vez, muito importantes e só precisamos entender a diferença entre aquilo que o Plano recebe e as ações efetivas.

Há, no meio, um processo de gestão política que precisamos levar em consideração. O Plano prevê, e as ações desta gestão estão efetuando, um aprimoramento de todas as instâncias de transparência e de oferta de informação, entre outras a criação de um observatório, que será exatamente o que permitirá a toda sociedade acessar informações e os indicadores que foram abordados aqui, que são de fundamental importância para que o controle social por parte da sociedade possa acontecer e que se coloque, de fato, num nível de equivalência ao acesso de informações que dizem respeito ao interesse público. Isso está no Plano e está sendo efetivado, construído. No caso do observatório, justamente gerido pela Sempla, com participação de várias Secretarias, entre elas a própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Duas questões que me parecem importantes. A primeira responde diretamente àquilo que os professores da FAU, Silvio Soares e Eugenio Quiroga, trouxeram. Na quinta-feira, finalmente lançaremos o tão propalado concurso nacional de ideias Ensaio Urbano, que justamente visa a trazer subsídios à discussão da Lei de zoneamento. Com esse concurso, que será lançado na Sala Adoniran Barbosa, na quinta-feira, esperamos que questões como as sugeridas por vocês possam ser modeladas, repensadas e indicadas, o que na legislação – não apenas no Plano Diretor, fundamentalmente da Lei de zoneamento – pode ser alterado para garantir essas e outras propostas que se imaginaram

Estão todos convidados ao lançamento e convidados a participar de fato. Esse concurso não visa a formar uma minuta de lei. Pelo contrário, ele visa à criação de um mecanismo de participação efetiva da sociedade de outra forma que não apenas uma audiência, mas uma espécie de oficina que se dá de forma difusa por parte de todos e que vai permitir depois um campo de debate das soluções sugeridas que vão nutrir o Plano.

Por fim, o Código de Obras também começa a ser revisto. Isso está sendo liderado tanto pela Secretaria de Coordenação das Subprefeituras como pela Secretaria Especial de Licenciamento, e é nesse processo de revisão do Código de Obras que também será participativo, que todas as questões de sustentabilidade das edificações devem ser incorporadas: questões como o que vamos fazer com os tetos, os sistemas de reuso, o uso de materiais, etc.

Não podemos entender o Plano Diretor sozinho, mas na sua interface, com as outras leis que compõem o marco regulatório. As coisas estão caminhando, mas temo um rito, que diz que primeiramente é o Plano Diretor. Estamos seguindo esse rito, mas já estamos construindo o campo de debate que virá a público para que essas coisas possam ter interfaces ainda no tempo hábil no que é possível a fim de se nutrir o Plano Diretor

Como o Vereador Nabil e o Silvano disseram, é um processo dinâmico e não podemos esperar todas as políticas estarem prontas, idealmente fechadas e articuladas para lançarmos o Plano. Estamos lançando, sim, mas sabendo que esse é um processo em aberto, que todos estão participando e que temos a total capacidade de revê-lo naquilo que for necessário e melhorá-lo naquilo que for desejável. Estamos plenamente abertos a essas contribuições e, de forma bastante articulada, apoiando, no que é necessário, a Câmara de Vereadores.

Muito obrigado. (Palmas)

. P I on u – Obrigado, Fernando.

Como ex-Secretário de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, eu não poderia deixar de dizer que não vamos negligenciar a questão ambiental no Plano Diretor. Muitas questões abordadas são muito pertinentes. Concordo com o Fernando: talvez tenha sido a melhor audiência pública que fizemos do ponto de vista de contribuições concretas o que é muito positivo para o nosso processo, que vai ganhando mais densidade.

Vamos realmente nos preocupar em produzir a melhor proposta possível no âmbito das limitações que evidentemente uma lei possa ter em relação a esse assunto.

Nesse sentido, aproveito para convidar todos para a audiência pública do dia 9 de dezembro, na qual vamos tratar da Macrozona de Proteção Ambiental e do pagamento por prestação de serviços ambientais, um instrumento importante, mas do qual falamos pouco, além de outros assuntos focados principalmente na Macrozona de Proteção Ambiental, incluindo essa questão sobre rural e urbano. Obviamente já superamos essa divisão clássica, mas há uma legislação federal que versa sobre concessão de crédito e apoio ao agricultor apenas para as zonas rurais.

Agora queremos estimular a agricultura como um elemento de desenvolvimento sustentável, de contenção da expansão urbana e estimulá-la de fato: ao contrário de 2002, quando se reconheceu os lugares onde havia agricultura e foi criada uma zona especial. Acho que avançamos no sentido de estimular a agricultura na Zona de Uso Sustentável. Então, temos que ver como isso se compatibiliza com a legislação federal e com as necessidades do Município.

Convido todos vocês, para a audiência pública que será realizada no Sesc Pinheiros, na Rua Paes Leme, 195, no próximo sábado, dia 9 de dezembro, às 10h, pois há muita gente aqui que é da macrorregião Centro-Oeste. No dia 2, haverá uma audiência no Butantã, no dia 5, na Lapa; no dia 7, em Pinheiros.

Acho que é muito importante para o tema da Macrozona de Proteção Ambiental a audiência pública que ocorrerá em Parelheiros, que vai ocorrer no dia 29 de novembro, sexta-feira, às 19h. No dia 2 de dezembro, numa segunda-feira pela manhã, audiência pública sobre o Aeródromo de Parelheiros e Desenvolvimento da Cultura em Parelheiros. Outras audiências estão previstas no Campo Limpo, no sábado, à tarde; no Ipiranga, no domingo de manhã, e outras na zona Norte, a partir do dia 6.

Agradeço ao Fernando, à Tereza e ao Silvano a presença. Agradeço a visita do Parlamento do Idoso da Câmara Municipal de Rio Claro e de todos vocês que fizeram desta uma maravilhosa audiência pública no dia de hoje.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta que é a 24ª audiência pública. Então encerrados os nossos trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Centro Olímpico Mané Garrincha – Rua Pedro de Toledo, 1651

DATA: 28-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Boa noite. É importante vocês fazerem campanha, antes do início, para o Conselho Participativo, já lançaram candidato. Vou fazer a abertura, para quem não me conhece, sou o Vereador Dalton Silvano, estou no meu 5º mandato.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública do PL 688/2013, plano diretor estratégico.

Para que os senhores tenham uma ideia, os Vereadores que compõem a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente são os Srs. Andrea Matarazzo, Presidente, Dalton Silvano, José Police Neto, Nabil Bonduki, Relator, comunica que em função de um compromisso assumido fora da cidade de São Paulo não pôde comparecer para habitualmente, como tem feito, presidir esta audiência pública, por isso estou na presidência, Nelo Rodolfo, Paulo Frange e Toninho Paiva.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 08 de novembro de 2013, no *Diário de São Paulo*, de 11 de novembro de 2013 e na *Folha de São Paulo*, dia 12 de novembro de 2013.

Antes de abrir as inscrições vou fazer a composição da Mesa. Foram convidados os Srs. Anderson Kazuo Nakano, Diretor de Deurb, representando o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano; Luiz Fernando Macarrão, Subprefeito da Vila Mariana.

Vou dispensar qualquer tipo de discurso introdutório porque todos vocês, desde o início, participaram dos debates que foram efetuados com relação às propostas nas audiências públicas preliminares. Eu, desde o início do ano, junto com o Prefeito Fernando Haddad com os demais Vereadores, inclusive, da própria Comissão de Política Urbana, estive nesse debate que se originou lá atrás no início deste novo mandato.

Participaram do processo de construção dessa proposta preliminar 11.700 pessoas e 13.500 propostas foram formuladas e, todos sabem, foi publicada a devolutiva revisão participativa do plano diretor estratégico. Então isso dispensa maiores discursos e outros comentários. O que nos interessa é irmos direto ao assunto e permitir que as pessoas se manifestem.

Para que vocês tenham conhecimento estão sendo realizadas diversas audiências públicas em diversas subprefeituras, inclusive, na própria Câmara Municipal de São Paulo. Os membros da Comissão têm trabalhado fortemente, em especial, o relator que vai ser o responsável pela formulação do relatório.

A previsão para votação do plano diretor é em 2014, não há tempo hábil para votarmos ainda este ano. Estamos concluindo as audiências públicas, será feito o relatório final, então a previsão não é votar este ano. Não há tempo para preparar o relatório, a Câmara está discutindo o orçamento e várias outras matérias e não há como um projeto de tamanha grandeza e magnitude ser votado às pressas.

Na forma regimental, o Poder Executivo vai se manifestar por 30 minutos e posteriormente vamos passar a palavra aos inscritos.

Tem a palavra o Sr. Anderson Kazuo Nakano, Diretor de Deurb.

O SR. ANDERSON KAZUO NAKANO – Boa tarde a todos e a todas. A ideia é apresentar não o projeto de lei 688/2013 integralmente, mas trabalhar com alguns componentes principais e a organização desses componentes nesse projeto de lei.

Recomendo que vocês peguem esse jornalzinho que traz a íntegra do projeto de lei, inclusive, os mapas para estudar, analisar, ler com mais cuidado para ter uma apropriação, compreensão e entendimento dos detalhes que ainda estarão sofrendo ajustes, correções e complementações conforme o Vereador falou.

Nesse jornalzinho vocês vão ver que o projeto está organizado em cinco títulos. O título I trata dos princípios e objetivos que regem o plano diretor, são princípios e objetivos da função social da Cidade, da propriedade urbana, do direito à Cidade, da gestão democrática e

do direito ao meio ambiente saudável e equilibrado. São princípios consagrados na nossa Constituição Federal e no Estatuto da Cidade que orientam objetivos que definem os outros componentes do plano diretor. Objetivos referentes à ampliação do acesso a terra para habitação de interesse social, melhoria do transporte coletivo, proteção ambiental, proteção do patrimônio histórico cultural, controle da produção imobiliária na Cidade, para que não gere impactos negativos nos bairros, etc

O título II trata da ordenação territorial, que é a organização dos espaços da Cidade. São as regras, normas e critérios para usar, ocupar e transformar os diferentes espaços da Cidade.

O título III é sobre a estruturação dos sistemas ambientais urbanos que são os investimentos e intervenções naquilo que estrutura o espaço urbano da Cidade, no sistema de transporte coletivo, viário estrutural, áreas verdes e saneamento básico. Então são elementos que estruturam, articulam os diferentes espaços da Cidade e que precisam de investimento para melhorar

O título IV é da organização institucional da Prefeitura, canais de participação e instrumentos técnicos para fazer com que esse plano diretor saia do papel, seja colocado em prática o que no frígido dos ovos é o que importa. Fazer o plano diretor é só uma parte da história. Nosso grande desafio é implementar, colocar esse plano diretor em prática e transformá-lo em realidade

O título V é o das disposições finais e transitórias. Vou tocar rapidamente em alguns aspectos desses títulos para termos essa visão geral de como está organizado esse plano diretor.

Aqui é o mapa do macrozoneamento, a macrozona de proteção e recuperação ambiental e a macrozona de estruturação e qualificação urbana. Aqui está o limite da Subprefeitura Vila Mariana praticamente no Centro dessa área urbanizada da Cidade

Essas macrozonas se organizam em macroáreas. A macrozona de proteção e recuperação ambiental se subdivide nessas quatro macroáreas. E essa macrozona de estruturação e qualificação urbana, que é aquela cinza, se subdivide nessas três macroáreas

Então esse conjunto das macroáreas, esses nas cores verde e amarelo claro são macroáreas ambientais. A questão urbana e ambiental precisa ser trabalhada em conjunto. Essas macroáreas de cores amarela, laranja e vermelha são macroáreas da macrozona urbana e o objetivo é melhorar, estruturar e qualificar essas áreas urbanas.

A Subprefeitura da Vila Mariana se insere integralmente na macroárea de qualificação da urbanização consolidada. Nessa macroárea laranja o objetivo é organizar e orientar o aproveitamento dos espaços urbanos nessa macroárea. Orientar a produção imobiliária para evitar que aconteça dentro dos bairros de maneira descontrolada. Orientar que essa produção imobiliária vá principalmente para os eixos de transporte coletivo.

Essa macroárea vermelha é de estruturação metropolitana, são as áreas que estão passando por grandes transformações urbanísticas, econômicas e há áreas industriais. Essa macroárea precisa ter uma coordenação e projetos que façam com que essas transformações aconteçam da melhor maneira possível.

Essa macroárea amarela de redução da vulnerabilidade urbana é onde estão os bairros populares, favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais populares que precisam ter regularização fundiária e equipamentos, escola, creche, área verde, espaço público e principalmente emprego para melhorar as condições de vida dos milhões de pessoas que moram aqui nessa parte da zona Leste, nessa parte da zona Sul, perto das represas Guarapiranga e Billings, na zona Norte perto da Serra da Cantareira. Essa população viaja duas horas por dia de ônibus, trem e metrô para chegar nessas áreas onde estão 60% dos empregos da Cidade.

Então temos de melhorar as condições de vida dessa população e criar oportunidades de trabalho. Por isso que essa macroárea de estruturação metropolitana chega até a zona Sul, na Avenida Cupecê. Chega à Avenida Jacu Pêssego na área do Itaquerão, no

Centro de Itaquera, perto da Cidade Tiradentes, Iguatemi, justamente por serem áreas para incentivo, implantação de emprego, atividades comerciais e indústrias que gerem oportunidades de trabalho nas partes mais periféricas da Cidade.

Essas macroáreas são partes do Município com características e objetivos muito específicos. Para cada macroárea há um conjunto de estratégias e instrumentos de política urbana e gestão ambiental que vão nos ajudar a cumprir e realizar esses objetivos urbanísticos, ambientais, econômicos e sociais.

A Subprefeitura da Vila Mariana está totalmente inserida nessa macroárea laranja que é de qualificação da urbanização consolidada. Aqui temos o mapa das zonas especiais de interesse social e a maior parte dessas zonas, principalmente a de categoria um que é essa vermelha, ocupada com favelas e loteamentos irregulares, se localiza justamente dentro daquela macroárea amarela de redução da vulnerabilidade urbana.

Então, há situações mais problemáticas para a população de baixa renda. Vemos que na Subprefeitura da Vila Mariana há centenas de Zonas Especiais de Interesse Social tipo 1, com pequenas favelas que ainda há nessa parte do município e que precisam ser urbanizadas, regularizadas. Se estiverem em situação que não dá para consolidar, precisam ser realocadas, etc.

Há outra parte do projeto de lei que trata dos eixos de estruturação da transformação urbana. Aqui são quadras localizadas junto das linhas de trem, de metrô, de coletores de ônibus, que é para aonde queremos orientar a nova produção de empreendimentos imobiliários para evitar que se espalhem por dentro dos bairros, principalmente nas quadras residenciais. Queremos orientar que os novos empreendimentos não se espalhem de maneira desorganizada, descontrolada dentro dos bairros. Queremos induzir que os empreendimentos fiquem próximos das áreas em que há transporte coletivo. Aqui há quadras que se localizam nas linhas de trens, de metrô, nos corredores de ônibus, e que são já existentes.

Na Subprefeitura de Vila Mariana, há área do metrô norte-sul, na linha azul, a na Avenida Paulista que se prolonga até a Estação Tamanduateí. Esses são corredores que já existem e cortam o território da Vila Mariana, a Nove de Julho, e o corredor da Avenida Ibirapuera, que é um dos melhores.

Aqui há algumas descontinuidades, pois retiramos as quadras que estão dentro de operação urbana consorciada ou dentro de zonas exclusivamente residencial. Então, nós retiramos as quadras que estão nessa situação para evitar que haja construção de novos empreendimentos nesses locais, e para que a produção de novos empreendimentos aconteça aonde não prejudique as características da ZER, local em que a operação urbana já tem regras específicas.

Nesses eixos amarelos temos as linhas de metrô e os corredores de ônibus previstos. Há a linha 6, que vem da Brasilândia, passa por Perdizes, São Joaquim. E aqui o monotrilho que vai para Cidade Tiradentes. Também há a extensão que vai para a Vila Maria, Vila Prudente, passa pelo Tiquatira. São linhas que estão em obras ou licenciadas; e os corredores de ônibus, que estão nas áreas amarelas, já estão contratados, os projetos já foram contratados. Não são todos os corredores que estão propostos neste Plano Diretor, mas esses conjuntos que eu citei, esses têm pouca chance de mudar. Vemos aqui os corredores existentes e os propostos. Também vemos as áreas sujeitas à transformação urbana.

Aqui está o conjunto de investimentos nos sistemas ambientais e urbanos propostos pelo Plano Diretor. No Plano Diretor há uma parte de ordenação territorial, há definição de regras para organizar os espaços da cidade. E há a parte que prevê grandes investimentos. Para melhorarmos os espaços de uma cidade é preciso, principalmente, que tenhamos regra para controlar o mercado imobiliário; e que haja investimentos para melhorar o funcionamento e as condições do espaço da cidade. Essa parte trata dos investimentos.

Nessa área da Vila Mariana há os parques da Aclimação, do Ibirapuera, há também pequenos parques, e não há mais previstos (Pausa). Aqui está próximo ao território da

Subprefeitura da Vila Mariana.

Temos aqui os investimentos no sistema de abastecimento de água. As linhas tracejadas, as vermelhas, são as adutoras previstas pelo plano de investimento da Sabesp, que são as estações elevatórias, e caixas d'água novas para melhorar o sistema de distribuição de água.

Aqui são os investimentos que serão feitos em coleta de esgoto. Perto do Parque do Ibirapuera, esses são os coletores troncos necessários, são os interceptadores. É preciso melhorar não só a coleta, mas a destinação do que foi coletado. Esse é o nosso grande gargalo. Há as Estações de Tratamento de Barueri, que estão subutilizadas até hoje, o esgoto não chega até lá devido à falta de coletores troncos.

Aqui estão os investimentos em equipamentos de coleta seletiva e reciclagem, os ecopontos centrais de processamento. Na Vila Mariana são ecopontos já existentes. Não há central de processamento de lixo orgânico ou seco. Como é uma área muito residencial, e hoje devido à tecnologia utilizada causar grande impacto negativo, a Amlurb – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana está planejando implantar as centrais em áreas em que haja menos conflito com a vizinhança.

Temos aqui os investimentos viários. Para que tenham uma ideia geral os investimentos no sistema viário estrutural, em cruzamentos de via, a maior parte, os investimentos maiores são previstos nas periferias das zonas Leste, Sul e Norte, justamente nas macroáreas de redução da vulnerabilidade urbana, que precisam ter melhor ligação viária entre bairros. Na Vila Mariana, o sistema viário está mais consolidado, está organizado. Há apenas previsão de investimento no cruzamento da Avenida Brasil. Na ligação entre as avenidas Domingos de Morais e Ricardo Jafet, melhoramentos na Avenida do Cursino, e aí que é fora dos limites da Subprefeitura, mas é bem próxima. Esses são os investimentos viários mais pontuais.

Aqui temos os investimentos no sistema de transporte coletivo. Aqui estão todos os investimentos previstos para novas linhas de metrô, novos corredores de ônibus municipais, metropolitanos e monotrilhos. Em verde, são os monotrilhos; em roxo, as linhas de metrô; em amarelo, os corredores de ônibus municipais e metropolitanos. É uma rede bastante densa, ampla, que procura homogeneizar as condições de acesso aos diferentes bairros da cidade, pois esse é o objetivo de qualquer rede de transporte coletivo que funcione em rede e crie condições de acesso aos diferentes bairros da cidade, e que seja mais homogêneo.

Na Vila Mariana há proposta de corredor na Avenida Vinte Três de Maio, na Avenida Brasil, na Avenida dos Bandeirantes, dentre outras e nas principais avenidas Ricardo Jafet, enfim, nas áreas e proximidade da Subprefeitura.

Temos também previsão de novas linhas de metrô para 2025, que não são imediatas. Essas linhas de metrô previstas para depois de 2016, elas podem sofrer alterações em função do planejamento do metrô.

Aqui temos os CEUs e consolidamos a previsão de mais dez novos - além dos 54 já existentes -, os quais serão construídos na periferia. Na zona Leste há um vértice de equipamentos de lazer, esporte, etc. Na Vila Maria não há previsão de construção de CEU.

Aqui estão os investimentos necessários para tentar resolver os problemas da área de risco ocupada por moradia pela população de baixa renda, são áreas que podem desabar. As grandes áreas de risco estão na macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, estão principalmente na zona Sul, ou seja, na Subprefeitura do M'Boi Mirim. Das 400 e tantas áreas de risco existentes na cidade, 50 estão no M'Boi Mirim. O terreno é muito frágil, e o pessoal ocupou a encosta e o topo de morro. Na Vila Mariana há uma área... Aliás, não está na Sub da Vila Mariana, está perto de Heliópolis.

Por fim, no título Gestão Democrática do Sistema Único de Planejamento Urbano a proposta é organizar os órgãos da Prefeitura para coordenar o processo de planejamento e gestão urbana da cidade, articulado com o Programa de Metas, com o Plano Plurianual, com Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual. No sistema de Gestão Democrática e

Planejamento da cidade, estamos incluindo os conselhos participativos municipais e conselhos participativos das subprefeituras, que quando virarem conselho de representantes, esses conselhos já farão parte do sistema Gestão Democrática da Cidade, que estão relacionadas ao planejamento urbano. Estamos mantendo nas instâncias de participação institucionalizadas a Conferência Municipal das Cidades, o Conselho Municipal de Política Urbana, Câmara Técnica de Legislação Urbanística: Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – estamos instituindo a Comissão da Paisagem Urbana. Uma novidade é que os membros da sociedade civil, que vão fazer parte do Conselho Municipal de Política Urbana, não serão mais nomeados pela Prefeitura, serão eleitos no processo da Conferência Municipal das Cidades para que assim tenham mais representatividade. Estamos mantendo os instrumentos de participação social, das audiências públicas, iniciativa popular de planos, programas e projetos do desenvolvimento urbano, dos projetos de lei.

Aqui há uma novidade: os instrumentos da promoção da cidadania são basicamente processos de formação cidadã. Constatamos que a sociedade precisa conhecer o Plano Diretor, conhecer o planejamento da cidade para poder participar com qualidade.

Estamos também propondo uma forma mais transparente e organizada de utilização dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. É para cá que vem todo o dinheiro da outorga onerosa do potencial construtivo, aquela parte do lucro, que a gente quer capturar do mercado imobiliário e destinar para esse fundo municipal, utilizar para resolver os problemas da cidade, principalmente da população de menor renda. Produzir equipamentos comunitários, habitação de empresas social, urbanizar favelas, regularizar. A forma de como estamos propondo, aplicação da outorga onerosa nesse projeto de lei, vai ampliar a possibilidade de arrecadação de contrapartida financeira. Porque estamos tirando a fórmula de Adiron(?) desse PL, que neutralizava a cobrança de outorga onerosa do direito de construir. Esta eliminando essa fórmula, fazendo com que a possibilidade de arrecadação de contrapartida financeira seja maior, e esse fundo, possa ter mais recurso. Agora temos de usar esse fundo com planejamento para resolver as principais demandas da cidade. É isso que estamos propondo nesse PL, deixando clara a necessidade dos instrumentos de PPA, diretrizes orçamentárias, programas de metas a seguir, os investimentos previstos nesse plano diretor e estamos propondo o sistema municipal de monitoramento e avaliação para que possamos estar avaliando esse Plano Diretor a cada dois anos. Porque quando começamos esse processo de revisão no começo desse ano, não tinha nenhuma avaliação do plano diretor de 2002. Tivemos de sair correndo atrás de dados, informações e fazer uma avaliação rapidamente, para construir essa revisão. Se tivesse sido feito nos últimos dez anos, certamente a gente ter mais avanços. Aqui, por fim, a previsão de áreas de incentivo, aqui na Av. Cupecê, na Av. Jacu Pêssego, um trecho da Av. Amador Bueno, áreas de incentivo fiscal, isenção de IPTU, isenção de ISS, isenção de outorga onerosa, para implantação de empresas, comércio e serviços nessas áreas. Certos locais da periferia da zona Leste e zona Sul, que podem gerar essas oportunidades de trabalho emprego. A organização geral, não entrei muito em detalhes, regras mais específicas para implantação dos empreendimentos imobiliários. Queremos que esses investimentos e novos empreendimentos imobiliários, principalmente nessas áreas perto do transporte coletivo, melhores calçadas, melhores espaço público. Abra possibilidade da parte térrea ter comércio, ter áreas de instituição públicas. Essa é algumas das regras mais detalhadas que incluímos nesse projeto de lei que vale a pena, analisar nesse jornalzinho, para ver o resultado que estamos buscando no espaço da cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Observei que várias pessoas chegaram depois, quero dizer que estou aqui representando, sou membro da Comissão de Política Urbana, mas o relator, nobre Vereador Nabil Bonduki que tem comparecido em todas as audiências públicas, ficou preso no aeroporto em Brasília e não conseguiu chegar a tempo. Motivo pelo qual estamos aqui presidindo essa sessão. Relembrando, o plano diretor feito em 2002, eu estava na Câmara Municipal de São Paulo, depois de 10 anos fazer a revisão, e em 2012, tivemos o PL, mas tivemos vários problemas, 2007, 2008, 2009 e não conseguimos

chegar a um bom termo, exatamente, porque o Plano Diretor nasceu de cima para baixo. E legalmente, democraticamente, esse plano diretor tem de nascer de baixo para cima. Ou seja, primeiro com consulta à população e se nós começamos a fazer a partir do início desse ano. Fazemos a consulta à população, formulando as propostas, as ideias e que resultou a participação das audiências com as oficinas, em todas as suas prefeituras, mais de 11.000 pessoas participaram e mais de 3.500 propostas que resultou nessa devolutiva que hoje se encontra no debate na Câmara Municipal de São Paulo, desse Plano Diretor e agora é importante quando forem falar, que está sendo gravado. Os inscritos, por favor, se identifiquem. Antes de passar a palavra, quero dizer que ontem na Câmara Municipal de São Paulo aprovamos um importante PL, com incentivo à Zona Leste, ou seja, um PL que se tornará Lei para elevar vários incentivos fiscais para fixar, levar mais investimentos para a Zona Leste. Levando mais emprego, trabalho, ou seja, dentro do plano que está sendo esta eleição.

Passo a palavra ao Sr. prefeito da Vila Mariana.

O SR. LUI FERNANDO MACARRÃO – Boa noite a todos. Serei breve, apenas para lembrar, sobre o Plano Diretor tivemos duas audiências públicas na Vila Mariana, mais de 30 nas duas fases, a primeira fase construtiva, fase devolutiva e hoje será o momento do Poder Executivo chamando para esse novo momento, para essa bela oração do plano diretor da Cidade de São Paulo. Nesse momento está na Câmara Municipal de São Paulo, o nosso vereador Dalton Silvano, presidindo essa sessão, para de novo, a gente abrir o espaço para as propostas depois de um plano mais consolidado e melhor esboçado, como o planejamos ou de apresentar para nós, é importante, como ele já disse, que a gente conheça o projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo, para a gente poder se inteirar um pouco mais. Vemos que a Vila Mariana está em uma região de urbanização consolidada. Temos uma área de duas ruas pequenas, uma pavimentando e outra está para pavimentar, o restante é toda área pavimentada. Então uma área aqui na região central para a Cidade de São Paulo, e portanto ela tem especificidades de sínteses da perplexidade e lembrar que esse Plano Diretor, procura atender a Cidade de São Paulo como todo, tratando todos iguais, para que possamos avançar. No momento oportuno também, infelizmente, em 2002, muitas técnicas não foram implementadas e as consequências que ouvimos nos vários debates, nas audiências, as críticas, sobre a urbanização e concentração da nossa cidade, especialmente Vila Mariana, devem também ao fato de muitas reivindicações lá atrás aprovadas, não terem sido implementadas, até a gente com isso perdemos um pouco de tempo. Mas o importante que agora, neste momento, possamos estar, de novo participando da construção e redesenhando esse espaço da nossa região, dentro de um plano diretor com essas características amplas de discussão como o próprio vereador acabou de citar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Tem a palavra o Sr. Eduardo Meregé

O SR. EDUADO MEREGE – Inicialmente, quero dizer, sem contar meus minutos, que a publicidade dessa reunião, que a próxima reunião do Plano Diretor, não seria essa, seria de sábado, na macroárea da Zona Oeste. Se pegarmos o zoneamento de Vila Mariana, podemos observar que é um confete onde alguns são privilegiados e tem condições de fazer a verticalização, o resto fica de iluminação e ventilação de corredor, pega a Av. Dos Bandeirantes, com a Rua dos Democratas, têm prédios, pessoal por aí. Agora, o fundo de vale da José Maria, não se verticalizar, como está a proposta aqui nesse projeto, vamos viver realmente, naquelas enchentes. E por falar em enchentes, gostaria que você detalhasse essa proposta aqui da área do córrego do Paraguai dasguas, onde, em 2011, era gasto 32,3 milhões e no Plano Plurianual de 2015, 2016, 50 milhões. Acredito que a sociedade quer saber também o memorial descritivo desses projetos. Simples. Apenas o roteiro. Para dizer, não vamos canalizar daqui até ali. Nós não ficamos sabendo que a Secretaria de Infraestrutura e Obras faz. Temos de tomar conhecimento, não só o quanto vai custar, quanto vai custar que interessa. Ou que projeto será realizado e realmente vai controlar os custos em função disso. As ciclovias deveriam estar no Plano Diretor. O plano diretor não pode relegar suas prefeituras de planos de bairro, fazer ciclovia. Isso vai constar diretamente no Plano Diretor. O Plano

Diretor fica relegando as suas prefeituras aos planos regionais e planos de bairros, coisas que é de competência dela. Ela quem deveria estar fazendo a gestão física, se é que estamos falando de Metrô ou de uma cidadeinha qualquer. Esse projeto liga o Parque das Bicicletas ao cicloviário, Jardim Botânico, dessa cidade. Se não fizermos uma cidade que venha compartilhar as ciclovias e não apenas ficar em ciclofaixas no qual eu fui um dos organizadores, mas acredito que temos de ir um pouco mais além. Temos de soltar essa cidade para ela ser cidadã realmente, para que possa, realmente, fazer sua missão. Agora essa neurose que estão plantando, me desculpe, não tem condições. O adensamento é importante o adensamento é importante. A José Maria queria, se não for adensado ali, nós vamos ficar realmente servindo de válvula de esgoto, porque a ideia é levar a água pluvial de Planalto Paulista e Mirandópolis para empurrar o esgoto de Moema e Vila Olímpia, para levar até a Estação de Barueri, que teria que ser do tamanho da cidade de Barueri para poder tratar o esgoto de São Paulo. Esgoto se trata em cima, não é em baixo.

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Com a palavra a Marli Nader, Avenida Professor Ascendino Reis

A SRA. MARIE NADER – Nós somos moradores da Avenida Professor Ascendino Reis, eu sou a Marli. Estamos aqui pleiteando a mudança de zoneamento, inclusive para falar das enchentes que tem naquele local todos os anos, todas as pessoas perdem tudo que têm em casa. Estamos num corredor onde passam milhares de ônibus, não existe tranquilidade nenhuma. Estamos agora sendo atropelados pelo metrô. Temos uma carta para a Sua prefeitura e para quem se interessar para que haja uma mudança nessa rua que começa a partir do número 128 ao 150, porque a Avenida Ascendino Reis até o Triunfal é zona mista. É só (ininteligível) que realmente impossibilita a moradia lá, entendeu. Então queria saber o que nós podemos conversar sobre isso, se vai haver possibilidade, nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Nós estamos aqui colhendo todas as informações, o que é o objetivo da audiência pública. O interessante seria encaminhar por escrito para a Comissão, para o Relator. Está aqui o representante do Governo para que todas as propostas e sugestões sejam analisadas.

O próximo orador Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Laerte Brasil, sou Presidente da Federação dos Empreendedores e Moradores da Regional de Vila Mariana, um órgão (ininteligível) da União Global Sustentabilidade dos Trabalhadores (ininteligível) Empreendedores (ininteligível) das (ininteligível) uma central que nós estamos organizando em 125 países. (Ininteligível) saudar as autoridades da mesa e todos e todas. Tem uma reunião paralela (ininteligível)...

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Pronto, já concluiu. Pode continuar.

O SR. LAERTE BRASIL – Nós participamos de todas as audiências públicas do Plano de Metas e o que nós (ininteligível) na Zona Leste e na Zona Sul uma isenção de impostos para as empresas se instalarem nos bairros da Zona Norte e Zona Leste, porque essas regiões são as mais populosas da Cidade e tem territórios dentro das regiões que (ininteligível) cidadão disputa uma vaga de emprego. Na Zona Leste (ininteligível) já foi votado na Câmara e agora (ininteligível) o Governo para fazer um projeto para levar (ininteligível) para a Zona Sul também. (Ininteligível) mais votada, a população presente nesses grandes debates. Por outro lado (ininteligível) são mais de dois milhões de cidadãos que moram na área de mananciais irregularmente. A gente pede que o Plano Diretor regulamente esse território (ininteligível) e dê título aos moradores que já moram há 10, 15 anos nessas regiões da Represa Guarapiranga, da Billings e outras represas (ininteligível) nas áreas de mananciais.

Por outro lado, analisando as EIS-1 de interesse de moradias sociais, ela não prevê a construção de moradias. Então defendemos aqui que se a criada, nas EIS 2, 3, ..., a inclusão da moradia de interesse social. Eu participei da audiência pública do Arco do Futuro. Um verdadeiro absurdo, porque o Arco do Futuro não (ininteligível) construído essas habitações de interesse social, só apareceu empreendimento com apartamento de mais de um milhão de reais, para a classe em rica da cidade de São Paulo, excluindo os moradores de

faixa renda e logradouro (ininteligível).

Por outro lado, as cicloviárias. Onde já foram feitas as faixas e corredores de ciclovia para ter feito mais ou menos 200 m de cicloviárias ao lado das faixas e dos corredores de ciclovia. A cidade de São Paulo, em 68% das vias públicas dá para passar dois, três, quatro veículos emparelhados, então dá para construir a faixa de ciclovia, fazer uma revolução na Cidade (ininteligível) prioridade (ininteligível) de automóveis e de ciclovia. Então (ininteligível) Vou encerrar por aqui (ininteligível) e o logradouro pela palavra

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Próximo orador. No último Movimento (ininteligível), presente em todas as audiências públicas, mais até do que o Vereador.

A SRA. NOBUI – Meu nome é Noé, estou aqui como cidadã de Vila Maria, moradora de Vila Maria. Eu quero (ininteligível) no título da gestão democrática e do sistema municipal de planejamento urbano, porque no capítulo I, artigo 216 a 221, já apresenta a descentralização administrativa. Essa descentralização já deve ter sido feita pelo Sempla, então, poderia passar para gente para podermos entender melhor. Aqui, por exemplo, ele diz que (palavras inaudíveis) gestão democrática e também o processo permanente e participativo de planejamento. Já pressupõe essa descentralização de planejamento e participação.

Nos outros artigos também diz que a participação direta da população. O que eu quero saber, fala da participação direta da população, mas não diz se é organizada ou não. Por enquanto estou falando como população. Como o Plano vai dar as diretrizes, uma vez aprovado, deve ser cumprido pelo Executivo. Como não é uma lei tributária, então, não precisa observar a anterioridade, mas como (palavras inaudíveis) também o artigo 121 sobre o PPA e o Programa de Metas e Diretrizes Orçamentárias e Orçamento atual, logicamente, uma vez aprovado, tudo isso terá de ser esquecido.

Como vão ficar as Subprefeituras. Vão ter autonomia orçamentária

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Tem a palavra o Sr. Abraão.

O SR. ABRAÃO – Boa noite a todos. O que vou encaminhar já foi motivo de encaminhamento anterior nas outras oportunidades que nos foram concedidas pelo Poder Público. Eu pertencço à associação dos moradores da Vila Nova, sou Presidente, e estamos fortemente empenhados na defesa da qualidade de vida e na preservação do patrimônio ambiental do bairro. Apresentamos um resumo de propostas que solicita que sejam consideradas na elaboração do novo Plano Diretor. Já cinco itens para serem incluídos no PDE como ferramenta. Transmito os cumprimentos à equipe que elaborou o que conseguiu enxergar do Plano, que é o Arco do Futuro, acho que é um planejamento para a Cidade que se faz necessário. Vai criar condições para que o emprego esteja próximo da moradia. Vou deixar o texto escrito para vocês. Estou falando de um bairro consolidado, que não precisa de pavimentação, não precisa de serviço nenhum. Precisamos é de segurança e como vamos conseguí-la. Com implantação de elementos redutores de velocidade em áreas de transposição do tráfego da Cidade. Já 21 entradas de veículos que usam para transportar de uma região para outra. Já está sendo implantado em algumas regiões, mas os moradores que precisam se deslocar, sendo que eles são vítimas da falta de planejamento e das vias estruturais que seriam necessárias para levar o fluxo viário no entorno dos bairros residenciais. São 10 pleitos disso nas mais distantes regiões e todos conhecem esse fato.

A cidade não tem controle das incomodidades, os barulhos de madrugada, utilização das vias públicas para fins privados. Os mecanismos de controle dessas incomodidades não são práticos e também melhorar os fatores de comodidade. Foram transformados numa zona mista e disseram que nada melhor do que uma zona mista do que estritamente residencial. Isso onde há controle, então, proponho a zona estritamente residencial.

Sou e que a Av. Santo Amaro está sendo cogitada como fazendo parte da operação interligada Faria Lima. Gostaria muito que fosse feito isso porque a Av. Santo Amaro está totalmente degradada, mas desde que haja um projeto de controle dentro do bairro.

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Tem a palavra a Sra. Eliane Rataiche.

arquiteta.

A SRA. E IANE RATAI – Boa noite. Tenho perguntas sobre a área de eixo de estruturação urbana. O PL prevê a (palavra inaudível) do índice quatro e está sendo bastante discutido. Ao mesmo tempo o quadro um fala que a revisão da 13.385, esses índices podem ser alterados e não podem ser alterados, mas não podem ser aumentados. Como ficam os projetos protocolados com índice quatro, após 31 de julho uma vez promulgada a lei.

Outra questão é que existem zonas mistas com via local, dentro do eixo de estruturação urbana. Uma vez promulgada a lei, automaticamente deixa de ser zona mista e passa a ser eixo e pode ser aplicado o índice quatro. É uma área que está ao lado da futura estação do metrô aqui em Moema.

Outra é uma questão também é sobre uma área do eixo de estruturação urbana que pode ser utilizado o índice quatro, porém o gargalo é de apenas 25 metros. Como ficaria essa questão.

No Plano Estratégico Regional da Vila Mariana consta uma (palavra inaudível) para Moema e um dos itens previstos que caso ou não sendo desenvolvido o projeto é que existe uma proposta de desenvolver estacionamentos, subterrâneos ou não, em locais estratégicos geridos pela iniciativa privada. A ideia de deixar o carro ao lado do metrô e vai de metrô. Como ficaria isso uma vez que ao longo desses eixos de estruturação está se promovendo uma menor construção de vagas de estacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Osvaldo Fidalgo.

O SR. OSVALDO FIDALGO – Boa noite a todos. Venho referendar a palestra da colega e vizinha Narri Mada () porque a Av. Prof. Ascendino Reis, que liga a 23 de Maio até Moema é uma área absolutamente esquecida pela Prefeitura há mais de 20 anos. Eu enviei um processo com o pedido de todos os moradores na época do Paulo Maluf. E de lá para cá nós vimos pedindo intensamente a todas as administrações públicas para olhar para a área, para acompanhar a transformação inusitada de uma determinada região, que antes era estritamente residencial, mas hoje é impossível ser uma zona residencial. Hoje, para sair da minha casa, eu levo quase 15 minutos para poder entrar na avenida, de tanto tráfego. Como pode ser uma zona estritamente residencial quando nós temos um metrô que vai ocupar dezenas de milhares de habitantes a cada momento na região. Quando nós já pedimos intensamente, e nunca fomos ouvidos pela Prefeitura. Então (Ininteligível) demagogia de que a população é ouvida, mas na prática nada acontece. Então essa explosão de indignidade, os senhores me desculpem, é que precisa ser levada em consideração. Eu estou com 85 anos, e há 20 anos venho lutando com isso, e a resposta que eu tenho é de ouvido de mercador da Prefeitura. Já mandamos propostas e mais propostas, e nada acontece. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Sr. João, faço questão de só comentar, até porque eu participei do último plano diretor de uso e ocupação do solo. Eu acho que primeiro, pela legislação, pelo ordenamento da aprovação do projeto, primeiro nós vamos aprovar o Plano Diretor Estratégico depois, o Plano Diretor Regional. Em seguida, (Ininteligível), o professor representante da Secretaria, mas estou falando em nome da própria Câmara Municipal; em seguida, nós vamos ter que aprovar a Lei de Uso e Ocupação de Solo. E não é somente na Av. Professor (Ininteligível), são várias ruas, são várias avenidas. Cito a Groelândia, que tem inclusive comércio e hoje está dentro da área residencial, que está trabalhando com efeito liminar, porque não poderia estar lá trabalhando. Mas se consolidou. Então a cidade hoje está ilegal numa boa parte das suas avenidas, porque antigamente era residencial. Consta na lei como residencial, mas virou corredor de ônibus, virou avenida estrutural. Então você não pode morar pelo arulho, mas também não pode alugar porque pela lei é (Ininteligível) residencial. Não é só a Ascendino Reis, e a sociedade está cada vez mais organizada. E agora é o momento de continuar essa mobilização, pegar todas essas ruas. E nós estamos mobilizando, os Vereadores estão mobilizando para poder levar a legalidade a todas essas ruas. Eu citei a Groelândia, porque teve um caso aí inclusive de uma loja comercial grande que está funcionando com efeito liminar. Então acho que nunca se deve desistir da luta.

É o que a gente faz. Parabéns, senhor Osvaldo.

O SR OSVALDO FIDALGO – O problema é o seguinte: muitos (Inaudível) [trecho de áudio prejudicado] A Prefeitura, até o (Ininteligível), tem um mapa de todas as áreas de enchente. Então, na hora de se ter a isenção do IPTU porque é área de enchente, não, tem que provar que aquela enchente de repente destruiu alguma coisa da casa. Por exemplo, eu estou com 85 anos. Se eu tiver um derrame dentro da minha casa, e tiver a rua cheia, como acontece, eu amanheço morto. O que que paga isso? Onde que está o critério correto da Prefeitura para cumprir a lei? Onde que está?

P – Senhor Osvaldo, está feito aqui, inclusive gravado, está registrado. Está aqui o representante do Governo. Mas acho que vamos ter um momento ímpar em 2014 com relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo (Palmas)

Hélio Higuchi, da Sociedade Amigos do Planalto Paulista, as inscrições estão encerradas com a última relação que aqui eu recebi, e para informar que não há inscrição. Não há esse precedente regimental.

O SR H LIO HIGUCHI – Bom, a minha pergunta é para o arquiteto Kazuo e colega, que também sou arquiteto.

Na proposta inicial do Plano Diretor existia um artigo que falava que iria regulamentar o tipo de zoneamento que ia ter depois de um ano de aprovado o Plano Diretor. Sumiu a iniciativa. Sumiu. Então, em outras palavras, não dá para saber que critério a Prefeitura vai usar para determinar quais serão as zonas.

Segundo é o seguinte: (Ininteligível). Desculpe, nos, da SAPP, do Planalto Paulista, moramos numa zona estritamente residencial. Aqui, define ZE (?) agora com habitações multifamiliares. O que é multifamiliar? Prédio, edifício. Com baixa, média e alta demografia. O que é alta demografia? Prédio. E fala depois do coeficiente a ser estabelecido. Mas sempre existe aquela famosa outorga onerosa que permite construir prédios com milhares de andares que a Prefeitura dá um jeitinho e coloca. Em outras palavras, vai virar um “paliteiro” aquilo. Está previsto aqui. (Palmas)

Então eu gostaria, por favor, arquiteto, que definisse que critério usaram para alterar a proposta inicial.

Obrigado

P – Com a palavra o Sr Ricardo Oliveira

O SR RICARDO OLIVEIRA – Boa noite a todos. Eu tive a oportunidade de me colocar no começo. Na verdade, quando vocês entraram, tinha um abaixo-assinado simbólico, e por trás dele tem mais de cinco mil pessoas que assinaram, que é a uma questão da preocupação com a verticalização na Subprefeitura da Vila Mariana.

Como meu antecessor disse aqui, ninguém aqui é contra a verticalização, a gente não é contra o desenvolvimento. A gente está (Ininteligível) verticalização que dialogue com o entorno, que respeite os aspectos físicos, sociais e ambientais da comunidade que está em volta.

Fizemos recentemente uma reflexão sobre a Cidade numa área da Conselheiro Rodrigues Alves. E, infelizmente, pensando em empreendimento, a gente convidava as pessoas para subir uma escadinha, olhar o outro lado do muro que tem o terreno e imaginar um uso alternativo ao que seria dado – três torres, residências de 27 andares, apartamentos de 2 milhões e meios a 5 milhões de reais, seis vagas de garagem, um terreno de 10 mil m². Por essa reflexão que fizemos, infelizmente fomos mal compreendidos. A empresa, sentindo-se lesada, entrou com uma ação judicial contra o idealizador do movimento, que no caso foi eu, apesar de o movimento ser coletivo.

A gente descobriu, com essa escuta territorial, que a gente convidava as pessoas para subirem a simples escadinha, olhar o outro lado do muro, se manifestava numa lousinha de acrílico, a gente só digitalizava de fazia um varal de exposições das pessoas. A gente descobriu que um senhor falou: “Olha, meu pai falava que passava um curso d’água aqui”. Fomos atrás de dados técnicos e descobrimos que realmente passou um curso d’água na Rua

Boa Vista. Então nessa hora a gente falou: "Podemos embargar a água". Então a gente falou. APP em área urbana. 30 metros de cada lado, que não foi considerado. Fomos atrás do processo administrativo. A gente só digitalizava, mostrava no Facebook através de uma página. A empresa se sentindo lesada, obviamente, com, com certeza, apoio, ou pelo menos displicência da Prefeitura – e eu posso falar muito bem, porque eu sou funcionário da Prefeitura; sou servidor público especialista em desenvolvimento urbano; mas a gente sabe, a gente tem ideia da forma como muitas coisas acontecem lá dentro; a gente está vendo a questão do ISS, e provavelmente a questão do IPTU vai rolar também. Então a empresa, se sentindo lesada contra essa manifestação da gente, ingressou com uma ação judicial pessoalmente contra o Ricardo, não contra o Movimento Defesa São Paulo, que encampou a nossa luta, encaminhou para o Ministério Público e até para a Prefeitura. E eu estou sendo vítima, sou um réu numa ação em que se pede milhões de reais por indenização, porque eu simplesmente eu estava convidando as pessoas para olhar o lado do muro e ver como a cidade poderia ser diferente.

A minha preocupação é pontual. Já que eu não pude salvar o planeta, o país, o estado, a cidade, então vamos tentar manter o bom que tem. Na Vila Mariana temos duas áreas, os ZN1 (?) – uma em Mirandópolis e outra na Vila Mariana. São duas áreas ZN1. Lá está dentro da área de consolidação urbana – qualificação da urbanização consolidada. Quer dizer, ela já está consolidada, então vamos qualificar uma área que já tem uma urbanização, então vamos melhorar. E daí hoje em dia o coeficiente básico dessa área é única (?). Ela se manifesta esteticamente completamente diferente das outras. Basta andar em São Mário Sardinha, Capitão Macedo ou lá pelas Ruas das Camélias que você vai ver a diferença.

Hoje em dia, ela está numa área que o coeficiente básico é 1 e o máximo é 2. Ela pode virar 2. Essa área foi definida no Plano Diretor, não foi na gestão passada – ZN1, ZN2 e ZN3 já foram definidas no próprio Plano Diretor. Ou estou enganado? A proposta do Plano Diretor já definiu as ZN1s, ZN2s e ZN3s.

Eu imploro, Kazuo, eu juro por Deus, eu imploro que as áreas onde eu cresci, e na qual eu pretendo que os meus filhos cresçam, permaneçam dessa forma. É só isso que eu peço. Eu não peço mais absolutamente nada. Eu simplesmente imploro que esta área não seja invadida pela revitalização. (Palmas)

A SRA. MÁRCIA GROENING (?) – Boa noite a todos. Meu nome é Márcia Groening, eu sou do CAPS e da Supervisão Técnica da Saúde – Vila Mariana, Moema, Jabaquara, Ibirapuera e parte da Saúde. Eu sou do Conselho Gestor da Supervisão Técnica há dois anos, e recentemente fui eleita para o cargo.

Estamos numa luta por um terreno onde já foi aprovado no Plano de Metas a construção de UBS para a nossa região. Só que estamos atrás de terreno há dois anos, e esse terreno, a princípio, não tem, não existe. A gente (Ininteligível) todos pedem, eles não existem.

Acontece que de março a julho de 2012, em questão de meses, eu vi, dia a dia, quatro quarteirões inteiros serem levantados. Apenas numa rua chamada Correia de Lemos nós estamos com seis grandes empreendimentos. Então a minha pergunta é: numa questão de metro quadrado, quando a gente não encontra um terreno para a construção de uma UBS, como que aparece misteriosamente quarteirões inteiros para verticalização? (Palmas) É só o que tenho a dizer.

E também gostaria de deixar mais um reforço em relação às áreas de enchentes e o problema dos lixos que são deixados nas esquinas.

Eu vou falar só do metro quadrado, porque isso é espelho para o resto de toda São Paulo.

Só nessa Correia de Lemos ficavam os sacos de lixo das casinhas e dava grandes enchentes. Agora, se cada dez casinhas deu espaço para um grande empreendimento com mais de 50 apartamentos, o que agora vai acontecer? Se antes tinha enchente, agora eu acho que vai ficar muito mais difícil porque o lixo continua lá.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. JOSÉ ROOSEVELT JÚNIOR – Boa noite a todos. Eu sou diretor da Associação de Moradores de Moema, e a gente está acompanhando esse plano muito preocupado exatamente com muito do que o Adão e o Hélio falaram: a verticalização do bairro.

Moema é um bairro já muito verticalizado. Tem muito prédio e a consequência disso a gente já sente: o trânsito caótico, entre outras coisas. A gente não pode reclamar porque a Prefeitura, através dos serviços da Prefeitura, nos fornece uma estrutura boa – no sentido de recapear as ruas, de lixo. Sempre tem o que melhorar, mas a gente não tem muito do que reclamar. Só que a verticalização preocupa. Se você, hoje, roda em Moema, você vê muito imóvel abandonado. E por quê? O IPTU é alto, e como a especulação imobiliária atingiu em cheio Moema, você vê que isso logo vai se tornar um prédio.

Um bairro bom para se morar é um bairro que tem tudo perto, um bairro que você não precisa se locomover de carro, um bairro que você pode se locomover de bicicleta em ciclofaixa, mas não faixa que ligam nada a coisa nenhuma, faixas que ligam a avenidas importantes, até para você poder ser locomover para o trabalho e tudo o mais.

A gente também está preocupado porque uma pontinha de Moema é Z1. E a gente está preocupado com essa verticalização lá também. E a gente pede que os nossos representantes se preocupem com isso. Um bairro bom é um bairro que conta com pessoas, conta com comércio, que conta com serviços, e a gente quer manter isso em Moema, que é um bairro que cresceu assim e existe por conta disso.

Obrigado, gente. (Palmas)

P – Até queria pedir desculpas. O meu colega Vereador Goulart já deveria ter anunciado (Ininteligível) está sempre presente, foi meu colega de Câmara, combativo, batalhador e amigo. (Palmas)

O SR. OS ALDO BOAS – Boa noite a todos. Eu atuo no mercado imobiliário. O contrário de alguns que não gostam de verticalização, a gente acaba pedindo algumas áreas para verticalização.

Deixa eu também citar a (Ininteligível) Reis. Estamos aí já com um projeto de leis de modificação da rua para comercial.

Mas eu estava vendo reclamação do arquiteto Kazuo, e me preocupou quando ele citou que a parte do financiamento desse projeto virá das CEPACs e das outorgas onerosas, dizendo que vai haver uma arrecadação muito maior nesse setor.

Em 2002, no plano também do PT, que houve a mudança do zoneamento, nós tivemos o solo criado através de CEPACs, e hoje alguns terrenos são vendidos por um terço do valor que se paga em CEPAC. Eu tenho um terreno que está dentro de um setor – estou defendendo os meus interesses, mas também de muitos que têm ali no Jabaquara. E o terreno é avaliado pelo mercado em 2.500 e as CEPACs conta 5.500 para construir o imóvel. Ou seja, eu fui expropriado meu bem em favor da Prefeitura. E está se falando em arrecadar ainda mais. Eu gostaria de saber a quanto vão esses valores para financiar esse projeto de consolidação imobiliária. Essa é a minha dúvida maior.

Obrigado.

O SR. PATRÍCIA CICARELLI – Boa noite. Eu fui presidente da Associação de Moradores do Jardim Novo Mundo.

O Jardim Novo Mundo, para quem não conhece, fica entre a Av. dos Bandeirantes e a Av. Eucaliptos, em oposição à Av. Santo Amaro e a Av. Ibirapuera. É um pedaço ímpar em Moema. Faz parte de Moema. E nós sentimos a necessidade de ter uma associação do Jardim Novo Mundo justamente porque é um espaço ímpar dentro de Moema. É um espaço verde com praças, tem escola estadual e um parque. E nós estamos há muito tempo, desde o outro Plano Diretor, tentando manter a todo custo o zoneamento, não só como única e exclusivamente residencial e unifamiliar. Nós queremos impedir a verticalização, como alguns outros bairros, porque isso traz... Bom, Moema já é toda verticalizada. Então como eu disse para vocês: é um espaço ímpar, gostoso para se morar e eu acho que a cidade de São Paulo merece um espaço como esse. Convido vocês para conhecer o Jardim Novo Mundo.

Agora também não adianta a gente brigar só pelo zoneamento. Eu acho que aí envolve outros fatores que muitos de vocês já falaram, a questão da engenharia de trânsito. Não adianta você perder (Ininteligível) e jogar todo o fluxo de trânsito lá para dentro. Você não consegue sair da sua casa ou chegar do trabalho

Nós estamos em conversação com o CET há muitos anos, e cada vez que nós conversamos com eles piora a situação. Isso porque o objetivo do CET é melhorar o fluxo da cidade, desafogar, nem que seja para passagem, jogar esse fluxo de trânsito para esse zoneamento único e exclusivamente residencial.

Então é algo muito importante a se levar em consideração. Não adianta me fechar e falar assim: "Vou manter o zoneamento". Não, eu preciso olhar também o fluxo de trânsito que é jogado lá dentro, para não descaracterizar.

E outra coisa é a questão dos comércios irregulares, que é uma luta nossa cotidiana. São comércios clandestinos. É muita gente de lá. Mas, hoje em dia, a modernidade leva o trabalhador a trabalhar em casa, o "Home Office". O home Office vai aumentando, aumentando, e vira uma praga.

E a gente tem conseguido a parceria da Prefeitura, tiraram alguns comércios irregulares, clandestino. Porém, existe essa bendita anistia, alguns trabalham com liminar e chega o período em que a Prefeitura concede anistia, e eles se tornam regulares.

Então eu queria muito poder contar com essas questões que envolvem a manutenção do zoneamento, porque não adianta a gente preservar e, depois, outros fatores minarem a nossa situação.

Obrigada

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Encerradas as inscrições. Passo a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Cazu (?)

O SR. CA U – Neste momento da tramitação do PL 688 na Câmara, ele está sendo objeto de toda essa discussão de levantamento de subsídios justamente para se fazer esses ajustes, essas alterações, essas complementações, para melhorar. E esse é o papel do Relator, junto com sua equipe, que está acompanhando todas as audiências públicas e também está registrando todas essas contribuições para que, de acordo com a pertinência dos temas em relação à matéria do Plano Diretor, se façam esses ajustes.

Eu queria comentar alguns pontos relacionados com a gestão, o funcionamento, do poder público para resolver esses problemas mais imediatos, cotidianos. É natural que apareçam esses problemas de gestão, porque é o que afeta o dia a dia das pessoas. Algumas dessas coisas são relacionadas à atuação das Subprefeituras e outras, às Secretarias. Acho que isso precisa ser organizado e encaminhado para os diferentes setores do poder público para ser resolvido.

O segundo ponto é com relação a essas demandas por alteração de zoneamento na av. Ascendino Reis, dos corredores, na área da Subprefeitura de Vila Mariana. Esse processo de revisão da lei de estacionamento, uso e ocupação do solo já começou, e é importante que a sociedade fique bastante atenta para a revisão da Lei 13.885.

Então, para essas demandas em relação à manutenção e/ou alteração de zoneamentos em locais mais específicos, nas zonas mistas, etc., o Plano Diretor dá as diretrizes, mas é a revisão da lei de zoneamento que define, de fato, os perímetros das zonas, todos os parâmetros.

Essa proposta do Plano Diretor propõe algumas regras de uso e ocupação do solo nas áreas dos eixos de transformação urbana, que juntou o sistema de transporte coletivo. E aí o coeficiente de aproveitamento máximo 04 pode sofrer alterações, e a gente também está fazendo essa análise sobre as diferenciações dos eixos, porque eles não são iguais em todas as partes da cidade. Então, a gente trabalha junto com a equipe da Relatoria fazendo uma análise dessas diferenciações que vão implicar regras e parâmetros também nesses eixos.

Essa regra do CA4 para os eixos vale, a partir do momento da aprovação do Plano Diretor, mas, até lá, pode ser que sejam feitos esses ajustes e pode ser que a lei de

estacionamento, uso e ocupação do solo, que está sendo revista, defina coeficientes menores para alguns dos eixos. Portanto, esse CA4 é o máximo.

Essa relação entre o CA4 e os parâmetros de uso e ocupação são da Lei 13 885, da lei de estacionamento, uso e ocupação do solo, que estão valendo. Se a gente analisar, é o cruzamento entre o CA4, a quarta parte do terreno, que o PL 688 está deferindo, e esses parâmetros da lei 13 885 que continuarão valendo, para ver como uma coisa se ajusta à outra.

Principalmente na transição das Zonas Exclusivamente Residenciais, existem áreas que têm controle de gabarito. Isso continua valendo, e os empreendimentos têm que obedecer porque a gente não revogou esse parâmetro, ele continua vigente em várias áreas, onde há limite de controle de gabarito, limite de espaço de ocupação, exigência de recursos. Isso não foi revogado por esse projeto de lei.

Com relação a estacionamentos, essas demandas por ciclovias, etc, o Plano Municipal de Mobilidade está previsto nesse PL 688, onde há uma série de diretrizes, conteúdos, previstos. Esse Plano Municipal de Mobilidade também já começou a ser feito, já existe um início de elaboração do método, que será participativo. Então, a importância da sociedade acompanhar essas propostas de alteração da lei de estacionamento, uso e ocupação do solo, que já está em curso, também o processo de elaboração do Plano Municipal de Mobilidade, que poderá, inclusive, estabelecer uma política de estacionamentos, públicos e privados, áreas de proteção com relação à circulação de tráfego, etc.

Com relação àquela data de 31 de julho, esta será corrigida, porque teremos que pensar numa data mais adequada, porque essa data é problemática porque o que acontece com os projetos protocolados entre 31 de julho e a data de sanção desse novo Plano Diretor? Cria um vácuo, por isso essa data tem de ser repensada, para justamente evitar que se crie esse vácuo de projetos que não se sabe quais regras eles deverão seguir, se a regra vigente ou a regra nova.

O mais indicado é que: projetos protocolados até a data de sanção dessa lei possam seguir a regra antiga. Após a data de sanção dessa lei do Plano Diretor, projetos devem seguir as regras novas, porque a lei estará em vigor. É só uma indicação para corrigirmos o problema dessa data.

Com relação a essas demandas por alteração ou manutenção de zoneamento, dos coeficientes de aproveitamento, a gente estabeleceu no Plano Diretor aproveitamento máximo 04 nos eixos, aproveitamento máximo 02 nas áreas fora dos eixos, aproveitamento 2,5 nas áreas que estão dentro das zonas de proteção ambiental.

Isso será detalhado agora na revisão da lei de estacionamento, uso e ocupação do solo. E acho que é legítima essa demanda por restrição, manutenção de áreas com baixo coeficiente de aproveitamento, para evitar um processo de proliferação de empreendimentos verticais.

Acho que essa demanda é legítima, mas a legislação mais adequada para detalhar áreas bem específicas não é no Plano Diretor, porque ele estabelece regramentos para grandes porções do espaço da Cidade. A gente não está fazendo regramentos específicos para essa rua ou aquela rua, esse pedaço de bairro ou aquele pedaço de bairro. Se não, o Plano Diretor deixa de ser Plano Diretor e passa a ser a lei de estacionamentos, uso e ocupação do solo. A gente ainda não chegou ao estágio de ter o Plano Diretor e a lei de estacionamento, uso e ocupação do solo como sendo uma única lei.

Por fim, há alguns pontos que foram abordados aqui, e que são legítimos, mas que são mais relacionados a gestão, projetos de funcionamento para vários setores da Prefeitura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Quero fazer mais uma correção, não anunciei o Sr. Zeca Assessor e representante do Relator Nabil Bonduki, que não pôde comparecer e mandou toda a sua equipe.

Quero parabenizar o Sr. Cazu (?) e cumprimentar o Subprefeito, o Waldir, Chefe de Gabinete da Cidade Tiradentes, que está procurando comparecer nas audiências públicas de

várias Subprefeituras.

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – As inscrições já foram encerradas. Eu vou cumprir o Regimento. Se alguém achar que sua pergunta não foi respondida, tudo bem, podemos dar a palavra, mas a inscrição já foi encerrada. Foi aberto democraticamente espaço para todo mundo falar.

Sr. Cazu, você tem alguma coisa a falar sobre a questão dos terrenos? Aliás, estou trabalhando há três anos para conseguir uma UBS no Cambuci por forma legal, para você ver que a questão de terreno na Cidade é a coisa mais difícil.

- Manifestações fora do microfone

O SR. CA U – Primeiro, terreno para UBS é público; terrenos de implantação de empreendimentos imobiliários é privado. Se a gente for utilizar terreno para a construção de UBS, tem de ser desapropriado, então isso é uma questão de gestão que demanda recursos públicos e que, normalmente, não é pouco.

Essa questão dos terrenos para implantação de equipamentos é diferente dos terrenos privados.

A Prefeitura têm recursos públicos, desapropria e constrói equipamentos onde a demanda é maior, e geralmente nos bairros populares.

- Manifestações fora do microfone

O SR. CA U – Só para esclarecer, a zona mista não foi especificada em 01, 02 ou 03 no Plano Diretor de 2002, ela foi definida de uma maneira geral. Quem especificou as zonas mistas em diferentes categorias, com diferentes parâmetros de uso e ocupação do solo, foi a Lei 13.885, que é a lei de estacionamento, uso e ocupação do solo, que está sendo revista

Então, essa definição em relação à zona mista 01 será trabalhada nesse processo de revisão da Lei 13.885, porque esse projeto de lei de revisão do Plano Diretor não está alterando nem revogando essas categorias de zonas mistas.

Esse trabalho está sendo coordenado pelo Departamento de Uso do Solo da SMDU, ele será amplamente participativo, como foi o processo de revisão do Plano Diretor. E, assim como muitas propostas positivas foram incluídas nesse projeto de lei de revisão do Plano Diretor, inclusive propostas vindas da sociedade civil, nada impede que propostas boas da sociedade civil sejam incluídas na revisão dessa lei.

O SR. PRESIDENTE Dalton Silvano – Todo mundo falou, até mais do que três minutos, então acho que cumprimos o que tinha de ser cumprido dentro do processo democrático.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.



FL N° 699
Anexo 01 – Volume 04
Proc. n° 01-688/2013

Liliane Jun Ogura
Liliane Jun Ogura – RF 11 095

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Parelheiros – R. José Pedro Borba, 20 – Jd. Nova Parelheiros

DATA: 29-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção. expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Vamos fazer a composição da Mesa. Convido o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Boa noite. Eu disse para o Claudinho que a audiência pública é oficial e tem de obedecer a um ritual.

Por isso, obedecendo a esse ritual, vou abrir a audiência pública. O Presidente desta Comissão, nobre Vereador Andrea Matarazzo, não pôde estar presente e me delegou que presidisse os trabalhos.

Declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente referente ao PL 688/13, Plano Diretor Estratégico

As audiências desta Comissão vêm sendo publicadas no *Diário Oficial do Município* diariamente, desde o dia 08 de novembro de 2013; foi publicada no *Diário de S. Paulo* no dia 11 de novembro de 2013 na *Folha de S. Paulo* no dia 12 de novembro de 2013

Primeiro, vamos dar a palavra ao Executivo, representado pela Sra. Joyce Reis, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que fará uma apresentação de 30 minutos. Depois, vamos passar a palavra aos demais membros da Mesa, e aos inscritos, por três minutos cada.

Convidamos para compor a Mesa os Srs. Joyce Reis, representando o Sr. Daniel Montandon, Diretor de Uso e Ocupação do Solo; Adailson, Subprefeito de Parelheiros; Prefeito de Embu-Guaçu; Selma, Gestora do CEU; e as demais autoridades que forem chegando vão compondo a Mesa.

Representando os Srs. Vereadores que não puderam comparecer, os Sr. Gerson Luis Guerra, Assessor do Vereador Goulart; Fabio Ferreira de Araújo, Chefe de Gabinete do Vereador José Police Neto; Benê, representando o Vereador Milton Leite.

É importante que cada um exponha as suas preocupações, porque a Câmara deve votar o Plano Diretor no próximo ano. Durante esse período, vêm sendo realizadas audiências públicas na Cidade, e já estamos na última fase das audiências públicas.

A ideia é terminar todas as audiências públicas no mês de dezembro e, ano que vem, as temáticas. Depois votaremos o Plano Diretor, mas dificilmente votamos este ano.

Então, tragam as suas preocupações, porque a elaboração do Plano Diretor será baseada nessas preocupações, por isso a importância da participação da população, para dizer o que tem de ser mudado, melhorado, em todos os setores da Cidade, desde a dificuldade de se obter licença para a construção de uma obra, escola, creches, hospital, até o desenvolvimento econômico da região. Tudo isso, é o Plano Diretor que definirá, e deve permanecer por 10 anos, ou mais.

Passo a palavra ao Sr. Adailson, para fazer uma saudação, porque a Sra. Joyce está encontrando problemas na apresentação.

O SR. ADAILSON – Boa noite a todos, boa noite a todas, boa noite autoridades, boa noite Mesa. Pessoal, mais uma vez, novamente, estamos juntos numa noite aqui em Parelheiros, e dessa vez é o seguinte, temos que dar uma olhada, uma explanação do que é o Plano Diretor para vocês. Neste momento estaremos iniciando uma discussão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. O ano que vem passaremos a discutir os Planos Diretores Regionais, dessa forma o que fica determinado será aplicado para as regiões depois. Vale salientar que de nossa região, como é do conhecimento de todos, tem suas especificidades, somos uma área de grande extensão, com atividades diversas e com potencial hídrico para atendimento de toda nossa população. Temos ocupações diferenciadas, como todos sabem, zona rural, zona de turismo, zona de preservação e zona de ocupação. Precisamos ficar alertas para não direcionarmos apenas um aspecto por moradia. É fundamental a mesma, mas a proporção que a preservação, pois somos parte do meio ambiente e dependemos delas. Nós precisamos estar de olhos voltados para o desenvolvimento sustentável e de grande omissão. Hoje a conciliação, o progresso que gerará o emprego, trabalho e renda para não sermos mais considerados um bairro dormitório, pensarmos em moradia de forma digna, que não seja desmatada áreas essenciais, moradia insalubres nas margens de córregos e saneamentos que

nos tragam a qualidade de vida. Existem regiões em que o foco é somente moradia e infraestrutura. Em Parelheiros é diferente. Precisamos pensar na área rural com a agricultura que abastece a Cidade, nos rios limpos que da mesma forma servem a Cidade e nos maciços verdes que beneficiam o ar. Temos uma tarefa hoje à noite árdua com uma ocupação de forma irregular. precisamos pensar na regularização do que é possível regularizar, reconciliando todos os fatores, precisamos cumprir, sejam elas quais forem, as leis de mananciais da APAS, dos Comitês de Bacia da Guarapiranga e Billings.

Desejo hoje a todos um ótimo trabalho nesta audiência e que nossa tarefa, com certeza, estejam certos disso, é a mais difícil da Cidade por conta das características da nossa região o lema é considerar, é moradia digna, preservação e desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico.

Parabéns a todos. Agradeço a presença maciça. Amanhã temos que dar continuidade porque amanhã vocês vão ter uma audiência do Orçamento de Gestão para 2014. Conto com a presença de vocês amanhã, às 15h também, para vocês verem os recursos que estão sendo direcionados à Subprefeitura de Parelheiros para que nós juntos possamos dar andamento nas obras para 2014. Parabéns! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado. Subprefeito Adailson. Já está pronta a apresentação?

Há 35 inscritos. Estão encerradas as inscrições. Vamos iniciar nossa apresentação

(NÃO IDENTIFICADA) – Boa noite. Gostaria de pedir desculpas pelo atraso, todos conhecem o trânsito de São Paulo principalmente na sexta-feira à noite. Também estávamos com problemas técnicos para a projeção, mas já deu certo.

Quero agradecer à Mesa, Vereador Alfredinho e todos os presentes. Fui a algumas outras audiências, em lugares mais bem localizados e não havia tanta gente como aqui. Estou muito feliz por ter muita gente participando. Acho que é essa a intenção de criar esses canais. É incrível, porque lugares em que se consegue chegar com mais facilidade, não havia nem um décimo das pessoas que estão aqui. Então é bem bacana saber que estamos aqui para discutir e esses espaços são para isso.

- Exibição de imagens na tela de projeção

(NÃO IDENTIFICADA) – Vou apresentar o plano diretor. Não sei se vocês pegaram o jornalzinho do plano que é esse. É o projeto de lei que o Executivo enviou para a Câmara Municipal de São Paulo que está discutindo e fazendo as audiências públicas também. No Executivo fizemos uma série de audiências temáticas, regionais e agora a Câmara está fazendo esse processo para aperfeiçoar.

O plano diretor estabelece uma política macro para o Município como um todo. Estamos aqui para discutir qual é o papel desta região no Município como um todo. Estamos aqui para discutir como pensar o uso e ocupação do solo, como pensar as construções na Cidade, como pensar as políticas e os investimentos em transporte, habitação, etc.

Então vou mostrar e se estiver um pouco difícil podem pedir explicação e depois continuamos. Essa é a estrutura do plano, o primeiro título é bem simples e coloca quais são os objetivos desse plano. Os objetivos colocados numa política municipal são objetivos da gestão democrática, de termos esses espaços para discutir o que vai acontecer na Cidade. São princípios de igualdade social, de acesso à terra de forma igual. Então são princípios colocados que depois norteiam a estrutura do resto.

O título principal que vamos abordar é o título dois do ordenamento territorial. O que é o ordenamento territorial? É o que estabelece uma lógica macro para o Município como um todo. Ele estabelece em princípios gerais o que aquelas regiões são e o que elas precisam. Então o que precisa para melhorar as condições de vida naquela região. Vou entrar em cada um desses com detalhes.

Esse título dois também estabelece quais são os instrumentos, como vamos melhorar essas regiões. São instrumentos que lidam com a questão da habitação, com o que é produzido na Cidade, o que o mercado imobiliário produz. São instrumentos que lidam nesse

âmbito.

O título três, estruturação dos sistemas ambientais e urbanos, em que são definidos onde serão os investimentos na Cidade nos próximos 10 anos. Então se temos investimentos da política de saneamento, por exemplo, vamos olhar no território, no mapa aonde vão ser feitos esses investimentos, assim como os de transporte, habitação, equipamentos sociais, etc.

O título cinco trata do sistema de gestão democrática e ele é quem controla isso durante os 10 anos, tudo o que está acontecendo. Então esse título estabelece, por exemplo, que temos de ter esse fórum de debate para discutir uma lei. Ele estabelece quais são os mecanismos. Então precisa de audiências, de um conselho que acompanhe todo o mês o que é feito. Esse conselho é composto por vários segmentos da sociedade. Então estabelece o acompanhamento da execução desse plano.

E o título cinco trata de disposições para conseguir nesse período transitório. Estamos revendo o marco regulatório como um todo, o plano diretor é um instrumento mãe, ele fala tudo o que precisa. E depois temos as leis de uso e ocupação do solo, que é o zoneamento, Código de Obras e outras leis que devem seguir o plano diretor. Isso eu gostaria de frisar porque é importante para entender que agora é o momento de discutir o plano diretor, que é para a Cidade como um todo.

Depois - o ano que vem - de aprovado o plano diretor é que vamos discutir a lei de zoneamento, por exemplo, que define em cada pedacinho do território o que pode ser construído ou não. Então isso é numa lei posterior.

O ordenamento territorial está dividido entre macrozonas e macroáreas. As macrozonas são: recuperação ambiental e qualificação urbana. Parelheiros está totalmente na macrozona de proteção ambiental, por isso, dei uns zuns para conseguirmos ver.

Então esse é o mapa que define a macrozona de proteção ambiental. A macrozona de proteção ambiental tem vários objetivos: preservar a vegetação local, pensar a questão e a legislação dos mananciais, qual o tratamento desse território. Então a macrozona de proteção ambiental tem na parte Sul do Município, na parte Norte e aqui há um perímetro bem fraquinho, mas é o perímetro de Parelheiros.

Então essa é a parte sul do Município Pessoal, por favor, está difícil para me concentrar. Peço silêncio, por favor. Aqui é a região de Parelheiros, também tem um pedacinho de Campo Limpo. O rodovial passa aqui encima e aqui temos a Estrada do Sadu(?).

Quais são os objetivos de definir essa área no mapa. O que queremos com isso? Garantir a preservação e conservação em cooperação das características naturais. Temos um patrimônio de vegetação que precisamos cuidar. Respeito às fragilidades do solo, aos riscos de escorregamento, deslizamento, é uma região muito acidentada, que tem esses riscos, que tem de levar em consideração essa questão.

Promoção de atividades econômicas compatíveis. A gente tem uma questão agrícola importante na região, a gente tem de considerar isso e que isso seja compatível com o meio ambiente.

A eliminação das situações de vulnerabilidade que expõem as populações mais vulneráveis, principalmente em relação à questão do risco.

E, por fim, a contenção da expansão urbana. Pensando na Cidade, como um todo, a gente tem de aproveitar melhor os espaços que são infraestruturados na Cidade, melhora os espaços que são próximos ao Centro e que têm condições de adensar mais. E aqui a gente tem de conseguir preservar o lugar. Quais lugares, da Cidade, poderiam ser melhor aproveitados para a gente conseguir preservar os nossos recursos ambientais?

É isso que o Plano Diretor coloca: como equacionar a Cidade como um todo.

A segunda estratégia territorial é a definição das macroáreas. As macroáreas são porções mais divididas no território. São definidas sete macroáreas. Por exemplo, o que o Plano Diretor estabelece? Estão vendo essa parte vermelha? É a macroárea de estruturação metropolitana.

Nessa parte vermelha, temos uma grande concentração de emprego, só que uma

pequena concentração de moradia, e o que acontece? Quando a gente tem uso do solo muito diferenciado – então, emprego muito concentrado e a moradia muito longe desse emprego – a gente tem esse movimento todos os dias.

Então, essa macroárea prevê ter mais moradia nesse lugar. É isso que o Plano Diretor define. E, aí, o Plano Diretor estabelece esse objetivo e vai falar quais são os instrumentos para fazer isso. Cada um desses pedaços é uma parte desse Título 2, que eu falei que é o ordenamento territorial.

A área amarela é o que a gente chama de macroárea de vulnerabilidade social, de redução da vulnerabilidade. Ali existe muita moradia que precisa ser qualificada. Então, por exemplo, os investimentos prioritários no Município são pensados, na verdade, muito concentrados nesses lugares que precisam, mais do que onde já tem qualidade de infraestrutura.

Olhando um pouco a nossa região, como está dividida a região de Parelheiros? São, basicamente, três macroáreas. Uma macroárea de preservação de ecossistemas naturais: é onde tem uma vegetação, tem de ter um cuidado muito grande com o que já existe lá, em termos de ecossistema. Aqui também foram estabelecidos os parques ao longo do Rodoanel.

Aqui, o Plano chamou de macroárea de contenção urbana. São lugares que têm alguns fragmentos de vegetação interessantes, mas já têm usos que o homem coloca, como usos agrícolas, alguns usos compatíveis com o meio ambiente. Então, isso está definido nessa verde mais clara.

E na macroárea de recuperação urbana e ambiental, é onde há uma urbanização. Então, existem pessoas morando, pessoas com comércio e que têm um cuidado específico com o meio ambiente. Então, tem um aspecto urbano, mas também tem uma importância ambiental pela localização de onde ele está.

Aqui, são os instrumentos que eu falei. Então, para a macroárea de preservação de ecossistemas naturais, que é aquela verde mais escura, tem determinados instrumentos. Talvez, eu fale alguns. Por exemplo, unidades de conservação.

Macroárea de contenção urbana, que é a verde mais clara. Ela é praticamente quase todos os mesmos instrumentos que o anterior, com alguns outros inclusos. Por exemplo, pagamento por prestação de serviços ambientais. É um instrumento novo que o Município está colocando como uma forma de ajudar, de pensar alguma contribuição para o proprietário que conseguir preservar a vegetação existente na sua área.

Recuperação urbana e ambiental. Aqui, a gente já está lidando mais com os espaços onde a gente mora, onde a gente usa, onde a gente compra, onde a gente pega o transporte público. Aqui, a gente já está lidando com esses amarelinhos e os instrumentos são, por exemplo, as Zonas Especiais de Interesse Social.

Com relação ao Plano anterior, foram demarcadas Zonas Especiais de Interesse Social nessa região. Foram reconhecidos os loteamentos irregulares e as favelas que existem na região, assim como foram demarcadas algumas áreas vazias para pensar a provisão habitacional também.

Aqui, é, bem simplificada, cada um daqueles territórios possuem parâmetros urbanísticos. Aqui, no caso, está estabelecido o coeficiente de aproveitamento. Por exemplo, pensando nas outras regiões, para promover um adensamento maior nas regiões, naquela vermelha, na laranja e na amarela, são definidos outros índices. Esse aqui define o quanto se pode construir na Cidade.

Aqui, é a estratégia da demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social. Elas são divididas em quatro categorias. A categoria 1 é o reconhecimento de assentamentos precários, favelas, loteamentos irregulares e que precisam de regularização.

As ZEISs 2 são áreas vazias, mais periféricas, perto desses loteamentos irregulares, e que precisam pensar lugares para reservar para poder ter moradia nesses lugares.

As ZEISs 3 são áreas vazias ou edifícios subutilizados, que não cumprem a função

social da Cidade.

As ZEISs 4 são áreas vazias na região dos mananciais, porque, como são características muito específicas por estarem perto dos mananciais, elas precisam de diferenciação em relação à ZEIS 2.

A diferença em relação a 2002 é que estão demarcadas as ZEISs. Esse vermelhinho, são as áreas de favelas ou loteamentos irregulares, que estão demarcados. A demarcação desse território é a garantia do direito à moradia das pessoas que estão ali.

Esses roxinhos pequenininhos são as áreas vazias, que também poderiam receber moradia, por exemplo, em situações de risco.

Além dessa estratégia de olhar a Cidade como um todo, foi estabelecida uma estratégia de tentar adensar, promover construções de uma forma mais densa, ao longo do meio de transporte. Por quê? A gente identificou que têm muitas áreas, na área mais urbana do Município, com o transporte perto, ou seja Metrô, ou ônibus, ou trem, que não têm tanta construção quanto poderia para as pessoas morarem ali mais próximas do transporte.

Então, foram definidas áreas ao longo dos eixos de transporte que permitam mais construções para ter mais moradia nesse lugar. Para que isso? Para a gente tentar otimizar essa infraestrutura que tem e promover um uso mais intenso daquele solo. Uma estratégia muito forte do Plano é priorizar o transporte coletivo.

Aqui, foram demarcadas poucas áreas porque têm muitas áreas que não são quadras fiscais. Por isso que fica vazio aqui. São glebas que ainda não estão loteadas.

Aquele mapa que eu mostrei, era a rede de transporte existente hoje. O Plano prevê que, em uma futura instalação, essas áreas também possam continuar a ser adensadas.

Então, o que está colocado nesse mapa são as redes de transporte que estão previstas até 2016. O que são? Os novos corredores de ônibus, assim como monotrilho.

Aqui, além dessa estrutura, também temos uma definição geral de quais zonas poderão ter no Município. Essas zonas não são definidas agora. O que o Plano fala? Na Lei de Uso e Ocupação do Solo, aqui são algumas zonas que precisam constar. Então, zonas exclusivamente residenciais é uma questão colocada na Cidade; a questão que envolve mais essa região, são as zonas de proteção ambiental, que eram chamadas de ZEPAMs e agora são ZPA e zonas de recuperação ambiental. Há uma diferenciação. Para quem conhece o Plano atual, as ZEPAMs tratavam essas duas coisas juntas e, agora, há uma diferenciação entre o que deve ser realmente preservado e o que é lugar que precisa ser recuperado para exercer aquela função ambiental que ele deveria. Então, é uma questão que a gente pode debater aqui.

As zonas de desenvolvimento econômico são as antigas zonas industriais. Então, aqui, o Plano Diretor prevê: "Olha, você tem de ter, no mínimo, essas zonas no zoneamento".

Aqui, como zonas especiais as ZEIS e as ZEPECS. As ZEPECS são as zonas que lidam com o patrimônio histórico, sejam edifícios ou áreas.

Aqui vamos para o Título III, em que se define onde serão os investimentos para os próximos dez anos.

O sistema ambiental é o primeiro deles. Ele define um sistema de áreas verdes.

Aqui são mostrados onde são os parques, os existentes e os propostos.

Aqui é um mapa da região. Isso tudo foi um levantamento que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente trabalhou junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para pensar a proposta desses parques.

Aqui é o sistema de abastecimento de água.

Aqui foi um diálogo que a gente fez com a Sabesp para saber onde era o investimento que estava previsto para os próximos dez anos, e a gente colocou isso no Plano para amarrar com a política de uso do solo, do que pode e o que não pode naquele lugar, em função do abastecimento de água.

Aqui, está prevista uma adutora na região.

Aqui é do esgoto sanitário.

Aqui, o roxinho, é o coletor existente e o planejado. A Sabesp por mais que se a uma política estadual, ela tem de ser pensada no Município também, como ela vai se implantar, em que momento e como articular isso com as outras políticas do Município

Aqui é o de resíduos sólidos. Na região não tem. Está previsto.

Aqui é o do sistema viário estrutural. É mais uma classificação para definir algumas questões de uso e ocupação do solo também. Aqui, no Município, é uma N2.

Aqui é um sistema de transporte. É uma prioridade. O Metrô é no âmbito estadual. É uma disponibilização de recurso federal para o Metrô, mas quem define aonde vai acontecer o Metrô é muito mais o governo do Estado. Então, o que a gente fez. A gente pegou a previsão do governo do Estado. Só que o Plano colocou muito forte a questão do investimento no transporte coletivo por ônibus, porque é um meio de o Município conseguir investir o seu dinheiro em transporte coletivo.

Aqui é a previsão dos CEUs. São de CEUs previstos a mais do que à t.m., previstos no sentido de conseguir localizar aonde no terreno. Mas é uma política de previsão do sistema de equipamentos que pode prever mais CEUs em outros lugares também

Aqui é bem importante para a região e é uma novidade do Plano, que é a demarcação das áreas de risco. O problema do risco foi encarado em uma legislação nacional e falar assim: O Município tem de saber, tem de mostrar, em seu Plano, quais são as áreas de risco dele para ele encarar aquilo como um investimento prioritário, para encarar a questão do risco vida das pessoas.

Então, no Plano, a gente incorporou um mapeamento de risco que existe hoje e ainda precisa ser elaborado e aperfeiçoado, por isso que no Plano é dito que se precisa pensar na política do risco, mas foram demarcadas áreas onde há risco de morte das famílias que estão morando ali e que pode acontecer alguma coisa. Essas são áreas que temos de pensar rapidamente quais as políticas e não correr o risco das pessoas sofrerem consequências irreversíveis

O que é um risco. O risco pode ser ou uma declividade, uma topografia, um barranco muito acentuado, pode ser a proximidade com algum curso d'água que tenha algum escorregamento que possa levar as casas que estão próximas. Isso que temos de pensar

O título quatro, que falei, é de gestão democrática. O que ele prevê. Ele prevê um sistema de acompanhamento das leis, o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Não sei se vocês participaram do Programa de Metas, ocorrido na região. Toda a gestão tem de vir e falar quais são as suas ações. Esse Programa de Metas tem de estar articulado com o que o Plano Diretor fala porque a gestão que está entrando para assumir o governo tem de olhar para esse plano que estamos discutindo exaustivamente para falar: eu farei as minhas intervenções baseadas nesse plano. Isso é muito importante porque senão de quatro em quatro anos ficaremos mudando os objetivos e as intenções de como fazer a Cidade

A política do Plano Diretor é muito importante e tem 10 anos. É uma política que vem um pouco a frente. Então, é muito importante que os investimentos que se foram feitos na Cidade olhem para essa política e respeitem. Aqui está previsto isto e vou executar o que está previsto. Isso é fundamental

Quais as instâncias de planejamento. São os conselhos participativos municipais. A eleição para esses conselhos será dia 15 de dezembro. Isso é muito importante porque é um representante da região que vai batalhar para acompanhar tudo o que acontece na região

Existe também a Conferência Municipal das Cidades. Este ano participaram quase 10 mil pessoas. O evento foi no Anhembi e discutiu as questões que envolvem o planejamento da cidade.

É o Conselho Municipal de Política Urbana. Esse conselho tem representantes de segmentos. Portanto, ele tem um representante dos empresários, das ONGs, do movimento de moradia. Para quê. Para cada um desses segmentos expressarem sua opinião e acompanharem o que está sendo feito. A reunião acontece uma vez ao mês e eles acompanham

Saber que existem essas instâncias e saber como cobrá-las e ver a atuação delas é fundamental.

Existe a Câmara Técnica de Legislação Urbanística e existe uma previsão desses segmentos acompanharem o que no acontece no uso do solo e uma Comissão de Proteção à Paisagem Urbana

Os instrumentos de participação social são as audiências. Nós estamos em uma audiência. O Plano estabelece os instrumentos e precisa prever que isso exista. Há a iniciativa popular de planos e instrumentos de promoção e cidadania.

Há o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Um dos instrumentos que o Plano Diretor coloca estabelece que tudo o que for construído na Cidade tem de pagar um dinheiro para construir o que pode - de um coeficiente básico até o máximo. Tudo o que for prédio e etc. precisa pagar um dinheiro que vai a um fundo. Esse fundo é distribuído, depois, entre as secretarias para executar aqueles investimentos que falei: na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na implantação de parques lineares, parques, investimentos na Seurb com implantação de piscinões, etc. Então, precisamos acompanhar o que é feito com esse dinheiro. É ele que define onde pode ser feito e a gente gostaria de priorizar nas áreas mais vulneráveis.

Há uma articulação dos instrumentos de planejamento orçamentário com o Programa de Metas, uma novidade. O Programa de Metas, como falei, tem de observar a política do Município como um todo para conseguir dialogar com o que está colocado para uma previsão de 10 anos e não só de uma gestão.

Sistema de Informação e Monitoramento. Para sabermos o que está sendo feito, precisamos ter os dados. Então, precisamos estruturar um sistema que as pessoas tenham acesso para saber quais obras serão feitas, que regularização será feita. Isso é importantíssimo porque você não consegue cobrar se não há acesso à informação.

Nas disposições finais e transitórias, naquela macroárea vermelha que falei, além da parte que tem mais emprego, também há uma parte – aqui é a Jacu Pêssego, a Marginal Tiete, liga com o ABC e a Avenida Cupecê – que está previsto um mecanismo de tentar atrair mais emprego porque ali tem muita moradia e para isso estão definidos alguns incentivos urbanísticos. Isso pode ser aperfeiçoado na legislação do zoneamento do ano que vem, como falei.

É isso. Estou disponível para qualquer coisa. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Anuncio a presença do Vereador Ricardo Nunes, que já está na mesa.

Prosseguindo a audiência, chamo a Simone, que representa duas APAS – Capivari e a Bororé

A SRA. SIMONE MIKETEN – Boa noite a todos. Sou Simone Miketen, represento a gestão das APAS Capivari-Monos e Bororé Colônia, que está na Secretaria do Verde e Meio Ambiente

Farei proposta que queremos trazer ao Plano Diretor. Gostaria de ressaltar e dar o alerta de que estamos trabalhando o Plano Diretor Estratégico do Município. Quando estamos falando do Município de São Paulo, é muito diferente de falar de Parelheiros.

Parelheiros é um tesouro. Não é discursinho ambiental, "ah, tem pássaro", não. Aqui temos produção de água e mata. Quando vamos ao interior de São Paulo não encontramos a biodiversidade daqui. Portanto, é um lugar único no mundo porque você tem uma grande cidade bem ao lado de uma mata poderosa, que não se encontra por aí.

Há uma série de produções agrícolas e várias formas de manejo da biodiversidade. Quando se tratar de Parelheiros, deve-se tratar de outra forma. A primeira coisa que tem de se pensar é que aqui tem de ter fiscalização de outro tipo. As pessoas que estão aqui precisam ser resguardadas, assim como todo o nosso território.

Aqui tem outra coisa que a cidade de São Paulo não tem que é ouro, que é o espaço. Vocês têm noção do quanto de espaço que temos aqui? Se você vai andar no Centro, não há espaço. Aqui você respira. Há momentos no Centro que não respiramos

Sou socióloga de formação, não sou ambientalista. Então, quando falo à favor de Parelheiros, estou falando à favor das pessoas que se alimentam, que respiram e bebem água. Para este território se fortalecer, ele tem de ser um território rural. Por quê? Temos de fomentar um tipo de infraestrutura que auxilie a preservar esta área. As pessoas podem morar com infraestrutura

Darei um exemplo. Temos a escola Noemia, desativada, e estamos em tratativa para essa escola ser um centro de agricultura para ter geração de emprego e renda. Temos exemplos como a Ana Lapine, que tem um projeto internacional da reserva da biosfera que formam jovens que querem fazer a floresta crescer.

No Plano Diretor é necessário se esquadrihar onde está o território rural. Fala-se de infraestrutura rural, mas não se fala de território. Quando se fala de título dois de sistemas, precisa ter um sistema de abastecimento alimentar porque as pessoas se alimentam. Se houver um sistema que prevê não somente a produção, mas também a comercialização e o consumo. Deve-se fomentar essas práticas no território de Parelheiros.

As zonas de proteção ambiental perderam seu caráter especial. Quando há uma zona com caráter especial, ela tem normas de uso e ocupação próprias. Então, temos de rever e trazer a Zepam de novo como uma zona especial para ela poder se fortalecer.

Não devemos esquecer que temos espaço e temos de cuidar dele. Devemos saber para onde este espaço vai porque as pessoas podem morar e temos de entender que tipo de lógica a gente quer aqui, se queremos indutores de urbanização ou se queremos a conservação ambiental para quem mora aqui e em toda a Cidade poder, no mínimo, respirar e se alimentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Simone.

Passo a palavra à gestora Selma.

A SRA. SELMA – Boa noite. Sejam bem-vindos. É um prazer receber a comunidade de Parelheiros aqui. É uma emoção ver que nosso espaço está sendo ocupado por vocês. Gostaria de dizer que estamos honrados de participar desse momento tão importante para a nossa comunidade.

O PDE é muito importante que seja discutido por todos e que todos participem.

Aproveito para reforçar que o CEU Parelheiros está sempre aberto para todos e que estamos aqui juntos. Esperamos que amanhã vocês estejam aqui presentes na nossa grande festa de aniversário, cinco anos de CEU Parelheiros, cinco anos que vocês estão conosco.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Vereador, membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, Ricardo Nunes, também da região.

O SR. RICARDO NUNES – Boa noite a todos. Acabei chegando um pouco mais tarde porque estava na Câmara e o trânsito está bravo. Estive hoje com o Prefeito Fernando Haddad, uma conversa boa, de duas horas e quinze minutos, e tem um projeto meu, do Vereador Alfredinho e de outros Vereadores da região, que cria incentivo fiscal da zona Sul.

Hoje, Vereador Alfredinho, o Prefeito voltou a falar que tem um compromisso conosco de sancionar esse projeto que vai ser importante para gerar emprego na nossa região.

Gente, temos uma árdua caminhada pela frente. Sempre tenho falado, falei muito durante a campanha, com relação à questão do orçamento. Parelheiros, das 31 subprefeituras, sempre ficou em última colocada. Neste ano já não vai ser mais. Então a gente está bastante feliz com alguns avanços que vem acontecendo. Logicamente tudo isso é graças ao apoio de outros Vereadores da região, como o Vereador Alfredinho, que é um cara fantástico. Eu já tinha amizade e a cada dia fico mais fã porque é um cara trabalhador e a gente vai, com bastante trabalho, conseguir avançar aqui.

Outro dia apresentei na Câmara alguns dados com relação aos índices que temos de vulnerabilidade. Todos os piores índices são da nossa região. Índice e desemprego é

Parelheiros, Capela, M'Boi, Cidade Ademar. Você pega o índice de nascimento de baixo peso é nessa região, você pega índice de leito hospitalar, o pior é essa região, creche – olha que coisa engraçada – a região da cidade que tem a melhor oferta de vaga de creches é Guaianases, na zona Leste, o pior é M'Boi Mirim-Campo Limpo, o segundo pior é Cidade Ademar, depois Parelheiros. Quer dizer, todos os índices são ruins, por isso a gente precisa avançar bastante.

Com relação ao Plano Diretor, não vou me esticar muito porque vim mais para escutar vocês, eu acho que a gente vai ter que alterar muita coisa. Já falamos isso. Outro dia, acho que nesta semana, terça ou quarta-feira, eu e o Vereador Alfredinho fomos ao Secretário do Desenvolvimento Urbano, Fernando de Melo Franco, colocamos isso para ele, vai ter que alterar muita coisa, vão ter que ser incluídas bastantes benfeitorias para esta região e condições para ela se desenvolva, porque, gente, as pessoas precisam trabalhar, as pessoas têm que ter emprego e nós temos que gerar emprego aqui na região. Isso é uma coisa muito importante.

Quem está empregado, eu pediria para fazer uma análise de algum amigo, algum parente, algum vizinho que esteja desempregado. É muito triste. Ou que more aqui e tenha que trabalhar lá no centro, andar 25, 30 quilômetros. Eu queria muito contar com vocês. Nós devemos votar o Plano Diretor em março, daqui até lá temos uma caminhada muito longa. Queria fazer um pedido para vocês, de um Vereador que foi eleito por esta região, de que nasceu na região, que os filhos nasceram nessa região, que vive e tem a empresa aqui, fui presidente da AISUL, que é a Associação Empresarial e Comercial desta região, tenho amor e compromisso por esta região, é o pedido, não vamos ficar escutando só um lado das histórias, tudo tem dois lados. Então a gente precisa ter bastante tranquilidade e não ser levado por conversa fiada. Vamos ver o que é bom para a região, aquilo que pode vir de investimento sem dinheiro público, existe investimento sem nenhum centavo público, então vamos escutar. Acho que hoje é uma grande oportunidade para poder fazer o aprendizado, e cada um tire a sua decisão de uma forma bastante tranquila, serena, com mais razão do que emoção, porque falar não, meter o pau, é fácil. Agora, tem gente que mora lá em Pinheiros e quer vir palpar aqui (Palmas) Então vamos ter tranquilidade.

Eu fiz uma sugestão para o Vereador Alfredinho que cada um que falar aqui, que perguntasse onde mora, porque tivemos audiência pública na Câmara Municipal. Nego vai lá por o dedo na cara da gente da região, aí você pergunta onde mora e ele diz que mora em Pinheiros. Vai discutir Pinheiros, aqui discute a gente. Serenidade, tranquilidade, com fé, com união e paciência nós vamos avançar, sem dar ouvidos para conversa mole.

Um abraço a todos. Vamos ter calma, conduzir a audiência tranquilamente. Um abraço para todos (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Quero chamar o pessoal da população que se inscreveu. Antes de chamar os primeiros inscritos, uma nova audiência pública na Câmara, dia 9, às 10h, chamada pela Comissão de Política Urbana, e o tema é Parelheiros. São cinco ou seis projetos, dois meus, três do Vereador Ricardo Nunes, dois do Vereador Jair Tatto, todos com relação à região de Parelheiros, que tem temas como tema turístico de Parelheiros, que aprovei a lei ontem. Agora o Prefeito, com apoio e colaboração da ATP, que ajudou bastante na construção desse projeto, que é interessante para a região. Foi aprovado ontem e vai para sanção do Prefeito. E vários outros projetos de Vereadores que tratam de Parelheiros, inclusive a discussão polêmica do aeroporto, que vai ser discutida nessa audiência. É bom que todos que estão aqui possam ir lá e comparecer.

Quero chamar, por três minutos, o Sr. José Luís Neto.

O SR. JOSÉ LUIS NETO – Boa noite a todos. Agradecemos a presença de todas autoridades e a nossa população em peso. Muito simples, nós temos um território, duas hidrobacias, duas APAS, regularização fundiário de interesse social, habitação de interesse social, um sistema agro ambiental deficitário e a necessidade de incluir principalmente no Plano Diretor, nos orçamentos públicos, um sistema de georeferenciamento. Podem acordar,

não é pesadelo, é verdade. Essa seria a primeira prioridade, nós precisamos discutir informação, nós precisamos discutir coisas que vão dizer onde estão as pessoas, onde estão as dificuldades, onde estão as áreas contaminadas, onde serão as ZEIS, essa é a verdadeira proposta. Nós temos que identificar os problemas e construir soluções para a comunidade. Então é difícil conversar quando vocês muitas vezes ficam só vendo aquilo que já pronto, aquilo que já está montado. Três anos aqui, eu sou um voluntário aqui, tem mais um ano, eu tenho que ajudar a minha comunidade da melhor maneira possível a se estabelecer, estabelecer desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, melhorar o índice de desenvolvimento humano. Então esse é o meu papel. Eu acho que essa é uma proposta sim para agregar. E mais ainda, a necessidade de que o Conselho de Desenvolvimento Urbano possa trabalhar com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Se fala muito pouco nesse Plano Diretor. É praticamente irrisória a questão da sustentabilidade na região. Água é um direito, água é o bem mais precioso hoje na terra, não é o petróleo, água. Pessoal, lutem, reivindiquem, participem, escrevam, coloquem essas propostas, elas devem ser discutidas e se preciso for, reforçando aqui, Vereador Alfredinho, ao Sub. as pessoas que têm nos apoiado aqui na região, é muito importante eu também se ame os seus Vereadores para poder conversar com eles e discutir. São eles que conhecem essa região. Agora eu vejo aqui, a política passada, todo mundo veio aqui buscar votos e tudo o mais, mas só tem dois aqui. Está certo? Hora de pensar, hora de repensar, hora de construir. É isso que estamos fazendo. Vamos identificar os problemas e vamos construir soluções.

Muito obrigado e boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Fernando de Sousa, do Solo Sagrado.

O SR. FERNANDO DE SOUSA – Boa noite a todos e a todas. Estamos aqui hoje na qualidade de representante do Solo Sagrado, da Igreja Messiânica. Gostaria de cumprimentar a Mesa, agradecer a oportunidade de colocar aqui a minha sugestão, na pessoa do Vereador Alfredinho. A nossa proposta, Sr. Vereador, que nós já previamente protocolamos junto à Mesa, é no sentido de denominar a via, como Via estrutural aqui no território da Subprefeitura de Parelheiros a Estada do Jaceguava, como via Estrutural Nível 2 e a Avenida Prof. Hermann Von Hering com via Estrutural Nível 3, bem como a Rua Matilde de Lutes Barbosa como via coletora. Isso, sobretudo, para que possa o ônibus urbano ir até a região do Jardim Alverde. Bem como também suprimir o veto do artigo 158, da lei 13.885, de 2004, nos eu parágrafo 1º e inciso I.

Sr. Presidente, era o que nós tínhamos para apresentar. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Loide e depois Rafael Munhoz

A SRA. LÓIDE – Boa noite. Lá no Planejamento...

A SRA. LÓIDE - Boa noite a todos. No planejamento da Subprefeitura de Parelheiros, elaboramos várias propostas que serão encaminhadas para a Câmara, na audiência pública do dia 9. Mas, hoje, gostaríamos de pinçar algumas coisas.

Parelheiros tem muitas coisas da própria região que pode sustentá-la, em termos de desenvolvimento, de emprego. Uma delas, inclusive, é o turismo. Foi aprovado o polo de turismo e nós temos um plano que gostaria de mostrar, mas não deu tempo de finalizar a apresentação. Espero poder fazê-lo numa próxima oportunidade.

Mas tenho dois itens a destacar. Um, é a área de proteção aos mananciais, todos em Parelheiros sabem que há duas bacias operantes – Guarapiranga e Billings – e gostaria de propor que se acrescentasse no Capítulo 2, de Macrozoneamento, no artigo que diz: “A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental na região Sul corresponde à área de proteção aos mananciais, onde incidem leis estaduais, municipais e federais” é necessário, haver compatibilização justamente dessas legislações e das diretrizes nessas três esferas de

governo.

Para isso, precisa haver celebração de convênios, de fiscalização conjunta e de políticas públicas claras.

Havia um convênio entre Prefeitura e Estado para definir políticas públicas para a região, mas que não está funcionando. É importante que isso seja retomado para que tenhamos políticas claras.

Outra coisa que gostaria de destacar é o transporte hidroviário. Podemos incluir no item "Rede de Estruturação e Transformação Urbana" o transporte hidroviário, através da Guarapiranga. Isso facilitaria o acesso à região de Parelheiros que é muito deficitário sem adensar as vias. Ao invés de se colocar pontes e vias entre áreas já adensadas e ainda preservadas, utilizaríamos o transporte hidroviário. Essa é a ideia. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Rafael Munhoz e, em seguida a Sra. Roseli Alemã.

O SR. RAFAEL MUNHOZ – Boa noite. Gostaria de falar sobre dois assuntos importantes no que tange à regularização de Parelheiros.

Uma é a questão das ZEIS. Entendemos que as ZEIS precisam ser supridas com áreas públicas e, assim, faremos propostas próximas a essas áreas de ocupação. Temos equipamentos públicos que podem suprir essas exigências. Isso também considerando a qualidade de vida.

Essas áreas seriam indicadas com direito de (ininteligível) de tal forma que o Município tenha prioridade para que elas sejam destinadas ao atendimento das necessidades de infraestrutura, tais como escola, áreas verdes e tal.

O outro assunto é a questão fundiária. Parelheiros tem questões fundiárias, principalmente na zona rural, onde não há legislação que permita regularizar os parcelamentos e as divisões de gleba.

Nossa proposta é incluir e trazer a lei que existiu e que disciplinava o parcelamento na zona rural para a linguagem desse Plano Diretor e, assim, teremos uma legislação que resolva a questão da ocupação do solo em zona rural. Basicamente são essas as propostas sobre zoneamento e questões fundiárias, principalmente com relação às ZEIS. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Rafael. Sra. Roseli.

A SRA. ROSELI ALEMÃ – Boa noite. Meu nome é Roseli. Vim reforçar as falas da Lóide e do Rafael, referente à zona rural, que tem de ser inserida no Título III da Estruturação do Sistema Urbano e Ambiental com o objetivo de apoiar os agricultores, pois a maioria precisa de incentivos ou pagamentos de serviços ambientais, além da regularização fundiária.

E também o referenciamento dessas áreas, que é muito caro. Isso talvez seja outra proposta, ou seja, de pagamentos de serviços ambientais, providenciando já o referenciamento dessas áreas.

Outro capítulo ou sessão que tem de ser inserida nos sistemas ambientais urbanos é referente a um capítulo específico para abastecimento na Cidade, por conta da merenda escolar e da produção agrícola. Está inserido no Plano Diretor atual, mas foi suprimido nesse novo texto.

Além disso, a maior parte da área rural de Parelheiros não tem abastecimento e nem saneamento básico. Por isso, tem de haver algum incentivo para se ter sistemas alternativos de saneamento básico individual nas áreas rurais. Essas áreas já estão sendo contaminadas e comprometendo o consumo da água.

Gostaria de citar outra sessão ou capítulo seria o de fazer um sistema de gestão integrada das áreas indígenas. Haverá ampliação de territórios indígenas para cerca de 15 mil hectares e, mesmo sendo uma área federal, os serviços são municipais – tanto para Educação quanto para Transporte. É necessário, portanto, pensar numa gestão participativa.

E também gostaria de falar sobre os sistemas sustentáveis de desenvolvimento como turismo e outras atividades que sejam compatíveis à região no que se trata do manejo ambiental. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado. Roseli Próximo é o Sr Carlos Seixas e, em seguida, Bié.

O SR. CARLOS SEIXAS - Boa noite a todos. Meu nome é Carlos Seixas. Freqüento Parelheiros há 48 anos e conheço bem a região, que vem se desenvolvendo muito pouco

Precisamos criar mais empregos lá. Teremos uma oportunidade tremenda de geração de empregos com a criação de projetos sustentáveis.

Gostaria de debater com vocês e, nesse sentido, que pensassem na criação de um projeto. Nesse novo Plano Diretor tem um projeto de um novo parque. Isso aqui tem o parque do Jaceguava, que é da Dersa. A Dersa é uma entidade de economia mista. Acho que a Prefeitura podia fazer um acordo com a Dersa e aproveitar melhor esse parque. Nós já temos as APPs. Não há necessidade da Prefeitura gastar dinheiro com desapropriação, cercar esses parques, impedir invasores e aproveitar todo esse dinheiro com creches, que é uma demanda muito grande, com escolas, com AMAs para a região.

Acho que temos de pensar muito nos novos projetos para a região. São projetos sustentáveis. Acho que temos de preservar Parelheiros. Parelheiros é o pulmão de São Paulo mas tem de ser um pulmão consciente.

Muito obrigado a todos e sejam felizes. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Bibi

O SR. BIBI – Boa noite a todos. Meu nome é Bibi. Sou Presidente de Bairro da Vila Marcelo e estou aqui para representar os moradores da Vila Marcelo. Todos estão de acordo com a vinda do Aeroporto para a região de Parelheiros. Não aceitamos essa pequena frase, "Não ao Aeroporto de Parelheiros". Tem de ser sim, pessoal. Vamos para cima. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Francisca Andrade.

A SRA. FRANCISCA ANDRADE – Boa noite a todos.

Sou moradora de Vargem Grande

Primeiro, falo em nome da Comissão Temática do Fórum Permanente em Defesa da Vida de Parelheiros e Marsilac e também em nome da Comissão em Prol da Regularização e Urbanização de Vargem Grande.

Sinto que os moradores de Parelheiros precisam que algumas áreas sejam transformadas em ZEIS 4. Por quê? São nessas ZEIS 4 que serão construídos equipamentos públicos e moradias de interesse social.

Hoje, na região de Parelheiros, passamos por um processo não só de área de risco, mas também na questão de realocação devido à urbanização que se iniciou em Vargem Grande e que, com certeza, se estenderá por outros bairros.

A questão é: é necessário que Parelheiros crie áreas de ZEIS 4.

Senti falta da regularização urbana na região de Parelheiros, porque vejo que podemos investir em biodiversidade. O que falta é educação ambiental e, para isso, existem, sim, órgãos e pessoas que possam propor e viabilizando.

Há 24 anos estou ouvindo propostas e não vejo nada viabilizado. O Hospital de Parelheiros está para ser construído, mas a área que foi indicada ainda não é uma ZEIS 4 e se não transformar em ZEIS 4 não terá hospital. Isso é muito claro.

O Ricardo Nunes falou algo que me chamou muito a atenção. É verdade que há um déficit, sim, muito grande na questão não só de profissionais de criação de emprego, geração de trabalho e renda. E as vagas que temos aqui, as oportunidades de trabalho, infelizmente não são preenchidas pelo pessoal que mora em Parelheiros. Então, precisa criar, sim, políticas públicas.

Obrigada (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Roberto Carlos.

O SR. ROBERTO CARLOS – Boa noite.

Como Parelheiros é uma área que chama muito a atenção de outros locais, gostaria de falar que nós moradores de Parelheiros temos condições, sim, de sugerir e saber o que queremos. Não precisa vir ninguém de fora.

Aliás, quero fazer uma pergunta: em que momento, nós, povo de Parelheiros, moradores, trabalhadores, donos de casa, em que reunião foi discutida, que nós participamos, que a área dos eucaliptos, onde está proposto para construir o aeródromo, queria saber em que momento nós, de Parelheiros, discutimos que não queremos o aeroporto e que a gente quer, de novo, mais um parque em Parelheiros.

Não estou entendendo. Isso é golpe baixo, porque o que a gente discute aqui, depois dão uma canetada lá no gabinete e colocam o que querem. (Aplausos)

Não pode ser dessa maneira.

Nós temos condições de discutir o nosso destino. Quero que grave, quero que escreva: esse Plano Diretor tem de indicar que aquela área tem de ser destinada para a construção do aeródromo. Queremos emprego, queremos garantia de futuro para os nossos filhos (Aplausos)

É bacana vir de fora, você que tem emprego, que tem salário garantido, eu quero que você vá lá para o fundão, onde você não tem condução, emprego, onde você manda um currículo e é renegado, porque você mora longe e não pode chegar no horário.

Para encerrar, estive, lutei com os parceiros, empresários de Parelheiros para a reabertura do Atacadão. Olhem a notícia triste que eu vou dar para vocês: 330 empregos foram gerados com a abertura do Atacadão. Sabem quantos currículos? Cinco mil currículos eles receberam, quatro mil eram de nossa região e mil eram de fora. E as pessoas querem jogar esse dinheiro fora da iniciativa privada. Ao invés de construir um parque público e vamos pegar esse dinheiro e vamos fazer investimento nos bairros.

Ouvi que somos a caixa d'água de São Paulo. Não, Somos a fossa, porque o coco que é jogado no córrego, corre direto para o Guarapiranga. Precisamos de infraestrutura. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Prof. Chicão.

O SR. CHICÃO – Boa noite.

Sou morador há 41 anos daqui e há muito tempo há uma questão muito importante precisamos e temos de ter investimento.

Temos a região mais verde, mais água, mais ar e pessoas que moram há mais de 40, 50, há 100 anos e ainda não têm o documento de sua terra. Precisamos urgente dessa regulamentação.

O Orçamento vem aí. É difícil discutir os planejamentos, o que queremos neste momento.

Temos mais dinheiro. Será que vai sobrar algum dinheiro, desse Orçamento, para a gente planejar um asfalto melhor?

Não precisamos de ponto de ônibus de vidro, mas com a cobertura para não chover.

Precisamos, sim, de cuidar do verde e do meio ambiente, mas não podemos nos esquecer que temos gente morando aqui, e gente que, há muito tempo, clama por melhoria.

Está chegando, aos poucos? Está sim, mas não podemos dormir. A promessa é promessa. Agora, a realidade tem de ser trabalhada, construída e, principalmente, buscar os jovens para estarem aqui.

Precisamos fazer um trabalho de política consciente, porque cadê os jovens? Quem tem mais de 30 anos, levanta a mão. Agora, quem tem menos de 20? Olha só, cadê os nossos meninos de 16 anos?

Então, vamos construir políticas para a participação dos jovens, políticas de caminho para fazer esses planejamentos, porque é fácil cobrar, participar é que é complicado.

Aos poucos, vamos construir essa região melhor. Que jeito? Buscando emprego, trabalho dentro da sustentabilidade. As condições de vida aqui, são péssimas. Os piores índices são daqui. Se pegarmos os índices de Barragem e de Marsilac, eles são piores do que os índices de algumas regiões do Nordeste. África ganha da gente.

Então, precisamos mudar isso urgente.

O pessoal do Conselho Tutelar sabe quem sofre com essa situação. Então, vamos mudar, vamos melhorar participando.

O Conselho Participativo está aí e é hora de votar e de cobrar em quem vocês votaram.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Jeremias.

O SR. JEREMIAS – Boa noite a todos e a todas.

Sou assessor do Deputado José Zico e Vice-Presidente da Associação Amigos e Moradores da Vila Marcelo

Em nome da população de Parelheiros, venho defender quem mora em Parelheiros. Moro há 20 anos na região e só nós sabemos a dificuldade que temos. Não temos emprego. Temos de levantar às 3 horas da manhã e atravessar a Cidade para trabalhar, porque não querem dar oportunidade de vida para o cidadão parelherense.

Já falaram que o aeroporto não será bom para Parelheiros. Mas, o que será bom para Parelheiros? É ver as suas famílias acordando de madrugada e não vendo os seus filhos?

Vamos pensar no povo de Parelheiros. As pessoas que vêm de fora, passam o dia, mas voltam, mas nós permanecemos dia e noite aqui.

O povo de Parelheiros precisa de investimento, principalmente o particular

Eu defendo esse aeroporto, em nome das famílias de Parelheiros (Aplausos)
Porque estamos perdendo os nossos filhos para as drogas porque não temos tempo para conversar com nossos filhos.

Falam que vão construir outro parque, no local onde seria construído o Aeroporto, mas cadê o Parque Cauli? Em 2005, foram feitos grupos temáticos, para discutir esse parque e não fizeram nada. Agora, vão levar para lá? Vão querer tirar da gente aquilo que podemos dar para os nossos filhos, para as nossas famílias?

Quero parabenizar os parlamentares que estão na defesa de emprego para Parelheiros.

Obrigado (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ratinho.

O SR. RATINHO – Boa noite a todos.

Parabenizo a todos os presentes.

Meu nome é Cláudio, conhecido como Ratinho. Sou Presidente da União dos Moradores de Barragem e Região e Presidente de Honra e Fundador do Esporte Clube Barragem e candidato ao Conselho Participativo de Parelheiros

Venho apoiar o crescimento sustentável de nossa região.

Quero agradecer pelo projeto da construção do hospital e pela melhoria das UBSs da região de Parelheiros: na área da Educação, construção das creches, EMEI e EMEF e escolas técnicas; saneamento básico, água e esgoto para todos; moradia, buscar planejamento de regularização habitacional e, se for necessário, construir moradias na sua própria região.

Sou morador do Barragem, nasci lá e temos um déficit habitacional. Têm muitas pessoas que moram em área de risco e muitas pessoas vão sair e não sabem para onde vão.

Então, gostaria que os parlamentares escutassem com muita atenção porque muitos dos moradores do Barragem gostariam de sair de sua casa, que está em risco, mas que ela fosse locada dentro do seu próprio bairro, para não virem pessoas de fora e ocuparem espaço de moradores de sua própria região.

Na área de Transporte, quero parabenizar a todos pelo objetivo da construção do Terminal de Parelheiros e pela extensão do trem até o Terminal Varginha, deixando bem claro que devemos continuar lutando para o trem chegar até o Barragem, como era na década de 70, dando mais condições para o transporte coletivo.

Quero deixar bem claro, também, que é muito interessante falar sobre o aeródromo. Venho junto com apoiadores do movimento, em prol do projeto de construção do aeródromo, porque, sem dúvida, não podemos deixar essa oportunidade única escapar. São mais de 2000 empregos diretos, mais de 5000 empregos indiretos, curso de qualificação para o trabalhador no aeródromo e desenvolvimento sustentável para a região, com conscientização ambiental e preservação do meio ambiente, através de cursos, palestras e incentivos.

Pessoal, é um sonho. O meu filho menor tem quatro anos.

O nome dele é Riquelme, e todos falaram: "Agora vai ser jogador de futebol". Há dias, falei para o meu próprio filho e sua mãe: "Eu quero ver meu filho não escolhendo profissão, mas eu quero que meu filho seja um piloto de avião". Digo isso porque é a oportunidade única de termos um empreendimento da iniciativa privada. Isso é importante

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Giovanni

O SR. GIOVANNI – Em primeiro lugar, agradeço a todos. Todos falam que conhecem Parelheiros e são moradores da região. Quem conhece Parelheiros são as lideranças do bairro, como a Sra. Arlete, da Associação do Jardim Herplin; a Francesca e a Lindaura, do Santa Fé. Então, o maior exemplo de governança não se pega no livro, mas numa mãe. Se ela tiver três filhos, com um necessitado, vai dar mais para o necessitado. Ela vai dar um pedacinho de carne e uma mamadeira a mais para o necessitado. Não é que ele é o mais amado, mas é o que mais necessita. O povo de Parelheiros necessita de tudo. Há carência de tudo aqui. Então, sou a favor de um hospital, um terminal e um aeroporto sim.

Agradeço todos os moradores de Parelheiros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Melandre, do Movimento Garça Vermelha

O SR. MELANDRE – Boa noite a todos. Não moro em Parelheiros, mas morei aqui durante cinco anos. Sou vizinho do Sr. Alfredinho, lá do Rio Bonito. Quanto a esse discurso incendiário, de dizer que quem é de fora não pode falar aqui, acho que pode sim, até porque quando se trata de água para 4 milhões de pessoas em São Paulo, qualquer pessoa pode dar palpite, até porque aqui está sendo discutida a cidade de São Paulo. Parelheiros vai ser discutido depois, inclusive sobre o zoneamento.

André Skaf, o senhor vai defender o seu interesse. Acho de deve defender sim, mesmo não morando em Parelheiros. Estou contente por estar com o nobre Vereador Alfredinho e o companheiro Chico. Somos companheiros desde a época de 1970, quando íamos para as greves em São Bernardo e São Paulo, lutando contra a ditadura. Então, tenho muita honra de estar com os dois companheiros aqui. Não comecei no movimento hoje e não virei ambientalista de uma hora para outra.

Levanto uma pequena questão para ilustrar. Na semana passada, no CEU Vila Rubi, houve a discussão do Plano Diretor Estratégico de toda a região. Infelizmente, eu não estava presente, mas muitas pessoas daqui estavam. Lá aconteceu uma coisa muito interessante. Quanto ao pessoal que está fazendo ocupação, principalmente naquela área do Grajaú, do Cocaia, do Movimento do Sem-Teto, tremendamente organizado, embora muitos digam que não, suas reivindicações são muito justas, assim como a reivindicação dos senhores, por moradia, transporte, saneamento básico, hospital e educação. Todas essas reivindicações são básicas, mas há, mais ou menos um mês, dei uma entrevista na Rede Globo, no Programa Verdejando, quando fiz um comentário, que as reivindicações do Movimento Sem Teto são justas, mas não concordava quando invadiam áreas públicas, acabando literalmente com as árvores, destruindo o meio ambiente.

Parece-me que o MST, Movimento dos Sem-Teto, aprendeu essa lição, porque

compreenderam que as coisas não podem ser assim. Uma coisa é a ocupação e outra coisa é a invasão. Nessa reunião, cada vez alguém falava não ao aeroporto, o pessoal aplaudia. Por quê? Porque entendem que se construírem esse aeroporto aqui, vão abrir a possibilidade de invasões de tudo quanto é tipo, e mais ainda, a especulação imobiliária. É por isso que defendemos que continuem as ZEIS como estão.

Muito obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Fernando Bike(?).

O SR. FERNANDO BIKE(?) – Boa noite a todos. É um prazer estar aqui. Estão falando sobre o Plano Diretor Estratégico, mas parece que a pauta foi invertida, e vamos discutir outra coisa. Foi mudado o aeroporto em Parelheiros? Falam de geração de empregos. Vão gerar 10% de empregos? Na região de Parelheiros, há 200 mil habitantes, onde há o melhor índice de desenvolvimento humano. Na educação, temos uma deficiência imensa. Na questão da saúde, há também outra deficiência. De repente, cheguem com o aeroporto e dizem: "Isso vai resolver o problema de todo mundo. Todos estarão empregados". Parece que a solução para o Parelheiros é o aeroporto. Temos de pensar que o aeroporto é uma mera especulação. Haverá jatinhos e helicópteros. As necessidades da nossa região são outras.

Em 9 de julho de 2001, foi criada a área de proteção ambiental, a 13.136, na gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy. Todos escutaram quem é favorável ao aeroporto. Somos do movimento contra o aeroporto. Ficamos ali sossegados e respeitamos a fala de todos. Estamos num país democrático e podemos nos colocar contrários, até mesmo porque os nossos questionamentos servem de argumentos. Se realmente esse aeroporto vir para cá, vai servir de argumento para ele sustentar o seu projeto melhor e não trazer com tantas falhas. Não simplesmente dizemos: "Somos contra o aeroporto". A questão é onde querem fazer o aeroporto. Há uma área que poderia ser indicada, do Varginha, num porto de areia, uma área degradada. Vai gerar emprego também. Em linha reta, vai dar 1,5 quilômetro, aproximadamente. A questão não é sermos contra o aeroporto, mas o local onde está proposto a sua criação.

Temos de pensar na capital da cidade de São Paulo, onde 4 milhões de pessoas dependem da água que sai dessa região. Podem falar: "Ele vem de Pinheiros para dar palpite aqui". Ocorre que temos de defender os interesses das pessoas do Centro também. Temos de ter uma contrapartida. Não é simplesmente lotearem a nossa região, trazendo um aeroporto e resolver todos os problemas. Temos outras prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Marília.

A SRA. MARÍLIA – Boa noite a todos. Vim aqui hoje falar sobre o Plano Diretor. De repente, há uma discussão sobre o aeroporto. Infelizmente, enquanto estava sendo apresentado o Plano Diretor, parece que as pessoas não ouviram, porque foi apresentada a discussão das macroáreas, que pegam regiões totalmente diferentes em São Paulo. Então, quando há áreas de preservação, há uma área de preservação no extremo Sul, no extremo Norte e em outros lugares também. Então, se ela está espalhada na Cidade, é porque esta sendo tratada como um todo. Dizem que aqui é o pulmão de São Paulo. Então, quem vem de Pinheiros, da zona Norte e qualquer pessoa da Cidade, até o Sr. André Skaf, que não mora aqui, também se preocupa com essa região. Então, todos nós temos de nos preocupar com a região.

Então, para mim, é muito importante estar aqui hoje, para falar sobre uma questão importante, a manutenção dessa área, como sendo de preservação. Temos um projeto de lei que foi aprovado ontem, do Vereador Alfredinho, que faz com que essa área seja de preservação e se mantenha uma forma de fazer com que essa área, que está sendo preservada, possa ser utilizada, dentro de um turismo sustentável, trazendo muito dinheiro de fora para observação de aves. Não sei como o aeroporto vai trabalhar com isso, se ficar nessa área. Falo da convenção assinada pelo Brasil, garantindo a preservação da área, por receber 16 espécies de aves migratórias, que causariam problemas grandes para aterrissagem e decolagem de aviões.

Então, quando o Sr. Fernando sugere outro local, concordo. Eu nem vou além de falar do local, porque não o conheço. Sei que, no local onde está sendo prevista a construção, há várias falhas, as quais já foram apresentadas na Câmara, inclusive. Essas falhas tinham de ser revistas dentro do plano de estudo de impacto ambiental. Foi pedido para que fosse feita uma revisão do impacto ambiental causado.

Então, além disso, existe essa nova convenção, que ocorreu depois daquela audiência. Portanto, é importante que isso seja visto. É importante que seja visto também que se existe uma lei que vem para cá agora, para gerar empregos, os senhores deveriam dar crédito para o pensamento dos Vereadores que são da região. Vamos encaminhar uma documentação, falando sobre as áreas de APP. Existem várias falhas na lei. Vamos estar encaminhando isso. O GT do Meio Ambiente, da Rede Nossa São Paulo, vai encaminhar essa orientação, para que seja melhorado o texto e também para haver a regulamentação das casas. Temos algumas ideias para a regulamentação das moradias que estão aí. Todos temos um problema único, habitarmos essa única Cidade, e não existe o meio ambiente separado de gente. Meio ambiente, gente e economia é uma coisa só. Não há como separarmos uma coisa da outra, não dá para separarmos. Todos estamos aqui trabalhando para uma coisa única, o desenvolvimento dessa região, sem destruí-la, porque ela é de interesse para toda a cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Tereza.

A SRA. TEREZA – Boa noite a todos. Moro há 25 anos na região. Com relação ao Plano Diretor, tenho algumas solicitações e indicações que talvez não sejam exatamente para esse momento, mas é muito bom lembrarmos. Há a necessidade não só de ZEIS, que já estão sendo discutidas, mas a necessidade da regularização com relação às áreas de recreio. Há muitas áreas, nessa região, que são chácaras documentadas, escrituradas, que estão classificadas como irregulares. Então, as chácaras precisam sim ser regularizadas, porque foram anteriores à lei. Então, a Chácara de Recreio, além da regularização, também pode atrair o nosso turismo. Aliás, turismo traz muito emprego e muito dinheiro. Para isso, temos de fazer o quê? Treinar a população local, para que aprenda a receber um turista. Quando falamos de aeroporto, temos de nos treinar para sermos pilotos, temos de aprender línguas e trazer ONGs que ofereçam cursos de línguas para receber estrangeiros e entendermos os estrangeiros. O muçulmano não pode beber pinga. Temos de nos preparar para isso.

Outra questão muito importante é com relação ao meio ambiente. Ouço muito falarem, na região, sobre o verde e a água, que mantêm os animais. Isso é turismo. Ontem saiu uma notificação científica. Foi descoberto um novo felino na região, um gato selvagem de quatro quilos, que nunca ninguém havia visto. Será que ele ainda existe na nossa região ou já levaram embora ou o mataram? Então, temos de levar sim a educação ambiental, para serem protegidos os nossos animais. Não é para ficarmos brincando de “Acertei o bico do tucano”. Tucano não é para ficar em gaiola, é para chamar o turista. Quando mudei para essa região, havia um lobo-guará, animal em extinção, na rua, com sarna. Ninguém cuidou dele, e ele morreu.

Há mais uma questão que está sendo discutida, sobre o aeroporto. Quando soube disso, de primeira mão, fui contra. Analisei o processo, vi o documento, o projeto. Sou totalmente a favor, e não acredito que o aeroporto vá trazer a solução e nem a invasão. Esse é um problema político, é o município, o Sr. Prefeito, o Sr. Governador, o Vereador e o Presidente. Nesses 25 anos, ninguém falou em trazer aeroporto e hotel para cá, mas a população explodiu. Então, não foram eles que trouxeram problemas. O aeroporto, ao ser implantado, vai trazer pressão? Vai. E se ele não for implantado? Também haverá pressão. Então, nada vai ser mudado. Simplesmente, vai ser instalado e trarão oportunidade de melhorias na região.

Cabe agora àqueles que cuidam da região zelarem, fiscalizarem e aumentarem a Polícia Ambiental, voltando a GCM para as matas. Aliás, na gestão anterior, isso foi proibido.

quando geraram as invasões. Posso falar isso porque não sou da GCM. A GCM foi proibida pelo Sr. Ortega de entrar na mata e impedir os desmatamentos. Então, não foi o aeroporto e nem foi a população, foi simplesmente a gestão anterior que incentivou isso. As ZEIS precisam ser implantadas, mas as áreas de recreio também; e o aeroporto tem o meu voto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Lia Goes, das Cooperativas.

A SRA. LIA GOES – Boa noite a todos. A nossa política é competente para suprir as necessidades da nossa região. Os nossos políticos, Vereadores, Governador e Prefeito, não precisam correr atrás do setor privado para fazer o que temos direito por lei. Falo em nome dos agricultores, que votaram, em massa, no nosso Prefeito, após S. Exa. ter assinado a plataforma de agricultura orgânica de São Paulo.

Espero que o extremo Sul de São Paulo seja visto como uma pedra preciosa lapidada com todo cuidado e não destruído. Estamos lutando por um direito constitucional, direito a uma alimentação de qualidade, com uma agricultura limpa, livre de agrotóxicos. Então, não há porque poluirmos o nosso ar com óleo e combustível de avião e nem com a poluição sonora, porque a nossa região foi escolhida por moradores para haver sossego.

Sobre a contaminação das nascentes, com resíduos, também foi falado que o esgoto é jogado nas nascentes. É sim, pela própria Sabesp. Hoje tive a infelicidade de ver a Sabesp jogando esgoto no Ribeirão Colônia. Essa empresa tão competente falada e mencionada está poluindo as nascentes da região.

Trabalhamos com agricultura limpa e orgânica. Há pessoas que comem produtos contaminados. Vemos que elas estão morrendo de câncer ou com doenças. Aprendemos a produzir de maneira errada, mas, hoje em dia, felizmente, temos uma agricultura diferenciada na região, que perderá o selo de orgânico se houver rotas de aviões nas plantações, nas propriedades desses produtores. Perderemos tudo o que fizemos nesses últimos 20 anos.

Há empregos sim na região. Não temos qualificação profissional adequada para a região. Há pessoas trabalhando na própria subprefeitura, que vêm de longe. O pessoal daqui não estudou e não foi qualificado para trabalhar nos empreendimentos que há aqui.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Cláudia Haus(?)

A SRA. CLÁUDIA HAUS(?) – Ela discussão foi, a princípio, chamada para o Plano Diretor. Todos nós aqui fomos chamados para essa discussão importantíssima para a Cidade inteira. Como já foi dito, Parelheiros é uma região que influencia todas as outras regiões da Cidade. Precisamos de infraestrutura e regularização de quem tem moradias inadequadas. Precisamos também de ciclovias, melhorias no transporte e hospital. Precisamos de tudo isso, mas o mais importante, a maior oportunidade que temos hoje, é mostrarmos para o Poder Público que Parelheiros precisa de mais atenção do Poder Público, porque, no momento, a maior região, a maior subprefeitura da Cidade conta com o menor contingente de funcionários públicos, de servidores na Prefeitura e na GCM. Em Parelheiros, não há uma base da Polícia Militar Ambiental. Parelheiros tem um contingente mínimo de GCMs ambientais. Temos apenas sete agentes vistoristas para toda a subprefeitura.

Então, não adianta falarmos: "Vamos fazer agricultura orgânica". Vamos, mas quem vai conter as invasões, ao lado da agricultura orgânica, se a Prefeitura não dá condições para Parelheiros sustentar-se e não dá condição para que a própria subprefeitura consiga manter e seguir os planos que a Prefeitura traça para nós? Moramos aqui, gostamos daqui e não queremos ir embora, mas se as coisas continuarem nos passos que estão dando, a situação vai ficar insustentável. Todos que moram aqui, há mais de dez anos, dizem: "Nós não queremos que isso vire um bairro-dormitório, como ocorreu na zona Leste, porque temos muitas coisas boas para mostrar".

Podem perguntar: "Parelheiros precisa ou não do aeroporto?" O aeroporto é uma grande oportunidade também, porque vai virar os olhos de muitas pessoas para cá. É o grande motivo para que muitas mais pessoas conheçam Parelheiros. Quantos de nós já falamos? "Eu

moro em Parelheiros". Ninguém conhece Parelheiros. A partir do momento em que há um aeródromo comercial, pessoas vão saber que isso aqui existe, vão saber o valor que Parelheiros tem para essa Cidade, e vamos poder cobrar do Poder Público, para que dê atenção necessária, para continuarmos aqui e para que não haja invasões e degradações

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Valéria Mocarati(?), da Agricultura

A SRA. VALÉRIA MOCORATI(?) – Boa noite a todos. Quando olhamos os mapas de Parelheiros, eles são os mais lindos da Cidade. A nossa região é sempre toda verdinha, toda bonitinha, e aí quando olhamos como está dividida a nossa região, está dividida em dois setores. O primeiro setor é de total proteção ambiental. Há uma área de contenção de ocupação urbana. Estamos nessa área, e recebemos uma imensidão de leis. Há 35 anos somos regidos pelas leis de mananciais, que não estão devidamente aplicadas na região. As áreas estão totalmente adensadas e ocupadas. Elas não podem receber benefícios, não podem ter documentação e nem uma construção adequada. Também não pode haver escolas em determinados locais, porque as construções não são aprovadas. Não pode haver um comércio que possa funcionar legalmente. Por quê? Porque há uma lei estadual que tem 35 anos, que rege o zoneamento de Parelheiros. Então, nessa discussão do Plano Diretor, é importante começarmos a rever qual é o zoneamento de Parelheiros. Somos área de preservação. Então, a área que é para ser de preservação, que seja como o Parque Estadual, que o Governo do Estado fez.

Então, vamos fazer parque onde há cachoeiras e trilhas. Não vamos deixar acontecer o que está acontecendo com as ocupações irregulares, onde os rios estão limpos e há os nossos atrativos. Quando olhamos as áreas de risco, o mapa de Parelheiros é o que tem mais pontinhos. Por que há áreas de risco? Porque não é aprovado loteamento nenhum aqui. Não há opções para o morador daqui. Se é necessário haver área rural, então vamos definir qual é a área rural. Se é necessário haver a área urbana regularizada, com documentação, vamos defini-la. É necessário haver área de recuperação ambiental e área de preservação. Vamos defini-las e transformá-las em parques. Não vamos fazer parques em área onde houver eucaliptos, vamos fazer parques em áreas onde há cachoeiras.

Ao aeroporto sim. Por quê? Porque precisamos de investimentos particulares na nossa região, porque o Poder Público não consegue suprir, ele supre a infraestrutura. O progresso vem do poder privado, vem dos investidores, vem dos nossos empreendedores que temos aqui. Temos uma infinidade de empreendedores aqui que, há vinte anos, estão preservando Parelheiros. Então, sim ao aeroporto e sim a outros investimentos também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Lúcia Bellenzani

A SRA. LÚCIA BELLENZANI – Eu faço parte do conselho gestor da APA Bororé Colônia e represento os agricultores. O Vereador Alfredinho teve o meu voto nos seus mais de 30 mil votos. Graças a Deus, vivemos num país democrático, e sou obrigada a discordar algumas coisas de V.Exa. O Vereador Ricardo Nunes teve oportunidade de dizer que Parelheiros é a região onde há o pior índice de desenvolvimento humano e várias coisas ruins acontecem na nossa região. Temos de perceber que além das coisas ruins temos o que há de melhor na cidade de São Paulo, o último vestígio de uma Mata Atlântica preservada. Há lugares onde há moradores, como a Vila Marcela. Não tenho nada contra eles, mas gostaria que houvesse muito mais educação ambiental na nossa região, e as pessoas pudessem amar Parelheiros. Queria passar pela Vila Marcela e não encontrar entulho, esgoto a céu aberto, córregos e ribeirões todos poluídos, não passando pelo Colônia, quando vim para cá, e sentir o cheiro do Rio Tietê, do Rio Pinheiros e do Rio Tamanduateí. Moro na Chacara Santo Amaro. Não estou criticando ninguém. Temos de amar a nossa região. Mesmo as pessoas da Vila Marcela, elas têm de amar, preservar e cuidar da região. Isso é Educação. Quando eu passar Paulo Guilguer Reimberg e não encontrar entulho e lixo na rua, vou me sentir feliz.

Como estamos num país democrático, gostaria que houvesse silêncio para eu explanar as minhas ideias. Poderiam investir muito mais em proteção, educando os nossos jovens. Tive oportunidade de fazer uma palestra para os jovens aqui mesmo, no CEU Parelheiros. Perguntei quem gostaria de trabalhar com agricultura. Simplesmente me disseram: "Deus me livre".

Os senhores podem ter *notebook*, computador, impressora ou o celular mais moderno, mas não vão imprimir um pé de alface na impressora. Se não houver agricultura e proteção, São Paulo não vai ter água. Eu não tenho nada contra os moradores. Devemos morar, proteger e principalmente amar.

O Vereador Ricardo Nunes falou que pessoas de Pinheiros vêm dar opinião em Parelheiros. Encerro perguntando "Os Srs. Skaf, Alfreduinho e Ricardo Nunes moram em Parelheiros?"

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfreduinho) – Tem a palavra a Sra. Maria Lúcia Bellenzani

A SRA. MARIA LÚCIA BELLENZANI – Sou assessora do Vereador Nabil Bonduki. Quero justificar perante à Mesa, a ausência do Vereador Nabil Bonduki, que estava vindo de Brasília, teve um problema com o voo e chegou, em São Paulo, às 20h30.

A minha fala hoje não é da assessora do Vereador Nabil Bonduki, é a fala da Maria Lúcia Bellenzani. Comecei a trabalhar, nessa região, quando entrei na Prefeitura, em 1993, no extinto e saudoso sistema de fiscalização integrada, SOS Mananciais. Depois disso, quando tive oportunidade de conhecer essa região, fui a principal articuladora da criação da APA Capivari Monos, que começou em 1996 e foi sancionada só em 2001 pela ex-Prefeita Marta Suplicy. Em função disso, fui chamada para vir trabalhar em Parelheiros, para fazer a montagem da subprefeitura, quando havia só um posto avançado, onde hoje é o CEU Parelheiros.

Fui coordenadora do Plano Diretor Estratégico Regional de Parelheiros em 2003 e 2004, quando conheci a maioria dos senhores que estão aqui. Fui também gestora da APA do Capivari Monos e fui também coordenadora do seu plano de manejo. Trabalhei, nessa região, até janeiro de 2013. Em fevereiro de 2013, assumi o meu comissionamento, como assessora do Vereador Nabil Bonduki. Morei nessa região durante seis felizes anos da minha vida, de 2003 a 2009.

Estou falando tudo isso porque a minha fala é de cidadã e profissional, não de ambientalista. Não sou ambientalista, sou uma profissional da área de meio ambiente, bem diferente de ser ambientalista. Vejo que há um desafio muito grande nessa região. O desafio é proteção ambiental e justiça social, e não ou justiça social. Não temos de opor à proteção ambiental, à moradia, ao direito humano, ao direito à escola ou ao direito ao emprego. Essa é uma questão totalmente ultrapassada, é uma falsa questão. Enquanto ficarmos brigando por isso, não brigamos pelo que temos de brigar. Temos de brigar por dignidade. Temos de brigar por ar puro, mas temos de brigar por emprego também, e uma coisa não é inimiga da outra, de maneira nenhuma.

Vemos quem está comendo as matas e as áreas de moradia na Cidade inteira. É por isso que o pessoal estava lá na Capela do Socorro. É a especulação imobiliária. Alias, a especulação imobiliária de alto padrão ainda não chegou a Parelheiros, mas já está mirando. Já há pessoas prospectando terrenos aqui, para fazerem condomínio de alto padrão. Os senhores acham que condomínio de alto padrão traz emprego? Acho que o agricultor vai virar caseiro e a agricultora vai virar empregada doméstica. Em vez de haver essas estradas bonitas, vamos ver muros altos, cheios de guaritas. É isso o que acontece. Então, vamos tomar cuidado. Nesse sentido, Parelheiros tem duas situações. Uma é a situação urbana, de absoluta necessidade de tudo; é uma situação de pobreza, de muita irregularidade, mas, ao contrário do que muitos pensam, não é de irregularidades só. No Centro de Parelheiros, nada há de irregular.

O Jardim dos Álamos não é irregular. A Colônia é um lugar histórico. Então, por que

o Centro de Parelheiros tem de ser tratado como uma área irregular? Por que ele é ainda como uma área do INCRA? Então, muitas vezes, quem for regularizar o seu empreendimento, não consegue. Isso não é porque a lei não permite. Não existe lei que proíba banco ou supermercado. Essa pessoa não consegue se implantar porque não tem documento. Então, a questão de regularização fundiária é muito séria. É uma questão de cidadania e de direitos. Ela vale tanto para o urbano quanto para o rural. No urbano, tem de haver tudo na Cidade. Agora vamos falar do rural. No rural, há aqui três áreas, uma área de proteção, uma área de qualificação urbana e uma área de contensão. É aí que estão a agricultura, o turismo e a maioria das cachoeiras, trilhas e terras indígenas, a nossa cultura. Ali temos precisamos de regularização fundiária. Nós damos segurança jurídica, para que pessoas façam o que querem, seja no urbano, seja no rural. Então, é preciso que o Plano Diretor radicalize os instrumentos. No urbano, ele radicaliza os instrumentos urbanos. É necessário haver ZEIS.

Conheço bastante a região Sul de Parelheiros. As ZEIS estão muito tímidas. Para serem regularizados alguns loteamentos, vamos ter de talvez ampliar as áreas de ZEIS, já fazendo propostas. É necessário haver ZEIS 4 para haver moradia para pessoas que estão nas áreas de risco. Isso tem de ser redesenhado. Outra proposta é que o rural seja apontado e delimitado no Plano Diretor. Proponho que o território da macroárea de contensão ambiental, que está dentro da APA Capivari Monos e da Bororeia Colônia, seja rural, porque isso já está na própria lei das APAS. Falo também das áreas envoltórias do parque.

Última questão, o Plano Diretor faz menção ao plano de manejo das APAS, que diz que tem de ser respeitado, mas isso não é respeitado, porque o plano de manejo das APAS é aprovado. Falam coisas que precisam estar no Plano Diretor. Por exemplo, o polo ecoturístico de Evangelista de Souza é um projeto estratégico do plano das APAS e está dentro do projeto do Vereador Alfredinho, que acabou de ser aprovado. Ocorre que não conseguimos fazer a LL(?), que tem um megaempreendimento aqui, que só faz estrago, pagar o polo ecoturístico. Precisamos colocar o saneamento de Marsilaque e do Embura. Tudo isso tem de estar no Plano Diretor.

Muito obrigada pelas pessoas que me cederam a palavra. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO – A Valéria disse que não moro em Parelheiros. Vou dar meu endereço, Rua Seis, nº 51, Parque Internacional, no Marsilaque. Moro lá há vinte anos, e também tenho um apartamento na Rua Cambuci do Vale, nº 597, no apartamento 145. Eu amo esse lugar. Eu vivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL – Agradeço a todos por participar dessa audiência pública. Já se passaram por aqui muitos discursos inflamados. Há quem é contra e quem é a favor. Parto de uma reflexão para os senhores. Muitos falaram que aqui há falta de empregos, demandas de escolas, de hospital, de saúde, de transporte, enfim, falta tudo.

Com a construção do aeroporto de Parelheiros, que está vindo para cá agora, muitos estão alegando que haverá empregos. A região de Parelheiros sofre com várias demandas. Os senhores sofrem por questões de Saúde, Educação e Segurança. Agora aparece um bonitão do nada e vem explorar a deficiência, na região, querendo construir aeroporto. Os senhores acham que ele está construindo esse aeroporto porque é bonzinho e quer dar emprego para todo mundo? Ele quer o seu investimento. Se fosse pessoa honrada e tão bonzinha, pegava o dinheiro do aeroporto e construiria escola, hospital, pavimentação, esgoto, tudo isso. Bonzinho ele não é. Se fosse bom, faria isso. Os senhores sofrem com diversas demandas, porque o Poder Público não tem a cara de pau de investir na região. Quando falo do Poder Público, falo de pessoas públicas aqui presentes. Em junho, várias pessoas lutaram contra o aumento da passagem. Quando o povo saiu às ruas, houve pessoas do parlamento que disseram que o povo era vândalo. Vândalo é quem não olha para o povo.

Se há deficiência, na região de Parelheiros, é porque o Poder Público, o parlamento não quer investir aqui e não tem olhos para vir aqui. Só querem investir agora. Por incrível que pareça, não vieram discutir a questão do hospital. Também não vieram para falar de escolas.

pavimentação e segurança; mas dão total apoio ao aeroporto, que vai investir somente para uma pessoa, o Sr. André Skaf.

Quero que os senhores reflitam sobre isso. Uma pessoa vem do nada, riquinho do jeito que é, vem aqui e explora a demanda dos senhores, que sofrem por diversos fatores, vai sair de bonzinho. Bonzinho é o povo que luta. Sou morador do Grajaú e do Cocaia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Quem coloca fogo em ônibus e quebra equipamento público é o quê? Não é vândalo?

Tem a palavra a Sra. Jô.

A SRA. JÔ – Boa noite a todos. Parabéns a todos, inclusive o povo. Sou locutora da futura FM. Sou sangue B, sou sangue bom, sou da paz. A população deve se juntar mais e discutir mais o que vai perder e o que vai ganhar. O que não pode acontecer é que continuarmos do jeito que estamos. Até quando Parelheiros não pode nada? O que podemos? Podemos sair as 3h30, pegar ônibus lotado, entrar num trem lotado, sendo roubado e pisoteado, para trabalhar na Paulista? O pessoal do contra pode falar: "Mas o avião vai te levar para onde?" Há muitas pessoas aqui que vão ser faxineiros dentro do aeródromo. Então, quer dizer que, em todos os lugares, o progresso chega, e Parelheiros fica aqui estacionado? Por quê? E nós? Nós vamos sempre isso? Os nossos filhos vão poder fazer uma faculdade, porque conseguiram pelo ENEM e FIESP, depois vão ter de trabalhar na Paulista, porque aqui não há oportunidade? Vão fazer um curso de inglês e vão ter de trabalhar no Centro? Essa é uma questão a ser pensada e discutida. Discutam a área. Se não pode, procurem outra área. Não podemos descartar o progresso na nossa região. Isso é fundamental. Gostaria que o pessoal não saísse antes de ouvir as respostas.

Admiro muito o Vereador Alfredinho, amigo de muito tempo. Represento o Vereador Ricardo Nunes na região. Votei em S.Exa. com gosto. Foi a primeira vez, na minha vida, que votei num Vereador que trabalha. S.Exa. é da região sim, do Marsilaque e trabalha em prol de nós. Eu nunca vi, na Câmara, num ano, falarem tanto em Parelheiros. O pessoal sabe que a região aqui tem de ser preservada, mas temos também de preservar o povo. Estamos cansados.

Trabalho na cooperativa, e quando não estou na rádio, pego ônibus às 3h30 dentro do Vargem Grande, para chegar às 7h na Paulista. Todos ficam me pisoteando, porque aqui não há emprego. Então, está na hora de revermos tudo isso. A hora não é para brigarmos. Vamos sentar e pesar os prós e os contras. Parelheiros tem de ter progresso, e sou a favor disso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Antônio de Paula.

O SR. ANTÔNIO DE PAULA – Boa noite a todos. Quem conhece a barragem, Engenheiro Marsilaque, São Norberto e Jardim Oriental? É muito fácil falarem de meio ambiente. Quem fala de meio ambiente é quem pisa na lama. Ser ambientalista de asfalto é fácil, ser ambientalista de foto é fácil. Quero ver esses ambientalistas virem aqui e andar no fundão de Parelheiros, vendo a situação da Barragem. Batalhamos e brigamos com a Sabesp. O pessoal não tem asfalto, não tem água, não tem nada.

Se forem ver a represa nossa, da Barragem, ela hoje tem 15 mil moradores. Não há condições de pedirem investimento lá. Por quê? Por causa do meio ambiente. Só conhecem a Estrada de Parelheiros, que é asfaltada. Nas ruas laterais, não há asfalto. Por quê? Porque dizem que o Meio Ambiente não autoriza nada. Sou favorável e torço pelo meio ambiente, mas o meio ambiente tem de apreender a ser prático e não de teoria. Ele tem de apreender a ajudar encaminhar as coisas. Não é só ficar falando e ser contra. Há quem conhece a região da Barragem, o São Norberto e as suas dificuldades. Temos dificuldades. Todos aqui conhecem as lideranças do bairro. Somos lideranças. Sabemos quem briga pela região de Parelheiros. Todos sabem quanto Parelheiros é discriminado, mas não vemos nenhum ambientalista defender Parelheiros. Defendem o aeroporto, porque é uma obra grande, mas ninguém vem defender obra pequena aqui.

Vejo muitos levando multas. Não vejo ninguém invadindo a região de Parelheiros. Quem constrói, na região de Parelheiros, são os filhos de seus moradores, porque têm os terrenos de seus pais. Como não têm onde construir, constroem dois cômodos lá, levando multas e se arriscando. Então, gostaria que o meio ambiente investisse na região, na Saúde, na prática e não na teoria. Andem para verem a situação e as necessidades que merece a região.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Jaqueline Fonseca.

A SRA. JAQUELINE FONSECA – Boa noite a todos. Sou sitiante. Peço que, dentro dessas propostas, voltando ao Plano Diretor em si, que esteja novamente contemplada a ideia de zona Rural. Também peço que o ZEIS 4, Zonas Especiais Sociais, sejam realmente ampliadas. Concordo que elas foram muito pequenas e restritas. Todos os bairros necessitam de uma área de expansão verdadeira. Mesmo para os mais antigos, para as áreas que foram designadas para equipamentos públicos, houve ocupação. Acho que não há um bairro Jardim das Fontes, Oriental, onde moro, e todas as áreas que originalmente teriam sido praças acabaram sendo invadidas. Então, eu acredito que as ZEIS 4 devem ser ampliadas.

Peço, encarecidamente, que voltemos a ter uma zona Rural. Ai posso chegar ao Banco do Brasil e dizer: "Eu preciso de um empréstimo para plantar e eu moro na zona Rural".

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Lindaura Maciel.

A SRA. LINDAURA MACIEL – Muitos fizeram discursos até bonitos. Eu mesma cheguei em Parelheiros em 1976. Dava para contarmos as casinhas que tínhamos aqui. A teoria é bonita, mas, na prática, não acontece. Muitos fazem discursos bonitos, dizendo que preservam o manancial, que estão defendendo o manancial de Parelheiros; mas, na realidade, não defendem coisa nenhuma. Onde está a APA? Venha trabalhar conosco, venha para as nossas lutas, venha educar nosso povo para que não jogue lixo na rua. Venha urbanizar nossas ruas. Não aceitamos mais morar em Parelheiros e não ter direito a uma rua asfaltada, a uma creche ou escola para nossas crianças. A maioria das Unidades de Saúde é do tamanho de uma caixa de fósforos, fica em casinhas alugadas, mas queremos ter UBS de verdade. Queremos ter transporte de qualidade, pois só temos duas linhas troncais – uma, Vila Mariana até Terminal Parelheiros e outra, Terminal Santo Amaro até Terminal Parelheiros -, enquanto Varginha é Parelheiros – não sou contra -, mas lá existem mais de cinco linhas troncais, uma empurrando a outra, enquanto nós passamos o maior sufoco para entrar num ônibus. Isso é desumano, não nós não aceitamos mais essa situação.

Tenho propostas para melhorar a qualidade de vida do povo de Parelheiros. Hoje viemos discutir o Plano Diretor. No de Parelheiros, queremos melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu comprei – não sou invasora – um terreno há 12 anos e ainda não está em meu nome, mas paguei e tenho toda documentação que comprova, tem escritura. Vou correr atrás para colocar no meu nome e quero que essas pessoas sejam valorizadas como ser humano. Se nosso voto tem o mesmo valor na urna, por que não temos direito à dignidade. Não dá mais para aceitar sermos tratados como se fôssemos insetos. Não, queremos ser valorizados como ser humano, como todos que moram no Manancial. Ou o Manancial é só Parelheiros? Não, tem gente que construiu praticamente dentro da Billings, da Guarapiranga e tem tudo, por que nós não podemos ter? Nós queremos ter sim, morar e preservar.

Aeroporto sim. Progresso na região de Parelheiros sim. Só que tem que preservar e respeitar. Teve o Rodoanel e ninguém se manifestou. Vocês acham que não devastou nossas matas? Cadê a compensação que o Governo se comprometeu? Até hoje não veio. Os nossos córregos estão podres, o esgoto corre a céu aberto, cadê quem defenda o manancial?

Venham conosco. Quero que vocês venham para a luta. Assumi a luta de líder comunitária desde 89. Venham lutar com a gente. Nós estamos lutando por hospital, por unidade de saúde, por transporte. Chega de teoria, prática sim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, ainda faltam quatro pessoas para falar. Peço que vocês sejam rigorosos nos três minutos, porque senão a última, vai ficar

falando sozinha, sem mais ninguém. O pessoal está indo embora.

A próxima oradora é a Simone. Ainda falta a Leila, a Célia e o Leonilson.
Com a palavra a Simone.

A SRA. JANICE – Vou falar no lugar da Simone. A primeira pessoa que falou – por sinal se chama Simone -, está lá atrás. Desde o instante em que ela falou, fiquei neurótica. Ela disse assim: "Parelheiros é ouro". Concordo. Disse: "Temos que resgatar." Concordo "Projeto biosfera Aqui tem que se morar". Aí, de repente, você falou assim: "Temos que ser rural". Aí não entendi. Quero saber se tenho que treinar minha filha para pegar na enxada. Tenho que treinar meu filho para trabalhar na roça? Você trabalha na roça? Isso são coisas que se falou aqui com pura falta de informação. É para rir mesmo, porque eu também dei risada.

A falta de informação hoje parece que tomou conta. Todo mundo fala do aeroporto como se fosse um Armagedom, vai chegar e destruir Parelheiros. Não é isso, gente. Vamos nos informar para saber o que é o aeroporto, onde vai ser e para que será. Só vi gente falar de forma que vai destruir a Cidade

A nossa amiga falou assim: "Ah, eles não moram aqui." E eles precisam morar para nos defender? Todo Parlamentar tem que morar aqui? Quero outra informação: quem mudou a realidade de verba dessa região? A gente precisa ter informação. Quem morou, quem deixou de morar, quem mora e quem não mora, a gente simplesmente tem que ver o que é bom para nós. O pessoal está achando que vai acabar, que vamos ter um apocalipse e vai acabar com Parelheiros. Não é nada disso, gente.

Veio o menino de amarelo, que foi embora porque mora no Residencial Cocaia falou que nem sabe onde é e nem do que se trata. Ele foi chamado para causar. É muito lindo eu chamar um monte de gente para falar, "Vamos lá ambientalista", sem nem saber onde é, nem do que se trata e nem que área é.

Quero só deixar esse recado. Para a gente ser mais informado. Se a gente quer defender o nosso bairro, a gente tem que ser mais informado. Tá bom? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – É isso aí. Obrigado.

A SRA. - Só quero dar uma sugestãozinha. Ouvi o pessoal falando da área rural, tudo. É rapidinho. Tem uma sugestão muito simples também para dar ao pessoal rural. Não sou contra, acho que a gente nunca vai imprimir um pe de alface mesmo, mas a gente tem tanto presidio no Brasil, tanta gente à toa lá que estamos sustentando, por que a gente não cria presidios agrícolas?

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tá bom. Muito obrigado. Com a palavra a Leila

A SRA. LEILA – Boa noite. Sou moradora do bairro do Embura. Sou Presidente do Instituto Pedro Matajs, na região. Sou Conselheira da APA Capivari-Monos. Faço parte de Parelheiros, vesti a camisa de Parelheiros há 12 anos e conheço bastante a região, porque ando pela APA Capivari toda, nos projetos de desenvolvimento sustentáveis – financiados pelo FEMA, de 2006 até o ano passado.

Quando se fala em sustentabilidade, a gente vê uma série de coisas possíveis na região. Temos de pensar que temos duas regiões: uma é a área rural, que tem de ser preservada e mantida, porque de lá vem o alimento. Muitas pessoas desconhecem a importância da área rural e o alimento que é produzido na região para a cidade de São Paulo. A outra área é a urbana, onde existe a maior concentração de pessoas com um déficit gigantesco de saneamento, de infraestrutura, saúde e tudo mais.

O que proponho para o Plano Diretor? É necessário a gente preservar a área de manancial. É fundamental. Temos a água como nosso maior tesouro. Temos a floresta Atlântica. Temos de preservar essa mata, porque dela conserva-se as nascentes e toda essa área de mananciais. Como temos a área rural, não temos saneamento básico porque a Sabesp vem, faz a captação da água e não faz nenhum investimento aqui. Mas nós temos de ter em mente que temos que preservar.

Então, sugiro para a área rural, pelo menos - para a área urbana já é mais difícil -, é

imprescindível que tenhamos um planejamento de fossas biodigestoras e bases na permacultura. Então, existem planejamentos e propostas possíveis de se implantar.

E para a área urbana, principalmente na parte de sustentabilidade fazer um levantamento do que tem de comércio e serviços na área urbana, para que possa gerar economia interna. Muitos falam: Ah! Não tenho emprego. Mas existe um levantamento feito nessas regiões para saber exatamente o que tem e o que existe para gerar economia interna. Isso é importante. E fazer uma capacitação de empreendedorismo para as pessoas dessas regiões. Temos essa área de preservação e temos de manter isso como uma área rural. Essa área ocupada pela área urbana, tem de ser protegida e não pode acontecer o avanço. Minha preocupação é o avanço da área urbana, na área rural.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Com a palavra a Sra. Cileia.

A SRA. CILEIA – Saúdo todas as opiniões e diversidades de pensamento. No mínimo é curioso se pensar em desenvolvimento humano, em democracia, sem se falar em educação e cultura. Democracia se dá em um diálogo. O diálogo só acontece quando as duas partes podem falar. E ambas são escutadas. No exercício de democracia acredito que falta no plano como acontecer essa democracia. Sou atriz e pedagogo e trabalhei muito e trabalho com as escolas e já entrei e uma sala de aula e perguntei: quem gosta de teatro? Dois alunos levantaram a mão. Perguntei quem aqui já foi no teatro? Os mesmos dois levantaram a mão. Ai você fala: eles não vão ao teatro porque é caro. Ai você pergunta, na mesma sala de aula: quem já foi no Play Center? Todos levantam a mão. É uma questão de olhar. A realidade muitas vezes é mostrada, distorcida. Como preservar uma informação correta, direta. Porque democracia sem educação é uma tentativa de uma massa de manobra. Encerro com duas frases que para mim se completam. Uma do meu amigo Arnaldo Antunes: “Eu não quero só comida, quero comida, diversão e arte” e Brecht, “Pensar é divertido”. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Cileia, vamos uma casa de cultura em Parelheiros. Passo a palavra ao Sr. Denilson.

O SR. DENILSON – Boa noite a todos, sou do movimento popular de saúde, Parelheiros, Marsilac. Temos nossa luta pelo hospital de Parelheiros, como proposta queremos CEU na Casa Grande. Parelheiros é tão grande que precisaria de um CEU para cada bairro, como não é possível vamos brigar e cobrar das nossas autoridades presentes que seja incluída o CEU na Casa Grande.

Em relação aos demais debates, o movimento popular de saúde, faz uma luta há tempo, pela construção do hospital de Parelheiros e nós participamos também de outros movimentos. Os parlamentares que mais contribui e que mais abre as portas de seus gabinetes para o movimento popular de saúde é o gabinete do vereador Alfredinho, Ricardo Nunes. Ai não é falta de convidar outros para a luta. É que outros gostam mais da parte do circo armado, a festa, o confete, o pedido do voto e compromissos são poucos. Quando dizem que os vereadores não lutam pela nossa região desconhecem a luta dos próprios movimentos sociais. Há muito tempo existe um projeto de esvaziamento dessa região. Para alguns quanto pior for o transporte, melhor, porque com isso não haverá crescimento populacional. Quanto pior as condições de saneamento básico, melhor, porque menos pessoas irão morar nessa região. Quanto pior for o acesso à educação, à moradia, melhor será para esses movimentos porque terá menos pessoas morando na nossa região. No entanto na Cidade de São Paulo, a região que mais cresceu, foi exatamente parelheiros. Cresceu com transporte precário, falta escolas, educação, ou seja, essas mesmas pessoas, respeito muito os militantes do Verde Meio Ambiente, tenho amizade com muitos deles, mas aqui não falo para as pessoas, mas para a militância, temos de olhar primeiro para as pessoas. O Meio Ambiente sem as pessoas não fazem sentido e muitas pessoas que lutaram para derrubar muitas casas em Vargem Grande, Colônia, Erplin, Aruã e vários outros lugares, não pensa no morador, essas pessoas cada vez mas lutam para expulsar os moradores. E são esses mesmos que hoje chama a população para luta contra aeroporto. Para mim há alguma coisa sem sentido. Quer dizer os camaradas não quer que você tenha uma boa escola, não quer que você tenha um transporte digno, não

quer que você tenha vida boa, no entanto, quer que você abraça a luta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – A audiência pública do dia 9 será às 10hs na Câmara Municipal de São Paulo. Além dos projetos específicos citados será debatido a macrozona da região. Antes de encerrar quero dizer que todos estão de parabéns. As criticas que aconteceram, tiro de letra, não preciso me defender porque quem me conhece sabe da minha dedicação e minha luta. Só quem não luta, não me conhece. Quem vai para o parlamento tem de apresentar propostas, se não vai apresentar nada, não deveria ir. Todos estão de parabéns.

Nada mais havendo a declarar, está encerrada a presente audiência pública.



FL Nº 726

Anexo 01 – Volume 04

Proc. nº 01.688/2013

Liliane Jun Ogura – RF 11 095

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: SESC - PINHEIROS

DATA: 30 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Bom dia a todos. Obrigado pela presença.

Na qualidade de Presidente da Comissão de política urbana, metropolitana e meio ambiente, declaro abertos os trabalhos da 27ª audiência pública do PL 688/13, Plano Diretor Estratégico

Está presente também o Vereador Paulo Frange, Vice-Presidente desta Comissão, Sr. José Flavio Curi, Supervisor de Planejamento Urbano; quero agradecer o Sr. Carlos Rodolfo Cabral, Gerente de Relações Públicas do SESC, que nos cedeu gentilmente este auditório e todo o espaço, aliás do trabalho espetacular que a Federação do Comércio faz, que são esses SESC's pelo Estado todo; o Sr. Fernando Bruno, Diretor do Departamento de Controle da Função Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que vai apresentar o Plano Diretor Estratégico, assunto da nossa discussão de hoje.

Sobre o Plano Diretor Estratégico, obviamente, temos procurado despolitiza-lo ao máximo, ou seja, não tratar o plano diretor da Cidade como uma questão de situação e oposição, até porque a gente sabe que o plano diretor é quase a constituição da Cidade, em termos urbanísticos, então, ele precisa estar acima de questões políticas mesquinhas e pequenas, então, temos procurado fazer um trabalho bastante profissional. Sou o Presidente da Comissão, o Vereador Nabil Bonduki é o Relator do projeto; Vereador Paulo Frange, do PTB, é Vice-Presidente da Comissão; e o trabalho que temos feito é absolutamente profissional e sintonizado com o que nós pretendemos, que são essas audiências públicas, porque entendemos que – eu pelo menos, com os cinco anos que fiquei na Prefeitura, aprendi – quem conhece os problemas e as prioridades de um lugar é quem mora e trabalha no lugar; a cidade no Power Point é facinha de compreender, o difícil é o dia a dia dela nas diversas regiões. São Paulo é uma Cidade imensa, com problemas completamente diferentes, com prioridades diferentes em cada um de seus pontos, com prioridades também diferentes. No papel se consegue planejar a cidade ideal, como sempre digo: a cidade do *power point*. O duro é compatibilizar isso com a cidade real. São Paulo é uma cidade que tem um gigantesco passivo para ser resolvido. É muito difícil só ficar planejando o futuro e imaginando que você está partindo da estaca zero. Você não está partindo da estaca zero. Existe uma cidade com problemas gigantescos a serem resolvidos, em paralelo, você tem que planejar o seu futuro, ou seja, consertar o avião em pleno voo. Não dá para descer para fazer a manutenção.

Esse plano diretor tem vários pontos que eu vejo problemas e que temos que discutir bastante, é o caso do adensamento nos eixos de transporte, dando coeficiente 4, indiscriminadamente, nos eixos como um todo.

Obviamente que vai se tentar o coeficiente 4, quando se faz o adensamento, peguemos o exemplo da Radial Leste, vão adensar perto da Mooca e não no Aricanduva, onde precisa. Acho que temos que criar novas centralidades, levar infraestrutura para o resto da cidade, criar novos centros, levar a infraestrutura onde as pessoas estão morando e não obrigarem as pessoas a mudarem de lugar para ter acesso à infraestrutura. Isso me parece algo lógico e uma das coisas fundamentais para isso é a regularização fundiária. Quando se vai a zona Sul de São Paulo, para baixo do Campo Limpo, provavelmente, moram 2.2 milhões de pessoas, quando olhamos as questões de zoneamento, é tudo área de manancial. Portanto, lá é tudo irregular e, por ser tudo irregular, não tem atividade econômica praticamente nenhuma. A que tiver está lá à mercê dos acharques de fiscalização e outros problemas, porque à rigor não poderia ter, como não poderia ter gente morando, mas moram. Só que essas pessoas, para trabalharem, têm que se deslocar todos os dias, por duas horas ou duas horas e meia de ônibus e metrô até o trabalho.

Quero anunciar a presença do nosso Vereador Nabil Bonduki, que é o Urbanista da turma

Metade da população de São Paulo, pelo menos, dorme menos do que cinco horas na cama, tenho certeza absoluta disso. Dormem a diferença dentro transporte urbano, que tem preço alemão e qualidade cubana, é de quinta categoria, a gente sabe disso.

Essas coisas têm que ser previstas, temos que pensar. Não é um simples coeficiente 4 nos eixos de transportes que vai resolver esse problema, porque se parte do princípio que todos os corredores de ônibus que estejam vazios e que os ônibus e estações de metrô também estejam vazios. Sabemos que essa não é a realidade.

Temos que tentar fazer dessa São Paulo uma São Paulo melhor. Quando falam: a gente vê nos jornais e revistas que São Paulo é uma cidade moderna, contemporânea, comparam São Paulo com Nova Iorque. Acho que só dá para comparar o quadrilátero da Paulista até a Faria Lima, da Rebouças até a Nove de Julho, o resto está mais comparável a Nairobi do que qualquer coisa como Nova Iorque ou outra cidade desenvolvida, infelizmente.

Acho que temos que correr atrás do prejuízo e andar rápido para não perder o bonde do futuro. São as coisas que temos que pensar nesse plano diretor. Também temos que pensar questões importantes como os bairros preservados, a história da cidade, não deixar a especulação imobiliária e as pressões passarem por cima disso, enfim, há uma série de coisas que nós só conseguiremos fazer com a ajuda da sociedade e, principalmente, despolitizando essa discussão, tratando o plano diretor como efetivamente um projeto importante para a cidade e para o seu desenvolvimento, que tem que ficar acima de questões partidárias. Até agora temos conseguido isso, vamos ver se no ano eleitoral que temos para frente a gente consegue manter o ritmo. Acredito que, no que depender desta Comissão, nós vamos conseguir.

Quero saber se o Vereador Paulo Frange quer falar agora, depois o Vereador Nabil Bonduki e passamos à apresentação do plano diretor.

O SR. PAULO FRANGE - Obrigado, Presidente Matarazzo, mas, cumprindo o rito que temos tido ao longo das audiências públicas, estamos aqui hoje muito mais para ouvir a população do que propriamente para ficar falando. Temos que fazer uma introdução mas aqui temos uma preocupação muito grande. A macrorregião centro-oeste nos causa uma preocupação muito grande com o futuro e com o que vai acontecer com aquele espaço gigante do CEAGESP, se continua lá ou não; ao meio, uma zona industrial que começa na região Oeste e termina na divisa com Osasco, uma região que tem indústrias, e ninguém fez nada pelas indústrias ao longo do tempo. Das seis empresas que visitamos hoje têm 30 mil funcionários; não têm segurança; têm três turnos de trabalho, funcionários são assaltados na entrada e na saída, falta iluminação; falta fibra ótica, não conseguem chegar e abrir novos canais de telefonia, a carga de energia não é suficiente, enfim, abandonados à própria sorte, uma zona industrial rica, aqui do lado; um pouquinho mais à frente, um problema que envolve o Jockey Club, e que nós estamos tratando na Câmara numa discussão que trata de transformar aquela área toda num grande parque e, quem sabe, com o hipódromo no meio, como acontece na Argentina, a beleza que é a participação da cidade inteira naquela região e quem quer ver a corrida de cavalos tem o seu hipódromo localizado, para que a gente possa preservar aquele verde. Aquilo ali não pode deixar de ser área de permeabilização da região. Nós vamos encontrar os mesmos problemas que encontramos na zona Leste porque Raposo Tavares, João XXIII, Jaguaré, temos uma carência enorme de habitações de interesse social, portanto, vamos tratar desses mesmos assuntos. Mas para cá, vamos tratar dos problemas das incomodidades que existem as atividades que estão aqui e não deixam aqueles que estão nas zonas residenciais dormirem, temos um conflito muito grande nessa região, sempre discussões que envolvem o problema do ruído. Enfim, queremos ouvir mais de vocês porque temos uma ideia de tudo o que acontece aqui - todos nós da Comissão - mas não temos muito o que falar hoje, a não ser ao final, queremos muito é ouvir para aprimorarmos isso. Não deixem de utilizar os meios eletrônicos para passar informações para a Câmara, que tem no seu site um espaço específico para adicionarem ideias e propostas, fale com algum Vereador próximo de você se você tem dificuldade passe por e-mail para a Câmara, mande carta, vamos passar o site, para que a sociedade participe mais. Por problema da mobilidade urbana, nem todos podem também estar aqui presentes, mas hoje os canais eletrônicos ajudam muito.

O Vereador Nabil Bonduki passará qual é o canal da Câmara que está recebendo

sugestões, porque ele está selecionando tudo isso para que a gente possa, depois, constituir no relatório.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Também quero agradecer Vereador Paulo Frange e anunciar a presença do Danilo Miranda, Diretor do SESC. Quer nos dar uma palavra, Danilo? Danilo e toda sua equipe é um dos principais responsáveis pelo sucesso que o SESC, pelo papel que o SESC tem em todo o nosso Estado: o Danilo está desde o início da gestão do Abram e criaram essa estrutura de cultura que é o SESC, que eu diria que faz quase ou melhor do que o papel do Estado nas atividades.

O SR. DANILO MIRANDA – Andrea, muito obrigado. Obrigado, Nabil e vocês todos. É um prazer muito grande abrimos o espaço da nossa instituição em Pinheiros, com o objetivo de promover, ajudar e colaborar nessa discussão. Nós estamos muito empenhados nesse assunto, primeiro como participantes da discussão, como cidadãos, como pessoas que estão trabalhando e vivendo numa cidade como São Paulo, com as características que nós temos. Então, esse é um lado importante, um lado da ação política, independente da questão partidária, independente mesmo da questão de envolvimento ou não com a administração pública diretamente. É obrigação da sociedade civil pensar na sua cidade. Nós como cidadãos, como instituição aqui em São Paulo, estamos envolvidos de várias maneiras, abrindo espaços, participando intensamente dessas discussões sobre mobilidade, sobre toda questão da Educação, Saúde, Cultura, questão das áreas verdes, lazer. Tudo aquilo que diz respeito à cidadania nos interessa e de alguma forma, estamos envolvidos. Temos todo interesse em opinar, ouvir opiniões, manifestar etc. Em segundo lugar temos um mecanismo criado esse ano com objetivo, exatamente, de dar vazão a toda essa perspectiva que é o Sampa Criativa, que é uma proposta, uma plataforma, um site, um portal, um espaço na internet, ou que seja, o nome que queira dar a esse tipo de ação com o objetivo das pessoas se manifestarem. O que fazemos com as manifestações que lá mandamos? Direcionamos para as autoridades: Poder Público, Poder Executivo, Legislativo, com o objetivo de formar esse caldo de cultura, essa ebulição importante que está ocorrendo na Cidade de São Paulo em que a cidadania é convocada a participar e dar opinião, desde o ponto de ônibus na porta da sua casa até o pensamento sobre a mobilidade inteira da grande São Paulo e tudo que diz respeito à Cidade de São Paulo. Se não participarmos, não desenvolveremos. Se não nos interessarmos por isso de uma maneira séria, competente, de maneira voltada para o interesse público, não para o interesse individual, todo grupo, ou da minha categoria, ou daquilo que sou. Se eu sou empresário ou trabalhador, Claro, por interesse geral, se eu faço isso com essa intenção estou colaborando com a cidade. É nesse sentido que temos nossas unidades todas, abertos para ajudar nessa discussão. Portanto é um prazer enorme tê-los aqui e espero que a gente ajude um pouquinho colocando mais um tijolinho nessa construção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Passo a palavra ao nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NAVBIL BONDUKI – Bom dia a todos. É um prazer em estar aqui em mais uma audiência pública sobre a revisão do plano diretor estratégico da Cidade de São Paulo PL 688/13. Falo nessa primeira fala, mais como relator do projeto. Vou explicar um pouquinho essa tramitação e qual nosso horizonte, acredito ser de grande importância para todos que vieram participar desse processo. O projeto de lei, é um PL do Executivo, chegou à Câmara Municipal de São Paulo em setembro, foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e agora está na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, comissão de mérito do projeto, isso significa que é a comissão que irá fazer um parecer sobre conteúdo do projeto. O nobre Vereador Andrea, presidente, me indicou para ser o relator do projeto, significa que eu terei a responsabilidade, claro que em conjunto com outros Srs. Vereadores, mas com a responsabilidade mais centrada em mim, de sistematizar todas as questões que estão sendo trazidas pela sociedade, ou seja, organizar as críticas, as sugestões, os acréscimos, as supressões, as modificações no projeto de lei. Também tem a responsabilidade

de fazer uma análise técnica da proposta para que possamos ter a melhor proposta do Plano Diretor que a Cidade de São Paulo. Nós estamos em momento crucial de São Paulo. São Paulo passa por uma crise séria que não é só de mobilidade, é uma crise de habitação, de meio ambiente, até de identidade das pessoas com a cidade. O Plano Diretor é uma oportunidade, por ser um projeto abrangente, que trata esses problemas de maneira integrada, não podemos tratar esses problemas de maneira fragmentada. Não é porque um problema, uma questão se relaciona com as outras. Quando eu não garanto condições adequadas de moradias na cidade, estamos gerando problemas ambientais, aliás tem sido a nossa tradição. População de baixa renda sem alternativa de adaptação, acaba se alojando nas áreas vulneráveis do ponto de vista ambiental que aquelas que deveriam ficar preservadas. Temos de fazer essa releitura do projeto, para, no seu aperfeiçoamento, a Câmara Municipal de São Paulo, vai oferecer à cidade, um projeto substitutivo, projeto que aperfeiçoa o projeto que veio a Câmara Municipal de São Paulo pelo Executivo. É claro que isso será feito, está previsto que o próprio Executivo será o interlocutor importante. O Executivo que irá implementar esse projeto. Ele tem condições técnicas de contribuir também nesse processo de aperfeiçoamento. Estamos aqui em um processo de avaliação de escuta.

Passo alguns dados elaborados pela minha assessoria, para que todos possam ter ideia do processo. Estamos aqui na terceira audiência pública macro regional. Estruturamos o processo participativo em três tipos de audiência pública: Macro regional, uma para cada uma das quatro macros regiões. Que são reuniões que tem sido convocadas, inclusive pelas rádios e televisão. Audiências Públicas por subprefeitura. Vamos ter agora, nessa semana, ao Butantã, segunda-feira; Lapa, quinta-feira, dia 5; no próximo sábado à tarde em Pinheiros. São audiências públicas das subprefeituras. As audiências públicas, embora falando de macro regional e de subprefeitura, são audiências públicas do projeto de lei. Ele não está dividido por regiões. É claro que em cada região, se discute qual o impacto da proposta naquela região e quais são as questões específicas daquela região que não estão contempladas no projeto de lei, ou que estão mal contempladas ou que precisam ser modificadas. Mas a manifestação de todos os senhores pode ser feito em relação a qualquer aspecto. Ou em qualquer região da cidade. Audiência Pública na região é uma maneira de trazer a Câmara Municipal de São Paulo, para mais perto dos bairros, das subprefeituras, das regiões para que as pessoas tenham mais condições de participar. Já fizemos 25 audiências públicas, até esse momento. Tem sido uma grande maratona na Câmara Municipal de São Paulo, para poder realizar essas audiências. Temos nos dividido. Estive presente em 21 dessas 25. Não consegui estar em todas, infelizmente, porque cada audiência é uma oportunidade de conhecer melhor o projeto. Por meio daquilo que as pessoas falam, do olhar específico para a região, entendemos melhor o projeto.

Dessas audiências públicas, 18 foram Regionais, em Subprefeituras ou macrorregionais, e sete temáticas, aquelas voltadas para temas específicos. Realizamos uma de mobilidade, uma de habitação com mais de duas mil pessoas – que nem cabia no espaço -, uma muito boa de meio ambiente - na segunda-feira passada - e uma sobre gestão participativa. Já recebemos 274 contribuições, com um total de cerca de 1.500 participantes, sem contar aqueles que ficaram nas salas com telão para poderem acompanhar. No caso da reunião da habitação, algumas pessoas ficaram no auditório externo da Câmara – esses não foram registrados. Temos um registro de 1.500 contribuições; dos quais 150 – mais ou menos – de movimentos sociais, 55 do Poder Público, 20 de entidades profissionais, 30 de municipais e 20 não informaram.

Quero também dizer que todas as audiências públicas estão sendo gravadas, serão transcritas e sistematizadas. Todas as contribuições serão relacionadas com o trecho do Plano Diretor que trata do assunto. Se forem de assuntos que não se referem ao Plano Diretor, as pessoas receberão retorno. Aliás, em todos os casos as pessoas receberão retorno, ou seja, se foi ou não contemplado, se foi parcialmente contemplado ou se não se relacionava com o assunto Plano Diretor. Muitas vezes aparecem questões que não vão ser tratadas no Plano

Diretor, mas que poderão ser tratadas depois na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Obras ou nos Planos Regionais.

Na cidade de São Paulo existe um processo de planejamento. O Plano Diretor – vamos dizer assim – é a peça mais geral, que dá as grandes diretrizes para o desenvolvimento da cidade. Na sequência, teremos a discussão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, da revisão do Código de Obras e dos Planos Regionais e de Bairros, que são parte do Plano Regional, mas nascem da sociedade e muitos bairros têm trabalhado nessa perspectiva.

Então, é isso. Além desse canal – que o Vereador Paulo Frange falou há pouco –, temos um canal digital no portal da Câmara: www.camara.sp.gov.br, onde todos podem mandar sua contribuição. Isso, inclusive, facilita muito o nosso trabalho, indicar qual o artigo ou o inciso a que está se referindo ou se algo precisa ser acrescentado. Em suma, dispomos de uma possibilidade ampla de participação.

Evidentemente, todos sabem que não é a participação pura e simples, isto é a proposta de alguém ser automaticamente incorporada no projeto. Mas isso é considerado e levado em conta. Evidentemente, quando a gente sente que existe um grande processo, envolvendo muitas entidades diferentes, não adianta a mesma falar por 20 vezes, mas quando são muitas se referindo a um mesmo tema é porque ele tem uma adesão muito grande e precisa ser contemplado ou sofrer modificação.

Era isso. Quero chamar a atenção ao fato de que o Plano Diretor não é um projeto de Governo, é de Estado – vamos dizer assim –, é um projeto de longo prazo. Terá de ser obedecido por todos os Governos. A gente, inclusive, tem de mobilizar a sociedade para que ela defenda o que for definido, porque – podem ter certeza –, o que for definido será aquilo que é o melhor denominador comum de todo esse processo.

Estaremos até o fim para ouvir todos que quiserem se manifestar.

Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – A de Pinheiros será no dia 7, sábado, à tarde, às 14h

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Será na Faculdade Sumaré. Depois daremos o endereço correto

Passo a palavra ao Sr. Fernando Bruno, que fará a apresentação do projeto do Plano Diretor focando mais, obviamente, a região – se for possível.

O SR. FERNANDO BRUNO – Bom dia a todos. Esse ciclo de audiências públicas é uma atividade da Câmara Municipal de São Paulo, mas o Poder Executivo – represento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e o próprio Executivo – comparece em nome da harmonia entre os Poderes e para facilitar e colaborar na discussão.

Todos receberam a publicação da íntegra do projeto de lei do Novo Plano Diretor Estratégico e outras publicações. Pretendo não repetir o que já consta no texto, mas expor qual seria a lógica que vigorou e regeu a elaboração da proposta, os pontos essenciais e estratégicos que redundaram nessa minuta, ora em discussão na Câmara Municipal de São Paulo.

Antes de tudo, por que rever o Plano Diretor? Nosso Plano Diretor Estratégico é de 2002. Por que iniciamos – na gestão anterior – o processo de revisão? Há algumas questões formais. O próprio Estatuto da Cidade, a Lei Federal 10.257, exige que, no mínimo, a cada dez anos, para todos os Municípios, os Planos Diretores sejam revistos. Mas a questão não é tanto formal e jurídica e sim o fato de que em dez anos – no nosso caso, já ultrapassamos esse período, estamos indo para o 11º –, ainda mais nos tempos que correm, a cidade muda muito. As dinâmicas da Cidade – algumas permanecem – mas outras mudam de maneira fortíssima.

Então, a questão da mobilidade, que hoje – desculpem a redundância – mobiliza a todos e todas, não é por acaso. É um processo que não era tão perceptível, ou era, mas a gente não alcançava ainda suas dimensões reais, em 2002, quando da elaboração do antigo Plano Diretor. Essa deve ser a nossa maior preocupação. Mas do que rever, porque a Lei Federal assim determina, é porque muita coisa aconteceu em dez anos e nos obriga, enquanto

Poder Público e sociedade, a rediscutir as bases do planejamento na nossa Cidade, quiçá na nossa região.

Qual é essa lógica? Vou passar apenas os *slides* que considero mais importantes para a compreensão e leitura do texto que todos, evidentemente, farão.

- O Sr. Fernando Bruno passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. FERNANDO BRUNO - Essa é a estrutura formal, como está organizado o texto. Não vou tratar do Título 1, mas quero chamar a atenção para ele. Há alguns princípios relevantes do Plano Diretor: a função social da propriedade, imóvel urbano, a função social da Cidade, a equidade – isso é muito importante numa Cidade tão injusta como ainda é São Paulo. Esses princípios são também muito importantes. Queria que vocês dessem atenção a eles.

Vou passar ao Título 2, que diz respeito à ordenação territorial. De onde se partiu de qual diagnóstico, de quais premissas para depois desdobrar a ordenação territorial.

A primeira abordagem é de macrozona, que a gente chama. Então a gente vai encontrar em verde, não sei se a comparação é boa, mas verde é aquilo que se tivéssemos um planejamento mais estruturado há décadas, é aquilo que não deveria ter sido ocupado. Evidentemente se fala. Mas aqui tem várias ocupações, quase tudo, parte considerável está ocupada. Nós sabemos disso, mas isso é o que não deveria ser ocupado, ou deveria ter sido ocupado de outra maneira. Isso fica evidente quando a gente vê as bordas de Guarapiranga e Billings, entre outros. Lá no extremo as várzeas do Tietê, aqui na região, indo para Taboão, em torno da Raposo Tavares, lá em cima na Cantareira, aquilo que não deveria ter sido. Isso é o primeiro elemento para o nosso raciocínio, para a gente desdobrar. Essas duas macrozonas, a verde e a amarelinha, a macrozona de estruturação e qualificação urbana, que é a amarelinha, aquilo que deveria realmente ter sido ocupado e o foi em condições diversas, mas o foi, e a macrozona de proteção e recuperação ambiental, a partir delas é que vamos organizar as macroáreas, ou vamos propor macroáreas. No campo da macrozona de proteção e recuperação ambiental, que é aquele verde, nós vamos ter quatro macroáreas. Vocês vão perceber que algumas se repetem. Então preservação de ecossistemas naturais, macroáreas de proteção urbana e uso sustentável, recuperação urbana e ambiental e a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, que por sinal se repete lá. E lá também vamos a macroárea de estruturação metropolitana, eu vou me deter um pouco nela, e a de qualificação e urbanização consolidada, onde, aliá, estamos. A nosso aqui é uma macroárea de urbanização consolidada. Então resultado nesse mapa aqui.

Vocês vão perceber que o verdinho que apontei no primeiro já começa a se desdobrar, não só o verdinho, como o amarelo também, que era macrozona consolidada, já começa a se desdobrar. Esse mapa já leva o nosso mapa para algumas peculiaridades. Nos extremos, por exemplo, Capivari-Monos, aqui embaixo, lá em cima o que sobrou da Serra da Cantareira, macroárea de preservação de sistemas naturais, o verde um pouco mais claro, aqui ao longo do Rodoanel também, uma área de preservação mais intensa. Vocês podem perceber que o verde mais forte é onde temos ainda uma parcela considerável de mata íntegra, mata nativa, um bom percentual. E aí a gente vai subindo, a macroárea de contenção urbana e uso sustentável, o verde mais claro, aí já mesclando esse amarelo mais claro à macroárea de recuperação urbana e ambiental, e o amarelo um pouco mais escuro, já chegando mais perto de nós, inclusive, várias situações dessa, que é a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana. O nome vulnerabilidade urbana não é à toa, é onde encontramos as maiores, mais graves irregularidades no uso do solo, os maiores problemas da ausência de equipamentos públicos e de infraestrutura urbana, onde tem que ter uma atenção muito grande nossa, porque ali está marcada uma parcela considerável da desigualdade, ali está territorializado muito da desigualdade dessa Cidade.

A macroárea de qualificação e urbanização consolidada, que não chega a ser o oposto, mas é uma situação diferente, é onde temos mais infraestrutura, temos mais equipamentos públicos, temos população com acesso a lazer, a cultura, de maneira geral, que

esse laran a. Por fim, não sei que cor essa, acho que um vermelho. A macroárea de estruturação metropolitana, que vou tratar um pouco, que vai se desenvolver de forma mais larga e se desenvolver de forma mais estreita. Segue a Rodovia Airton Senna, segue a Marginal Tietê, a Marginal Pinheiros em toda a sua extensão, se desenvolver, abrindo e se desenvolver, afunilando, ingressa na Cupecê e na Jacuporego, no extremo Leste.

Podemos dizer reorientado pelas planícies aluviais, as planícies dos grandes cursos de rios, e por onde transitam 2.5 milhões de pessoas todos os dias através de cargas de toda a intensidade. Conecta-se com o resto da região metropolitana e até mesmo com a região metropolitana de Campinas e da Baixada e até mesmo ao longo do Tamanduateí no ABC e no Centro. Há uma peculiaridade importante dessa macroárea, que vou comentar oportunamente.

Agora, as macroáreas isoladas. Como falei, área de preservação de ecossistemas naturais ao longo do Sul do Rodoanel, Parque do Estado, Caivari Monos, Serra da Cantareira. A desconexão urbana e uso sustentável - que já tem uma ocupação, mas também tem impactos ambientais muito maiores a serem sanados.

A macroárea de recuperação urbana e ambiental onde esses impactos são ainda mais graves pela proximidade, como disse, da Usina Iranga e da Billings, entorno da Cantareira. A macroárea de redução de vulnerabilidade...

Estou pensando rápido, mas ao lado, para cada macroárea, a gente coloca os principais instrumentos aplicáveis. Eu não vou me deter a cada instrumento, mas os instrumentos são as ferramentas, ou seja, as possibilidades jurídicas, institucionais e até mesmo políticas que o Poder Público tem para interferir nas peculiaridades de cada uma das macroáreas e até mesmo das zonas específicas.

Alguns desses instrumentos são bastante conhecidos e as pessoas já se apropriam mais como o caso das EIS, Zonas Especiais de Interesse Social, a antiga EPEC, Zona Especial de Preservação Cultural. Outros, nem tanto, pois não são tão conhecidos ou não foram desenvolvidos como queríamos, como o Direito de Superfície e o Direito de Preempção. Alguns são novidades, ou estarem incorporados, ou estarem no planejamento urbano, caso do pagamento ou restrição de serviços ambientais, termo de compromisso ambiental, cota de solidariedade - que não aparece nesta macroárea, mas aparece em outras -, arrecadação de bens abandonados. Alguns já estavam em vigor desde 2002, outros são novidades.

A macroárea de redução de vulnerabilidade urbana onde está a maior parte da irregularidade no uso do solo, a maior ausência de equipamentos públicos, de infraestrutura, onde temos de ter um cuidado muito maior.

A macroárea de qualificação e urbanização consolidada quase o oposto onde se tem a maior oferta de infraestrutura e de equipamentos.

Por fim, a macroárea de estruturação metropolitana, que apresentei no início. Aqui um olhar mais próximo da nossa região Centro-Oeste. Um pouquinho mais... vocês vão ver que temos quatro situações, temos a redução da vulnerabilidade, temos a metropolitana, macroárea metropolitana, a macroárea de requalificação, mas é estruturada. Temos pelo menos, quatro situações aqui.

E aqui no canto - não sei se Jardim Providência aqui, imagino que seja - ou não - é uma área de Preservação. Temos situações, então, aqui, para nós, pelo menos quatro das situações que narrei antes.

que narrei antes

O Plano Diretor não cresce a detalhes do zoneamento. Isso feito em seguida, vamos dizer, aquilo que realmente vai reorientar no cotidiano do uso de cada lote, de cada imóvel das cidades. Esse efeito do Lei do uso do solo, que é a sequência do Plano Diretor. Mas ele já coloca algumas coisas que são igualmente estratégicas, que são a definição dessas zonas que serão de fato alocadas no território da Cidade e, especialmente das Zonas Especiais.

Então, a definição de cada zona é teremos a contada no Plano Diretor.

No canto aqui, vamos dizer assim, as zonas ordinárias, as comuns, as zonas

exclusivamente residenciais as de rotação ambiental e ali no canto, as principais zonas especiais, as de interesse social e a de Preservação cultural.

Esse mapa é uma distribuição de um tipo desse zoneamento especial. Não vou apresentar de todos, mas a distribuição de um tipo, e muito importante que são as zonas Especiais de Interesse

as zonas Especiais de Interesse Social

Há quatro categorias de zonas Especiais de Interesse Social, 1, 2, 3, e

De pois vou mostrar mais detalhadamente, acho que já está aqui: a distribuição dessa essas leis aqui também mais próximo de nós.

O mapa não ajuda muito, mas vocês vão ver também que aqui no Centro-Oeste temos, pelo menos, as três principais: a EIS 1, que aquela é ocupada por ocupação de baixa renda, ela é com nichos de moradia, de ocupações EIS 2 e EIS 3, que são aquelas onde pode até haver ocupação mas vocês tem

mas onde se tem, basicamente, áreas vazias ainda, áreas asséveis, portanto, de serem utilizadas para acomodar Habitação de Interesse Social, tanto para o revolvimento abitacional como para ajudar a resolver essas irregularidades que são as da EIS 1

Não teremos aqui EIS, a única situação que não teremos, porque a EIS quatro basicamente uma ocupação em área de reservação de mananciais.

Mas as outras todas nós temos. A favela ali próximo do Jaguar, de no canto, só para dar um exemplo, aqui próximo Jaguar.

Esse é fácil para mim porque eu sou morador do Jaguar, então, aqui eu me sinto um pouco mais em casa

E é como que pretendemos utilizar essas EIS. Vocês vão utilizar vocês vão observar

vocês vão observar que temos, cruzando aqui, aquela EIS com o que chamamos de HIS - Habitação de Interesse Social.

Habitação de Interesse Social 1 são aqueles em rendimentos voltados para a ocupação de até 2.03 reais - ocupação que realmente tem muito mais dificuldade para acessar moradia, com renda familiar de 2.03 reais

HIS 2, aquelas que têm a renda familiar até 3.06 reais.

E o HMP é um atamar acima, passa de 7.300 reais de renda familiar. Quer dizer, um segmento que, na verdade, o próprio mercado de incorporação e construção acaba por absorver, consegue absorver.

Aqui um ponto que posso falar com tranquilidade porque um ponto que está dando muita importância porque que as cidades não pode mais se expandir, territorialmente, para as franjas para as franjas. Não é como, ao contrário, muito pelo contrário. Temos de ter um tratamento especial, porque ela se expandiu nas franjas para muito além do que poderia. Onde vamos alocar, reestruturar e colocar os usos, tanto os residenciais como também os não residenciais, com comércio e indústria de todo o norte. Se temos de conter, quando vamos realocar essas situações. A primeira é mais importante que tem dado grande importância o que chamamos de rede de transformação e estruturação urbana e, principalmente, os eixos que chamamos de eixos de transformação.

A questão não são as vias em si, não o leito carroçável, mas o fato de que alguns sistemas de mobilidade dentro da Cidade ainda tem capacidade para receber novos usos, pelo menos na perspectiva do Poder Executivo. Com uma disciplina jurídica, mas ainda tem condições de fazer isso. Os elementos estruturadores são todos aqueles que servem ao transporte coletivo.

Em geral temos alguns desses principais eixos de mobilidade urbana. Desde a Teotônio Vilela, passando pelo que seria o plano de avenidas, lá na zona Norte, e as áreas de influência, o sistema é avançando para dentro da quadra para o miolo do bairro um pouco. Essa faixa pode variar, não dá para ver aqui na escala, são áreas de influência, a que chamamos que a Cidade pode acomodar novos usos. Esse mapa é o mesmo anterior, com

alguns acréscimos, ali em Salmão é a área revista de trilho até 2016 e, em amarelo escuro, a área de influência, para 2006, o transpõe sobre trilho e do corredor de nibus até 2016.

Principalmente a que acordamos que a Cidade ainda acomoda usos especiais os residenciais de variados padrões, mas o que nos interessa mais é o padrão de interesse social, que precisamos ter mais atenção e também outros usos como o não residencial.

Para vocês entenderem o que é área de influência, temos o trem e aqui temos uma quadra que varia em torno de estações. Em torno de uma estação de metrô você tem uma pequena área de influência onde é possível acomodar novos usos, adensar um pouco mais a ocupação.

Esse é o mapa atual e o planejado até 2016. O que fundamenta essa perspectiva do Poder Executivo de que é possível adensar São Paulo termos uma ideia, deixa eu colocar a macroárea de qualificação da urbanização para a gente ter uma ideia. De todos, essa tabela não tem aqui, mas posso fornecer para quem quiser. Mostra basicamente que se você considerar a legislação de zoneamento, os proprietários de imóveis ou os usuários do solo urbano nos corredores existentes não usam o que poderiam usar, não construíram aquilo que poderiam construir.

Se pensarmos só do ponto de vista legal essas áreas não conseguem a ser exatamente subutilizadas, mas estão utilizadas abaixo do que poderiam. Claro que fazer essa conta é um dia com licado, é a história de colocar a cabeça no forno e o pé no congelador. Na maioria, a temperatura está agradável, mas o suco morre do mesmo jeito.

Vou chegar a um dado para vocês verem, corredores existentes na macroárea de qualificação consolidada. Poderíamos ter 5 mil metros quadrados construídos, mas não temos. Temos menos da metade disso. Isso se deve ao fato de que alguns lotes podem ser mais utilizados. Também é o fato de que temos áreas não utilizadas, com letamento variadas. Partimos da premissa de que dá para adensar bem mais nesses corredores servidos pela infraestrutura de mobilidade, mas não só isso, a de drenagem de água, etc. Essa tabela vai se repetir em todas as macroáreas. Em todas as macroáreas encontramos o mesmo fenômeno, os números variam, mas em alguns casos, inclusive, na vulnerabilidade urbana, que é bem baixa, nas regiões mais periféricas, o coeficiente de aproveitamento de 0,5. Poderia ser muito mais do que o dobro disso. Entendemos que se a cidade fizer isso

Só para as pessoas entenderem, coeficiente de aproveitamento é o quanto você pode construir em função da área do seu lote. Muito grosseiramente, se você tem um lote de mil metros quadrados, você poderá construir mil metros. Pode ter mil metros de área construída. Entra em cena a questão das áreas não construídas, especialmente vagas de garagem, mas o conceito de coeficiente de aproveitamento, o CA, é o quão

quanto aos instrumentos, respeito, não dá para ficarmos abordando cada um deles. Alguns são bastante conhecidos, maneirados, não são ortodoxos, mas também é a evolução, que é o caso de operações urbanas consorciadas, outorga onerosa, que eu já havia comentado, planos específicos, planos regionais. Outros, não é que se a novidade ou invenção, mas foram trazidos para o Plano Diretor como: o pagamento por restrição de serviços ambientais, a cota de solidariedade e os projetos de intervenção urbana. Há outros que são velhos conhecidos e nunca ou pelo menos até agora foram para frente, como por exemplo, o parcelamento de edificação ou utilização comulsória, mas que na nossa proposta ganha uma relevância muito maior.

Ora, se estamos concluindo que, ao longo dos eixos, com toda a infraestrutura, mobilidade e serviços, os lotes não estão sendo ocupados como deveriam, esse instrumento do parcelamento, edificação e utilização comulsória quer obrigar justamente, quer coibir as áreas ociosas, tanto aquelas sem construção como aquelas construídas, mas sem uso nenhum, esse instrumento ganha uma importância muito maior. É a questão dos imóveis que estão construídos, mas sem uso. É o galão de fábrica sem que a atividade ali dentro é o mesmo edifício residencial em que as unidades estão todas desocupadas.

Isso na nossa proposta não pode mais ser admissível. Essas duas situações, tanto o imóvel, o terreno não edificado, como aquele edificado mas não utilizado. Inclusive, vocês

podem observar, utilizado em todas as macroáreas, nas ZEISs, e, principalmente, nos eixos de estruturação que são aqueles que mostrei a vocês anteriormente. A conta da outorga onerosa, os recursos de outorga onerosa, quer dizer, poder construir um pouco acima do CA, coeficiente de aproveitamento, pagando por isso. Na proposta do nosso plano diretor, esse recurso vai todinho para as áreas de vulnerabilidade urbana, para infraestrutura, na proposta do Poder Executivo; transferência do potencial construtivo para preservação ambiental e – não é a mesma coisa que os eixos de estruturação – mas aqui estabelece uma lógica específica, áreas de estruturação local, no caso de se fazer intervenções urbanísticas numa região um pouco mais restrita, áreas de intervenção urbana, são intervenções urbanísticas, de requalificação, troca de infraestrutura, abertura de áreas verdes, numa região um pouco maior e a operação urbana consorciada, que já é conhecida, pelo menos, já temos outras situações aqui.

A última parte, passarei um pouco mais rápido, mas para quem quiser, tenho os mapas e slides acerca dos sistemas urbanos ambientais, áreas verdes, drenagem, coleta e destinação final de esgotos, também de resíduos sólidos, o que se pretende de ações dentro desses temas: áreas verdes, drenagem, resíduos e tal, o que se pretende no horizonte de 2016, de hoje até 2016; em algumas situações, até 2024.

A primeira é a questão das áreas verdes, o verde mais escuro mostra os parques municipais existentes, desde o Ibirapuera; e o verde mais claro, vocês podem observar uma predominância de parques lineares, olhem só a frequência de parques lineares, são os previstos no horizonte – repito – de 2016.

São as novas áreas verdes de uso comum do povo previstas. Podem até achar pouco, mas se a gente for somando aqui, estamos falando do horizonte de três anos. Não sei se é muito. Eu concordo que não seja muito, mas acho que não é pouco também não, para três anos, constando custo de desapropriação, projeto, implantação, sinceramente, para três anos, poderia ser mais, principalmente, perto da minha casa.

Agora, para três anos acho que está razoável. A gente vê o linear, e ele parece pequeno, mas, nessa escala, um parque linear passa de 600, 800 metros, 1 quilômetro ou 1,5 quilômetro. Pela legenda, não consigo olhar, mas eu trouxe o *power point*, caso queiram olhar e fazer a identificação de cada um deles.

Saneamento, isso está terrível. De qualquer forma, tão importante quanto o sistema, o centro de reservação – no meu tempo, a gente chamava de caixa d'água, mas, hoje em dia, não é mais isso – e as estações elevatórias e também aqui o tracejado vermelho, as adutoras a implantar. Temos um mapa – olhem –, então aqui o tracejado, talvez seja o mais importante, é a adutora a implantar para o fornecimento de água.

- Manifestação fora do microfone

R – Está menos borrado você quer dizer, porque esse aqui realmente está terrível.

Esse mapa é a questão do esgoto. Então em marrom a estação de tratamento existente. Em marrom mais fininho o interceptor existente para evitar a deposição in natura dos resíduos. Aquele marrom tracejado o interceptor planejado até 2015, e outro planejado até 2018. Então são políticas setoriais e não temos todas as informações sobre eles, e aqui na nossa região o que se pretende em termos de interceptor, principalmente Marginal Pinheiros, é claro, por motivos óbvios.

Aqui a coleta de resíduos sólidos. As cores estão ali, a legenda, o amarelo bem escuro é a estação de transbordo planejada e o losango vermelho o eco parque planejado. Central de processamento também, tanto a coleta seletiva de secos, coleta seletiva de orgânicos planejada.

Vamos ver os ecos pontos implantados e a inaugurar mais aqui ao sul e um aqui na Marginal Pinheiros e aqui, na altura do começo da Castelo. O sistema de mobilidade que dá muita polêmica. A classificação das vias do mapa maior ainda. Aqui as vias a melhorar e vias a abrir, quer dizer, ampliar.

Quero deixar bem claro, não sou da área de transporte e trânsito, mas aqui no nosso mapa via estrutural a melhorar é um gênero que comporta várias espécies, desde o

recapeamento, passando pelo alargamento e por outro tipo de obra. Então o alargamento é uma das possibilidades de melhoria das vias já existentes. Agora, o tracejado é mais claro.

Esse mapa é do sistema de transporte coletivo de vias, trem, estação planejada. Vejam que aqui temos vários horizontes, dois pelo menos: 2016 e 2025; monorail planejado para 2016 e para 2025 e temos duas dimensões temporais.

Equipamentos urbanos e sociais, esse não. O sistema de habitação em especial áreas de risco, o ponto aqui, as ações previstas, pelo menos, no plano diretor é a questão da redução da área de risco. Essa é nossa preocupação central e temos várias situações aqui, principalmente para o lado de lá da Marginal Pinheiros avançando para o Sudoeste, várias situações de áreas de risco, tanto áreas de deslizamento como baixos de linhões, áreas em APP, marginal de córregos, sujeitas, portanto, a inundações.

E tão importante quanto é a gestão democrática. Alguns elementos da gestão democrática já estão implantados, em funcionamento, como o próprio Conselho Municipal de Política Urbana, a Câmara Técnica de Legislação, a Comissão de Proteção. Mas há outros instrumentos para a sociedade utilizar que foram pouquíssimo utilizados. Com exceção talvez da audiência pública, como esta, alguns instrumentos em que sempre se apostou que seriam utilizados fartamente pela sociedade civil não o são, pelo menos com a intensidade que a gente gostaria.

- Fala fora do microfone.

O SR. ERNANDO - Iniciativa popular de projetos de lei e iniciativa popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Não estamos falando de planos complexos, talvez de diretrizes simples para o seu bairro.

- Fala fora do microfone.

O SR. ERNANDO - Veja, não estou dizendo por que isso aconteceu, não estou culpando o poder público nem a sociedade civil nem ninguém. O fato é que poderiam ser mais utilizados.

- Fala fora do microfone.

O SR. ERNANDO - Tudo bem. Vamos descobrir por que não são utilizados.

- Fala fora do microfone.

O SR. ERNANDO - Fundo de desenvolvimento urbano, que já existe e é mantido. Acho que a preocupação central de vocês está aqui, que isso funcione: sistema municipal de informações e instrumentos de monitoramento e avaliação. É muito bonito de falar, mas, se isso não funciona, o resto ou não funciona ou talvez funcione abaixo do que gostaríamos. Se esse último aqui não funcionar legal, os outros ficam ou ausentes ou capengas. Isso é mais ou menos óbvio.

Disposições finais e transitórias. É aquela questão que eu falei da área de estruturação metropolitana na Jacu-Pêssego e na Avenida Cupecê. O coeficiente de aproveitamento está sendo jogado bem para cima apenas para os não residenciais, então é incentivar a ocupação dos lotes, tanto os lindeiros como os próximos, tanto do eixo da Jacu-Pêssego como do eixo da Cupecê.

A nossa percepção é a seguinte: os usos econômicos já estão indo para esses eixos. Não é que vão começar a se instalar empresa de logística, supermercado, depósito, quicã banco, *call center*. Visão do poder público. Não que nesses dois eixos – Jacu-Pêssego e Cupecê –, esses usos passarão a se instalar lá porque estamos dando um coeficiente de aproveitamento quatro. Na nossa percepção isso já está acontecendo, só que talvez sem a disciplina adequada. Pelo menos é a visão – repito – do Poder Executivo.

Essa é a macroárea que eu falei. Aqui é o eixo da Jacu-Pêssego e aqui o da Cupecê. Parte considerável, imensa, da logística dos caminhões etc. já usa a Cupecê para acessar o ABC paulista a partir de Diadema e da Imigrantes – já fazem isso. Quem circula pela Cupecê vê o estado em que ela fica, porque é uma carga de transporte muito maior do que ela pode suportar hoje.

É isso, gente. O evento é da Câmara. É só uma lógica, uma estrutura. Obrigado.

pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Fernando, muito obrigado pela exposição. Acho que é a 14ª que vejo você fazer. Está ficando boa. Realmente está muito clara, muito objetiva.

Estamos com 30 inscritos. Estão fechadas as inscrições. São três minutos para cada um. Peço que se mantenham, por favor, dentro do tempo.

Vou chamar o Vereador Police Neto, que chegou. Muito prazer em recebê-lo.

Vamos começar a chamar os inscritos. Vamos chamar o João Vitor, morador do Butantã. Depois, a Sra. Sueli Mandelbaum, do Defenda São Paulo.

O SR. JOÃO VITOR – Bom dia. Eu não esperava ser o primeiro a falar, mas queria que a gente pudesse debater mais aprofundadamente alguns pontos da nossa região. Sou morador do Butantã. Vou começar com a questão dos parques lineares.

Sou geógrafo por formação, estudei os parques lineares, em especial o Parque Linear Várzeas do Tietê, da região Leste, e o que se observa é que há muitos moradores em situação precária às margens dos parques lineares. Na zona Oeste alguns parques lineares vão remover moradores nessa circunstância de precariedade. O que a gente já vê hoje é a comunidade do Sapé que está sendo removida. Então queria entender qual é o projeto para debater em torno disso.

Sobre habitação de interesse social, tem uma ampla área com situação precária de moradia – Jaqueline, Monte Kemel, a própria São Remo, que faz muro com a USP. Qual é a proposta do poder público, considerando que a principal questão é não tirar essas pessoas e jogá-las numa área mais distante.

Para tentar resumir, para terminar, quero falar sobre duas coisas. As operações urbanas consorciadas, houve interesse – ainda há o interesse - de fazer a Operação Urbana Consorciada da Vila Sonia. Isso ainda está meio em suspenso, muito devido à intervenção dos moradores a partir de uma articulação chamada Rede Butantã. Qual é a pretensão do poder público.

Por fim, sobre a questão da mobilidade que de fato é o que está mobilizando boa parte da Cidade. Recentemente houve um fracionamento de diversas linhas de ônibus pela Cidade. Na nossa região tem um novo terminal de ônibus, que é o terminal Butantã, que está centralizando todos os transportes da região. E aí vale a pena a gente citar a questão das licitações de ônibus, que no terminal Butantã é um terminal que está sendo bem utilizado por duas empresas, a Transpass e a Gato Preto, que são esses ônibus laranja. Isso demonstra um fracionamento da Cidade, cada região fica restrita para algumas empresas de ônibus.

Na nossa região tinha uma importante linha que ligava o Jardim Miriam à Vila Gomes. Essa linha foi fracionada, agora ela virou Vila Gomes/Vila Sonia, o que impede que os moradores do Butantã tenham acesso a alguns equipamentos públicos como Hospital das Clínicas e outros hospitais, considerando, principalmente, que na região da Vila Gomes temos um grande número de moradores idosos que frequentam alguns hospitais.

Digo isso para concluir, pois estamos organizando uma tentativa de retomada desse ônibus. Junto a essa tentativa, queremos também realizar uma audiência pública no dia 7 de dezembro no próprio bairro. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo - PSDB) – Então Sueli Mandenbaum, depois Sra. Rosa Palmira Jacobogobels(?), moradora da rua Lisboa com avenida Rebouças.

A SRA. SUELI MANDEBAUM – Bom dia a todos, sou urbanista.

Esse plano é para o mercado imobiliário, simplesmente. O paulistano não está contemplado. Não ouvi falar do paulistano atual da Cidade na apresentação, o senhor até me desculpe.

Ontem saiu no *Estadão* o plano do mercado imobiliário. Ele já está trabalhando num plano aprovado. Foi aprovado, quer dizer, eles sabem melhor que nós.

Quero falar de *retrofit*. Não se fala em *retrofit* no plano. *Retrofit* é reforma das edificações atuais. Isso é a identidade de São Paulo. É o que tem hoje. É a Cidade que existe.

não uma cidade nova que o senhor apresentou. Pois é, o *retrofit* interessa ao DPH - Departamento de Patrimônio Histórico, interessa à Cohab, mas não se fala nisso. É imprescindível incluir e fazer uma lei para facilitar o *retrofit*.

Aliás, o *retrofit* é o melhor objeto para as pequenas construtoras que também não estão aqui. Esse plano é para as grandes empreiteiras.

Nesse quadro, quero pedir a anulação do consórcio imobiliário da concessão urbanística e de todas as concessões tipo PPP da Casa Paulista que nada mais é, em português curto e grosso, do que roubo de terrenos do paulistano em benefício de empreiteiras.

Por favor, estudem os Artigos 76 e 124 que vocês verão. Vocês, paulistanos, querem ser roubados? Não. Eu creio que não.

Quero também falar da outorga onerosa que, ao invés de pagar a Prefeitura, seria muito melhor utilizada em habitação popular, HIS ou mesmo HMP, a preço de custo e que, assim, as construtores fizessem um trabalho melhor de redução de custo e, assim, oferecer habitação popular ao paulistano. Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo – PSDB) – Agora, Sra. Rosa Palmira
A SRA. ROSA PALMIRA – Bom dia a todos**

Minha solicitação é bem simples: transporte público. As linhas estão mudando e isso é algo que vai demorar por anos. Tiram o transporte público de algumas linhas sem termos avisados. Há outras linhas que não transitam nos finais de semana e a Prefeitura justifica: "Domingo, o bilhete único demora oito horas", mas você também não consegue ônibus para ir aos locais.

E, numa série de linhas, falta algo básico: educação, tanto para motoristas, quanto para cobradores. Eles atendem muito mal o cidadão. Os cobradores, principalmente, não estão uniformizados. Há cobrador que fica, desculpem-me, "coçando o saco", na frente dos usuários. Outros ficam comendo comida. Há motoristas que falam o tempo todo ao celular. E tudo isso tem de estar embutido na educação que deve ser, obrigatoriamente, dada ao cidadão que tem de ser bem atendido.

Agora, onde se viu linha de ônibus que não atende final de semana? A Prefeitura disse que não tem cidadão. Lógico que não tem, porque ninguém esperar um ônibus que não passa. Por isso não tem.

Já me falaram que não ia adiantar nada a minha reclamação, que ela sequer ia ser ouvida porque ela faz parte de um número. Isso é muito chato.

Na Avenida Rebouças nem dá para pegar ônibus no corredor porque há 15 táxis parados lá. Como tive meu carro roubado, estou obrigada a andar de ônibus, mas o ônibus que me levava até o Hospital São Paulo não existe mais. Não fui avisada e não há outro que o substitua. Como fica isso? Nem para o Parque Ibirapuera estou conseguindo ir, porque o ônibus não funciona de fim de semana.

Quanto ao bilhete escolar, por que criança tem que pagar todo ano 30 reais para validar um bilhete que está funcionando? Quero que me expliquem para onde vai esse dinheiro.

Em relação à saúde pública, estou indo a um centro de saúde da Dr. Arnaldo onde os funcionários nos atendem muito mal olhando para o chão para não nos atender, carrancudos. Só tem idoso sendo atendido. Somos maltratados, gritam conosco e temos até medo de perguntar. A chefia tem que estar presente para termos para quem reclamar. Não conseguimos reclamar com o chefe e temos que ir à Ouvidoria, que me falou que o centro de saúde pertencia ao Estado. Quero que me expliquem como isso funciona.

Também quero que me expliquem por que a farmácia só atende das 10h às 11h se o centro de saúde funciona a partir das 7h. Temos que voltar para buscar os remédios? Os funcionários nos desrespeitam porque ninguém educa quem está lá para atender o cidadão. Será que alguém pode ver isso? Não precisa de Plano Diretor para isso. Será que vou ter um retorno?

Obrigada Palmas

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sr. José Augusto Savasini

O SR. OS AU USTO SAVASINI – Não vou reclamar de nada, porque, o que está ai depende do que foi feito no passado. Sou professor de Economia da USP e não me preocupo com o que está acontecendo agora, mas com o que vai acontecer no futuro

Vejo a cidade de São Paulo com dois problemas: um é o de mobilidade urbana; o outro, o de casa para a população de baixa renda. Esses dois problemas têm que ser resolvido de uma forma, vamos dizer, inteligente.

O que acontece com isso? Todo mundo que conhece São Paulo – e aqui há um corretor – me diz o seguinte: O preço dos imóveis na Faria Lima irá dobrar nos próximos dez anos. O preço dos imóveis em Pinheiros também, no Itaim também. O que acontece com as pessoas de baixa renda? Se eu aumento o preço em um lugar, ele vai para tudo quanto é lugar e vai para a baixa renda também. O que existe é o seguinte: nós, não deixando construir em São Paulo o que deveria ser construído, expulsamos as pessoas para a periferia. Na hora em que fazemos isso, você não tem mobilidade urbana. Quem pega essa estrada que vai para a Cotia vê que ela está parecida com a Rebouças.

O que quero dizer com isso é que a única forma de resolver o problema é concentrar as residências nos eixos desses trens e não ficar com atitudes do tipo. Aqui não pode por causa disso, por causa daquilo. Agora me dirijo ao Vereador Andrea Matarazzo: por que o Pacaembu não pode ter vários terrenos e ter condomínios de casas nesses terrenos? Por que preciso ter uma casa com quatro dormitórios em cima e um banheiro só? Oitenta por cento das casas lá têm 100 anos. Então, há muitas coisas de que precisamos urgência. Vamos pensar o seguinte: São Paulo é uma cidade de serviços, não mais industrial. Não existe mais indústria em São Paulo, e quem pensa o contrário está errado.

O que são serviços? É eu sair daqui e ir para lá. Não vou montar um serviço em Cotia ou no Taboão, mas aqui. As pessoas vêm dos bairros trabalhar aqui. Ou nós concentramos as residências dentro de São Paulo, onde há infraestrutura, onde não é necessário fazer muito investimento, ou estamos fritos. Era isso o que eu tinha a dizer Palmas

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Sr. José Augusto. Tem a palavra o Sr. Peter Lipman Ulf, da Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré e Perdizes – Somasu. Depois, falará o Sr. Eduardo Tomasevicius Filho.

O SR. PETER LIPMAN ULF – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, bom dia. Vim representar a Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré e Perdizes – Somasu. Estou aqui porque nos anos 80 participei, como consultor, de um estudo feito pela então Cogep, depois chamada de Sempla, cujo objetivo era medir a capacidade de suporte das redes de infraestrutura antes de qualquer mudança no zoneamento.

Tenho grandes dúvidas sobre se o pretendido adensamento não irá levar ao colapso das redes de abastecimento. Pergunto: para que cidade, afinal, estamos planejando? Para uma megalópole adensada de 30 milhões de habitantes? Porque a gente não pode supor que o Município de São Paulo seja um recinto estanque, mas ele se comunica com toda a Grande São Paulo que está à sua volta. Agora a superfície ocupada pela Grande São Paulo com adensamento não diminuirá, e duvido muito que as populações que ocupam hoje suas franjas na periferia vão deixá-la para vir morar no Centro.

Então, muito pelo contrário, acho que a própria cidade adensada crescerá mais ainda, tanto em superfície como em população, e corre o risco de colapsar, ou implodir, da mesma forma que, por exemplo – fazendo uma analogia –, na astrofísica as estrelas explodem depois de ter consumido toda a sua massa e se contraído, sob efeito da própria gravidade, e se torna tão densa que não consegue mais se sustentar. Finalmente, ela explode, até se tornar um buraco negro.

Mas não vim para fazer profecias negras, e sim para defender a ER, porque sou

morador de ER e tenho algumas propostas bem práticas. Elas se referem ao Artigo 26 que, em poucas linhas, mistura o uso residencial unifamiliar com o multifamiliar, as densidades baixas com as altas, e as construções de dois pavimentos com construções verticais.

Então, a nossa proposta é que, no Parágrafo I deste artigo, seja dividido em 0.1 para habitações de uso residencial unifamiliar e 0.2 para habitações de uso residencial multifamiliar. A ER1 compreende as zonas de baixa densidade destinadas ao uso exclusivamente residencial de habitações unifamiliares com gabarito máximo de 9 metros, tendo por objetivo preservar suas características ambientais urbanísticas e sendo vedada a verticalização. Segundo, as ER2 são destinadas ao uso exclusivamente residencial multifamiliar e compreendem todas as demais categorias a serem classificadas na lei de zoneamento.

O Parágrafo II, que trata dos coeficientes de aproveitamento, pode ser perfeitamente mantido como está na redação anterior, como parágrafo único.

Agora vou falar sobre o Artigo 59, no Capítulo VI, que trata dos eixos de estruturação e transformação urbana. O artigo se esquece totalmente de prever situações em que os eixos planejados ou existentes entram em contato ou cruzam zonas vulneráveis, como a ER ou as zonas especiais.

O quadro 04, que trata das áreas de influência dos eixos de estruturação e transformação urbana, com faixas de 150 metros e raios de 400 metros, não deve se aplicar no caso em que o eixo atravessa ou tangencia uma epec ou uma ER. Isso deve ser acrescido nas notas, ao pé da página, do quadro 04, da página 82.

Além disso, deve ser acrescido como 5º Parágrafo do Artigo 59 uma redação específico deixando isso claro nos seguintes termos: Parágrafo V. Não se aplicam as faixas e os raios estabelecidos no 404 como áreas de influência dos eixos de estruturação e transformação urbana nos casos em que esses eixos atravessam ou tangenciam uma ER ou uma epec.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE Andrea Matara o – Obrigado. Se o senhor puder entregar essa proposta, será ótimo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR – Eu só queria esclarecer que as propostas apresentadas são analisadas por nós e, eventualmente, chamamos as pessoas. Elas têm nos procurado e temos feito reuniões com várias associações também para poder aprofundar e discutir as propostas que são pertinentes.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o – As propostas são registradas, está gravado e são protocoladas também. Então todas as sugestões são analisadas.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Thomaz Evícios ? Filho

O SR. EDUARDO THOMA EVÍCIOS FILHO – Bom dia a todos, sou Professor da Faculdade de Direito da USP. Quero cumprimentar a Mesa de trabalhos, parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo pela abertura que está dando para a discussão do Plano Diretor.

Estou iniciando uma linha de pesquisa na Faculdade Direito a respeito desse assunto e apenas quero fazer uma breve sugestão: é uma questão de método quanto ao desenvolvimento do PDE, apenas uma pequena sugestão para a reestruturação do PDE.

Com a leitura, algo me incomodou bastante, porque ele está muito parecido, no meu entender, com um decreto regulamentar do Estatuto da Cidade. O PDE deveria também ser uma espécie de acordo de reconciliação com a Cidade, porque é por isso que estamos aqui, pareceu que a gente sente que a Cidade não gosta da gente, porque a gente não gosta da Cidade, e fica essa situação um pouco desconfortável. A gente quer encontrar uma solução e estabelecer algumas metas.

Como esse PDE poderia se reestruturar? Eu vejo uma fragilidade dele porque essa ideia de PDE é algo recente, vem da Constituição, o Estatuto da Cidade o especificou, e como é feito a cada 10 anos, não temos tanta experiência assim. Por isso observo que ele acaba

seguinto muito o Estatuto da Cidade. Acho que precisamos nesse momento se desvencilhar um pouco dele, dar um passo adiante

Qual seria a sugestão específica? Além de trazer o mínimo exigido pelo Estatuto da Cidade, todos esses instrumentos já demonstrados nesta audiência pública, ele deveria trazer uma quantidade de metas a serem cumpridas, para que possamos saber aonde queremos chegar, até para que fique mais claro aonde se pretende chegar daqui a 10 anos, como se fosse um modelo de cidade idealizada

Dou como exemplo um Plano Nacional de Educação, que também é decenal. Ele não é uma reprodução da LDB, mas traz metas a serem atingidas para que, depois de 10 anos, possamos ver se conseguimos atingir as metas e se conseguirmos evoluir, ou não. Assim como existe a LDB em relação ao Plano Nacional de Educação, nós poderíamos ter o Estatuto da Cidade relacionado ao PDE.

Que não seja apenas uma regulamentação do Estatuto da Cidade mas que traga metas a serem cumpridas. Então fica como seleção de modelo um PNE.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR PRESIDENTE Andrea Matara o – Tem a palavra a Sra. Lucila Lacreta

A SRA. LUCILA LACRETA – Bom dia a todos, represento o Movimento Defesa São Paulo que é uma entidade que congrega inúmeras associações de moradores e que tem 20 anos. Gostaria de fazer um agradecimento especial aos rapazes que estão lá no fundo trabalhando no computador.

A questão da proposta do adensamento dos eixos de estruturação urbana ao longo de toda Cidade é polêmica e procuramos para entender o impacto que esses eixos trarão na nossa Cidade procuramos colocar isso em números. Esses dados que vou apresentar são todos oficiais e essa área de estruturação da transformação urbana procuramos quantificar qual era a área dentro do município que estaria sujeita ao adensamento de quatro vezes a área do terreno, lembrando que esse é o padrão da Av. Paulista. Todo mundo conhece bem os edifícios altos da Paulista e o movimento que tem ali. Esse é o padrão que se pretende implantar com o agravante de que no térreo se houver comércio, serviço e fruição pública nesses novos edifícios essa área não é computável. Além das quatro vezes a área do terreno, temos uma área grátis no térreo.

Essa área de transformação que são os eixos são 165 milhões e 500 metros quadrados onde este adensamento é possível. Multiplicando isso por quatro teríamos 661 milhões de metros quadrados adicionais, uma parte já construída, outra não.

Esses eixos na proposta do Plano representam 10% da área do município onde está sendo proposto o adensamento. Atravessam áreas completamente distintas do ponto de vista urbanístico e ambiental. Só preservam as zonas exclusivamente residenciais em que pese que estas zonas não estão definidas nos mapas do Plano Diretor, como está no atual. A quem interessa isso na realidade? Todos os zoneamentos que foram feitos das subprefeituras que constam da Lei 13.885 são alterados substancialmente já que a proposta do Plano contém corredores de zoneamento que são esses eixos e que definem os coeficientes e eliminam os limites de estoque construtivos os quais, na prática, fazem o controle da construção da Cidade.

Esses 600 milhões de metros quadrados seriam razoáveis se tivessem travas limites, estoques por região da Cidade, como acontece hoje no Plano Diretor. Existem limites de estoque para a construção de usos residenciais e não residenciais nos 96 distritos da Cidade, muitos dos quais, em minha opinião pessoal, já se esgotaram, graças a Deus.

O que acontece nesses eixos todos? Nessa área cinza está a área de estruturação e qualificação urbana, a área urbanizada da Cidade. Na parte verde, ao Norte, eixos que entram na Serra da Cantareira, região que tradicionalmente precisa ser protegida. Mas como vamos fazer um eixo com padrão de ocupação da Avenida Paulista cortando ao Norte aquele grande pedaço da Serra da Cantareira? A mesma coisa acontece entre o limite da parte cinza e da parte verde onde está a linha de proteção dos mananciais, protegida por uma lei estadual que determina a ocupação dessa área Sul do território, que é o nosso fornecedor de água.

Nestas partes azuis que se sobrepõem ao verde teremos uma ocupação imensa, nunca vista em áreas justamente onde os controles dos usos e da ocupação deveriam ser totalmente controlados.

No azul mais claro, um detalhe da empresa de Guarapiranga. Em volta, os eixos de ocupação de coeficiente quatro vezes a área do terreno.

Quero chamar a atenção para este mapa já exposto aqui. A parte bordô é a área de reestruturação metropolitana, onde se pode construir quatro vezes a área do terreno como previsto no Plano Diretor. Nesta área mais alaranjada, pode-se construir duas vezes a área do terreno, que consistiriam em edifícios de mais ou menos dez andares. Nesta outra área amarela, o coeficiente também é duas vezes a área do terreno.

Voltando ao quadro apresentado pelo Sr. Bruno, se analisarmos cuidadosamente os dados que estão aqui, esses 52 milhões de metros quadrados são a área bordô da Macroárea de Estruturação Metropolitana, que já tem uma ocupação de 40 milhões de metros quadrados, mas onde podem ser construídos 208 milhões de metros quadrados, ou seja cinco vezes mais a área que já está construída. Descontando 208 milhões dos 40 milhões, temos 168 milhões de metros quadrados.

Assim, acho que temos uma visão do que são as marginais do Rio Tietê, do Rio Pinheiros e do Rio Tamanduateí. Vamos imaginar que ali pode ser construído quatro vezes mais pelo Plano Diretor. Agora, onde estão os limites? Qual é a estrutura viária e de transporte? Alguém avisou a Sabesp e a Eletropaulo que será possível um adensamento tão brutal assim? O mesmo acontece com a parte laranja, que é a área de urbanização consolidada, cujos eixos passam por todos os nossos bairros e serão de uso muito intenso, como nunca vimos antes.

Essa área, então, tem 49 milhões de metros quadrados; 71 milhões estão construídos e ainda podem ser construídos mais 126 milhões.

Na área de vulnerabilidade urbana, justamente nas periferias, temos uma área de 30 milhões de metros quadrados; 14 milhões estão construídos, bem menos, e ainda podem ser construídos 109 milhões.

Somando tudo isso, temos, nada mais, nada menos, 493 milhões de metros quadrados possíveis de serem construídos nos eixos. Sem falar do resto do zoneamento.

Isso posto, senhores, pergunto que cidade é essa que se pretende planejar. Aqui está escrito que o novo Plano Diretor vai reorganizar a cidade de São Paulo. Não vai reorganizar, porque não há limite, não há projeto, não há previsão de futuro, não há infraestrutura adequada para se sustentar tantos metros quadrados assim.

Então, temos que prestar muita atenção a essa proposta. O que está escrito é o que traduzi. Acho que realmente temos que refletir, e a Câmara Municipal tem que ter bom senso, porque isso não levar ninguém para frente.

Obrigada (Palmas)

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o – Muito obrigado, Lucila. Parabéns pela apresentação

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o – Não fique tão irritada comigo. Você nem me deu a chance de perguntar a ela se queria continuar. Você tem mais a dizer, Lucila?

- Manifestações fora do microfone

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o – Então, vou deixar você continuar

A SRA. LUCILA LACRETA – O que temos aqui é o potencial de se construir 500 milhões de metros quadrados na cidade de São Paulo. Eu não sei se a cidade de São Paulo tem tudo isso construído. Provavelmente não. É notório e ninguém precisa ser especialista para entender que, ao construir, a construção vai gerar uma demanda de infraestrutura viária, de transportes, de água, de esgoto, de educação, de serviços públicos de uma maneira geral.

Então, não é possível fazer um Plano Diretor sem que isso esteja equacionado previamente. Como falou o professor da Faculdade de Direito, tem que haver as metas e tudo

tem que estar muito claro, porque o risco de se perder a Cidade com essa proposta é incomensurável. Não dá para ter um Plano Diretor sem trava, sem amarra, sem ter o projeto específico numa escala pelo menos de distrito, porque temos 32 subprefeituras e 96 distritos, que representam uma escala menor de planejamento.

O ideal seria termos planos de bairro, mas há um entrave complicado: os bairros não estão delimitados oficialmente, ou seja, não há uma lei que define qual o limite de cada bairro. Passaríamos, então, a ter planos de distritos que estão perfeitamente definidos na lei. Assim, poderíamos dizer que cabe mais habitação, que cabe mais uso de comércio e serviço. Inclusive, há algo muito importante: esses 500 milhões de metros quadrados que estão sendo previstos não têm a previsão equivalente de dotação de área verde.

São Paulo é uma cidade que é uma ilha urbana de calor. Todo mundo sabe disso. Há anos que se estudam essas ilhas de calor nas cidades. São Paulo tem uma lei interessante de mudanças climáticas, às quais não estamos prevendo. Qual será esse modelo de verticalização que se pretende? Que os terrenos sejam usufruídos pela comunidade com comércio e serviço? A tal da fachada ativa? Mas não estão previstos recuos.

A Avenida Francisco Morato, que está localizada na nossa região, é praticamente horizontal. Vamos ter um paredão do começo ao fim de 50 metros de altura formando um muro de Berlim a cortar e impedir ventos, insolação, etc? Temos que definir claramente o modelo de adensamento planejadamente dentro do bairro e dotando a contrapartida ambiental necessária.

A questão ambiental, a questão das mudanças climáticas, a questão das águas subterrâneas têm que ser prévias.

- A oradora passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA LUCILA LACRETA – Por exemplo, toda essa parte bordô, justamente a área de reestruturação metropolitana, está em área de várzea. São os terrenos mais vulneráveis da cidade de São Paulo, exceto aqueles que estão na periferia, que são áreas de risco onde a população mais carente ocupou e todo ano tem os desabamentos corriqueiros.

Quase toda essa área de estruturação metropolitana encontra-se em área de várzea. Ali que vamos verticalizar? Como será essa verticalização?

Tivemos o triste exemplo da Operação Urbana Água Branca, que foi aprovada há pouco menos de um mês, discutida por quase dois anos pela comunidade o que seria o projeto. Mas em uma semana a Prefeitura mandou outro projeto que ninguém conhecia, com índices totalmente diferentes, que foi aprovado a toque de caixa.

O Plano Diretor será assim também? Inclusive ele foi publicado ontem tanto no jornal *O Estado de S. Paulo* como no jornal *Folha de S. Paulo*, nos cadernos do setor imobiliário. Pelo que se sabe, ele está aprovado.

Então, senhoras e senhores, nós, que estamos presentes e participando porque nos interessamos pela nossa cidade, temos que convencer os Srs. Vereadores a reverem essa proposta, porque não vamos caminhar com ela.

Era o que eu tinha a dizer por enquanto. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o – Obrigado, Lucila. Eu diria que você precisa ajudar os Vereadores a convencerem o Executivo a mudar as coisas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o – Tem a palavra a Sra Marcia Vairoletti, da Frente de Moradores e Entidades.

A SRA. MARCIA VAIOLETTI – Bom dia. Vou ocupar três minutos a mais, referentes ao tempo que o Airton, meu colega do Cades Butantã me cedeu. Vereador Nabil, o senhor percebeu que aquela carta que o senhor não me respondeu sobre o tempo de as entidades para falarem – a qual eu gostaria de ter passado para todos os representantes do CADES -, para nós cedermos os minutos, para que a pessoa não fosse interrompida e apresentasse informações relevantes para as pessoas que estão aqui, é importante. Eu não recebi a sua carta.

O SR. PRESIDENTE Andrea Matara o - Deixa eu falar, Márcia: pode não ter

recebido a carta, mas a sugestão foi acatada, quando aqui a do Defenda São Paulo, somando os tempos e aceitando a sua sugestão.

A SRA. MRCIA – Sim, mas eu havia pedido ao Vereador que fosse formalizado porque muitas das pessoas que estão aqui não sabem que podem ceder os seus tempos, e era isso que a gente estava querendo ter: oficializar que eu posso solicitar para qualquer pessoa e ela ceder para que eles falem. Fico aguardando isso porque, na segunda-feira, tem a reunião do Butantã, e se não tiver isso, teremos novamente a interrupção das falas e, às vezes, o raciocínio fica truncado porque a pessoa para de falar.

A minha expectativa aqui para esta audiência é que eu tivesse essa lógica de proposta que está sendo feita aqui decupada para a nossa região centro-oeste. Eu queria saber o que é o eixo estrutural, quais são os pedacinhos bordô, cor de rosa, seja lá o que for. Nós não temos isso. A gente fica falando em cores, não sabe o tamanho, o espaço e o que significa, e a apresentação que está sendo feita - esta é a quarta de que eu participo - de temática, ela muda o apresentador, mas não muda a forma de apresentar, você continua não sabendo do que se está tratando.

O vício que foi feito nas oficinas para discussão do PDL nas regionais, aquelas oficinas todas para a elaboração deste texto que está aqui. Aliás, que não tem nada a ver com o que nós discutimos, continua sendo apresentado da mesma forma. Você não sabe o que é área de abrangência.

Para o pessoal do Butantã, que estou representando aqui, esse plano diretor, com essas cores todas que estão sendo feitas, o eixo estrutural - como a Lucila citou - da Avenida Francisco Morato demonstra claramente que eles desconhecem o que é aquela avenida. As áreas verdes que estão aqui contempladas, essas manchinhas, nós temos, no plano diretor, na última página, o Butantã foi contemplado com 13 parques lineares. O Secretário já nos disse que não tem dinheiro e que isso não vai ser implantado. Fica no papel. Agora, está muito claro para nós que muitos desses parques lineares estão sendo concedidos para a especulação imobiliária. Então, serão canalizados esses córregos, que são importantes para o verde daquela região, pois toda a parte hídrica está desaparecendo. Não existe isso que está no plano diretor.

Nós continuamos a trabalhar no escuro. Nós não temos informações claras. O que a Lucila apresentou aqui é um item do que a gente vai ter de construção, que é isso que interessa apresentar para a cidade. Agora, aonde? Na Avenida Francisco Morato, se falar em construir residências? Não tem terrenos. Nós temos uma média de 10 agências de automóveis. Desconhece-se a cidade. Então, a minha expectativa aqui hoje era que me apresentasse o Butantã, Pinheiros, o que temos de eixos estruturais, de terrenos de áreas de parques e como podemos interferir para que isso seja efetivado. Mas isso não está acontecendo, e nós continuamos no escuro.

Não há comparativo do que debatemos na primeira etapa, não há informação do que foi apresentado no primeiro encarte, e é totalmente diferente do que está sendo apresentado aqui no segundo encarte. O PL 688, não é uma cidade que nós já discutimos ou temos conhecimento de que cidade é essa. Para a região do Butantã na parte estrutural, mobilidade ambiental e urbanística, esse Plano Diretor, é devastador. Acabou a região em todos os sentidos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE Anre Mourão – Tem a palavra Sr. Antônio Nilton, da União dos Moradores Jardim Monte Kamel.

O SR. ANTÔNIO NILTON – Bom dia a todos. Vou fugir um pouco do assunto, minha questão aqui é mobilidade. No Butantã e Campo Limpo, tem uma população maior do que Porto Alegre, e todas aquelas pessoas que precisam de Hospital, que não tem. Temos um no Campo Limpo e todas aquelas pessoas de idade como, tem de sair, pegar esses ônibus sem a menor condição. A Cidade tem um hospital para nós agora. Temos a USP, e lá não atende a população do Butantã, Hospital das Clínicas, dividido em duas portas, também não atende. Não temos um hospital. Gostaria que a Câmara e o próprio Legislativo, se

desempenhassem. porque é totalmente abandonada a saúde no Butantã. Todo esse tempo em que milito essa área, nunca vi um abandono como está atualmente. Algo fora do comum. As UBS, inventaram uma salada de siglas: UPA, AMPA, Médico de família, medico de mulher, de criança e não atende ninguém. Essa é a verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Tem a palavra o Sr. Tofi Atar, da organização cultural em defesa da cidadania.

O SR. TOFIK ATAR - Bom dia a todos. Primeiro fiquei surpreso ao receber isso aqui, plano diretor estratégico, com aspectos mais culturais, nada sobre Plano Diretor Estratégico. Alguma explicação, algum plano. Nada. Falta o Secretário da Cultura, para entender. Outro ponto, reorganizar, não. Organizar, porque não tem a mínima organização. Outro ponto que tem de ser bem claro: Plano Diretor, supõe planejamento, Primeiro planejamento humano. O que assistimos. A cidade evolui, as pessoas tem de migrar para onde puderem. Sem planejamento, sem saber onde vai, sem saber o que fazer, sem saber qual escola, sem saber nada. Plano diretor estratégico, em 92 teve um seminário organizado pelos franceses aqui em São Paulo e nosso engenheiro, não sou da área, mas todos eles falam em longo, médio, prazo. E assim por diante. Perguntei para eles no momento: Ai, gente explica o que é curto prazo, para os franceses, já que todos gostam de coisa francesa, parece que está na moda. Pelo menos o Plano Diretor, poderia estar na moda francesa também. O que eles explicaram: curto prazo, para os franceses, de cinco a oito anos. Plateia ficou assustada. Médio prazo, 10 a 15 anos. Não sei se está certo ou errado. Mas eles colocaram nesse ponto e longo prazo, 30 anos. Temos algo similar aqui no Brasil. Nosso amigo acabou de falar que estamos defasados em apenas dez anos. Seria o médio prazo Frances. Vemos mapas, maquetes, não sabe para onde vai a cidade, querem fazer a ciclovia Eliseu de Almeida, cadê os mapas, cadê as maquetes. Vamos discutir publicamente. O que está sendo feito. Repara bem, o que queremos considerar o lado humano primeiro, vamos discutir, não faça sem consultar as pessoas que moram no local. Elas ajudarão a construir o local. Elas tem de saber primeiro para onde vão. E se querem ficar, deixa a opção de ficar. Elas não tem culpa se o progresso chegou até lá e de repente o terreno vale bilhões. Ninguém tem culpa nisso.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Tem a palavra o Sr. Paulo Mair Sequeira

O SR. PAULO MAIR SEQUEIRA - Minhas considerações são sobre um ponto específico da cidade. A respeito daquela rua onde eu nasci, Rua Jacarezinho, próximo a Gabriel Monteiro das Silva. Ali está cercado de todos lados. Um lado o Shopping Iguatemi, outro lado a Marginal, Faria Lima, e agora virou um verdadeiro pombal de condomínios, onde havia uma casa, duas casas, juntaram e fizeram dez casas. No entanto paradoxalmente ali continua zona estritamente residencial. Eu não reivindico, não quero que possa construir prédios de 10 andares, nada disso, ou de cinco andares, mas acredito que ali deveria ser permitido locação para escritório, para outro tipo de uso, e não uma zona estritamente residencial. Além disso é a única rua que não é permitido. Tornou-se um verdadeiro pombal de condomínio.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - A Gabriel daquele lado já não é .

O SR. PAULO MAIR SEQUEIRA - A Gabriel, mas essa Jacarezinho, não é. A Jacarezinho residência.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - É residencial lá. Quería até avisar que a TV Câmara está transmitindo ao vivo esta audiência.

R - Legal

P - Desculpe.

R - É estritamente residencial, e não faz sentido, porque...

P - Não, mas autorizaram condomínios residenciais lá.

R - Exato, condomínios residenciais.

P - Não comerciais.

R - Isso que estou falando Mas acho que deveria também pensar. .

P - Ah, sem dúvida.

R - Em comércio ali.

- Manifestação fora do microfone.

P - É, de ter misto, não é?, comércio local, eventualmente.

R - Exato. Porque não faz o menor sentido. Há casas ali, grandes, entendeu?

P - Entendi.

R - E que estão deterioradas inclusive, certo? Então, o que eu queria era a seguinte, que pensassem em dar outro ali: além de residencial, eventualmente comercial, para bancos, para escritórios, para consultórios.

P - OK. Está bom?

R - Ok. Muito obrigado. (Palmas)

P - Está ótimo, Sr. Paulo Cerqueira. Muito obrigado.

Sra Sylvia Carvalho e, em seguida, Paulo Casagrande

A SRA SILVIA CARVALHO - OK. Na verdade, gostaria só de reforçar. O que me trouxe que foi, mas não menos, parecido com o que esse moço falou, mas aqui não é o lugar para isso. Então, o que eu queria colocar é o seguinte, que nada disso vai poder acontecer se não tivermos a cultura de participação da cidadania. Estamos engatinhando. Então, são duas coisas. Primeiro, acho que precisava haver, na escola, desde pequeno, as crianças para planejarem seus bairros, planejar sua cidade, sem que fique só para constar, mas que realmente haja o retorno e a criança saber que aquilo que ela vai fazer vai dar retorno para ela, para poder ter a cultura de reorganização. Isso porque, como disse o moço aqui, que veio antes. .

P - Paulo.

R - Antes dele

Por exemplo, a Sabesp vai e quebra um buraco para consertar. Daí, fecha e tal. Daí a pouco vem a Eletropaulo e quebra, no mesmo lugar, e tal. Por quê? (Palmas)

Porque não tem planejamento. Esse planejamento é tão absurdo, são absurdas as coisas que acontecem nesta Cidade, que não se conversa entre os Poderes, nossa conversa entre quem vai efetivar. Então, essa conversa tem de ser fundamental. E só sendo, como disse aquela outra moça cujo nome não me lembro, que se tenha realmente uma descentralização, onde a Subprefeitura... Que ela não atende ninguém, assim, a mim não atende, a gente não sabe o que vai acontecer, como vai acontecer. Então, a divulgação, o próprio Plano Diretor começou a aparecer na televisão vem depois que já havia começado.

Então, não sabemos a quem nos dirigir, como nos dirigir, nós sabemos. Ou através de jornaizinhos do bairro, sabe?, panfletos para jogar nas casas. Recebemos tanto papel à toa, mas que realmente saibamos como procurar. Isso porque, principalmente o pessoal de baixa renda, o pessoal que trabalha demais, ele não sabe aonde se dirigir, não sabe que pode participar e que ele vai ser ouvido. Quer dizer, se vai ser ouvido, temos dúvida, mas... (palmas) a partir do momento que mais pessoas vão participando, só aí vamos ter o poder para mudar tudo isso que está sendo proposto aqui. Quanto mais gente, melhor. Não adianta uma plateia... Isso aqui tinha de estar lotado com todo mundo sentado na escada, tinha de ser assim.

E só começando das crianças e tendo divulgação - que não a divulgação - é que vamos conseguir mudar essa história. (Palmas)

P - Está ótimo. Muito obrigado

Mas, de divulgação, vou queria dizer que tentamos, porque até na televisão canal aberto fez publicidade de audiência pública, etc., rádio, TV, telemarketing, enfim, porque é importante envolver as pessoas ao máximo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem sim.

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não. No poste não pode por e em

faixa não pode por, mas no rádio, no Metrô, na TV Metrô tem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – O que ela está dizendo está certo, o brasileiro infelizmente não tem a cultura porque está acostumado à ideia de que o Poder Público não ouve, então acabou desanimando. O fundamental é reanimar as pessoas para participarem, porque só assim conseguimos fazer as alterações

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Pois é. É importante o que a senhora falou porque a participação é o que move o Poder Público, quer dizer, a pressão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Haverão as audiências públicas que acho ainda mais importante e eficaz das subprefeituras específicas de cada uma dessas reuniões

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Temos de fazer mais, mas para terem uma ideia, nem o subprefeito está aqui, por exemplo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Claro que tem de estar aqui. Eu também fico impressionado porque no feriado eu e o Vereador Nabil fizemos audiência pública, no sábado e domingo, e tem gente que vai. Agora o que precisamos é ampliar mais porque só a pressão das pessoas é que move o Poder Público. Só se consegue mudar as coisas se o Poder Público sentir pressão, senão não consegue

Tem a palavra o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Apenas um comentário. Está se ouvindo cada vez mais e está se construindo cada vez mais juntos com a sociedade. A recente lei aprovada da Operação Urbana Água Branca que ficou em audiência pública por quase cinco meses foram 15 ou 16 audiências públicas, a grande parte do texto que chegou a quase 80 artigos, foram conquistas que vieram da sociedade.

Aquilo que o Presidente Andrea foi, ao longo do tempo, conduzindo junto com o pessoal e a Comissão de Política Urbana trouxeram um grande avanço numa operação completamente diferente de todas as outras da história das operações urbanas que aprovamos em São Paulo. Em que pese não ter atendido 100%, mas a grande maioria, principalmente, os avanços sociais foram construídos partindo das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – O lado importante é que o Executivo foi percebendo conforme vamos falando, tanto o Vereador Nabil que é do Partido do Governo, eu sou oposição, o Vereador Paulo é da base, quer dizer, é mais independente mostramos para o Executivo espera mais um pouco porque a discussão está indo bem.

Então quando o Executivo percebe que há questionamento, pressão e que as pessoas estão participando a tendência é sempre ceder

Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero ressaltar, sobre essa questão de divulgação, acho que nunca houve um processo participativo que eu tenha acompanhado na Câmara que tenha tido tanta divulgação como esse. Está sendo divulgado em TV aberta, em rádio. Se você passar nas bancas de jornal e ler nas placas, que não deveriam existir, mas que existem, há divulgação. Tem também no metrô. Então, está sendo divulgado. Quando vocês falam aqui, vocês estão sendo vistos na televisão. A TV Câmara tem certa restrição, não tem grande audiência, mas é o canal que temos. Muitos não estão, mas estão assistindo a audiência pública. Não serão todas as 45, mas algumas delas estão sendo transmitidas.

Na audiência pública sobre Habitação, estiveram aqui mais de duas mil pessoas, e eu sei, mobiliza muita gente. Mas chamo a atenção que vocês estão sendo ouvidos, tudo está sendo registrado. Agora, ser atendido é o resultado final do processo. Por exemplo, a pressão do movimento de moradia é por mais ZEIS, por mais ocupação do espaço. Na zona Sul há

menos preocupação com o meio ambiente. são moradores em áreas de mananciais. Se há audiência sobre o meio ambiente as pessoas querem defender o meio ambiente. querem restringir o acesso. Tudo isso porque uma cidade do tamanho de São Paulo é complexa, é difícil. O nosso trabalho é tentar encontrar um denominador comum para dar um futuro para a cidade.

Vocês vão ser ouvidos, com certeza. Por exemplo, as questões trazidas pela Lucila, estamos analisando eixo a eixo para entender o que é cada um deles, e como podem ser modificados. Depois falaremos sobre o tema.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não há dúvida. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não, não há. Posso lhe dizer? Acabei de aprovar uma lei, em duas votações, para resolver o problema de poda de árvore, que é um dos grandes pesadelos da cidade de São Paulo. Inacreditável! Mas é uma coisa de planejamento

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Vamos tocar pra frente. Se formos discutir um problema, há problemas que não acabam mais.

Chamo agora o Sr. Paulo Casagrande.

O SR. PAULO CASAGRANDE – Já estou aqui. Estou assistindo a palestra dos Vereadores, parabéns, já estive aqui outras vezes. Quero agradecer os colegas presentes e grande parte não conheço.

Sou comerciante no bairro de Pinheiros, tenho uma casa de moqueca na Fradique Coutinho, aonde vai ser a nova estação.

Sou bacharel em Turismo, tenho dois anos de faculdade de economia e, por brincadeira, admiro muito o médico Dráuzio Varela, mas não sou da família dele, sei muito bem que me pareço com ele. (Risos)

Queria citar a modalidade transporte sobre trilhos, um detalhe não foi citado, é preciso reativar o que começou há 150 anos, o transporte de passageiro de carga da linha leste-oeste, linha Santos-Jundiaí, feita em 1860. Nesse ano foi construída a Vila Ferroviária de Paranapiacaba. Ali tem uma infraestrutura que, na época, 1860, havia ruas, ruelas, bulevar, até um campo de futebol em que jogava o Charles Muller. Era melhor do que São Paulo na época, que era o Pátio do Colégio, e até que a capital, que era o Rio de Janeiro. E não aprendemos. Então, temos esse problema de infraestrutura, que não é de agora. Herdamos isso da Europa latina. Nosso Vereador descendente de italiano, como eu – que sou Casagrande – sabe muito bem disso. Quem vai para Inglaterra sabe que lá a infraestrutura é diferente. Quem vai fazer um curso de inglês lá, se não pagar a moradia, é retirado na semana seguinte.

Sobre o transporte, a sugestão é reativar esse trajeto de Santos a Jundiaí. Haverá uma ligação de Jundiaí, que é região Oeste, até a Baixada Santista, para evitar engarrafamento nos feriados. Não adianta fazer mais estradas, mas investir no transporte público. Inclusive, aquele ramal que vai de Santos até a Baixada Santista, que tem 2 milhões mais ou menos, chega a quase 10 milhões na época de férias. Há todos aqueles trilhos beirando, até Peruipe, desativados. Não precisa investir tanto para que aquilo volte a funcionar. Façam estações simples, e que voltem a funcionar para o futuro.

Sobre moradias. No dia em que houve uma placa do tipo "Aluga-se imóvel comercial, residencial sem fiador", todo mundo vai gostar? Por que exige fiador? Porque se o inquilino não pagar, outro terá que pagar. Isso em toda a América Latina – herança da Europa latina -, porque a justiça tem o dispositivo para tirar a pessoa no mesmo dia, mas não tira. Tive até uma ideia, que enviei para ministros da área: pega a lei que já existe, sorteia os últimos processos e despeja quem não paga, desaloja essas pessoas, leva a família para morar em um abrigo público – como países fazem – e leva os móveis para o guarda-móveis particular. Aqueles que não estão pagando vão tentar acertar. Uma estatística da Prefeitura, de 15 anos

atrás, que diz que 53% das famílias de São Paulo moram em favelas, cortiços e galpões, e está aumentando.

É uma ideia simples. Todos ajudem e mandem seus sugestões. A lei é federal, mas o "abacaxi" fica na mão das prefeituras. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Sr. Luiz Henrique Coracci (?). (Pausa) Não está presente. Sr. Nilson Farias de Oliveira.

O SR. NILSON FARIAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Parabéns aos senhores por mais uma audiência pública. Pelo que percebo, os educadores da USP já falaram sobre os antigos problemas. Vereador Andrea, eu sou brasileiro. Pelo que estou percebendo, o conflito é antigo. Como a colega falou, é necessário, sim, investir em educação. É uma questão seríssima. Parece brincadeira. Vejo descaso dos cidadãos. Apesar de haver classes sociais, somos todos iguais. Acredito na união dos cidadãos. Passamos por um conflito social sério.

Parabéns a todos vocês, continuem se comunicando e reivindicando as demandas de suas ruas, de seus bairros. Há um total descaso com o transporte. Somos seres humanos! Até quando vamos continuar assim? Temos 514 anos, temos avanços, temos internet.

Por incrível que pareça, vejo descaso em todos os setores. Manda quem pode e obedece quem tem juízo, é o que parece. Estamos ainda nessa época? Não podemos mais reivindicar? Nos manifestar? Temos as respostas, somos obrigados... O colega da USP citou os estatutos de determinada cidadania, determinado local. Até quando vamos continuar assim? Os idosos, fizeram tudo por nós, e somos obrigados a tentar fazer. Nossas crianças... A periferia é precária.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Sr. Gerônimo Henrique Neto da Associação Jardim Edith. Depois, Sra. Samantha Mester.

O SR. GERÔNIO HENRIQUE NETO – Boa tarde a todos. Cumprimento ao Presidente da Mesa, Vereador Andrea Matarazzo, o Vereador Nabil Bonduki, o Vereador Paulo Frange, o Fernando e todos os demais presentes.

Uma parte de nós paulistanos não acredita mais no Plano Diretor. Se acreditássemos, hoje este auditório estaria lotado, e não com tão pouca gente para discutir um assunto de tanta importância para a cidade de São Paulo.

O Executivo nos deu o direito de participar desta discussão sobre a cidade que queremos para os próximos dez anos. Eu, como representante dos moradores da cidade de São Paulo, da União dos Movimentos de Moradia e Conselho Gestor da Operação Urbana Água Espreada, tenho a seguinte dúvida sobre habitação: temos, na Água Espreada, 10 mil famílias para serem assentadas em moradia dentro da operação urbana 2001. Tenho também uma inquietação em relação ao Plano Diretor 2002. Hoje há poucas unidades construídas naquele local. Precisamos de mais 10 mil unidades para assentamento de famílias.

Segundo esse Plano Diretor, há uma ZEIS dentro da Operação Urbana Água Espreada. Queremos que seja demarcado o mapa da zona de interesse social para que seja garantido o local da ZEIS 1 para o assentamento das famílias. Há 10 mil famílias, cerca de 40 mil moradores; mas, falta, além das moradias, uma unidade básica de saúde, uma creche, etc. Esse Plano Diretor teria que prever esses equipamentos. Nabil, temos aquela região de 40 mil habitantes, mas não temos um campo de futebol para tirar o jovem da rua! Temos 16 favelas, mas esse pessoal não tem área de lazer. Então, esse Plano Diretor tem que dar essa oportunidade aos jovens para construirmos a Cidade do futuro, que são os jovens. Temos que pensar nos jovens, que são o futuro de São Paulo e o futuro do Brasil.

Para finalizar, tenho outra inquietação, e peço que o Vereador me ouça com atenção: a desigualdade que há na cidade de São Paulo, a diferença entre uma mansão no Jardim Paulista e uma residência no Parque Cocaia, ao lado da Represa Billings, com esgoto a céu aberto correndo justamente na água que tomamos. Que os Vereadores vejam com muita atenção as melhorias para a região Sul de São Paulo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Sr. Gerônimo.

Tem a palavra a Sra. Samantha Mester.

A SRA SAMANTHA MESTER – Boa tarde a todos. Sou judia. Aliás, eu ia citar que há muitos árabes hoje, e estou representando os judeus. Para vocês verem como a Cidade abriga a todos, o que é bom.

Fiquei muito feliz, pois quando chegou, às 10 horas, estava bem mais cheio do que eu imaginava. Eu achava que não iria haver ninguém. Isso mostra que há muito mais gente interessada do que somente eu. Fico aliviada por saber que há movimentos como Defenda São Paulo e outros, assim como todos os presentes, que querem o bem para São Paulo.

Estou à disposição para qualquer estudo que se faça necessário, pois sou professora, dou aulas no Estado e na Penitenciária de Santana. Serei sincera: sou fã do Andrea Matarazzo porque, por mais que haja Vereadores, podemos pinçar dois ou três para que saia alguma coisa boa, pois ele, assim como a gente, está o tempo todo reclamando. Isso é um alívio

Dou aulas para adolescentes e talvez isso transpareça no meu jeito de falar. Não falo tão bonito quanto tanta gente aqui, mas, mesmo assim, vou formalizar minhas demandas e depois mandar por escrito, disponibilizando inclusive nos meios de divulgação – porque gosto de fazer assim. Uso a imprensa para poder reclamar, e os jornais são muito aliados meus nesse ponto. Em “n” situações, usei os jornais e fui ouvido. Inclusive conheci o Andrea Matarazzo *online*, quando ele era Subprefeito da Sé. Foi assim que eu o conheci e comecei a gostar dele, porque certa vez eu reclamei e ele me respondeu. Achei o máximo isso, pelo menos temos resposta. Então, o jornal funciona

Há coisas muito pontuais, mas serei rápida. Eu havia escrito umas 2 demandas em um papel, que agora tem umas 50. Não vou falar tudo porque muita gente já abordou. Como sou educadora, acredito na educação. Tem que haver educação para as crianças. Esse ponto de cidadania é crucial para currículo. Sou formadora de currículo, faço currículo de escola, então, posso ajudar nessa questão de formação. Tem que ter, no currículo, algo sobre impostos. Ninguém fala sobre os impostos. No ensino médio tem que ser ensinado sobre os impostos nas disciplinas de matemática e geografia. Sou da área de Matemática e ensinaria isso com o meu prazer porque isso seria um alívio para mim ensinar; precisamos ensinar os alunos sobre o que estamos pagando.

Eu era moradora da Faria Lima. O Paulo falou sobre comércio. Em relação à Rua Jacarezinho, chego a ter medo. Queria que fosse tomado cuidado com o que ele sugeriu, sobre o comércio local. Pode ser uma boa ideia, mas o local já está saturado de comércio. Quando eu morava na Faria Lima, era difícil chegar em casa por causa do trânsito. Então, temos que tomar cuidado. Gosto da ideia, mas com ressalvas. Vamos analisar com calma

Há uma linha de ônibus na Faria Lima que eu amava, sempre amei: a Center Norte, que volta com o Jardim Paulo VI, 701-T. No ano passado, se não me engano, ela foi retirada de circulação, mas fazia uma ligação crucial pela Nove de Julho até a zona Norte, vindo pelo bairro da Faria Lima. Eu gostaria que essa linha voltasse. Fiquei muito revoltada quando estava na Rodoviária e descobri que essa linha não existia mais

Falaram que o IPTU vai aumentar. Matematicamente falando, vocês me desculpem, mas esse IPTU não precisava ser aumentado. Explico. Com o horário de verão, instituído todo ano no Brasil, há uma economia na eletricidade de 4%, pelo que eu li nos jornais. Não sei se isso é fato, pois nunca calculei. Por que a economia dessa luz, esses 4% não são aplicados no IPTU que vence em janeiro todo ano? Será que não dava para fazer um balanceamento para poder equilibrar e, aí, ficar com o IPTU neutro? Ou melhor, não aumentar ainda abaixar? Sera que não é uma boa ideia? Não estou sugerindo desvio de verba, mas uma reorganização dessas finanças.

O volume de ônibus em São Paulo é muito pequeno, na minha opinião. Quando vou pegar o corredor de ônibus na Rebouças, subindo às 7 horas, sentido do Mackenzie, e ele está lotado, não consigo pegar entrar em quatro ônibus seguidos: só vou entrar no quinto ônibus, também está ferverilhando de gente dentro. Mas o corredor funciona, é ótimo. Em 20 minutos,

estou no Mackenzie.

Mesmo assim, vou mandar minhas reclamações por escrito, porque gosto de fazer dessa forma. Agradeço este momento em que pude ser ouvida, para que todos me conheçam e saibam que estou na luta por uma cidade mais justa. Por isso estou na educação. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Parabéns, Samantha, muito obrigado.

Sr. Rui Alves Barreto, representando a Sociedade Amigos de Cidade Jardim

O SR. RUI ALVES BARRETO – Cumprimento os membros da Mesa e todos os presentes. Quero falar a respeito da mobilidade urbana, tratada hoje por diversas vezes. Penso que há necessidade de termos um plano mais detalhado a respeito do metrô. Sei que é uma obrigação do Estado, mas é uma obrigação também do Plano Diretor dizer ao Estado o que eles devem fazer, como fazer e o prazo para fazer. Temos que saber exatamente até para exigirmos. É crucial discutirmos essa questão do metrô.

Sobre a questão da participação popular, sobre os conselhos de participação todos temos comparecido a todas as reuniões, debatido todos os problemas da Cidade. Em um de seus artigos, o Conselho dá poderes para modificar o que nós exaustivamente discutimos aqui. Acho que não é normal uma coisa dessas. Tivemos trabalho, discutimos, e o que dizemos é modificado, pura e simplesmente, por uma Comissão, cuja composição, a meu ver, teria que ser mais bem estudada, porque a maior parte dos cargos é ocupada por indicação política e, no entanto, é um Conselho que deveria, pelo próprio nome, ser popular.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado. O senhor se refere ao Conselho Comunitário, não é? Inclusive, mudaram a forma de eleição dos membros.

Tem a palavra a Sra. Cleide Napoleão. Depois, Mônica Prado Dantas.

A SRA. CLEIDE NAPOLEÃO - ... do conselho comunitário, que inclusive mudaram a forma de eleição, de como podia. Tem a palavra a Sra. Cleide Napoleão e depois Monica Prado Dantas.

A SRA. CLEIDE NAPOLEÃO – Bom dia. Quero primeiro agradecer pela oportunidade de estar aqui. Só estou aqui porque recebi um telefonema ontem da Câmara dos Vereadores, convidando para esta reunião. Só faltou dizer o horário, aí fui saber através de outras pessoas.

Gostaria que na reunião com a Subprefeitura de Pinheiros também fizessem o mesmo expediente de comunicação que foi muito bom, ser chamada. Acho que isso possibilitou de mais gente estar aqui hoje. Foi às 10h que recebi.

Primeira queria fazer uma fala sobre o prazo para a viabilização desse Plano Diretor, que vocês esclareçam se vai ser de imediato, de longo prazo, como médio, como Tufik já colocou, sobre a questão desse prazo, que é importante a gente conhecer.

Em segundo lugar, por causa da minha formação, eu sou funcionária aposentada do Banco Central, eu gostaria que entendesse todo esse volume de edificações que o Plano Diretor prevê, que a representante do Movimento Defesa São Paulo disse que seria até incabível, e eu concordo, não está se ajustando ao fluxo de capitais externos que estão chegando no Brasil, principalmente nas megalópoles, a partir da crise econômico-financeira mundial de 2007, aquele que eclodiu em 2008 aos olhos de todos e essas grandes edificações, toda essa ocupação de metros quadrados, de verticalizar ainda mais a nossa cidade, as áreas que já estão muito adensada inclusive, se isso não está sendo feito para comportar toda essa transferência do dinheiro do exterior desses investidores que têm medo de colocar no banco seus dinheiros desde a crise bancária, e esse dinheiro está esvoaçando pelo mundo, está vindo para cá e não quero que isso enfeie nossa cidade e nem tire mais ainda a qualidade de vida da nossa cidade. Gostaria também que fosse considerado que cada ato de uma prefeitura, quando assenta um equipamento urbano, modifica a vida de todos aqueles cidadãos, que a questão humana fosse considerada em primeiro lugar. Por exemplo, uma pessoa na Martim Carrasco tinha uma charutaria há 20 anos, perdeu o ponto, não ganhou nada, ela tinha um

ponto comercial valiosíssimo. A Prefeitura vai lá, tira aquilo, gratifica muito mal o proprietário do imóvel, o comerciante lá sentado sai com uma mão na frente e outra atrás, sem nenhuma espécie de indenização. Então o que está sendo feito aqui, especialmente em Pinheiros, eu sou moradora, nascida aqui em Pinheiros é uma destruição completa não só da cidade bonita que a gente tinha, como também da questão econômica dos seus comerciantes, além da questão de segurança que também está impactando todo o comércio. As pessoas estão evitando sair à noite para comer fora, um monte de coisas e isso está muito triste aqui. Que o Plano Diretor levasse em consideração essas decorrências. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sra. Monica Prado. (Pausa) Não está. Tem a palavra o Sr. Werner Adler.

O SR. ERNER ADLER - Depois, a Sra. Vilma Ferreira.

O SR. ERNER ADLER - Bom dia. Muito obrigado pela possibilidade de falar a vocês. Também queria agradecer ao nosso Presidente porque realmente em algumas ocasiões mandamos *e-mail* ao Andrea e ele respondeu e tomou as providências. Não estou fazendo campanha eleitoral, mas as providências foram tomadas. Meus parabéns.

Sou um comerciante em Pinheiros e queria relatar algumas coisas que estavam acontecendo em relação à operação urbana Faria Lima. Temos a Rua Paes Leme em que existem árvores no meio da rua há 6 meses e a rua está parcialmente interditada e as árvores não são retiradas. O que acontece? As árvores estão impedindo o trânsito e o transporte coletivo que passa naquela área. Existe ali um caso de desapropriação, pois a rua deveria ser alargada e não foi porque não existe um planejamento em termos de desapropriação e do que fazer para que a rua possa ser aproveitada. Espero que a Prefeitura tome as providências para retirar as árvores. Foram feitas obras na rua e depois disso aparece um engenheiro e diz que está em desacordo e tudo começa de novo, falta planejamento.

Temos a Rua Sumidouro, que foi feita e está sendo refeita. Estamos gastando dinheiro desnecessariamente por falta de planejamento. Precisa planejar. É um absurdo o que está acontecendo.

Temos o Largo da Batata que foi revitalizado, colocando uma praça enorme para que haja manifestações, não tem nada ali para que as pessoas possam usufruir daquele local que existe ali. Além do que gostaria de saber como fica a questão da operação urbana em termos da localização ao lado do metrô e da estação rodoviária, que é um excelente local, e que também da Operação Urbana não foi dito com seria utilizadas aquelas áreas porque ficou dependendo, gostaria que fosse providenciado.

A SRA. VILMA FERREIRA – Boa tarde a todos. Gostaria de falar sobre a cultura de participação. Na semana passada tentei falar com a Prefeitura, liguei 15 vezes e passei por 15 pessoas diferentes. Queria saber porque é tão difícil se comunicar com a Prefeitura de São Paulo por telefone? A minha sugestão é que se tenha um programa para melhorar a comunicação e aproximar o cidadão.

Queria saber se o novo Plano Diretor contempla essa preocupação com o idoso porque as pesquisas apontam que haverá um número grande de idosos no futuro e se há uma preocupação com a mobilidade especificamente para o idoso. Assim como houve essa preocupação com o deficiente, existe essa preocupação com a mobilidade dos idosos, saudável ou não?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A preocupação com a pessoa com deficiência está hoje quase transversalmente em todo Plano e a questão do idoso também está sendo levada em conta por conta do envelhecimento da população. Os Vereadores legislam em causa própria, pois ficarão velhos.

Tem a palavra o Sr. Roberto Veloso.

O SR. ROBERTO VELOSO – Em 1970 trabalhei na Prodesp, fui um dos responsáveis pela criação do cadastro de veículos do Estado de São Paulo, contratado pelo Detran. Quando o cadastro rodou pela primeira vez no início de abril, o estado todo tinha registrado veículos rodoviários, veículos de passageiros, ônibus, caminhões, etc e eram 1.6

milhões de veículos registrados, 600 mil na capital. Hoje só a capital com pelo menos 10 vezes isso, considerando que a Grande São Paulo tinham 150 a 200 mil, hoje tem talvez a mesma quantidade de São Paulo, que ainda tem veículos rodando alugados com placas do Paraná e de Minas.

A mobilidade está representada pela quantidade de veículos, mas é sacrificada quando o Governo Federal transforma a indústria brasileira que era multifacetada em montadora de veículos, com vantagens para que entrem. São Paulo é o que absorve a maior quantidade.

Com relação à mobilidade quando se fala do cidadão, acho que os caminhos que a Prefeitura está adotando são corretos, mas a Prefeitura também normalizou o transporte de cargas e para essa atividade, não tomou nenhuma providência objetiva porque um caminhão grande que entrava em São Paulo, antes dessa padronização, passava o dia distribuindo mercadoria em São Paulo, não tinha que voltar à base dele para pega mais mercadoria.

Hoje, existem até submúltiplos de veículos, desde um veículo tipo uma Fiorino ou uma Pampa, até o veículo Furgão, que é de passageiro ou é carga, e Caminhão Vuc que é o outro que tem licença e seguramente serão precisas 50 Fiorino para trazer o que o caminhão grande faria. Se for um Furgão, serão precisos 10 e se for um Vuc, talvez, serão precisos meia dúzia. Se cada entregadora de mercadoria for fazer o movimento de um caminhão, de manhã saíra do rodoanel, que é uma distância grande, atravessará a Cidade inteira – até fala-se aqui da região da Água Espraiada – para fazer uma entrega no outro extremo da Cidade.

Temos de ter em São Paulo uma reserva de galpões regionalizados e talvez até um controle mais localizado dos veículos habilitados a andar, evitando até o rodizio desses veículos. Um investimento menor, 20% da frota que distribui está parada. Se nós controlarmos quem está em circulação numa determinada área teremos um controle e uma fluidez maior nesse serviço.

Era essa a contribuição que queria trazer, acho que não está contemplada e creio que poderá melhorar muito as condições.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Sr. Tom.

O SR. TOM – Boa noite. Sou o Tom, Conselheiro eleito de (ininteligível) Pinheiros, quero agradecer mais uma vez o nosso Vereador, porque me deu a palavra. Cheguei tarde porque todo o sábado tenho de varrer a minha rua inteira por causa da balada de sexta-feira à noite.

O Vereador Andrea Matarazzo é um dos poucos Vereadores que se preocupam sobre ruídos. Se vir esse rapaz de boné aqui, ele está no Beco do Batman. Em festas de final de semana atrapalha os vizinhos porque é uma área estritamente residencial. Surgiram comércios e quase todos os comércios na Vila Madalena são bares com música ao vivo. E têm idosos com 60, 70 anos, com problemas de saúde, que não conseguem dormir e nem assistir TV à tarde em função disso.

Então essa falta de controle social foi completamente ignorada no plano diretor. Não nos foi permitido colocar nem comentários e foi questionado dizendo que não era assunto urbanístico e que depois vamos poder tratar nos planos de bairro. Vamos ter Conselho de bairro a eleição será daqui uma semana e quase ninguém sabe quem são os candidatos, onde vamos votar. Há pessoas do Alto da Lapa que tem de ir lá votar, pessoas que estão do outro lado do rio.

Então como estamos sendo representados aqui, como é o elo com a comunidade. Eu sou do Cades Pinheiros e uma das funções do Cades Pinheiros é de tratar com o plano diretor, (ininteligível) 15 minutos, basicamente decidimos que não éramos qualificados para conversar sobre isso, a Prefeitura não dispõe recurso para nós. Não tem nem representante nas reuniões. Se vai alguém da Prefeitura é muita sorte, se a gente faz um ofício não retorna. Não tem participação social aqui meus amigos. Desculpem. Não é porque sou inglês que acho que não funciona, porque acho que todo mundo aqui vai concordar.

Gostaria muito de me candidatar para o Conselho Participativo, mas fui proibido porque sou estrangeiro. Moro há 14 anos no bairro, participo ativamente em todas as reuniões, então estamos atrapalhados aqui, pessoal. Desculpem se estou reclamando, mas não tivemos essa oportunidade. Eu me preocupo com o senhor que mora aqui no Beco de Batman, que eu moro longe daqui, eu consigo (ininteligível) da minha casa, consigo me defender, ainda tenho forças para isso, mas quem mora no bairro a vida inteira, construiu o bairro, não tem o direito de falar se ele quer uma casa de show ou não. Isso não entra no plano diretor? Onde entra?

Então espero que o Vereador Andrea consiga alguma coisa sobre o ruído, porque plenamente não fomos considerados no plano diretor. Os únicos que foram considerados no plano diretor foram os elementos empreendedores. A força imobiliária na Cidade desenfreada, a gente vai ver as causas e as consequências que vamos ter nas próximas gerações. Excesso de trânsito, excesso de pessoas, não vai surgir moradia popular nos eixos e se for qual vai ser a qualidade de vida para quem mora nos eixos? Aquele uso misto trânsito sem parar?

Está mal pensado isso tudo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Anuncio a presença do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador José Américo. Por favor, venha fazer parte da Mesa. Obrigado pela presença. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO - Sou Conselheiro eleito de Saúde da Subprefeitura de Pinheiros. Agora de manhã estava na reunião de orçamento da Subprefeitura de Pinheiros, de lá vim para cá e, infelizmente, vemos que para a área social principalmente não tem verba. Não há dinheiro para construir UBS, albergues, creches, etc. O que percebo é que a outorga onerosa cobrada não reverte para a região e nem mesmo o CEPAC que foi cobrado na Operação Urbana Faria Lima e que tem 700 milhões de reais em caixa, não foi dado um centavo para equipamentos públicos. Não foi. A área do Baixo Pinheiros deveria ter uma unidade básica de saúde e não tem, nem para os moradores e muito menos para os trabalhadores.

A Sub Pinheiros tem 700 mil trabalhadores todos os dias. A Av. Paulista tem 1,5 milhão de pessoas que transitam e trabalham lá e não tem uma única unidade pública básica de saúde municipal. E o que se recolheu de outorga onerosa dá para construir várias e não foi construída nenhuma, nem creche para a mãe trabalhadora.

O que pedimos e foi aprovado em sala de aula na Uninove foi que as outorgas onerosas ficassem na região, no distrito para, primeiro, consertar os efeitos ambientais que causam, como alagamentos, enchentes, trânsito, etc., etc. Segundo, porque nesses prédios que são construídos, são pessoas que estão lá morando, trabalhando, pessoas que têm sangue nas veias, que ficam doentes, que têm filhos. Essas pessoas precisam de Saúde, Educação, creche, tudo isso e em nenhum momento foi aplicado um único centavo do recolhimento desses impostos da venda do espaço aéreo para esses setores em nenhum momento. Isso foi aprovado em sala de aula, votado e tudo.

A questão dos planos específicos de transporte, saúde, educação não estão previstos. Em nenhum momento foram previstos os planos específicos, e Plano Diretor não é somente para construtora construir prédio, porque é preciso planejar a cidade como um todo, inclusive para as pessoas que moram ou trabalham. Afinal de contas, temos o poder do dedo. Ano que vem fazer "plim-plim-plim, plululu". Vamos votar, não vamos? Então temos esse dedinho, e ele pode causar uma diferença enorme em tudo, principalmente para os nobres do Executivo e do Legislativo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. BRITO – Boa tarde a todos. Parabéns a todos pela presença. Sou da zona Norte e atuo lá, mas achei muito importante estar aqui hoje porque o que acontece no rio Pinheiros afeta quem está na zona Norte, quem ama e quem se preocupa com São Paulo. Então tem não região. Tudo é importante, porque está tudo muito interligado. E avalio que São Paulo é o maior problema de saúde pública do Brasil. (Palmas) Mais cedo ou mais tarde, vai

cair a ficha de que nessa área tão pequena do país está o maior problema de saúde pública são 20 milhões de pessoas vivendo em condições absolutamente insalubres.

Sendo assim, o Plano Diretor se assemelha muito a quase um compêndio de medicina. Vendo passarem os *slides*, vimos a complexidade. E o Plano Diretor é muito complexo porque pretende curar inúmeras doenças.

Infelizmente, vivemos num corpo totalmente adoecido, e temos esperança de que o Plano Diretor consiga curar desde a unha encravada até a cabeça desregulada de todos nós dessa cidade. É a esperança que temos. Temos de torcer por isso, e temos de trabalhar para reverter essa entropia em que São Paulo entrou. É o momento em que quanto pior está mais rapidamente vai ficando pior. É a realidade de uma metrópole vivendo no séc. XXI, num capitalismo selvagem como é o nosso, em que o poder imobiliário é tremendo e, como todo poder, se impõe às custas de quem não tem poder. Então é um momento muito complicado. Deus queira, e nós façamos acontecer que o Plano Diretor consiga reverter essa tendência.

Fiquei muito decepcionado quando, em 12 de março, teve início a obra trecho norte do Rodoanel - e é um pouco por isso que a zona Norte está aqui presente. Ali, para mim, foi o início da hecatombe ambiental da cidade. Vamos continuar lutando para que isso se reverta. Mas, com o início das obras do Rodoanel, uma megarródovia passando em cima da Serra da Cantareira, talvez não tenha mais saída para São Paulo. Mas vamos continuar lutando.

Foi mostrada no *slide* a questão das áreas verdes de São Paulo, que são, me permitam dizer, ridículas. O próprio mapa mostra que não existem praticamente áreas verdes. Mas eu localizei lá no alto os 12 parques de bordas que a Prefeitura tem DUPs colocados para proteger a Serra da Cantareira, exatamente onde o Rodoanel Norte está passando.

É um compromisso que eu quero que os Srs. Vereadores assumam, que a cidade assumam, que se cobre a concretização, a implantação desses 12 parques de borda na Serra da Cantareira, exatamente onde passa o Rodoanel Norte. São áreas particulares enormes que estão ainda intocadas, e que serão degradadas com a passagem do Rodoanel, fazendo com que estejam totalmente sujeitas a invasões. São áreas gigantescas. E São Paulo, que já está nessa linha descendente, pode encontrar um peso forte para afundar mais.

Então, por favor, Vereador Nabil, que é da área, José Américo, que lutou por isso, Police Neto, que está sempre lá na zona Norte, Andrea e Paulo Frange, os 12 parques de borda da Serra da Cantareira têm de sair, e isso é importante para São Paulo inteira.

Obrigado.

A SRA. CLEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA - Quero ressaltar que eu moro na esquina do metrô do Terminal Pinheiros e do trem.

Houve um problema, há mais de um ano e meio, com a minha casa, que foi abalada com obras que, segundo me disseram, pertencem à Eletropaulo, à Sabesp, à Vivo e à Comgas.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - De todos esses ou, a cada vez, dizem um desses?

A SRA. CLEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA - De todos esses, porque é um consórcio. Inclusive a Construbase, que é uma construtora. Enfim, abalaram a estrutura da casa. Eu tenho 51 anos e ela foi comprada há 51 anos pela minha tia.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Novíssima a casa.

A SRA. CLEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA - A casa não tinha problemas na estrutura, apenas alguns problemas, que eu e minha filha consertaríamos. E a minha filha foi para os Estados Unidos, então ela nem participou disso tudo. A casa quase caiu em cima de mim e do meu filho, que entrou em profunda depressão. E daí tinha o poste, que quase caiu em cima da casa. E eu fui tratada por essa Construbase como indigente. Eu tenho dívidas. . . Perdi praticamente todos os móveis. A casa foi reconstruída, e eu não pude dar palpite em nada, porque a casa ficou na mão deles, com luz acesa dia e noite. Houve invasões na casa, e eu tenho como provar porque só nessa casa eu moro há 42 anos. Eu tenho quatro reais em minha conta corrente. Peguei dois advogados, que sumiram - estou até com uma notificação

“em cima” de um advogado, e não tenho nem como comprar pãozinho. Podem acreditar que eu sou muito forte, porque há cinco anos e meio eu fui atropelada e eu fiquei 40 dias em coma, perdi todo o olfato e o paladar, mas estou aqui firme. Já engordei 13 quilos. Meu filho agora está voltando, morando lá no Sacomã com o meu ex-marido. São milhões de problemas. Então se eu for na Defensoria Pública eu vou ficar anos, vou ter que pedir esmola para poder me alimentar. E a minha casa já ofereceram 10 mil de aluguel, 300 mil de luva. Eu não vou alugar a casa, eu não vou vender a casa, eu quero a casa para eu morar com a minha família toda. O meu caso não é desesperador, porque eu sou reikiana, eu mandei muitos símbolos de reiki. Houve uma cratera do metrô, não abalou minha casa. E agora eu fui tratada por uma advogada que veio do Rio de Janeiro dizendo que ela é uma pessoa comum. Quem sou eu? Assim, eu não tenho dinheiro nem para comer, e aceito ajuda de todo mundo. Não vou poder ir à Defensoria Pública e esperar anos. Fui roubada. Inclusive o relógio do meu avô, um Tissot de ouro branco cravejado de joias. Quer dizer, fui roubada porque a peãozada que fez a mudança. Sabe, parei numa casa que era deslocada na mesma rua. O aluguel no meu nome. Então, quer dizer, tanta injustiça. E eu confio muito em justiça divina. Eu nem acreditei que eu vim aqui porque nem assisto TV porque nem a TV pega. Na casa onde eu moro... Gente, por favor, me ajudem. Por favor. Obrigada. (Palmas)

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Primeiro, gostaria de agradecer espaço. É a primeira assembleia a que eu venho, e espero que a primeira de muitas. E espero que tenha mais divulgação, porque foi a primeira vez que me ligaram, e sem dizer o horário. Então eu acho que tem que reforçar essa questão do horário.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quanto ao horário, pode deixar, que corrigiremos a falha.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Gostaria de fazer algumas críticas muito construtivas.

A primeira é que o novo Plano Diretor eu não sei do que se trata. Eu estava aqui e eu não entendi. Eu espero que as próximas vezes tenha uma linguagem mais para leigos como eu, para o povão mesmo, para a população. (Palmas) Eu não posso falar sobre o Plano Diretor porque eu não entendi. Eu vou ter que chegar em casa, dar um Google e pesquisar.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Deixe-me fazer uma observação: tem obrigação legal de o Plano Diretor ser feito de uma forma de fato. E para nós, que não somos urbanistas e nem técnicos em legislação, é difícil. É preciso que seja feito numa linguagem mais acessível.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Por favor. Eu gostaria de falar sobre ele, e eu não vou poder. Então eu vou falar de pontos específicos que atingem a mim e a muitas pessoas no dia a dia, e eu vou focar no transporte, na mobilidade.

Eu não entendo as modificações de linhas de ônibus que são feitas. Ninguém entende, porque eu pergunto no ônibus, e está todo mundo revoltado...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Nem a senhora, nem ninguém e nem o secretário, provavelmente.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEONIS KILOSSI (?) – Gente, como é que a gente vai pensar num Plano Diretor se a gente não consegue entender o plano no dia a dia.

Por exemplo, a Linha 477A-10, Sacomã-Ceagesp, se tornou Sacomã-Pinheiros. Ninguém entende. E eu pego ônibus onde agora é o ponto final, em Pinheiros. Ficam quatro carros parados esperando o terceiro sair. Quatro carros vazios. E ficamos 40 minutos no ponto de ônibus esperando o ônibus Ceasa, porque não aumentaram as linhas que vão para o Ceasa. Não dá para entender. E vem abarrotado, cheio de gente, 40 minutos. Eu gostaria de entender e gostaria que fosse resolvido. E estou dando só um exemplo, porque tenho certeza de que acontece isso em São Paulo inteira. Digo isso porque morei em Pirituba.

Outra coisa: eu poderia até para ir a pé – já voltei do Ceagesp até Pinheiros. Só que não tem segurança. Tem um monte de morador de rua. E isso é uma outra coisa: são pessoas que não têm casa. A meu ver, isso tem que ser discutido no Plano Diretor. São

pessoas à margem da sociedade e que afetam diretamente a nossa segurança. Lá não é iluminado. Cadê aquela faixa onde as pessoas fazem *cooper* ali no Parque Villa-Lobos? Por que não vai até a ponte, até o Ceagesp? Por que não tem iluminação ali? É muito perigoso. Eu não consigo ir de bicicleta.

E para finalizar, eu gostaria de falar sobre a questão da bicicleta, que é muito importante também. Gostaria de adotar a bicicleta. Pôxa, o ônibus não funciona, a pé não dá, então vou de bicicleta. Mas não tem como, não tem ciclovia. Eu passo pela Gastão Vidigal, e sempre tem ciclistas atropelados, porque não tem sinalização e os ciclistas não são respeitados como veículos. E isso tem que entrar no plano, a bicicleta ser respeitada como um veículo

Enfim, acabou o meu tempo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Está contemplada, mas mande também as sugestões pela internet, pelos canais

Tem a palavra o Vereador Police Neto.

O SR. POLICE NETO – Primeiro quero agradecer aos que foram ao microfone e anunciaram o sucesso de público e o sucesso também das abordagens. É importante porque, mesmo entendendo pouco do plano, a gente entende da cidade, porque a gente sabe a cidade que a gente quer. E o esforço concentrado que os Vereadores vão ter que fazer é traduzir de maneira mais simples o que não apenas a população nos fala, mas aquilo que os técnicos vêm recomendando. Conseguir unir esse conhecimento técnico e científico ao conhecimento popular e leigo talvez seja a tarefa mais importante que a gente vai ter.

Quero contar para vocês que é muito diferente cada uma das audiências que realizamos. Por isso, a Rita, quando falou ao microfone, falou muito do que pouco foi falado aqui, aqui não tivemos uma pressão popular por habitação de interesse social, por exemplo. E isso é óbvio, porque estamos numa região estruturada, e aqui o que se busca é manter o conforto produzido ao longo dos últimos 50-60 anos, garantir que a qualidade de vida daqueles que aqui estão, mesmo sabendo desses desafios – ter na Av. Paulista um milhão e meio de trabalhadores, ter 600-700 mil pessoas passando pelo Largo do Batata.

Então essa discussão de toda a cidade talvez seja o momento mais poderoso que a cidade tem, e ainda vamos passar em cada uma das subprefeituras. Aqui é o encontro da região Oeste, mas teremos em Pinheiros, Butantã. Vai ser um momento rico para descermos mais próximo da casa de cada um. Então, aqueles que vieram hoje e perceberam o quanto é poderosa a participação, não deixem de ir naquela que acontecerá na subprefeitura do seu bairro. Essa talvez seja a mais importante de todas.

Deixo esse convite. Agradeço cada uma das contribuições dadas. Não vou poder esperar o final da reunião, e me desculpo antecipadamente, porque eu preciso abrir a reunião do Campo Limpo. Hoje temos uma audiência no Campo Limpo e amanhã temos uma no Ipiranga. Estamos ainda fechando a região Sul e já começando a região Oeste. Mas quero agradecer cada umas contribuições, que são fundamentais para entendermos essas diferenças que a cidade tem. E sabemos que não é apenas a lei que produz a cidade que a gente quer, porque vamos produzi-la também com os nossos hábitos, com as mudanças culturais, ou então a palavra da lei será muito menos do que as atitudes que a gente pode ter todo dia.

Muito obrigado pela presença de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Quero aproveitar a oportunidade de ter um trabalho na região como médico. Farei apenas um comentário muito rápido sobre o que foi colocado em termos de saúde.

As políticas públicas das últimas três décadas foi tentar levar saúde aonde havia absoluta exclusão da saúde em São Paulo. Mais de meio bilhão de habitantes não tinha uma cama sequer na Cidade Tiradentes e em M'Boi Mirim, e ao longo do tempo as coisas caminharam assim.

Sou da zona Oeste, meu consultório é na Pompeia, sou do São Camilo, e sentimos uma tristeza enorme ao ver abandonada a perspectiva de o Poder Público colocar instalações públicas de saúde na região Oeste. Até parece que nós aqui não temos necessidade de serviços públicos. O que existe aqui é o que existia há muitos e muitos anos: a USP está lá. E aí nós fechamos o Sorocabão, fechamos o Pronto-Socorro Municipal da Lapa, que era o mais competente para atendimento de urgência da América Latina. Perdermos. Foi embora o Humaitá, por questões de tombamento. E outros, como Panamericano, que é privado aqui do lado, fechando. Enfim, ao longo do tempo, perdemos todas essas unidades. E as zonas Leste, Noroeste e Sul foram recebendo as AMAs, as unidades de atendimento e tudo. O que tem de novo para o momento agora é a transformação do Pronto-Socorro Municipal da Lapa numa grande UPA, que terá 12 leitos para homem e para mulher, de retaguarda, que funciona como um serviço de atendimento muito importante, vai substituir, vai acontecer agora, no início do ano. E não temos aqui unidades de saúde nova. Se vocês observarem, na região toda nós não temos nenhum, sequer para mostrar. Geralmente são casas antigas, alugadas e adaptadas. Mas isso por quê? O Poder Público ao longo do tempo foi tentar acudir aquilo que não tinha nada e aqui nós nos sentimos esquecidos. Eu sinto essa falta porque temos Santa Casa, que é referência para todos nós, temos o HC, temos a USP do outro lado e mais nada. O que acontece? Porque não tem tanta chiadeira, Vereador Matarazzo? Por que não tem tanto problema? Porque aqui temos nessa região 1. um emprego por habitante. É a maior de São Paulo, pegando, inclusive a região centro. Oitenta e cinco por cento do trabalhador desta região tem plano de saúde empresarial. Então eles buscam atendimento médico pelos seus convênios e aqui temos uma riqueza razoável de hospitais que atendem aos convênios. Mesmo assim estão devendo na cidade de São Paulo 3.500 leitos de atendimento dos próprios convênios. Portanto, até mesmo a saúde suplementar está devendo leitos novos na cidade de São Paulo porque não tem como atender toda essa demanda. É por isso que não temos uma grande chiadeira, porque a quantidade de planos de saúde que tem nessa região é muito grande, é a mais densa de São Paulo em termos de pacientes atendidos por plano de saúde. Mas faz parte da política atual rever essa situação. Nós estamos tratando desse assunto no sentido principalmente do atendimento de urgência nessa região.

É apenas uma fala apenas do que a gente conhece da saúde nessa região. Deixo para o Vereador Nabil complementar o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)- Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu vou aproveitar que vou fazer uma fala um pouco didática para a gente entender o que é assunto que cabe no Plano Diretor e que são assuntos que não são específicos do Plano Diretor. Eu vou aqui falar porque o teu assunto cabe uma parte do seu assunto cabe, quer dizer, o que cabe dentro do Plano Diretor.

Primeiro vamos pensar o seguinte, a proposta do Plano Diretor é pensar a cidade do futuro do ponto de vista da sua organização física territorial. Ele não é um instrumento único, ele é um instrumento que é complementado por outros instrumentos urbanísticos e outros planos setoriais. Alguns deles são estritamente urbanísticos, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os Planos Regionais, os Planos de Bairro e os planos que são basicamente planos físico territoriais, como Plano de Mobilidade e o Plano de Habitação. Do ponto de vista da saúde, o que é importante? Não só a saúde. Saúde, educação, equipamentos, cultura. O que o Plano Diretor precisa tratar? Ele precisa tratar fundamentalmente da questão da localização da rede de equipamentos. Então, por isso que o seu assunto, que é o assunto do Hospital dentro do Butantã é um assunto que cabe dentro do Plano Diretor. Quer dizer, onde são, quais são as regiões que têm carência de equipamentos. Agora, o que não cabe dentro do Plano Diretor, que cabe, por exemplo, num plano de educação ou num plano de saúde, é uma discussão que é a discussão do serviço. Aí é com a área da saúde que vai ter que discutir essas questões, se tem cota para exames, se não tem cota, como se organiza a UBS, que tipo de serviço. Esse

não é o assunto que vai ser debatido em Plano Diretor, caso contrário teríamos que ter aqui profissionais da área da saúde, teríamos que ter aqui os conselhos da área da saúde

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Gente, desculpe, vocês falaram. Estamos há duas, três horas ouvindo vocês.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Mas não é lugar para fazer essa discussão.

Gente, vamos combinar o seguinte, vou fazer a fala, quero discutir os vários aspectos do Plano Diretor que foram levantados aqui, algumas questões, agora não vamos resolver todos os problemas da Prefeitura numa audiência pública da Câmara. Esta é uma audiência pública da Câmara. Teve alguém que perguntou por que esta audiência está acontecendo ao mesmo tempo que uma atividade do Executivo. É porque esta é uma atividade da Câmara, do Legislativo, porque ele está na Câmara, ele tem um conteúdo que está aqui. Esse conteúdo é suficiente? A gente já tem uma avaliação de que esse conteúdo precisa de aperfeiçoamentos. Então do ponto de vista de equipamentos, o Plano Diretor estabeleceu aqui uma macroárea que se chama redução da vulnerabilidade social, que seria a reunião prioritária para equipamentos. Nós podemos chegar à conclusão de que essa diretriz, que é muito geral e genérica, precisa ser aperfeiçoada e detalhada, para aperfeiçoar, inclusive, questões como está, que tem regiões que não são consideradas regiões de vulnerabilidade social, mas que tem carência como parece que é o caso do Butantã, do ponto de vista de equipamentos da área de saúde. Agora, nós não podemos no Plano Diretor discutir toda discussão do serviço de saúde de educação idem. Então por que é importante a questão de equipamentos? Porque a questão de equipamento tem uma relação direta com a questão de obtenção de terrenos, da maneira como se organiza a cidade do ponto de vista físico na organização de equipamentos. Por exemplo, eu tenho que ter equipamentos, que para cada equipamento tem que ter uma distância que é aquela que pode ser percorrida, um raio de atendimento de serviço. Então o hospital tem um raio maior que uma UBS, uma creche tem um raio menor que uma escola de ensino fundamental, que por sua vez tem um raio menor do que uma escola de ensino médio. Então isso tem uma lógica físico territorial. Eu também tenho que pensar o que tem acontecido na zona Sul, onde por dificuldades de terreno, de obtenção de terreno e pela própria restrição por ser área de proteção ambiental, às vezes não se consegue colocar um equipamento numa área onde já tem muita gente morando, o que nas discussões da zona Sul tem aparecido. Então precisamos introduzir no Plano Diretor um conjunto de diretrizes que facilite a implantação de equipamentos em regiões que por razões ambientais hoje se tem dificuldade de implantar.

Em relação a equipamento é isso. Eu quero dizer o seguinte, quando eu falei da primeira vez, nos estamos trabalhando, ouvindo vocês, mas não só vocês em audiências públicas, estamos ouvindo técnicos, estamos ouvindo entidades que estão indo conversar com a gente. Os próprios Vereadores têm várias questões que levantam e temos feito uma análise do projeto, em discussão com o objetivo, que deixa claro a necessidade de aperfeiçoar o projeto. Aperfeiçoar e detalhar, precisar melhor. Por exemplo, a questão dos eixos de transformação, que teve uma senhora aqui que me perguntou porque não sabia o que era isso. Os eixos de transformação são as áreas que estão sendo consideradas como aquelas áreas que vão absorver as necessidades futuras da cidade, porque São Paulo não pode mais crescer horizontalmente. Então temos áreas que podem atender as necessidades urbanas, não é o mercado, nós não temos que atender ou deixar áreas reservadas para que o mercado atue. O que nós temos que garantir é que os usos urbanos necessários possam se instalar na cidade. Tem um senhor, que não sei se ainda está aqui, que é professor da USP, que levantou aqui a questão que é muito clara, a população está sendo expulsa para a periferia da cidade e isso agrava o problema de mobilidade. Então nós temos que garantir que haja espaço dentro da cidade, dentro da área já estruturada que seja compatível com o seu entorno e que possa abrigar as atividades. Eu vou dar um número inclusive para os senhores dialogarem com a

Lucila, por exemplo, que falou sobre a questão de crescimento de usos e atividades. Os 22 distritos melhores da cidade, recentemente eu assistia uma palestra da professora Aldaiza Sposati, que ela tem um mapa da inclusão e exclusão social e ali ficam os 21 melhores distritos da cidade, que são esses que estão representados principalmente por essa macrorregião, certo, 22 distritos. Esses 22 distritos perderam, eles tinham em 91 um milhão e 900 mil pessoas morando. Hoje tem um milhão e 450 mil pessoas, ou seja, 500 mil pessoas saíram desses distritos pelas razões que já foram inclusive levantadas aqui, especulação imobiliária, mudança de uso. Então o Plano Diretor está exatamente focado em reverter esse processo. Fazendo com que essas regiões que têm melhores condições de saúde, melhores condições de infraestrutura, que tem emprego, possam garantir que as pessoas que vivem aqui, e que não vivem, mas que viviam, possam voltar a viver nessa região e para isso temos que localizar quais são as regiões adequadas para isso. Então quando se propôs os eixos de transformação ao longo das estações de metrô, dos corredores de ônibus o que está se preocupado é viabilizar espaço para as unidades habitacionais pequenas, porque nesses eixos não se pode fazer apartamentos de luxo, de grande área, nem com número grande de garagens, então tem restrição do número de garagens e restrições de área para que nessas regiões, nessas áreas ao longo do transporte coletivo possa se ter mais gente morando, mais próximo, portanto, do emprego. E essa é uma diretriz fundamental, que não o Plano Diretor, é que todo mundo hoje coloca na cidade, que é aproximar onde a gente mora de onde a gente trabalha, para poder ir a pé, para poder se deslocar por espaços curtos. E a mesma coisa do ponto de vista dos equipamentos. A gente precisa ter equipamentos em todas as regiões da cidade para a gente não precisar se deslocar exageradamente no território. Então essa é uma diretriz de horizonte futuro da cidade. Para isso se precisa tomar um conjunto, fazer um conjunto de ações e um conjunto de regulações urbanas. Então o Plano Diretor é isso.

Tem uma pergunta da Gabriela Cesarino, sobre os Planos de Bairro. Os Planos de Bairro são planos numa escala menor do que os das subprefeituras. E o Plano Diretor define o seguinte, diz o que pode ser Plano de Bairro. O Plano de Bairro não pode mudar o uso do solo. O uso do solo é no zoneamento, articulado com o Plano Regional e aprovado por lei. Então a tua pergunta aqui, quando diz que o Plano de Bairro pode ser aprovado por decreto depois do Plano Regional, é porque tem assuntos do Plano de Bairro que são assuntos que podem ser debatidos pela comunidade e podem ser dessa maneira implementados. Por exemplo, questões de destinação de áreas públicas, questões relacionadas com calçadas, com fiação, com arborização, com maneira como as praças podem se ocupadas, são assuntos que as comunidades podem discutir nos planos de bairro e, de certa forma, a partir de uma pactuação, isso pode ser feito por decreto. Então está numa escala que não muda o uso do solo, porque ele só pode mudar por lei. Isso está na nossa Lei Orgânica e isso está regulamentado no Plano Diretor. Não pode haver mudança do uso do solo que não seja por lei.

Não vou me estender mais, mas queria chamar a atenção, só para completar, questão de parques, questão de ações, porque o Plano Diretor tem os objetivos, ele tem que ter ações e regulação. Regulação é zoneamento, é uso e ocupação do solo, ações são intervenções que tem que ser feitas, por exemplo, construir um hospital, construir um centro de saúde, fazer o equipamento para coleta seletiva, implantar parques, comprar áreas para parques. Veja, as ações dependem de programas públicos e de dependem de recursos. Então, por isso que o Estatuto da Cidade diz que o orçamento programa e os orçamentos plurianuais devem estar subordinados ao Plano Diretor. O Plano Diretor faz o planejamento de longo prazo. Quais são os parques que tem que ser feitos na cidade? Então o Plano Diretor tem aqui uma lista de mais de 100 parques num anexo. Aí as pessoas falam: "Fica no papel". O Plano Diretor precisa prever isso e precisa, inclusive, criar instrumentos para facilitar que a Prefeitura desapropriar os parques. Agora, para ela desapropriar os parques ela precisa de recursos para poder aplicar. E aí o Plano Diretor não tem esse condão mágico de alterar o orçamento da cidade. Ele pode prever. Se falou aqui da outorga onerosa e recursos da operação urbana. Ele pode dizer sobre esses recursos, ele pode estabelecer diretrizes para sua utilização. E veja

bem, eu acho que no caso da Operação Urbana Faria Lima, que envolve essa área que estamos hoje, é importante que a gente possa ter uma ampliação, a criação de um perímetro expandido da Operação Urbana Faria Lima, como foi feito na Operação Urbana Água Branca, para poder inclusive atender melhor as necessidades da região. Então isso são diretrizes que podem estar presentes no Plano Diretor.

Quero finalizar aqui. Na segunda-feira vamos ter uma audiência pública no Butantã, na quinta-feira vamos ter na Lapa e no sábado vamos ter em Pinheiros. Então vamos poder ter continuidade nessa conversa nas próximas audiências públicas para que a gente aprofunde e qualifique.

Obrigado pela presença de vocês. Vou passar para a gente concluir.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Só queria saudar rapidamente todos vocês que ficaram até às 14h, perto de cem pessoas ficaram até às 14h, isso é um esforço muito grande. Queria parabenizar e saudar também a Comissão de Política Urbana, o nosso Presidente, Vereador Andrea Matarazzo, o Vereador Paulo Frange, o Vereador Nabil Bonduki, que é o relator, o Vereador Police Neto, as pessoas que estão fazendo um esforço muito grande para levar esse debate para todos os lugares. Nós temos anunciado na televisão, nos jornais as audiências públicas, tudo num esforço para fazer um debate importante.

Quero encerrar dizendo o seguinte, o Plano Diretor vai ser votado no começo do ano que vem, depois de 45, 50 audiências públicas. Em seguida vamos debater e votar a Lei do Zoneamento, que ela não pode ser feita junto com o Plano Diretor por um acordo com o Ministério Público, e depois nós vamos votar o novo Plano de Edificações de São Paulo. Então a sequência onde a gente deve discutir e votar parte importante da legislação urbana da nossa cidade.

Gente, um grande abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) –Eu queria dizer que nada mais havendo a tratar especificamente sobre o assunto, declaro encerrada essa audiência pública referente ao Plano Diretor.

Quero agradecer muito a presença de vocês e, em especial, a participação tão ativa de todos vocês. Obrigado e boa tarde.



FL. Nº 763
Anexo 01 – Volume 04
Proc. nº 01-688/2013

Liliane Jun Ogata – RF 11 095

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Campo Limpo – Av. Carlos Lacerda, 678 – Campo Limpo

DATA: 30/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Como Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública ao PL 688/13, que debate o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. Dirijo os trabalhos, no dia de hoje, a pedido do Sr. Presidente, Vereador Andrea Matarazzo. Os Vereadores Nabil Bonduki e Paulo Frange terminam, nesse momento, a audiência pública da macrorregião Oeste, no Sesc Pinheiros

Agradeço a presença do Vereador Reis, que assumiu o compromisso juntamente conosco, assim como ocorreu, na audiência pública do M'Boi Mirim, participando dessa audiência. Infelizmente, no dia de hoje, estamos com um público absolutamente reduzido. O esforço para a realização da nossa reunião da macrorregião Oeste inibiu a presença do público. Agradeço muito a presença do Sr. Josmar Pereira Pinto, da Associação Morumbi de Integração Social, que estava conosco na reunião macrorregional e veio para cá.

Para que não seja necessária uma nova apresentação de todo o material, peço para a representação do Executivo, que, mais uma vez, acompanha-nos e dá esforço, fazer a entrega do material do Sr. Josmar, e vou abrir, imediatamente a palavra para o Vereador Reis. Depois o Sr. Josmar fará os seus encaminhamentos.

Tem a palavra o Vereador Reis.

O SR. REIS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os senhores presentes. Marcaram várias atividades no mesmo horário. Isso está acontecendo na subprefeitura do Campo Limpo, onde está havendo uma audiência sobre o plano de metas e também na subprefeitura do M'Boi Mirim, onde está ocorrendo outro evento. Isso desmobilizou um pouco o público, que, ao se dividir, tem de estar nesses locais, além de estar ocorrendo a eleição do Conselho Gestor do Hospital do Campo Limpo, que também acontece nessa data. Não sei se haverá outra convocação. Pode ser que essa audiência junte-se a outra reunião, de outra região.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É fundamental realizarmos o debate nesse território. Esse é um dos territórios mais importantes da cidade de São Paulo, por conta de ele ter, dentro da sua região, a macrozona de proteção, a macrozona de desenvolvimento. Então, ele tem cenários e desenvolvimentos absolutamente distintos. Ele também é lindeiro de uma região que tem uma rodovia federal e uma rodovia estadual. Portanto, não é um impacto pequeno na questão de mobilidade para fora do eixo da Cidade. Portanto, trata-se de mobilidade metropolitana e também mobilidade de carga para o Cone Sul do nosso Estado e do nosso País. Então, ele tem uma importância estratégica, e isso tem de ser abordado.

Na próxima reunião da zona Sul que houver, faremos questão de chamar a população do Campo Limpo, para que não se frustrasse o debate daqueles que não puderam estar aqui, mas que eles sejam envolvidos em outro debate, além do debate do dia de hoje.

Tem a palavra o Fernando Túlio, que está representando o Executivo no dia de hoje, para fazer uma breve apresentação, brindando os senhores que estão aqui conosco.

O SR. FERNANDO TÚLIO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Vereador Reis. Serei bastante breve na minha fala, trazendo algumas questões que nortearam a proposta da elaboração do PL 688/13, o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo.

É interessante destacarmos que esse CEU, onde estamos, está numa macroárea de repulsão da vulnerabilidade urbana, incluído também num eixo de estruturação da transformação urbana. Na subprefeitura do Campo Limpo, o território apresenta três macroáreas no perímetro da subprefeitura, uma parte da estruturação metropolitana, um perímetro da redução da vulnerabilidade urbana e um perímetro também de qualificação da urbanização consolidada. Nesse sentido, é importante colocarmos que as premissas que o Plano Diretor Estratégico aborda, a função social da propriedade e o direito à Cidade, que são peças fundamentais para revertermos o modelo de desenvolvimento urbano do município, esses princípios têm um rebatimento na política de ordenamento do território da cidade de São Paulo. Nessa região, há uma série de elementos previstos no plano, que poderiam reestruturar

esse território, garantindo direito à Cidade, viabilizando a função social da propriedade.

Destaco, de forma bastante sucinta, que algumas intervenções no sistema de mobilidade urbana, para além das rodovias, como o Vereador José Police Neto já falou, compreendem a extensão da linha 5 Lilás até a linha 2 Verde. Há também a linha 17 Ouro, com monotrilho, que vai fazer uma conexão com a futura estação Morumbi, na linha Amarela do metrô. Há um conjunto de corredores urbanos, que estão previstos para a região, sobretudo na Estrada do Campo Limpo e começando a Carlos Lacerda. Há um conjunto de corredores que vão em direção ao Capão Redondo e depois se encontram com a Estrada do M'Boi Mirim e vão até o Jardim Ângela. Quanto a esse conjunto de corredores urbanísticos, assim como simplesmente moradia não gera Cidade, é fundamental a promoção de habitações, especialmente aquelas de interesse social. Os corredores urbanísticos têm uma função que e simplesmente não só promoverem a mobilidade urbana. Há uma série de outros parâmetros que foram estabelecidos ao longo de sua extensão. Os senhores poderiam fazer uma melhor consulta mais específica no *site* da gestão urbana. Para além da questão da mobilidade urbana, há uma série de outros parâmetros, que buscam estimular a geração de empregos e o uso misto, visando dinamizar o espaço público. Isso foi incluído no plano, como faixa ativa e fruição pública, que tem uma série de incentivos e benefícios econômicos.

Também é importante destacarmos que essa subprefeitura é cortada pela macroárea de estruturação metropolitana na região do Rio Pinheiros. Essa macroárea, conhecida também como o Arco do Futuro, tem um importante papel na incidência da distribuição de emprego e moradia pela região metropolitana de São Paulo.

Por fim, há um terceiro eixo, que estrutura a elaboração do plano. Trata-se da redução das desigualdades sociais. Esses eixos estão colocados por meio de uma série de instrumentos, como as Zonas Especiais de Interesse Social, que foram redimensionadas, em função da conjuntura econômica que o País vive hoje. Elas também foram redefinidas, com o objetivo de se estimularem outros usos, para além da habitação, como usos institucionais, equipamentos públicos, creches e escolas, bem como serviços e comércios, dando ênfase à vida urbana.

Para complementar a política habitacional, há um elemento que também é uma inovação dessa proposição do plano, a quota de solidariedade. Ela tem outra política, que é também bastante interessante de frisar, estabelecendo que, na medida em que grandes empreendimentos urbanos sejam construídos ou viabilizados, uma porcentagem possa ser destinada à viabilização de Habitação de Interesse Social. Nesse sentido, é uma lei que precisaria ser regulamentada. A proposta do PL encontra-se dessa maneira. Isso deveria ser regulamentado em até um ano.

Outra questão bastante importante, que seria interessante destacarmos, é que para serem viabilizados esses três elementos fundamentais, a estruturação metropolitana, os corredores de ônibus como elementos que estruturam o território e a redução da vulnerabilidade urbana, por meio de ações prioritárias nos sistemas urbanos e ambientais e ações prioritárias, tais como os equipamentos públicos, a mobilidade urbana e outros elementos, foi proposto um conjunto de instrumentos urbanísticos, que são ferramentas que viabilizam a construção dessas ações no território e tem um potencial de induzir tais objetivos e tais estratégias, estabelecidas no meio do plano. Alguns instrumentos são novos e outros instrumentos foram revisados e outros até foram descartados. Com relação aos instrumentos existentes, há um bastante importante, a outorga onerosa do direito de construir. Ela tem uma função bastante importante na gestão da valorização fundiária na cidade de São Paulo.

Então, todos aqueles empreendimentos que passarem do coeficiente básico, o que ocorre? Num determinado terreno, a área pode ser construída, uma vez o tamanho dela mesma. Se passar de uma vez, é necessário se pagar essa contrapartida financeira à municipalidade. Trata-se da outorga onerosa do potencial construtivo adicional. Esse valor é encaminhado para o Fundurb, Fundo de Desenvolvimento Urbano, e reinvestido em melhorias urbanísticas, por meio de alguns critérios estabelecidos no próprio plano, para viabilizar

espaços públicos, espaços livres, como praças e parques, habitação de interesse social e obras de drenagem. Elas têm um caráter destrutivo. É um instrumento bastante importante, que foi reformulado, com o objetivo de melhor atender às necessidades sociais e ambientais do município.

Há um conjunto de sistemas de urbanos e ambientais, como a drenagem, a questão do lixo, da habitação e das áreas de risco. Na apresentação, estavam detalhados esses mapas. No jornal do plano, todos podem ter acesso a isso.

Há uma questão que o plano aborda no seu último título, a questão da gestão democrática. Trata-se de todo o mecanismo que está estabelecido e define a interface entre as entidades da sociedade civil, do movimento de moradias, ONGs, enfim, todos os representantes e a sua inter-relação deles com o Poder Público para se viabilizar a gestão da política pública relacionada ao desenvolvimento urbano.

No dia 8, haverá a eleição dos conselhos participativos das subprefeituras. Hoje já está vigorando o Conselho Municipal de Política Urbana, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística e a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. Há uma série de órgãos que trabalham de forma integrada, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da política urbana no município de São Paulo. Então, esse capítulo trata especificamente dessa relação e da relação do plano com os instrumentos de planejamento orçamentário do município, como o PPA, a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além do Programa de Metas. Há infelizmente uma audiência marcada no mesmo horário, onde estão sendo debatidas essas questões.

Faço uma consideração final, a respeito dessas inovações trazidas por meio do PL 688/13. É importante frisarmos que ele está estruturado em três grandes estratégias. Uma é a estruturação metropolitana, que visa equilibrar a proporção de emprego e moradias no município de São Paulo, dialogando com a realidade da região metropolitana. Por outro lado, há os corredores de ônibus, assim como as linhas de metrô e trem. Nos próximos dez anos, há uma porção de linhas planejadas, que têm um papel de estruturar o território, sobretudo nas áreas mais vulneráveis. Isso abre um terceiro ponto fundamental no plano, a redução das desigualdades sociais. Nota-se aí uma série de ações prioritárias nos sistemas urbanos e ambientais e uma série de ações na política habitacional, enfim, da regularização fundiária que também tem instrumentos que estão no Código Civil, os quais foram incorporados ao plano, tendo, como objetivo, transformar a realidade da Cidade, de acordo com o Projeto Cidade, que se estabelece nesse horizonte de revisão do marco regulatório de política urbana do município, e que tem, na região, o reatamento direto na estrutura espacial, com o objetivo de se reverterem as desigualdades sociais presentes no território.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Anuncio a presença do Sr. Elon Ferreira, representando a Subprefeitura do Campo Limpo.

Tem a palavra o Sr. Josmar Pereira Pinto.

O SR. JOSMAR PEREIRA PINTO – Agradeço a Mesa pela oportunidade. Represento aqui a AMIS, Associação Morumbi de Integração Social. Temos um trabalho muito grande, próximo à Vila Andrade, ao Morro da Lua, ao Puma. São duas comunidades que atendemos diretamente, fora as outras regiões do nosso entorno.

A importância dessa audiência pública é muito grande para a nossa região de Campo Limpo. Vamos apresentar uma proposta, sobre a necessidade de uma modificação naquela microrregião, entre a Rua Maria José da Conceição e a Carvalho de Freitas. O pessoal costuma chamar a região da Vila Andrade de Morro da Lua, na baixada da Vila Andrade. Estamos limitados. Hoje há um trabalho. Atendemos em torno de 1.600 crianças. Ontem houve uma festa, um evento maravilhoso de encerramento, com aproximadamente 1.500 crianças e pais. Precisamos aumentar a nossa área, e o Plano Diretor limita em muito, por haver vias locais. A Rua Maria José da Conceição hoje é considerada uma via local, mas funciona como uma via coletora, porque liga a Caldeira Filho à Giovanni. Então, esse é um dos pedidos que se reavalie, dentro desse Plano Diretor, aquela região, que é muito importante. Ela está no limite de uma ZM-3 com uma Zona Especial. Nós precisamos aumentar o nosso espaço

Temos grandes apoiadores e parceiros. A própria Prefeitura do município é parceira da AMIS, dando apoio. Também temos o Governo do Estado, que também é parceiro. A AMIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, de assistência social ampla e de reconhecimento municipal, estadual e federal, como entidade beneficente. Então, precisamos desse apoio, e achamos que aqui é o fórum oportuno para estarmos colocando o nosso pedido, as nossas reivindicações, de melhoria daquele entorno, para que uma entidade possa ampliar residências.

Hoje, naquela região, não existe limite para ampliação residencial. Então, as incorporadoras estão fazendo grandes prédios, mas nós, que estamos com um trabalho efetivo para a comunidade, não conseguimos aumentar um centímetro quadrado no nosso espaço. Isso faz com que não possamos mais atender às crianças. Os senhores sabem da importância e da procura que aquela comunidade tem, e a necessidade de ela receber essa ajuda.

Temos as condições, mas estamos impedidos. Esse é o nosso pedido. Agradeço os Vereadores por esta oportunidade. Colocamos a nossa proposta e aguardamos ser ouvidos, tendo uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o Sr. Josmar Pereira e todos os integrantes da Associação Morumbi de Integração Social, que estão acompanhando os nossos debates. Lembro-me da importância que é se dar um tratamento adequado à reclassificação de vias na Cidade. Esse é um tema recorrente em todas as nossas audiências, em especial, quando saímos do Centro Expandido, quando vamos à periferia e encontramos uma dificuldade muito grande, na interpretação do que, de fato, são as vias locais e o que é atividade econômica e atividade social, que vem sendo montada pela comunidade. Há bairros inteiros na cidade de São Paulo. Pela largura das vias e pela classificação que foi imposta, são vias locais. Portanto, em muitos bairros, não haveria nenhuma atividade, nem social, nem econômica, fazendo com que eles não tenham a característica mista de que foram planejados.

Então, é um tema recorrente. Nós temos ainda dificuldade, de trazer esse debate para dentro do Plano Diretor Estratégico. Todos nós sabemos que a classificação de vias é um quadro anexo à Lei de Uso e Ocupação do Solo. A 13 885 definiu, além dos Planos Regionais Estratégicos, as Leis de Uso e Ocupação e a classificação de vias; mas o esforço que estamos fazendo, nesse momento, é para encontramos uma alternativa, destravando alguns desses eixos que, notoriamente, já são reconhecidos pela Administração, como sendo de estrutura desses bairros. Mesmo sendo vias locais, já são eixos de estruturação do bairro, porque é ali onde passa o ônibus, é ali onde há o fluxo da população. Então, esse esforço está sendo feito pelo nosso relator, o Vereador Nabil Bonduki, que tem tido, de nossa parte, uma atenção toda especial.

Falando em Uso e Ocupação, não posso deixar de chamar para a mesa conosco o Sr. Manoel Filho, representando a subprefeitura. Como S. Exa. tem a tarefa local de fazer as coisas funcionarem, sob o ponto de vista do planejamento e da execução, agradeço a sua presença. Se houver documento a ser protocolado, a nossa equipe vai receber as demandas localizadas que cada um dos senhores trouxe à reunião do dia de hoje.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da União Global do Trabalho e Cidades. A central está sendo organizada em 115 países. Do dia 5 até o dia 23, está havendo assembleias nesses países do planeta, para se constituírem as bases nacionais. A central tem a federação dos moradores e empreendedores da regional do Campo Limpo. Ela será instalada na Avenida Campo Limpo, e hoje já conta com 28 mil associados no território.

No ano que vem, começamos a trabalhar na formação de menores, de 6(?) a 17 anos, em seu projeto desportivo. Brigamos aqui na audiência pública orçamentária para 2014. A nossa tese para a região é o transporte, o metrô, chegando até o centro da Cidade com faixas de ônibus. Defendemos também a construção de 60 quilômetros de ciclovias no território e cinco mil quilômetros de pista de cooper. Infelizmente, essas ações não foram para o orçamento de 2014.

Vemos que, na cidade de São Paulo, o território para no horário de pico. Quando chove, a Cidade para e as regiões param também, pelo fato de o transporte estar congestionado.

Vou pontuar o seguinte. Nesse plano de metas e nas audiências públicas orçamentárias e do PDE, das quais participamos, apresentamos ações sobre a isenção de impostos para empresas instalarem-se nos bairros da região Sul e da região Leste, levando empregos próximo aos moradores. Na zona Leste, o projeto já foi para a Câmara e votado. O Executivo não apresentou o projeto da zona Sul. Só no território da região do Campo Limpo, há bairros onde há mil moradores para uma vaga de emprego. Então, esse pessoal vai se deslocar para outro o centro expandido e outras regiões para trabalharem ou procurarem emprego.

Gostaria de saber do representante do Governo se o Governo vai apresentar ainda, nesse ano ou no ano que vem, o projeto de isenção de carga tributária para empresas instalarem-se nos bairros, e o projeto de geração de mais empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Sr. Laerte Brasil, que ao longo dos últimos dez anos, tem conseguido estar em quase todas as audiências públicas realizadas na Cidade, sempre trazendo a sua contribuição.

Tem a palavra o Sr. Manoel, funcionário de carreira, que está trabalhando há um bom tempo na Administração.

O SR. MANOEL – Boa tarde a todos. O trânsito, na Estrada de Itapeverica da Serra, está todo parado, em todas as vias principais. Foi difícil chegar aqui, mas estou. Essa não é a primeira discussão que estamos tendo na região sobre o Plano Diretor. Já houve duas etapas. Na primeira, foram compartilhadas todas as preocupações que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano colocou, num primeiro momento, na revisão do Plano Diretor. Num segundo momento, nesse mesmo local, houve uma oficina, quando todos os munícipes tiveram oportunidade de estarem colocando as suas preocupações e refletindo um pouco como deve ser melhorada toda a situação na nossa região, Campo Limpo, que conta com 700 mil habitantes aproximadamente. Essas discussões foram muito produtivas. Houve uma terceira etapa regionalizada, a Sul 1 e a Sul 2, quando foi apresentado o projeto de lei que o Executivo está enviando para o Legislativo. Essa audiência de hoje já faz parte desse processo em todas as subprefeituras.

Pena que aqui não haja a quantidade de munícipes que tenham participado nas reuniões anteriores. Por que isso está acontecendo? Porque houve uma coincidência de eventos na região. Hoje nesse mesmo horário, no auditório da subprefeitura, está havendo o programa de metas, na sua última etapa, quando está sendo apresentado o programa de obras que haverá para o ano que vem na região do Campo Limpo. Todas as discussões estão sendo feitas em torno do orçamento regionalizado. Hoje está havendo a eleição do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo. Na região, o movimento da Saúde é o melhor articulado na cidade de São Paulo. Por lá, já se passaram mais 600 pessoas para votarem. Há filas e filas. Então, esses munícipes, que deveriam estar aqui, estão direcionados na questão do conselho gestor daquele hospital. Diga-se de passagem, a saúde é um ponto crucial. Até mesmo quando discutamos o Plano Diretor ou em outra etapa que se discute a questão do uso e ocupação do solo, temos de dimensionar algumas áreas específicas de zoneamento, para estarmos direcionando equipamentos públicos voltados para a área da Saúde. Os munícipes estão lá, fazendo essa discussão, participando. A região é latente de participação popular. Pena que o auditório não esteja cheio, mas, com certeza, há outras partes da região onde está havendo reuniões e debates. Estamos contentes com essa audiência. Cumprimos por isso, e a Câmara tem a sensibilidade de estar aprovando esse projeto de lei, que é a revisão do nosso Plano Diretor, para, em seguida, entrarmos na outra etapa, a revisão do uso e ocupação do solo. Ai vem juntamente a questão do planejamento estratégico, o desejo de todos nós, para estarmos consolidando melhor a nossa região.

Todas essas problemáticas que estão sendo colocadas aqui vivemos no dia a dia Campo Limpo hoje é uma região extremamente estratégica na Cidade, haja vista que o distrito da Vila Andrade é com o maior volume de construção civil, hoje em dia, na cidade de São Paulo, e empreendimentos vêm aumentando nessa região. O pior de tudo é que os investimentos estão crescendo e as alternativas de fuga, rota para se sair com o carro, são mínimas. Estamos na Ninos(?) Torco(?) com um empreendimento de 1 200 apartamentos. Aonde serão desaguadas 1 200 famílias de uma via que é praticamente pequena? Essa é a nossa realidade. De manhã, a Estrada de Itapeverica é travada. O Campo Limpo também é travado. Ainda temos sorte, porque temos dois corredores principais. Temos a Estrada de Itapeverica da Serra, a Caldeira e a Carlos Lacerda. E as outras regiões, como a M'Boi Mirim, que só contam com uma via para desaguar todo o fluxo de moradores?

Esperamos que, no ano que vem, seja introduzido o conjunto de obras na região, para facilitar esse processo. Já estamos com uma obra na Guido Caloi, que vai desafogar. Há previsão de três pontes na Marginal Pinheiros, justamente para estar ajudando esse fluxo que nós temos, principalmente para a Giovanni Gronchi, para se desafogar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Eu que agradeço. A Câmara não só sabe, como também participa ativamente das movimentações sociais que tanto o Campo Limpo quanto o Capão Redondo sempre realizaram. Essa sempre foi a região que mais contribuiu nesse debate popular. Quando pegamos as grandes manifestações, em 100%, houve participação de Capão Redondo, Arrastão(?). Vemos então que é uma região dotada de forte ativismo social. No dia de hoje, ao se sobreporem três tarefas, uma do orçamento para o ano que vem, do Plano Plurianual, do plano de obras e do plano de metas, com a nossa reunião do Plano Diretor e mais a eleição do conselho gestor do hospital, é lógico que frustra a participação de muitos, que gostariam de estar aqui.

Vou assumir o compromisso com o Vereador Reis e a sociedade que aqui está, para que, na próxima reunião, na zona Sul, ainda programada para os próximos dez dias, para que haja tempo de mobilização, envolvêssemos também o Campo Limpo, tanto na apresentação como nos debates, permitindo que aqueles que não estiveram no dia de hoje, envolvidos com outras tarefas, na Cidade, participassem. Não é justo a população tão guerreira e batalhadora não ter a oportunidade de se manifestar. Sabemos que ela se manifesta, seja na questão de habitação de interesse social, com a quantidade gigantesca de ZEIS, seja no debate de como tirarmos do papel, em especial, a ZEIS 1, que está na macrozona de proteção ambiental. Isso é complexo.

Esse debate trazido pelo Sr. Josmar é fundamental. As comunidades que estão envolvidas por apenas ruas locais terão a sua capacidade, de desenvolver a economia do bairro. O Vereador Reis perguntou-me: "Não há como desenvolvermos algo que seja para o Capão Redondo e para o Campo Limpo, e fomenta a pequena indústria, o pequeno negócio? Ficou claro para nós o quanto ficou saturado o deslocamento na Cidade. Esse diagnóstico já está vencido. O problema é que não conseguimos enfrentá-lo com solução. Muitas vezes, apresentamos um paliativo e, de paliativo em paliativo, vamos postergando uma solução, e esse tempo que passa acentua a desigualdade da Cidade. Então, o maior problema que vivemos hoje é que não se comportam mais ações paliativas. Passei os últimos cinco dias em Bogotá no Congresso Internacional de Transporte de Massa. Grandes cidades comparadas a São Paulo, Bogotá, Medellín, realizaram, no campo do transporte público coletivo de qualidade, grandes coisas, se fossem comparadas a nossa. Ficamos, durante um período muito grande, quase que hipnotizados pela qualidade que o metrô oferecia, e não aceitávamos outros modais. Fomos muito reticentes, depois da implantação do primeiro corredor, ainda no começo da década de 80, na Santo Amaro e na Nove de Julho. Acabou sendo corredor, mesmo tendo sido interrompido. A obra inicia-se com o ex-Prefeito Mário Covas e não se conclui com o seu sucessor, Jânio Quadros, que apostava no insucesso desse corredor. Portanto, para a cidade de São Paulo, ficou uma avaliação muito negativa do que eram os corredores. Levamos 20

anos para superarmos a negação dos corredores, e isso era a negação do transporte público, porque, na região, interpretávamos a via exclusivamente para o veículo individual.

Mas esse tempo passou, e hoje todos sabem que a via pública precisa ter intermodalidade, mas também não é para transportar todo mundo ao mesmo tempo. Ou nós temos a capacidade de trazer economia para a periferia, riqueza para a periferia; ou a Cidade continua concentrando riqueza nas regiões que sempre concentrou. Então, há algo que é mais importante do que se o conforto do emprego ao lado de casa. Não é só uma questão de conforto, é a questão da descentralização da riqueza, senão ficamos imaginando que eu só quero trazer o emprego para a periferia, para o trabalhador não ter de ser transportado. Não é isso, é que precisamos fazer com que a periferia seja tão rica como as regiões centrais, senão não faz sentido esse direito à Cidade: Para alguns há direito; para outros, não.

Temos de enfrentar esse discurso fácil, de que é só trazerem o emprego próximo ao trabalhador, porque aí não se gasta com transporte. Trazer riqueza para a periferia é fazer com que ela tenha acesso a bens e usos que a periferia não tem. Falo da atividade cultural, atividade de entretenimento. Essas questões são fundamentais para uma vida completa.

Vou colocar a apresentação do Sr. Fernando no portal da Câmara. Agradeço a presença do Vereador Reis nos trabalhos de hoje, além do Sr. Manoel, a quem peço que leve o nosso abraço ao nosso Subprefeito. Peço aos senhores que interajam com colegas, vizinhos e amigos. A Cidade que queremos é o produto do nosso envolvimento, do pacto que vamos realizar. É o resultado do que falarmos e fizermos publicamente. Esse fazer e esse acreditar estão muito ligados a essa capacidade técnica que a sociedade tem, mas tem de haver essa escuta apurada do leigo e do popular. Portanto, não se trata do Plano Diretor das pranchetas dos urbanistas, porque esse já não comporta mais o desenvolvimento da Cidade. Ele é o bom encontro, a base do conhecimento comum, não mais, nem menos do que 50% para os técnicos que os nossos investimentos públicos permitiram avançar intelectualmente. Não é mais nem menos do que 50% do leigo e do popular que a sociedade tem tanto a nos ajudar. É nessa perspectiva que vamos encerrar a audiência do dia de hoje.

Agradeço a presença de todos. As notas taquigráficas vão dentro do processo - Então, o que cada um dos senhores falou invade o processo legislativo – como também os documentos protocolados. Encerro a minha participação aqui e devolvo a palavra.

Tem a palavra o nobre Vereador Reis.

O SR. REIS – Sr. Presidente, V.Exa. falou tudo o que precisamos ouvir no Campo Limpo. Sou daqui e moro na região da Vila das Belezas. Sabemos das carências que tem a região. Quanto à questão da geração de empregos, sou da opinião de que a Prefeitura de São Paulo deveria, em cada distrito, desapropriar uma área e construir até galpões para pequena empresa, instalando pequenas e médias empresas na periferia, dando incentivos. Não vamos conseguir gerar todos os empregos aqui, mas parte deles podem ser gerados aqui, para se diminuir esse investimento em transporte público. Temos um exemplo, a linha Lilás, do metrô Capão Redondo, que já está sendo construída há vinte anos. Às vezes, vou pegar o metrô na Vila das Belezas e espero cinco ou seis trens para entrar. Demoraram tanto para se construir uma linha, e quando a terminarem, não vai haver a resposta que a população precisa, o ideal seria, pela quantidade de pessoas que precisam ser transportadas, já houve saturação.

Na região, hoje há uma sala de cinema, no Shopping Campo Limpo. Em outra época, nem isso havia. Há teatros nos CEUs, mas nem sempre há recursos destinados a prover cultura, para que a população tenha acesso a ela. Então, há deficiência na questão de acesso à cultura. No Campo Limpo, ainda há universidades. Há o Unasp e a Faculdade Morumbi Sul, a Universidade Bandeirantes-Anhanguera, mas ainda há pouca oferta, no que se refere ao sistema público de Educação.

Nós não temos faculdades públicas, para que os jovens tenham acesso a um curso superior. Na região da M'Boi Mirim, não há nenhum, a não ser a Fatec. Então, realmente precisamos pensar na questão da Educação de qualidade, na geração de cursos superiores, de 3º grau e no acesso à Justiça. Para pessoas terem acesso à Justiça, só do outro lado da

ponte. Até na região da M'Boi Mirim, foi aprovado um fórum, que, até hoje, não foi instalado. Se pessoas quiserem buscar suas demandas, têm de se dirigir ao fórum de Santo Amaro. Não temos uma casa do advogado e nem uma Defensoria, porque não temos essa estrutura do Judiciário.

Então, incentivamos, durante todo o tempo, o deslocamento, para que pessoas saiam daqui para irem até o outro lado do rio. Não há pontes para passarmos para o outro lado do rio. Temos duas ou três pontes, no máximo. Se pegarmos a M'Boi Mirim e o Campo Limpo, nós temos duas pontes. Uma delas tem sentido único, a Transamérica. Então, de manhã, há centenas de milhares de pessoas. É o êxodo da região, pessoas indo para a região Central, e, à tarde, ocorre a mesma coisa de lá para cá. Não há sistema viário que vai dar resposta, não há sistema de transporte que vai dar resposta para tudo isso. Por mais que se alarguem as vias, vai sempre haver essa complicação. Então, entendo que tem de ter, no distrito do M'Boi Mirim, no distrito do Campo Limpo e no distrito do Capão Redondo, uma região, uma área destinada exclusivamente à pequena e à média empresas, com incentivos, para que parte dos empregos sejam gerados aqui e que haja mais investimentos em Saúde, e mais acesso à Educação, à Cultura e aos Esportes. Isso é fundamental.

Por exemplo, na subprefeitura de M'Boi Mirim, há dois hospitais, o Hospital de M'Boi Mirim e o Hospital de Campo Limpo, que atendem a toda a região. O Hospital de Campo Limpo está no distrito do Jardim São Luís, que pertence à subprefeitura de M'Boi Mirim. A subprefeitura de Campo Limpo congrega a Vila Andrade, o Campo Limpo e o próprio Capão Redondo. Se pegarmos do Campo Limpo até o Capão Redondo, não há hospital.

Então, também pensando em equipamentos de Saúde, para o Capão Redondo, deveríamos estar também pensando num hospital no Capão Redondo. Temos de atacar a questão da moradia. Há demandas por moradias. Vários terrenos estão sendo ocupados. Inclusive hoje, próximo de nós, na divisa de Capão Redondo com M'Boi Mirim e Jardim Ângela, um enorme terreno foi ocupado por centenas de famílias. Na região do Morumbi, na Vila Andrade, há alguns terrenos próximos ao Morro do Puma, cheios de ocupação de barracos de plástico, havendo habitação em condições subumanas. Pessoas estão ocupando esses imóveis porque não têm para onde ir. A política de produção de moradia popular é muito lenta, demorada. Há uma dificuldade. Não vemos mais aqueles processos de construção de moradias, para que pessoas tenham acesso a isso e conquistem seus direitos, tendo uma casa para morar com dignidade.

Espero que, por meio da Comissão de Política Urbana, juntamente com os Vereadores José Police Neto, Andrea Matarazzo e Nabil Bonduki, possamos, nessa revisão do Plano Diretor, dar essas respostas que a população clama e precisa.

Muito obrigado.


Estão encerrados os nossos trabalhos.

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME DE PROCESSO

Este é o volume 04 do Anexo 01
do processo nº 01-688/2013, que se
encerra à folha nº 771.

Segue o volume 05 do Anexo 01, que será
iniciado a partir da folha nº 772.

São Paulo, 10 de janeiro de 2014.


Liliano Jun Ogura
Técnico Administrativo
RF. 11.096



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Certidão

Os intervalos de folhas do presente documento foram autenticados digitalmente no sistema SPLegis por:

- Fls. 1 à 193 do documento PDF: Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.